

# UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 72

Ano XXXIII - Nº 72 - julho de 2023

ISSN 1517 - 1779

**A crise ecológica  
e socioambiental:  
territórios, política  
e meio ambiente**



Fotos:  
Eline Luz/  
ANDES-SN



# UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 72

Ano XXXIII - Nº 72 - julho de 2023

---

Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

---

Brasília

Semestral

- 10 Paralelos entre crise do capital e crise ambiental**  
à ecologização do capital: potencialidades crítico-analíticas  
*Julio Cesar Pereira Monerat*
- 24 Crise socioambiental e horizontes biocivilizatórios:**  
Estado plurinacional, bem viver e direitos da natureza  
*Marcos Bernardino de Carvalho*
- 40 Insustentabilidade e flexibilização ambiental** no território brasileiro  
*Andrea Bezerra Crispim*
- 52 Estado e empresa na Amazônia durante a Ditadura:**  
saque de recursos naturais e cumplicidade contra povos originários  
*Gilberto de Souza Marques, Egydio Schwade, Indira Rocha Marques,  
Fernando Araújo Alves e Rodolfo Costa Machado*
- 66 Luta pela terra no sul e sudeste do Pará:**  
uma leitura histórica socioambiental da Ditadura Empresarial-Militar  
*Carol Matias Brasileiro*
- 78 Análise de conflitos ambientais em torno de empreendimentos petrolíferos:** legados para a luta ambiental  
*Matheus Thomaz da Silva e Giuliana Franco Leal*
- 90 Terra e resistência:** o MST e o projeto de agroecologia nas escolas do campo  
*Fábio José de Queiroz, Eduardo Chagas e Nericilda Bezerra da Rocha*
- 100 Mineração extrativista, educação pública e resistências classistas**  
na região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais  
*Kathiuça Bertollo*

## Reportagem

**118 Mobilização pelo reajuste salarial**

**Fotografias:** Larissa Lana/ADUFOP, Pedro Mesidor/FENASPS, André Luis/ExLibris, Blenda Cavalcante/ASCOM-ADUSC e Eline Luz/ANDES-SN

## Resenhas

**130 Uma ecologia decolonial** para sair do porão da modernidade  
*Marcos Bernardino de Carvalho***134 Populismo de esquerda** e a construção de uma nova hegemonia  
*David Moreno Montenegro*

## Debates

**138 Percepção de estudantes** do 9º ano da Escola Municipal Papa João Paulo I, Serra Preta, BA, sobre o efeito estufa e sua relação com a biodiversidade  
*Jaqueline Santana do Nascimento de Souza, Elenir Souza Santos e Vanderlei da Conceição Veloso-Junior***148 Devir, desenvolvimento, territórios recalcitrantes**  
e horizontes emancipatórios  
*Daniel Lemos Jeziorny e Alessandro Donadio Miebach***162 Inteligência artificial,** descarbonização e sindicatos  
*Vamberto Ferreira Miranda Filho***180 As condições de trabalho e a luta sindical**  
do setor de mármore e granito do sul do Espírito Santo  
*Luanna da Silva Figueira***194 As greves conjuntas dos docentes** das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná no período Beto Richa (PSDB): considerações do ano de 2015  
*Peterson Alexandre Marino e Silvana Souza Netto Mandalozzo***210 O desfinanciamento da ciência** e a autonomia universitária  
*Daniella Borges Ribeiro*

# UNIVERSIDADE e SOCIEDADE ■

- Publicação semestral do ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
- Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores.
- Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte.

**CONTRIBUIÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA PRÓXIMA EDIÇÃO, ver página 221**

## Conselho Editorial

Antonio Gonçalves Filho, Antônio Ponciano Bezerra, Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Ciro Teixeira Correia, Décio Garcia Munhoz, Eblin Joseph Farage, Luiz Henrique Schuch, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Luiz Pinguelli Rosa, Maria Cristina de Moraes, Maria José Feres Ribeiro, Marina Barbosa Pinto, Marinalva Silva Oliveira, Newton Lima Neto, Paulo Marcos Borges Rizzo, Roberto Leher e Sadi Dal Rosso

**Encargatura de Imprensa e Divulgação desta Edição** Francieli Rebelatto

## Editoria Executiva deste Número

Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, Jennifer Susan Webb Santos, Luiz Henrique dos Santos Blume e Neila Nunes de Souza

## Pareceristas *Ad Hoc*

Alisson Silva da Costa, Augusto Charan Alves Barbosa Gonçalves, Cláudio Amorim dos Santos, Cristino Cesário Rocha, Deodato Ferreira da Costa, Eliana C. P. T. Albuquerque, Erasmo Baltazar Valadão, Fabíola Calazans, Fernando Santos Sousa, Flavia Alessandra de Souza, Heleni Duarte Dantas de Ávila, Jeanes Martins Larchert, Jorge Manoel Adão, Josanne Francisca Moraes Bezerra, José Eurico Ramos de Souza, Lenilda Damasceno Perpetuo, Lila Cristina Xavier Luz, Luis Flávio Reis Godinho, Marleide Barbosa de Sousa Rios, Meire Cristina Costa Ruggeri, Nathália Barros Ramos, Nirce Barbosa Castro Ferreira, Maria da Penha Feitosa, Perci Coelho de Souza, Reinouds Lima Silva, Renato de Carvalho Lopes, Rosana Soares, Salvador Dal Pozzo Trevizan, Sandra Regina de Oliveira, Sócrates Jacobo Moquete Guzmán, Solange Cardoso, Sueli Mamede Lobo Ferreira, Wallace Roza Pinel e Wanderson Fabio de Melo

**Revisão Metodológica e Produção Editorial** Iara Yamamoto

**Direção de Arte** Espaço Donas Marcianas Arte e Comunicação – Gabi Caspary

**Ilustrações, Capa e Diagramação** Flavio Flock

**Revisão Gramatical** Gizane Silva

**Tiragem** 1000 exemplares

**Impressão** Gráfica Ipiranga

## Expedição

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO  
Rua Amália de Noronha, 308 - Pinheiros - CEP 05410-010 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3061-0940 / 99726-6706  
E-mail: andessp@andes.org.br

[www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)

Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano I, nº 1 (fev. 1991)  
Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.  
Semestral ISSN 1517 - 1779  
2023 - Ano XXXIII Nº 71  
1. Ensino Superior - Periódicos. 2. Política da Educação - Periódicos. 3. Ensino Público - Periódicos.  
I. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior CDU 378 (05)

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: direito de todos, dever do Estado.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN  
Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C  
CEP 70302-914 - Brasília - DF - Tel.: (61) 3962-8400  
E-mail: secretaria@andes.org.br

**A** Revista Universidade e Sociedade apresenta o número 72 com o tema central *A crise ecológica e socioambiental: territórios, política e meio ambiente*. A Revista US é um dos instrumentos de luta do ANDES-SN há 32 anos.

O ANDES-SN, em meio aos embates e disputas políticas na defesa dos/as docentes, trabalhadores e trabalhadoras deste país, encontra-se em uma conjuntura que se apresenta difícil diante das forças e possibilidades de avanço nas lutas – com a ressalva de que talvez nunca tivemos na história uma conjuntura que pudesse ser tida como fácil para a classe trabalhadora. Reafirmamos o nosso sindicato como um instrumento autônomo de governos e com capacidade de lutar em unidade com as demais organizações dos/as trabalhadores/as, barrar retrocessos e fazer avançar nossas bandeiras históricas.

Neste momento em que preparamos a edição para o seu lançamento no 66º CONAD, sediado em Campina Grande, na Paraíba, dos dias 14 a 16 de julho, vale nomear as jornadas de luta pela campanha salarial e contra o arcabouço fiscal por um orçamento justo, solidário e social como temas candentes da

pauta. Mas nos deteremos a uma das lutas que dialogam diretamente com a temática deste número: o marco temporal. A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 30 de maio de 2023, o Projeto de Lei (PL) 490/07, que fixa, em lei, o marco temporal para demarcação de terras indígenas. A proposta teve 283 votos favoráveis e 155 contrários e será enviada para a apreciação do Senado.

O PL 490 foi aprovado na forma de um substitutivo do relator, deputado Arthur Oliveira Maia (União-BR), e altera o estatuto jurídico das terras indígenas ao introduzir o requisito do marco temporal de ocupação para os processos de demarcação. Ele prevê que só devam ser demarcadas as terras ocupadas pelos povos indígenas até a data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

Segundo o texto, para serem consideradas terras ocupadas tradicionalmente, deverá ser comprovado objetivamente que os territórios, na data de promulgação da Constituição, eram, ao mesmo tempo, habitados em caráter permanente, usados para atividades produtivas e necessárias à preservação dos recursos ambientais e à reprodução física e cultural.

“A Constituição garante aos povos indígenas direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, sendo a tradicionalidade um elemento cultural da forma de ocupação do território, e não um elemento temporal. Fixar um marco temporal que condicione a demarcação de terras indígenas pelo Estado brasileiro viola frontalmente o caráter originário dos direitos territoriais indígenas” (excerto retirado da nota do MPF). Nossa luta é para que o projeto não seja aprovado no Senado, pois consolidaria inúmeras violências sofridas pelos povos indígenas, como as remoções forçadas de seus territórios, os confinamentos em pequenos espaços territoriais e os apagamentos identitários históricos.

Não ao marco temporal!, a cartilha sobre o julgamento decisivo para o futuro dos povos indígenas do Brasil e o enfrentamento da crise climática, publicada com dados do IPAM, da APIB, da MapBiomias e da base de dados de terras indígenas da Funai/2023, apresenta que cientistas do mundo todo seguem demonstrando como as terras ocupadas tradicionalmente pelos povos originários são as áreas com maior biodiversidade e vegetação mais preservadas. Ou seja, demarcar as terras indígenas e mantê-las protegidas de invasores ilegais, de garimpeiros, de madeireiros e do avanço do agronegócio é garantir que o estoque de carbono nessa área seja mantido e os direitos dos povos indígenas respeitados. Prova disso é 29% do território ao redor das TIs estar desmatado, enquanto que, dentro das mesmas, só há 2% de desmatamento. O mapeamento mostra que a maior parte das áreas desmatadas estão destinadas a pastagens para a criação de gado (para exportação de carne e de couro) e para a produção de soja, mas também destaca que plantações de cana, arroz, eucalipto

e algodão, entre outras commodities, são impactos do marco temporal.

Assim, nesta edição da US, os artigos distribuídos na Seção Temática totalizam oito textos, dos quais cinco trazem como objeto ou fazem menção aos povos originários/indígenas. Procurando situar o leitor e a leitora, em síntese, serão discutidos: a crise do capital e crise ambiental à ecologização do capital, o estado plurinacional, o bem viver e os direitos da natureza, o avanço da flexibilização ambiental no Brasil, as violações de direitos humanos contra povos originários da Amazônia, os aspectos ambientais e sociais no processo de luta de classes estabelecido no sul e sudeste do Pará no período da Ditadura Empresarial-Militar, os conflitos ambientais em torno de empreendimentos petrolíferos, o MST, o projeto de agroecologia nas escolas do campo e o contexto da luta de classes na região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais.

A Sessão de Debates traz seis artigos que abordam desde a biodiversidade, os territórios recalcitrantes com vista à transformação social, a inteligência artificial, descarbonização e sindicatos, as condições de trabalho e a luta sindical e as greves nas IEEs do Paraná até o desfinanciamento da ciência e sua relação com a autonomia universitária. Além de duas obras apresentadas como resenhas: a primeira, *Uma ecologia decolonial para sair do porão da modernidade* e a segunda, *Populismo de esquerda e a construção de uma nova hegemonia*.

São esses os oito artigos da Seção Temática: o primeiro, intitulado *Paralelos entre crise do capital e crise ambiental à ecologização do capital: potencialidades crítico-analíticas*, de autoria de Julio Cesar Pereira Monerat, discute a conceituação da ecologização do capital entendida como forma capitalista de enfrentamento da crise ambiental decorrente da dinâmica imanentemente expansiva do capital. O autor apresenta que, por relacionar-se apenas indiretamente ao valor e, mais efetivamente, à renda, a ecologização

do capital pode tão somente atuar como tendência contra-arrestante da crise capitalista, não derogando a tendência de crise que é imanente a esse modo de produção. Por ser determinada pela valorização e não pelo ambiente (pelo capital e não pela natureza), a ecologização do capital não suprime o caráter ambientalmente destrutivo do modo de produção capitalista.

O segundo artigo trata do estado plurinacional, em seu processo de construção e implantação. Além de revelar compreensão da dinâmica geopolítica que levou ao atual sistema-mundo, não só indica os meios alternativos de combatê-lo, como evidencia sintonia com algumas das questões mais críticas da atualidade, sobejamente a questão socioambiental, tema deste número. É a proposta de Marcos Bernardino de Carvalho, com *Crise socioambiental e horizontes biocivilizatórios: estado plurinacional, bem viver e direitos da natureza*, que tem em seu centro de discussão o estado plurinacional e seus fundamentos – *bien vivir* e “direitos da natureza” –, difundidos pelos povos originários e comunidades tradicionais, em resistência à colonialidade, que, segundo o autor, oferecem-se como horizonte promissor para a construção de um projeto biocivilizatório alternativo ao padrão global de espoliação que o Estado Nacional Moderno viabilizou.

O terceiro, de Andrea Bezerra Crispim, intitulado *Insustentabilidade e flexibilização ambiental no território brasileiro*, discute o avanço da flexibilização ambiental no Brasil e sua relação com o aumento dos problemas ambientais ocorridos durante a gestão bolsonarista (2019-2022). A autora apresenta a necessidade de estabelecer um processo de reestruturação da plataforma ambiental brasileira, fortalecendo as políticas de preservação e fiscalização dos componentes ambientais do território brasileiro.

O quarto artigo apresentado aos/às leitores/as, *Estado e empresa na Amazônia durante a Ditadura: saque de recursos naturais e cumplicidade contra povos originários*, de Gilberto de Souza Marques, Egidio

Schwade, Indira Rocha Marques, Fernando Araújo Alves e Rodolfo Costa Machado, trata das violações de direitos humanos cometidas pelo grupo empresarial Parapanema contra povos originários da Amazônia e também analisa crimes cometidos por outras empresas privadas e órgãos do governo durante a Ditadura Empresarial-Militar. As violações tinham como pano de fundo a apropriação dos territórios e das riquezas existentes, configurando processos de acumulação por espoliação, parte importante da dinâmica de acumulação ampliada de capital. A pesquisa objetiva dar fundamento a processos de reparação, contribuindo para que a Ditadura não se repita nunca mais.

A exemplo do texto anterior e na esteira do que representaram a Ditadura e esse período da história, o quinto artigo, *Luta pela terra no sul e sudeste do Pará: uma leitura histórica socioambiental da Ditadura Empresarial-Militar*, de autoria de Carol Matias Brasileiro, se propõe a articular aspectos ambientais e sociais no processo de luta de classes estabelecido no sul e sudeste do Pará no período da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985), com foco nas relações de trabalho rural. A investigação dá ênfase em como se davam as relações de trabalho rural na região durante a Ditadura, pelas abordagens demográfica (migração e ocupação), jurídica (Estatuto da Terra) e sociológica (conflitos entre modos de produção distintos e experiências de resistência camponesa).

O sexto texto desta seção, *Análise de conflitos ambientais em torno de empreendimentos petrolíferos: legados para a luta ambiental*, de Matheus Thomaz da Silva e Giuliana Franco Leal, tem como foco as disputas de poder que envolvem questionamentos ambientais a atividades extrativas de petróleo. A proposta é identificar conflitos socioambientais entre a Petrobras e outros sujeitos coletivos, em um município estratégico da Bacia de Campos, nos anos 1980 e 1990, pensar em como esses conflitos se inserem no contexto do extrativismo brasileiro e, por fim, compreender os legados desses conflitos para as lutas ambientais.

O sétimo artigo, *Terra e resistência: o MST e o projeto de agroecologia nas escolas do campo*, trata das inter-relações entre o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST), seu programa, suas ações de resistência e as questões inerentes à educação e ao meio ambiente, traduzidas nas noções de escola do campo e agroecologia. Os autores Fábio José de Queiroz, Eduardo Chagas e Nericilda Bezerra da Rocha apresentam que o MST, a partir de 1984, torna-se amplamente reconhecido por sua luta pela mudança da estrutura agrária do país, partindo da bandeira da reforma agrária. E que, ao longo do tempo, o movimento mostrou-se um agente ativo em defesa da educação pública que, com o passar dos anos, ganhou materialidade nas escolas do campo e, nesse ponto, fez uma definição metodológica e teórico-prática pela agroecologia, assumindo vívido o compromisso pela preservação ambiental dos territórios e pela produção de alimentos saudáveis, temas com os quais o artigo apresenta um relacionamento imediato.

Para encerrar a Sessão Temática, mais um artigo evidencia as contradições próprias do modo de produção capitalista que estruturam e conformam a esfera da produção e da reprodução social. De autoria de Kathiucha Bertollo, *Mineração extrativista, educação pública e resistências classistas na região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais* reflete acerca da mineração extrativista, da educação pública e das resistências classistas naquela região (território marcado pelo maior crime socioambiental do país: o rompimento/crime da barragem de Fundão em Mariana-MG), pela presença de instituições de ensino públicas (como a UFOP, o IFMG *campus* Ouro Preto e as escolas municipais de Bento Rodrigues e Paraca-

tu de Baixo) e pelas seculares lutas e resistências da classe trabalhadora, organizadas por diferentes sujeitos coletivos, especialmente movimentos sociais, entidades sindicais e frentes amplas de atuação.

Passemos à Seção de Debates, onde os/as autores/as brindam os/as leitores/as com seis artigos. O primeiro artigo, com o título *Percepção de estudantes do 9º ano da Escola Municipal Papa João Paulo I, Serra Preta, BA, sobre o efeito estufa e sua relação com a biodiversidade*, de autoria de Jaqueline Santana do Nascimento de Souza, Elenir Souza Santos e Vanderlei da Conceição Veloso-Junior, se propôs a identificar a percepção dos alunos do 9º ano da Escola Municipal Papa João Paulo I sobre o efeito estufa e sua relação com a biodiversidade. Dentre as medidas que devem ser adotadas para reduzir a emissão de gases do efeito estufa, os estudantes destacaram a economia de energia elétrica, o uso de transporte público como meio de locomoção, a redução na produção de lixo e a diminuição no consumo de carne.

O segundo artigo, *Devir, desenvolvimento, territórios recalitrantes e horizontes emancipatórios*, de Daniel Lemos Jeziorny e Alessandro Donadio Miebach, tem como foco de análise o espaço latino-americano e sua peculiar associação aos circuitos globais de reprodução do capital. O texto lança mão de um conjunto de conceitos que visam inicialmente abrir o campo de possibilidades para agências e escolhas dos atores sociais. Parte-se da ideia de territórios recalitrantes como lócus de alternativas que possibilitam a emergência de um “devir” apto a construir possibilidades de transformação social.

O terceiro artigo desta sessão é *Inteligência artificial, descarbonização e sindicatos*, de autoria de Vamberto Ferreira Miranda Filho. Ele apresenta que o crescente uso de inteligência artificial e as políticas de descarbonização são duas das principais transformações atuais no mundo do trabalho. Na Alemanha e no Brasil, essa “dupla transformação” tem desafiado o movimento sindical. O objetivo desse estudo foi

comparar iniciativas sindicais relacionadas a essas transformações nos dois países. Na Alemanha, os resultados da pesquisa apresentam indícios da mobilização de poder institucional, de organização e social; no Brasil, houve indícios da mobilização do poder de organização e social nas poucas iniciativas sindicais encontradas.

O quarto artigo, *As condições de trabalho e a luta sindical do setor de mármore e granito do sul do Espírito Santo*, de Luanna da Silva Figueira, descreve as condições de trabalho no ambiente do setor de rochas, fomentando a importância e a necessidade das lutas sociais operadas pelo sindicato de categoria para a valorização do trabalhador e de seus direitos trabalhistas. No texto, as precárias condições de trabalho do setor de mármore e granito do sul do ES perpassam um meio ambiente que causa malefícios na ordem do acidente típico de trabalho. O acidente de labor não apenas afeta socialmente os/as trabalhadores/as do setor, mas também estabelece relações diretas com toda a cultura da região.

O quinto artigo, *As greves conjuntas dos docentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná no período Beto Richa (PSDB): considerações do ano de 2015*, de autoria de Peterson Alexandre Marino e Silvana Souza Netto Mandalozzo, propõe-se a apresentar os desafios conjunturais do sindicalismo docente das universidades estaduais paranaenses no contexto dos governos Beto Richa (PSDB). Para tanto, o debate foi direcionado para as duas greves de servidores estaduais ocorridas em 2015 – ano marcado pela grave tensão entre esses servidores e o governo estadual, a exemplo da fatídica violência policial ocorrida no dia 29 de abril. Como resultado, foi possível realizar o desvelamento dos principais elementos que exigiram a mobilização desses sindicatos no ano: o descumprimento da reposição salarial anual prevista em lei e a reforma previdenciária dos servidores estaduais. A greve mostrou-se como uma importante ferramenta de resposta desses servidores, mas não foi a única.

Por fim, o sexto e último artigo desta seção, *O desfinanciamento da ciência e a autonomia universitária*, da autora Daniella Borges Ribeiro, discute as implicações do desfinanciamento da ciência no Brasil para o preceito constitucional da autonomia universitária. A diminuição de recursos públicos para o desenvolvimento da ciência no Brasil demonstra muito mais que uma crise fiscal durante o colapso sanitário de 2020; ela revela uma problemática que já estava em curso. Nesse cenário, aprofunda-se a disputa pelos recursos do fundo público, retirando investimentos financeiros essenciais para a condução de políticas como a de ciência, tecnologia e inovação. Tal fato aprofunda a mercadorização do conhecimento científico e fomenta a ideia das universidades como campo profícuo para a valorização do capital, o que ameaça princípios como o da autonomia universitária, do ensino laico, público, de qualidade e gratuito.

Esta edição da US também contempla uma reportagem fotográfica focada nas lutas atinentes à “Campanha Salarial 2023”, que apresenta registros das lutas marcadas, com fotos do ANDES-SN no movimento e na luta, nos mais diversos espaços, confirmadas, inclusive, pelas Seções Sindicais que disponibilizaram os registros fotográficos. Temos uma linha do tempo, com o título *Mobilização pelo reajuste salarial*, onde são demonstradas as lutas ocorridas nos anos de 2022 e 2023.

Assim, convidamos para a leitura prazerosa desta edição da Revista US, organizada com muito carinho e em sintonia com a conjuntura, a iniciar pela capa, que dialoga não apenas com a temática, mas, sobretudo, com o momento político atual e com a luta pela terra dos povos originários.

A Cartilha do Marco Temporal, a partir dos indígenas, denuncia que esse marco temporal “é uma máquina de moer história... Ele acaba com a história, muda toda a história”. **US**

# Paralelos entre crise do capital e crise ambiental à ecologização do capital: potencialidades crítico-analíticas

*Julio Cesar Pereira Monerat*

Professor do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG) - *Campus* Muriaé

E-mail: julio.monerat@gmail.com

**Resumo:** O artigo realiza a conceituação da ecologização do capital entendida como forma capitalista de enfrentamento da crise ambiental decorrente da dinâmica imanentemente expansiva do capital. Após um breve aprofundamento sobre a crise ambiental e sua relação com o caráter necessariamente expansivo do capital relacionado ao valor, ao mais-valor e ao preço de produção, o texto avança por uma descrição sucinta da dinâmica das crises capitalistas a partir de um referencial marxiano. Em seguida, a investigação aprofunda-se sobre a relação capital-natureza, especialmente tendo por referência autores vinculados à tradição marxista. Nessa seção, conclui-se que a natureza não possui uma condição de obstáculo ou vantagem abstratamente definida, mas sim marcada historicamente em um dado contexto sociotécnico, mas que, em decorrência do movimento expansivo do capital, conduz ao crescimento dos obstáculos ambientais à valorização – a crise ambiental. A ecologização do capital seria a resposta capitalista a tal situação, materializada por meio da adoção combinada de formas destrutivas ou sustentáveis de relação com a natureza, determinadas tão somente pela potencialidade de cada uma em franquear a superação dos obstáculos ambientais à valorização. Por relacionar-se apenas indiretamente ao valor e, mais efetivamente à renda, a ecologização do capital pode, tão somente, atuar como tendência contra-arrestante da crise capitalista, não derogando a tendência de crise que é imaneente a esse modo de produção. Por ser determinada pela valorização e não pelo ambiente (pelo capital e não pela natureza), a ecologização do capital não suprime o caráter ambientalmente destrutivo do modo de produção capitalista.

**Palavras-chave:** Crise Ambiental. Crise Capitalista. Ecologização do Capital. Marx. Ecologia.



## Introdução: crise ambiental e ecologização do capital

A demonstração da crise ambiental como uma dinâmica determinada pelo capital deve iniciar-se pela demonstração do caráter necessariamente expansivo do capital enquanto valor que se valoriza. Desconsiderar esse fundamento é restringir-se a tatear a superfície da insustentabilidade ambiental que *aparece* como decorrência dos mais diversos fatores – desde elementos culturais, como a visão de natureza da tradição judaico-cristã, até a concepção moderna baconiana de torturar a natureza até que ela revele seus segredos (FOLADORI, 2001) –, enquanto que, em seu movimento essencial, a crise ambiental decorre efetivamente do movimento do capital.

Apresentar a crise ambiental como uma decorrência do movimento do capital, entretanto, não nos conduz à conclusão de que os problemas ambientais

seriam um obstáculo intransponível à continuidade da dinâmica de valorização. Afinal, apostar na morte ambiental do capital seria menosprezar a capacidade plástica-adaptativa do capital em converter *limites* em *barreiras* a serem por ele superadas, tal como se aprofundará na sequência. Se é correta a preocupação a respeito de até quando o planeta profundamente degradado permitiria a continuidade da vida humana, em contrapartida, a conversão dos problemas ambientais em fronteiras de expansão capitalista – o que inclui o chamado capitalismo verde e todas as suas manifestações, indo da bioeconomia aos créditos de carbono, para sermos sucintos – é a reprodução, em termos ambientais, da dinâmica da crise capitalista propriamente dita, ainda que com determinações distintas. Em outros termos, tal como nas crises cíclicas que estabelecem obstáculos à valorização e na conversão de tais obstáculos em barreiras a serem superadas pelo capital em um ciclo

de aprofundamento das contradições no momento seguinte, também na crise ambiental o capital busca transformar os obstáculos ambientais à valorização em barreiras a serem superadas sob determinação da valorização. Contudo, as crises de valorização e a crise ambiental possuem estatutos distintos.

Enquanto a crise de valorização tem um caráter cíclico, que se desenrola em um quadro tendencial de queda da taxa de lucro como seu fundamento último, a crise ambiental não se desenrola em uma *dinâmica cíclica*, mas sim *cumulativa*, apontando, mais que uma tendência, para o caráter necessariamente expansivo do capital que se desdobra em incorporação crescente da natureza à dinâmica do valor. Tal incorporação crescente da natureza efetiva-se tanto em entradas crescentes de parcelas da natureza no processo de valorização quanto em saídas também crescentes de rejeitos e dejetos no ambiente natural. Mas, sem derrogar esse caráter cumulativo e, consequentemente, destrutivo, a crise ambiental é enfrentada pelo capital por formas que designamos *ecologização do capital*.

Enquanto a crise de valorização tem um caráter cíclico, que se desenrola em um quadro tendencial de queda da taxa de lucro como seu fundamento último, a crise ambiental não se desenrola em uma *dinâmica cíclica*, mas sim *cumulativa*, apontando, mais que uma tendência, para o caráter necessariamente expansivo do capital que se desdobra em incorporação crescente da natureza à dinâmica do valor.

Por ecologização do capital estamos designando a dinâmica *contraditória e combinada* por meio da qual o capital busca transformar *obstáculos* ambientais em *barreiras* a serem por ele superadas – superação enquanto supressão e aprofundamento. Nessa dinâmica contraditória e combinada de superação da crise ambiental, o capital adotará combinadamente processos que renovam a expansão destrutiva juntamente a outros que assumem potencialidades sustentáveis – ainda que de uma sustentabilidade fragmentada a determinados espaços e tempos – sempre sob a determinação do valor: superação dos obstáculos ambientais ao valor.

Sendo mais exatos na descrição dessa dinâmica, tem-se que o mencionado aprofundamento de parcelas crescentes da natureza na lógica mercantil continua a efetivar-se em determinados espaços, ao mesmo tempo em que formas ditas sustentáveis são implementadas em outros espaços. Ambas efetivam-se em espaços e tempos distintos, porém combinados, de forma destrutiva ou sustentável – sendo que sustentável é aqui compreendido de forma bastante reducionista. O que determinará a “escolha” por um ou outro caminho – destruição ou sustentabilidade – pelo capital será tão somente as *potencialidades de valorização* que cada um desses caminhos representa.

Como demonstração dessa dinâmica contraditoriamente combinada, tem-se, no espaço agrário brasileiro, a articulação da expansão do agronegócio latifundiário, monocultor e agrotóxico-dependente com o estabelecimento de empreendimentos do então chamado capitalismo verde no campo: implantação de sistemas agroflorestais por empresas do capital agrário, produção de orgânicos em larga escala e até mesmo formas de inserção subordinada da agricultura familiar de base agroecológica no circuito mercantil de forma aprofundada. A determinação última sobre qual *forma* produtiva a ser adotada, no entanto, continua a ser determinada pelo *conteúdo* da valorização, isto é, em qual delas o fundamento último da capital – valor que se valoriza – tem mais potencialidades de efetivar-se.

Tendo-se clara essa dinâmica combinadamente contraditória de relação do capital com a natureza no contexto da crise ambiental é que julgamos pertinente designá-la como ecologização do capital, posto que há efetivamente uma crescente inserção da natureza nos circuitos mercantis – o que renova e aprofunda dinâmicas já corriqueiras da referida relação capital-natureza e, simultaneamente, desenvolve novas formas para tal inserção por meio da abertura de fronteiras expansivas, representadas em seu conjunto pelo capitalismo verde: bioeconomia, reciclagem, produção orgânica e eficiência energética, dentre outras.

Nesse caso, o das formas de esverdeamento da produção, tem-se efetivada de maneira mais explícita a conversão de obstáculos ambientais à valorização em barreiras que o capital vai continuamente supe-

rando – suprimindo e aprofundado as contradições aí vigentes – *o que nos leva a indagar se a ecologização do capital teria a potencialidade de aturar de forma contra-arrestante à crise do capital*. Nessa colocação, a ecologização do capital comporia o quadro das contratendências à crise do valor já identificadas por Marx (2017, p. 1): 1. aumento do grau de exploração do trabalho; 2. compressão do salário abaixo do seu valor; 3. barateamento dos elementos do capital constante; 4. superpopulação relativa; 5. comércio exterior; e 6. aumento do capital acionário. E, a esse quadro de contratendências, investigaremos a possibilidade de inclusão de uma sétima: a ecologização do capital.

Por certo que não há condições para aprofundarmos neste espaço na análise da *queda tendencial da taxa de lucro* elaborada por Marx (2017), mas tão somente apontar que, na dinâmica das crises capitalistas, atuam a referida tendência e as contratendências, cujas articulações concretas devem ser compreendidas na processualidade em que o capital *supera* os obstáculos que lhe são postos por seu próprio movimento expansivo, isso porque defendemos que tal processualidade da crise capitalista pode contribuir para a compreensão da crise ambiental e da articulação entre ambas.

Superar aqui tem um sentido específico, que conjuga *simultaneamente* suprimir e recolocar, ou seja, o capital supera os obstáculos à valorização suprimindo-os e, ao mesmo tempo, recolocando-os em níveis mais aprofundados. Essa apreensão da crise, quando considerada em face dos limites naturais, leva-nos a inferir que não a crise ambiental propriamente dita, *mas sim o enfrentamento dela pelo capital deva ser compreendido em sua processualidade tendencial e profundamente contraditória*. Dito mais claramente: o capital solapa necessariamente as condições naturais de vida humana no planeta ao expandir-se – e essa é uma dinâmica direcionalmente identificável, como se demonstrará adiante. *Mas a forma como o capital caminha nessa direção é que precisa ser identificada em seu caráter combinado e contraditório*.

Ora o capital simplesmente destrói o ambiente, ora ele incorpora processos ambientalmente sustentáveis; enfim, contraditoriamente, o capital combina tais dinâmicas. E tudo isso determinado pela fluidez

da valorização. Destruição e ecologização são, portanto, faces contraditórias de uma dinâmica determinada pelo valor e, conforme pretendemos investigar, com potencialidades contra-arrestantes à tendência de queda da taxa de lucro, base das crises do capital. Destruição e ecologização articulam-se no movimento de *superação* dos obstáculos à valorização, movimento no qual tais obstáculos são contraditoriamente suprimidos e recolocados em determinações mais aprofundadas.

Nesse sentido, capitalismo verde, economia circular, bioeconomia, desenvolvimento sustentável, agroecologia, bem viver e justiça ambiental, dentre outros, são termos que, por mais que tenham diferenças entre si, são efetivamente *formas de manifestação da ecologização do capital*. A crítica que não apreende que a ecologização em curso – por mais que assuma formas variadas (inclusive aparentemente críticas) – é a *ecologização do capital* revela-se incapaz de apreender a plasticidade mutante do capital combinada à sua processualidade destrutiva e, portanto, mostra-se inapta a desdobrar-se em práxis que aponte para a indissociabilidade da crítica ecológica e da crítica ao valor.

É sob essa determinação que os fundamentos últimos da ecologização do capital devem ser buscados na sociabilidade que a coloca em movimento. Para isso, a crítica à ecologização do capital tem na obra madura de Marx (2013; 2017) seu referencial basilar por ser aquela na qual a sociabilidade do capital é desvelada em seus fundamentos elementares. Marx possibilita-nos desvelar a lógica expansiva do valor como fundamento da ultrapassagem dos limites – não apenas aqueles ambientais – pelo capital. Marx permite-nos compreender que é o valor que determina tanto a ocorrência de obstáculos à sua continuada valorização quanto às formas de suas superações. Destruição e ecologização estão, portanto, submetidas às determinações do valor e, por isso, a crítica à ecologização deve apreendê-la como tal.

Certamente, as consequências ambientais do capitalismo não são o foco central da crítica de Marx, mas isso não significa dizer que a crítica ambiental esteja ausente da obra marxiana. Mesmo que não seja denominada como tal, está lá. Partindo da interpretação da obra marxiana por Foster (2011), o ecosocialista Ian Angus (2020, s/p) identifica que

Marx analisou a grande crise ambiental de sua época – o declive da fertilidade dos solos na Inglaterra e na Europa – e identificou sua fonte como uma ruptura causada pelo capitalismo, o que ele denominou de “metabolismo universal da natureza”. Assim como Foster mostrou, esse conceito de ruptura da “fenda metabólica” nos oferece um marco indispensável para a compreensão das atuais crises ecológicas.

Essa importante consideração sobre a análise ecológica na obra de Marx, entretanto, precisa ser fundamentada na crítica às determinações que tornam a ruptura metabólica uma consequência do movimento do capital, bem como das formas que o capitalismo busca contornar tal ruptura, o que se manifesta na ecologização do capital. Portanto, a crítica que apresentaremos, tendo por referencial parte da obra madura de Marx, é uma crítica aos fundamentos últimos da ecologização do capital.

Nesse sentido de formulação da crítica à ecologização do capital, devemos relacioná-la, ainda, à determinação para que o capital precise ecologizar-se para continuar a ser capital. Ou seja, é preciso identificar que essa determinação decorre da crise ambiental, colocada como obstáculo (e como oportunidade, na linguagem *mainstream*) à valorização do capital. Para uma compreensão aprofundada da crise ambiental, é prudente que consideremos brevemente a dinâmica das crises na sociedade capitalista, o que será feito na seção seguinte. Referenciados em Marx (2017), verificamos que as crises capitalistas são imanentes ao metabolismo da forma social e configuram-se como uma tendência.

Antes de avançarmos em uma breve análise das crises capitalistas, cabe uma pequena observação sobre a dinâmica expansiva-destrutiva do capital. É preciso ter claro que a superação da crise ambiental vincula-se, necessariamente, à superação dos obstáculos à valorização, mesmo que isso implique em aprofundamento das dinâmicas destrutivas – o que nos leva a concluir que um meio ambiente amplamente devastado pode advir da continuidade dessas dinâmicas e, ainda assim, o capital continuar a valorizar-se. Como afirma Postone (2018, p. 20):

O capitalismo está destruindo o planeta. Mas isso não implica que haja um limite natural

ao capital. O capitalismo pode continuar e terminar com nada, terminar destruindo o mundo. Mas isso não é um limite. [...] O sonho do capital é a infinitude. O planeta, entretanto, é limitado. Mas isso não significa que o capital não continuará a destruí-lo. Ele o fará, a menos que seja impedido. Não acredito que existam limites, e então tudo se desmorona. Há limites, e as coisas tornam-se cada vez piores.

Nessa linha, mais exatamente, o foco analítico aqui proposto é aquele colocado concretamente pelo movimento do capital em relação à crise ambiental, ou seja, a relação entre *crise ambiental* e *o valor* ou como o capital atua na crise ambiental de modo a conformar os obstáculos em fronteiras expansivas para a valorização. Esse foco na relação entre crise ambiental e valor não nos leva a desconsiderar a dinâmica ambientalmente destrutiva que caracteriza todo esse movimento – “O capitalismo está destruindo o planeta. Mas isso não implica que haja um limite natural ao capital”, na citação logo acima. O que se pretende, portanto, é identificar como o capital busca superar os obstáculos ambientais ao valor – a crise ambiental – por meio de sua ecologização. O que não nos leva a desconsiderar que a ecologização do capital não derroga definitivamente a destruição ambiental e que apenas a superação dessa forma social permitirá a efetivação de relações coevolutivas entre sociedade e natureza.

## Valor, mais-valor e preço de produção: expansão e crise do capital

Ao analisar os fundamentos mais elementares do modo de produção capitalista a partir da compreensão da mercadoria como unidade contraditória de *valor de uso* e *valor*, Marx (2013) revela o caráter *necessariamente* expansivo do capital. Tratando, desde o início, da sociedade capitalista como aquela na qual toda riqueza *aparece* sob a forma mercantil, Marx destaca (*Livro I de O Capital*) que a troca torna *social* a totalidade dos trabalhos *privados* por meio do valor – cuja substância é o trabalho abstrato e cuja medida é dada pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

O valor, diferentemente do valor de uso, que pode ser *qualitativamente* diferenciado, só é passível de ser *quantitativamente* comensurado em uma relação de troca. Ou seja, se no intercâmbio de meros valores de uso são confrontadas *qualidades* distintas que podem atender também a distintas necessidades, na troca são comensuradas *quantidades* de algo que é igual a si mesmo em *essência*, isto é, trabalho abstrato, valor. Sendo assim, não há sentido em trocar quantidades iguais de algo que é essencialmente e qualitativamente igual, ou seja, valor. Essa troca tem, portanto, uma *determinação lógica* – identificada desde o primeiro capítulo da obra máxima marxiana –, que aponta necessariamente para a expansão: trocar um *quantum* de valor só faz sentido se da troca resultar um *valor a mais*. É por objetivar esse *valor a mais*, um valor que se valoriza, que o capital revela-se *necessariamente expansivo*. Está aí a determinação da lógica imanente expansiva do capital, cuja compreensão deve ser aprofundada e historicizada, já que logicamente demonstrada, como se fará a seguir.

Antes, porém, ainda que em termos bastante abstratos, a exposição marxiana deixa claro que, no contexto de uma produção anarquicamente crescente, a elevação da produtividade é um imperativo para que o produtor/capitalista privado possa garantir ou ampliar sua participação na riqueza social. Contraditoriamente, o mesmo movimento de elevação da produtividade que possibilita a ampliação da participação do produtor/capitalista na riqueza social será determinante, na sua sequência, para o nivelamento dessa participação com os demais produtores, renovando a necessidade de retomada continuada da elevação da produtividade. Em termos mais exatos:

A peculiaridade dessa dinâmica – e isso é o crucial – é o seu *treadmill effect*. O incremento da produtividade aumenta a quantidade de valor produzido por unidade de tempo – até essa produtividade se tornar generalizada; nesse ponto, a magnitude do valor produzido nesse período de tempo, por causa da sua determinação temporal abstrata e geral, volta ao nível anterior. Isso resulta em uma nova determinação da hora de trabalho social em um novo nível de produtividade. [...] Esse *treadmill effect* implica, mesmo no nível lógico abstrato do problema magnitude do valor – em outras palavras, antes da introdução da categoria do mais-valor e da

relação entre trabalho assalariado e capital –, uma sociedade direcionalmente dinâmica, na qual se buscam níveis de produtividade cada vez maiores (POSTONE, 2014, p. 333-334).

Essa dinâmica expansiva avança e fica mais clara quando, sem deixar a análise abstrata realizada por Marx nos capítulos iniciais de *O Capital*, investiga-se a relação que o capital estabelece com a força de trabalho historicamente tornada mercadoria. Ela concretiza a lógica expansiva de duas formas: a primeira é que a força de trabalho é a única mercadoria que, ao ter seu valor de uso efetivado no processo produtivo, é capaz de criar um *valor a mais*, que, previamente e sem sua efetiva participação, não existiria. Em segundo lugar, porque a elevação da produtividade da força de trabalho franqueia ao capitalista que a contrata a ampliação de sua própria participação na riqueza social, agora na condição de mais-valor – que se desdobra, em momentos mais adiante na obra marxiana, no *mais-valor extraordinário*. E a complexidade/

O valor, diferentemente do valor de uso que pode ser *qualitativamente* diferenciado, só é passível de ser *quantitativamente* comensurado em uma relação de troca. Ou seja, se no intercâmbio de meros valores de uso são confrontadas *qualidades* distintas que podem atender também a distintas necessidades, na troca são comensuradas *quantidades* de algo que é igual a si mesmo em *essência*, isto é, trabalho abstrato, valor.

concreticidade dessa dinâmica expansiva evidencia-se ainda mais quando, considerando-se a totalidade do movimento do capital – o que implica em incluir a análise desenvolvida no *Livro III* de *O Capital* –, a lógica expansiva revela-se na transformação dos valores em *preço de produção* (MARX, 2017).

Nesse último contexto, o da transformação de valores em preços de produção descrito no *Livro III*, a elevação da produtividade assume a forma de busca pelo *lucro extraordinário*, aprofundando ainda mais as dinâmicas que ampliam a participação privada na riqueza social e seu posterior nivelamento – o *treadmill effect*. Em todos esses momentos, que vão cada vez mais do abstrato ao concreto na análise marxiana

na, produzir mais em menos tempo é determinante para a ação de cada capital privado, posto que é justamente essa a maneira de ampliar sua participação na riqueza social, que tem a forma valor. Em síntese, essa dinâmica é identificada desde sua consideração lógica na relação de troca até sua manifestação mais explícita na transformação dos valores em preços de produção. Mas, fundamentalmente, tendo por base a historicidade da universalização das relações capitalistas por meio das quais a força de trabalho foi convertida em mercadoria. Nessa totalidade, a concorrência capitalista revela-se tão somente como a disputa a respeito de qual capital privado estará mais apto a realizar em maior escala o *mais-valor socialmente produzido* e confrontado no mercado por meio do mecanismo dos preços.

Esse movimento sumariamente descrito, entretanto, *não aparece* dessa forma ao conjunto da sociedade – capitalistas e trabalhadores –, isto é, como uma disputa pela apropriação do mais-valor social. Pelo contrário, a concorrência capitalista *aparece* como uma concorrência em torno do *lucro*, daí que seja a *taxa média de lucro* a determinante para o movimento dos diferentes capitais de ramos menos lucrativos para outros mais lucrativos. Mas esse movimento dos capitais privados não anula ou, muito pelo contrário, determina que a busca imanente pelo aumento da produtividade venha a reduzir progressivamente a proporcionalidade na qual o trabalho vivo produtor de valor comparece no processo de produção mercantil. Em outros termos, produzir mais em menos tempo implica em redução do valor novo criado em cada unidade de mercadoria (POSTONE, 2014).

Esse movimento é vantajoso para o capital privado que o implementa, principalmente aquele que o faz pioneiramente, posto que, na determinação dos preços de produção, a redução do valor por ele incrementada não repercute imediatamente no preço, o que lhe permite realizar um lucro extraordinário. O que a imediatividade desse movimento não revela é que, por detrás das consciências dos capitalistas, está operando uma *redução do valor das mercadorias*, tendo em vista a menor incorporação de trabalho vivo por unidade mercantil. Ainda que operando abaixo da superfície aparente, esse movimento acaba, pela força da concorrência entre os mais diversos capitais,

por generalizar-se, o que implica necessariamente em uma redução geral da proporção de trabalho vivo incorporado na totalidade das mercadorias produzidas. Tal dinâmica é compensada por uma ampliação permanente na quantidade de mercadorias colocadas no mercado – o que dá mais concreticidade à dinâmica expansiva, inclusive pela incorporação crescente de parcelas da natureza ao processo produtivo. Mas importa reforçar que toda essa expansão da quantidade de mercadorias produzidas no contexto do aumento da produtividade materializa uma redução proporcional do valor que, por seu turno, é refletida em uma *queda tendencial da taxa de lucro*.

Marx demonstra o *caráter tendencial* da mencionada taxa de lucro tendo em vista o caráter contraditório do movimento do capital que, determinado pela concorrência entre os diversos capitais, acaba por eliminar progressiva e proporcionalmente do processo produtivo aquele elemento que produz o valor novo: a força de trabalho. É esse movimento abstrato em relação ao mais-valor que se concretiza na tendência de queda da taxa de lucro. Em outros termos, a formulação elementar dessa lei tendencial relaciona-se ao também tendencial aumento da composição orgânica do capital – sinteticamente a proporção entre capital constante (notadamente meios de produção e matérias-primas) e capital variável (a força de trabalho vivo).

Mas a efetivação da lei tendencial da taxa de lucro efetiva-se concretamente conjugada a fatores também tendenciais que obstaculizam a realização da tendência, ou seja, que “as mesmas causas que engendram a tendência à queda da taxa de lucro moderam também a efetivação dessa tendência” (MARX, 2017, p. 275). Na expressão marxiana:

A contradição, expressa de maneira bem genérica, consiste no fato de que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo do valor – e do mais-valor nele incorporado – e também das relações sociais no interior das quais se dá a produção capitalista; por outro lado, esse modo de produção tem como objetivo a conservação do valor de capital existente e sua valorização na máxima medida possível (isto é, o incremento cada vez mais acelerado desse valor). Seu caráter específico

orienta-se para o valor de capital existente como meio para a maior valorização possível desse valor. Os métodos pelos quais ela atinge esse objetivo incluem: o decréscimo da taxa de lucro, a desvalorização do capital existente e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já produzidas (MARX, 2017, p. 289).

Portanto, a análise da crise implica no entendimento da lógica contraditória que preside o movimento do capital que tendencialmente leva à queda da taxa de lucro, mas que, contraditoriamente, carrega em si os elementos que tendem a contrabalançar a direcionalidade desse movimento. É nesse sentido que a lei da queda tendencial da taxa de lucro deve ser compreendida. Marx (2017, p. 271-277) indica as seguintes tendências contra-arrestantes, que apresentamos sinteticamente:

Aumento da exploração da força de trabalho: [...] O grau de exploração do trabalho (a apropriação do mais-trabalho e do mais-valor) aumenta especialmente por meio do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho. [...] Barateamento dos elementos do capital constante: [...] o mesmo desenvolvimento que incrementa a massa do capital constante em relação ao capital variável diminui, em consequência da força produtiva aumentada do trabalho, o valor de seus elementos e, assim, impede que o valor do capital constante, embora aumentando permanentemente, o faça na mesma proporção que seu volume material, isto é, que o volume material dos meios de produção postos em movimento pela mesma quantidade de força de trabalho. [...] Superpopulação relativa: [...] a superpopulação relativa é [...], por um lado, a causa de que em muitos ramos da produção seja mantida a subordinação mais ou menos incompleta do trabalho ao capital e de que esta dure mais que o tempo que, à primeira vista, corresponde ao estágio geral do desenvolvimento; isso resulta do barateamento e da grande quantidade dos assalariados disponíveis ou liberados, além da maior resistência que alguns ramos de produção, segundo sua natureza, opõem à transformação do trabalho manual em trabalho mecanizado. [...] Comércio exterior: [...] do mesmo modo, a expansão do comércio exterior, que na infância do modo de produção capitalista constituía a base deste último, converteu-se, no curso de seu progresso, em seu próprio produto, por meio da

necessidade interna desse modo de produção, de sua necessidade de um mercado cada vez mais ampliado.

E Marx conclui que a atuação das tendências contra-arrestantes “não derroga a lei, porém enfraquece seus efeitos”. E ele reforça: “é assim que a lei atua apenas como tendência, cujos efeitos só se manifestam claramente sob determinadas circunstâncias e no decorrer de longos períodos” (MARX, 2017, p. 277). Essas observações são importantes para que não se caia num relativismo que coloque em um mesmo patamar a tendência e as contratendências. Afinal, não teria sentido identificar a lei caso as contratendências a anulassem de maneira absoluta. Com isso, Marx, sem assumir qualquer postura de previdente do futuro, denega qualquer relativismo e reforça que as crescentes dificuldades postas pelo movimento contraditório do capital revelam a própria historicidade desse modo de produção.

## **Crise ambiental: limites ambientais à valorização e ecologização do capital**

O presente tópico procura aprofundar o foco analítico já anunciado: os obstáculos ambientais à valorização e a ecologização do capital como forma de superação desses obstáculos sob a determinação do valor – o que não derroga o caráter ambientalmente expansivo-destrutivo do capital. Com isso, estamos apontando: por um lado, que o movimento do capital cria obstáculos ambientais que ameaçam sua valorização; e, por outro, a capacidade do capital em superar os limites colocados por sua própria lógica contraditória com a natureza no que tange à produção continuada de valor, ou seja, tendência e contratendência atuantes na processualidade da crise ambiental sob determinação da valorização. E, como aprofundamento dessa dinâmica, desdobramos que as alternativas postas pelo capital para a superação da crise ambiental teriam a possibilidade de repercutir como tendências contra-arrestantes à crise do próprio capital.

Consideração essa que deve ter seu caráter contraditório, desigual e combinado enfatizado. Ou seja,

o capital, ao buscar alternativas para a superação da crise ambiental, o faz de maneira que, contraditoriamente, combina soluções ambientalmente sustentáveis com a continuidade de dinâmicas destrutivas. Medidas como a ecoeficiência e agriculturas sustentáveis, por exemplo, são combinadas ao processo de valorização em diferentes escalas e localidades: agricultura de precisão, agroecologia e uso intensivo de agrotóxicos convivem sob as determinações do valor. A novidade é que, enquanto a produção ambientalmente destrutiva já estava constituída como produção capitalista, a *produção sustentável* representa uma *nova fronteira* para a expansão do capital, o que, a nosso ver, tem a potencialidade de constituí-la *como tendência contra-arrestante à crise do capital em geral*. Enfim, todo um movimento determinado pelo valor e não pelo ambiente.

Isso porque, ao descrever essa capacidade de superar limites, mas também de colocá-los em níveis con-

Há uma clara vinculação entre a dinâmica expansiva do capital na agricultura e a ruptura metabólica. É que a expansão tem como consequência a expulsão da população rural em direção às cidades, o que, em longo prazo, leva ao aprofundamento da falha metabólica. O avanço capitalista no campo radicaliza, portanto, aquela separação entre campo e cidade que está na base da ruptura que impede o retorno dos nutrientes ao solo.

traditoriamente mais profundos, Marx anota que “a produção capitalista tende constantemente a superar esses limites que lhe são imanentes, porém, consegue isso apenas em virtude de meios que voltam a elevar diante dela esses mesmos limites, em escala ainda mais formidável. O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o *próprio capital*” (MARX, 2017, p. 289; grifos nossos). Essa dinâmica se repete, conforme nosso entendimento, com relação à crise ambiental.

Para aprofundar essa compreensão, entretanto, precisaremos investigar as *alternativas postas pelo capital à crise ambiental sob a determinação do valor*. A análise a seguir reforça que as condições naturais devam ser identificadas historicamente – num contexto sociotécnico temporal e espacialmente localizado – como limites ou potencialidades a partir do

fundamento da produção capitalista: a valorização. O que não quer dizer, pelo contrário, que o contexto sociotécnico – no caso, aquele do capitalismo – teria a capacidade de manipular de modo absoluto as condições naturais. A ênfase aqui será na compreensão das condições naturais – e na sua conceituação como vantagem ou obstáculo –, tendo por referência a determinação expansiva do valor, mas sem desconsiderar a historicidade na qual ela opera. Por exemplo, uma vantagem natural que, em um primeiro momento, favorece o capitalismo, pode revelar-se um obstáculo em um prazo mais dilatado: “o exemplo mais simples é o de uma abundância natural ou maior fecundidade favorecer a acumulação do capital, até o momento em que esta mesma abundância satura o mercado consumidor e sobrevém a fase de contração na acumulação do capital” (MONTIBELER-FILHO, 2001, p. 198).

Reforçando o caráter desigual e combinado da dinâmica capitalista na sua relação com a natureza, temos que, “se olharmos para o desenvolvimento desigual combinado ao longo do tempo, em um local, as condições naturais que impedem o desenvolvimento econômico de uma região em um determinado momento podem ‘salvar’ recursos naturais naquela região para posterior descoberta e/ou utilização” (RUDY, 1994, p. 103).

Tais situações podem ser exemplificadas pela exploração de petróleo em locais que anteriormente eram restringidos devido aos elevados custos de produção. Esses locais são preteridos por aqueles cujos custos de produção são mais baixos e, assim, acabam sendo mantidos inexplorados. Tal situação pode alterar-se por meio do barateamento dos custos produtivos decorrentes do desenvolvimento tecnológico ou mesmo devido ao esgotamento daqueles locais de exploração mais fácil, ainda que os custos de produção mantenham-se elevados. É que, nessa situação, o preço do petróleo também se eleva de tal maneira que passa a permitir a exploração lucrativa mesmo que os custos não baixem. Nesse caso, um obstáculo inicial converteu-se em uma vantagem com o passar do tempo.

Caracterizando mais precisamente os fundamentos contraditórios da relação capital-natureza, é preciso verificá-la a partir tanto do capital quanto da na-

tureza. Analisada a partir do capital, seu fundamento é a produção de valor, sendo, por isso, uma relação na qual o capital é o *sujeito* que objetiva justamente garantir que esse fundamento se realize. Para o capital, seria uma enorme vantagem se ele pudesse impor unilateralmente sua diretiva de valorização sobre a natureza, o que efetivamente não ocorre por determinações da própria natureza – que se destaque, a título de exemplo, a continuada obsessão do capital em adequar, ou melhor, forçar os ritmos naturais aos ritmos da valorização – e também em decorrência das condições sociotécnicas do momento histórico. Assim, concentrando-nos no segundo elemento da relação, a natureza, verificamos que, no limite, ela não se submete inteira e absolutamente às determinações do capital, posto que a história natural antecede e certamente sucederá a história humana. Como afirmava Lukács (2013): “por meio do trabalho efetiva-se um progressivo afastamento das barreiras naturais, cujas vinculações com os seres humanos são, porém, inelimináveis”.

Nos elementos estudados a seguir, nossa análise estará, portanto, concentrada não na condição de limite do recurso ou condição natural, mas sim na forma que tais elementos naturais se inserem na dinâmica do valor. Assim, eles podem ser captados a partir da condição que assumem para o capital, ora como obstáculo, ora como potencialidade para a valorização. Essa compreensão busca apreender a dinâmica contraditória do capital em seu movimento efetivo, além de apreender as tendências e contratendências ali atuantes.

Iniciemos verificando as contradições da relação capital-natureza, articulando-as à lógica expansiva do capital e às tendências aí operantes a partir da compreensão dessa relação como metabolismo entre humanidade e natureza. Na obra *A ecologia de Marx*, Foster (2011) destaca do pensador alemão o conceito de metabolismo (*Stoffwechsel*) para definir o processo de trabalho como a relação entre o homem e a natureza. Segundo Marx, citado por Foster, esse metabolismo é “um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através de suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza” (MARX *apud* FOSTER, 2011, p. 201). Porém, com o advento

e a consolidação do modo de produção capitalista, ocorre uma crescente ruptura ou falha (*rift*) nesse metabolismo socioambiental, sendo a separação antagonista entre cidade e campo a mais evidente confirmação dessa ruptura. O argumento básico para a discussão sobre a falha metabólica encontra-se no *Livro I* de *O Capital*:

Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da permanente do solo (MARX, 2013, p. 573).

Há uma clara vinculação entre a dinâmica expansiva do capital na agricultura e a ruptura metabólica. É que a expansão tem como consequência a expulsão da população rural em direção às cidades, o que, em longo prazo, leva ao aprofundamento da falha metabólica. O avanço capitalista no campo radicaliza, portanto, aquela separação entre campo e cidade que está na base da ruptura que impede o retorno dos nutrientes ao solo. Prova dessa ruptura é a escalada crescente de quimificação da agricultura, que, no decorrer do século XX e chegando aos dias atuais, marca claramente a dependência da agricultura ao petróleo e seus derivados – dependência essa que ainda não era perceptível para Marx naquele momento histórico como é hoje –, bem como sua crescente artificialização.

Nessa direção, deve-se destacar que a produção de fertilizantes artificiais é extremamente dependente da exploração mineral e do petróleo – fazendo, inclusive, seus preços vincularem-se a esse recurso natural. Essa dependência, no caso do petróleo, é capaz de revelar, além da dinâmica de custos a ela relacionada, outro elemento que deve ser contabilizado: o balanço energético negativo. Isto é, a falha metabólica assume novos e mais acentuados contornos quando consideramos que a produção agrícola artificializada consome mais energia do que produz efetivamente – o fundamento do balanço energético negativo.

Nesse contexto, a natureza vai assumindo uma forma crescente de obstáculo à medida em que o avanço das forças produtivas implica em uma ruptura da relação campo-cidade, natureza-sociedade.

Esse quadro de condições ambientais para a valorização de expansão do capital fica mais detalhado – enquanto vantagens ou obstáculos – quando relacionado à *segunda contradição do capital* (O’CONNOR, 2002), mais especificamente àquela nas quais as condições ambientais-agrícolas anteriormente vantajosas podem, num prazo mais extenso, converter-se em desvantagens. Nesse caso, a fertilidade natural pode ser inicialmente utilizada de maneira vantajosa, porém, de tal forma que ocasionasse sua degradação – o que se configuraria em uma situação de *externalização dos custos* – e, quando a degradação venha a atingir um ponto tal no futuro que implique em maiores custos ao capital, este se dirija a novas áreas. Nem sempre essa expansão para novas áreas é possível,

A expansão do capital agrário impacta na elevação da renda fundiária, isto é, no aumento dos custos da terra para o capital, o que, por sua vez, obriga o capitalista a tornar seu uso mais eficiente para que aquela elevação dos custos possa ser compensada ou minimizada

tendo em vista o monopólio de porções crescentes do planeta, o que, nesse caso, acarreta a necessidade de o capital realizar maior investimento para recuperar a fertilidade perdida do solo. Enfim, a externalização dos custos torna-se impossível e o capital se depara com os componentes ambientais daquilo que O’Connor (2002) define como *segunda contradição* (que tem também uma dimensão social), que toma a forma de um limite natural à expansão do capital que foi, contudo, gerado pela própria dinâmica do capital. Aqui misturam-se elementos naturais e sociais, mas com clara prevalência dos sociais, mais exatamente aqueles relacionados ao movimento do capital.

Mas essencialmente ambas as situações – aprofundamento da falha metabólica e incorporação de novas áreas no contexto da segunda contradição – articulam-se e revelam a lógica expansiva espacial do capital que acaba por conduzi-lo em direção a limites naturais cada vez mais dramáticos. Mas, como dito,

esses limites naturais só são compreensíveis quando identificados como decorrentes de relações sociais específicas, relações capitalistas. A maior dramaticidade deve ser assim compreendida: a incorporação continuada e crescente de porções da natureza na dinâmica produtiva do capital acaba tornando proporcionalmente cada vez mais importante o monopólio dessas porções naturais. Ou seja, diante da redução das fronteiras de expansão capitalista, o monopólio do solo revela a dimensão predominantemente *social* – mais exatamente vinculada à valorização – dos chamados limites *naturais*.

Sendo assim, esse é um obstáculo ambiental socialmente determinado que o capital precisa superar para continuar valorizando-se. Para compreendermos a alternativa que o capital desenvolve para superar esse obstáculo, devemos relacioná-la à discussão sobre a eficiência energética, sobre a qual apresentamos brevíssimo esboço a seguir. Para isso, consideremos as conotações de eficiência energética: entálpica, entrópica e econômica. As duas primeiras conotações referem-se à primeira e à segunda leis da termodinâmica, respectivamente, sendo um cálculo de grandezas da física, isto é, do *mundo natural*. A terceira, a eficiência econômica, resulta da razão entre insumos e produtos, sendo a mais amplamente utilizada. A lógica da eficiência econômica consiste em “rebaixar o custo de insumos para a obtenção de um dado serviço energético ou aumentar o nível de serviço energético a partir de um nível constante de insumos energéticos” (SÁ BARRETO, 2018, p. 64-65). Ou seja, longe de uma preocupação com as eficiências *entálpica* ou *entrópica*, nas quais prevalece uma preocupação ambiental, revela-se que o capital concentra sua preocupação e suas medidas efetivas nos *custos* econômicos da energia e, portanto, na *eficiência econômica* (SÁ BARRETO, 2018).

Esse caráter acentuadamente econômico (e, portanto, relacionado ao valor) da eficiência energética pode ser estendido a outras propostas do programa ecológico calcado na chamada ecoeficiência, onde os *custos* ambientais que não podem mais ser externalizados passam a constar da contabilidade capitalista: custos ambientais convertidos em custos econômicos. Concentremo-nos, entretanto, na relação entre a lógica econômica que preside a eficiência energética

e os limites à expansão capitalista a novas áreas rurais e, portanto, à renda fundiária.

A expansão do capital agrário impacta na elevação da renda fundiária, isto é, no aumento dos custos da terra para o capital, o que, por sua vez, obriga o capitalista a tornar seu uso mais eficiente para que aquela elevação dos custos possa ser compensada ou minimizada. Daí que o capital adote medidas que permitam uma utilização *mais racional* da terra, o que inclui um conjunto de tecnologias que podem ser agrupadas, por exemplo, nas práticas de *agricultura de precisão*, de *biotecnologia genômica* e de *automação do campo*, dentre outras. Com isso, também no uso da terra, a alternativa capitalista para a superação de um dado obstáculo assume uma condição coerente com o programa da ecoeficiência em seu fundamento: a eficiência econômica é o objetivo determinante, isto é, sua dinâmica é determinada pela valorização. Como o foco da atenção capitalista são os elementos econômicos e não aqueles ambientais, as dinâmicas ambientalmente destrutivas continuam a operar. Mas esse é o ponto menos importante para o capital. Desde que contribuam para a superação dos obstáculos ambientais *ao valor*, tais medidas comporão aquilo que designamos como *ecologização do capital*.

## Considerações finais

Para nossas considerações finais devemos partir desse breve sobrevoo das formas de ecologização do capital, que são fundamentalmente aprofundamentos das dinâmicas de mercadorização da natureza. Esse elemento refere-se à consideração marxiana sobre o papel da natureza no processo de valorização. Ao mencionar que “o trabalho é o pai da riqueza material, como diz William Petty, e a terra é a mãe” (MARX, 2013, p. 121), Marx não desconhece que é o trabalho o criador do *novo valor* que se materializa na forma de riqueza social da sociedade capitalista: a mercadoria. Sendo assim, *a natureza não produz valores novos*, mas tão somente formas de *renda*.

No que tange às formas de ecologização aqui sumariadas, e que servem de referência para outras formas de ecologização, temos que todas elas se restringem justamente a modalidades de inserção da natureza nos processos produtivos, sintetizadas no seu uso mais ou menos eficiente, na sua condição de vantagem ou obstáculo, mas fundamentalmente na crescente mercadorização da natureza. Sendo assim, temos que a natureza se configura como vantagem ou obstáculo, como limite ou barreira a ser superada no contexto da dinâmica da valorização, mas de forma *subordinada ao valor* – como não poderia deixar de sê-lo. É sob a determinação dessa condição que a ecologização do capital atuará na crise relacionada à queda tendencial da taxa de lucro: como contratendência relativa a formas de renda, a ecologização do capital não derroga o limite fundamental da crise do capital, a crescente eliminação proporcional da força de trabalho viva dos processos de valorização.

Essa limitação, contudo, precisa ser compreendida em sua efetividade. Primeiramente, é preciso destacar que a renda – cuja referência na obra marxiana é a renda fundiária estudada do *Livro III* – não decorre da própria terra, mas que o monopólio da terra permite ao proprietário da terra “apropriar[-se] de sua cota crescente do mais-produto e do mais-valor, cota que aumenta sem sua intervenção” (MARX, 2017, p. 699). Mais exatamente, é parcela do lucro do capitalista agrário que se transforma em renda nas mãos do proprietário fundiário.

Para exemplificar a relação entre renda e lucro,



Marx se utiliza de uma comparação entre uma produção que faz uso das vantagens proporcionadas por uma queda d'água como força motriz frente a outra que se utiliza da energia a vapor para a mesma função. A queda d'água possibilitará ao capitalista que a utiliza a obtenção de um *lucro extraordinário* frente a seu concorrente: “o lucro extra dos produtores que empregam como força motriz as quedas d'água naturais se comporta, de início, como qualquer lucro extra”, isto é, “esse lucro extra é também igual à diferença entre o preço de produção individual desses produtores favorecidos e o preço de produção social geral, regulador do mercado, de toda essa esfera da produção” (MARX, 2017, p. 705). O valor da mercadoria produzida com auxílio da força de trabalho é menor porque “sua força produtiva maior se mostra no fato de que, para produzir a mesma massa de

Ainda que a *solução* capitalista para a crise ambiental caracterizada como mercadorização dos limites ambientais represente uma *oportunidade* de expansão – para usar um termo afeito aos círculos capitalistas –, há que se considerar, entretanto, a forma como a natureza necessariamente se insere no processo de valorização, isto é, a natureza *não gera valor novo*, restringindo-se a *transferir* valor à mercadoria, o que revela que a crise ambiental é um importante elemento da crise do valor e justifica sua apreensão dentro da totalidade do movimento expansivo do capital.

mercadorias, ela necessita de uma quantidade menor de capital constante, uma quantidade menor de trabalho objetivado que as outras; além disso, ela requer uma quantidade menor de trabalho vivo (MARX, 2017, p. 705). Esse lucro extraordinário advém não de um investimento produtivo, mas tão somente do aproveitamento da *vantagem* proporcionada por um *recurso natural*.

Relacionando essas considerações como a exposição aqui realizada, identificamos que os limites não são simplesmente limites naturais ao capital, mas fundamentalmente limites que, mesmo na condição de elementos naturais, são limites decorrentes da dinâmica expansiva do capital, isto é, são limites à valorização. Os limites naturais ao capital exprimem parte da lógica *contraditória* do próprio capital. Também

apontamos que essa relação capital-natureza deva ser considerada *concretamente*, tendo em vista que, dependendo da maneira como o capital se relaciona com a natureza, ela pode tanto favorecer aos processos de acumulação quanto obstaculizá-los.

Ainda que a *solução* capitalista para a crise ambiental caracterizada como mercadorização dos limites ambientais represente uma *oportunidade* de expansão – para usar um termo afeito aos círculos capitalistas –, há que se considerar, entretanto, a forma como a natureza necessariamente se insere no processo de valorização, isto é, a natureza *não gera valor novo*, restringindo-se a *transferir* valor à mercadoria, o que revela que a crise ambiental é um importante elemento da crise do valor e justifica sua apreensão dentro da totalidade do movimento expansivo do capital. Desvincular a apreensão da crise ambiental da crise do valor acarreta a não compreensão do movimento real e articulado de ambas – crise ambiental como decorrência da lógica expansiva do valor e soluções capitalistas para a crise ambiental como elementos contratendências à crise do valor. Porém, o mais importante é que, sendo a renda decorrente do valor, a crise do valor não pode ser efetivamente resolvida por meio da *fuga* para a renda, reforçando a tendência geral de crise do valor – o que reforça a processualidade contraditória de superação das crises pelo capital: supressão e recolocação dos obstáculos e contradições. Falando mais diretamente da ecologização do capital, temos sinteticamente a seguinte situação: 1) a natureza não possui uma condição de obstáculo ou vantagem abstratamente definida; 2) tal condição é definida historicamente em um dado contexto sociotécnico que é mutável; 3) ainda assim, o movimento expansivo do capital acaba por conduzir ao crescimento dos obstáculos ambientais à valorização, o que constitui a crise ambiental; 4) a ecologização do capital seria a resposta capitalista a tal situação, o que se materializa por meio da adoção combinada de formas destrutivas ou sustentáveis de relação com a natureza, cuja prevalência combinada – sustentabilidade ou destrutividade – decorre tão somente da potencialidade de cada uma em franquear a superação dos obstáculos ambientais à valorização; 5) por relacionar-se apenas indiretamente ao valor e, mais efetivamente vinculada

à renda, a ecologização do capital pode tão somente atuar como tendência contra-arrestante da crise capitalista, não derogando a tendência de crise que é imanente a esse modo de produção; e 6) por ser determinada pela valorização e não pelo ambiente (pelo capital e não pela natureza), a ecologização do capital não suprime o caráter ambientalmente destrutivo do modo de produção capitalista.

Em outras palavras, o capital, mesmo demonstrando enorme capacidade adaptativa quanto aos limites ambientais, permanece atrelado à tendência de tencioná-los em suas máximas potencialidades, o que é uma condição imanente da lógica da valorização, porque, como já verificamos, essa lógica é determinada pela dinâmica do valor, sendo secundárias suas consequências ambientais.

Assim, de forma análoga à constatação marxiana de que o valor de uso é suporte do valor, a ecologização seria tão somente um suporte ao valor. Por certo que a incorporação da natureza em escala continuamente ampliada ao capital reforça os desdobramentos ambientais dessa incorporação no horizonte das possibilidades destrutivas do capitalismo, mas, justamente por ser tendencial, não nos é permitido concluir nem quando nem se necessariamente essa dinâmica ambientalmente destrutiva levará à derrocada do capital. O que, não custa reforçar, deve ainda ser articulado ao caráter do desenvolvimento capitalista, que tem sido capaz, ainda, de combinar tendências contraditórias: destruição em um lugar e sustentabilidade em outro, mas todas subordinadas à valorização. **US**

ANGUS, Ian. O apartheid ambiental é a norma no Antropoceno. Portal Ecodebate, 18/05/2020.

Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/05/18/o-apartheid-ambiental-e-a-norma-no-antropoceno/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas (SP): Editora da Unicamp/São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social: Volume 2**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política, Livro I - O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da economia política, Livro III - O processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Editora de UFSC, 2001.

O'CONNOR, James. **¿Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, H. Ecologia Política: natureza, sociedade y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RUDY, Alan. The Dialectics of Capital and Nature. *In: Capitalism Nature Socialism* 5(2): 95-106; Junho de 1994. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/233314193\\_On\\_the\\_Dialectics\\_of\\_Capital\\_and\\_Nature/link/57e3f5e408aef0fe404126a9/download](https://www.researchgate.net/publication/233314193_On_the_Dialectics_of_Capital_and_Nature/link/57e3f5e408aef0fe404126a9/download). Acesso em: 02 dez. 2019.

SÁ BARRETO, Eduardo. **O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

# referências

# Crise socioambiental e horizontes biocivilizatórios: Estado plurinacional, bem viver e direitos da natureza

*Marcos Bernardino de Carvalho*  
Professor na Universidade de São Paulo (USP)  
E-mail: mbcarchalho@usp.br

**Resumo:** O Estado plurinacional e seus fundamentos – bien vivir e “direitos da natureza” – difundidos pelos povos originários e comunidades tradicionais, em resistência à colonialidade, oferecem-se como horizonte promissor para a construção de um projeto (bio)civilizatório alternativo ao padrão global de espoliação que o Estado Nacional Moderno viabilizou. O Estado plurinacional, em seu processo de construção e implantação, além de revelar compreensão da dinâmica geopolítica que levou ao atual sistema-mundo, não só indica os meios alternativos de combatê-lo, mas evidencia sintonia com algumas das questões mais críticas da atualidade, sobejamente a questão socioambiental, tema deste número da *Universidade e Sociedade*. Com este artigo, pretende-se contribuir para aprofundar algumas das principais dimensões que envolvem essas questões, oferecendo argumentos que demonstram a força dessas propostas gestadas na América Latina, considerando as condições de alguns países que já as institucionalizaram e explicitando o enorme potencial que apresentam, para facear a principal crise de nosso tempo: a crise socioambiental, em suas variadas formas de manifestação.

**Palavras-chave:** Crise Socioambiental. Estado Plurinacional. Direitos da Natureza. Bem Viver.

## Introdução

No 41º Congresso do ANDES-SN ocorrido em Rio Branco, Acre, entre os dias 6 e 10 de fevereiro deste ano, apresentamos (um conjunto de sindicalizados da ADUSP)<sup>1</sup> um texto de apoio (TA) – “Movimento docente, crise socioambiental e horizontes biocivilizatórios” – com o intuito de fundamentar as cinco propostas do seu Texto de Resolução (TR), visando que o sindicato nacional docente deliberasse, em sua máxima instância de decisões, aderir às causas dos

povos originários da América, divulgar e debater suas principais reivindicações e perspectivas (destacadamente o “bem viver”, a “plurinacionalidade” e os “direitos da natureza”), exortar pela ampliação da representação dos indígenas nas universidades brasileiras e seguir organizando seminários e eventos que tratem e divulguem o tema, assim como continuar apoiando, ativa e financeiramente, os Acampamentos Terra Livre (já em sua 19ª edição) e divulgando (nas plataformas, sites e nas seções sindicais do ANDES) as manifestações por eles produzidas, como o Docu-



mento Final do Acampamento Terra Livre 2022 e “Os Pontos para uma Plataforma Indígena de Reconstrução do Brasil”<sup>2</sup>.

Em função da dinâmica do Congresso, dos quinze grupos mistos previstos para desenvolver as discussões e deliberar o que deveria ou não ir a plenário (segundo o Art. 21 do Regimento do Congresso, essa é uma prerrogativa das propostas aprovadas por maioria simples ou que tenham obtido no mínimo 30% dos votos em pelo menos um dos grupos), apenas quatro grupos conseguiram debater o TR apresentado.

Com algumas modificações e/ou propostas de supressões de itens, as sugestões foram bem recebidas, ao menos pelos grupos que as apreciaram.

Três desses grupos acolheram uma das propostas do TR, relacionada àquelas reivindicações destacadas, sugerindo que o “ANDES-SN acumule sobre perspectivas de *Bien Vivir*, Plurinacionalidade e Direitos da Natureza, com indicativo de realização de painel na próxima reunião do GT PAUA”. Um outro item da resolução, aprovado igualmente pela maioria dos grupos que a discutiram, já apareceu no relatório

consolidado<sup>3</sup> com uma proposta de compatibilização e, entre as modificações sugeridas, “Que o ANDES-SN lute pela ampliação da representação dos povos originários nas universidades brasileiras, Institutos Federais e CEFET, bem como nos eventos promovidos e nas entidades que representam suas trabalhadoras e seus trabalhadores”.

Da mesma forma, obteve aprovação a continuidade de apoio ao Acampamento Terra Livre, em associação com a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), bem como a divulgação de seus documentos.

Essas propostas, no entanto, embora tenham adquirido o direito regimental de serem apreciadas e deliberadas pelo plenário, por falta de tempo e pelo desenvolvimento das discussões, não chegaram a entrar na pauta das deliberações. Sendo assim, conforme reza o Estatuto do Sindicato, foram remetidas para o CONAD (Conselho do ANDES-SN), e, junto com os demais TRs não discutidos e deliberados no 41º Congresso, serão objeto de apreciação no 66º CONAD, que ocorrerá em Campina Grande-PB, em meados deste ano de 2023<sup>4</sup>.

No momento em que este artigo vier a público, tanto o CONAD como uma nova versão do ATL já terão sido realizados ou estarão em curso de realização, já que o lançamento deste número da Revista Universidade e Sociedade está previsto para acontecer no próprio 66º CONAD. Sendo assim, tanto as deliberações relacionadas ao tema do TR apresentado como uma nova versão de Documento Final (do ATL 2023) serão implementadas e divulgadas ou estarão em processo de apreciação.

Queremos crer que dificilmente o CONAD não abrigará ao menos as necessidades indicadas por alguns daqueles poucos grupos que tiveram a chance de apreciar as propostas. Dentre essas, como já informado, a indicação de que “o ANDES-SN acumule sobre perspectivas de *Bien Vivir*, Plurinacionalidade e Direitos da Natureza”, ou que siga lutando pela “ampliação da representação dos povos originários nas universidades brasileiras”, ou que divulgue os documentos finais do Acampamento Terra Livre e “Os Pontos para uma Plataforma Indígena de Reconstrução do Brasil”.

O intuito deste artigo, independente das deliberações que vierem a ser tomadas, e aproveitando o tema

geral deste novo número da Revista Universidade e Sociedade 72 – A crise ecológica e socioambiental: territórios, política e meio ambiente –, é de, sobretudo, contribuir com esse “acúmulo”, retomando e aprofundando alguns dos argumentos apresentados na ocasião do 41º Congresso pelo texto de apoio e pelas propostas de resolução indicadas.

## Que o ANDES-SN acumule sobre perspectivas de *Bien Vivir*, Plurinacionalidade e Direitos da Natureza

A proposta de acumular denota necessidade de reunir argumentos e reflexões que proporcionem amadurecimento para, enfim, tomar uma decisão com relação às bandeiras e perspectivas que já há algum tempo vêm sendo abraçadas não só pelos povos originários de diversos lugares do planeta, especialmente em países do chamado sul global, mas também por outros agrupamentos derivados de movimentos diversos, tais como aqueles já protagonizados por comunidades tradicionais e quilombolas no Brasil, por exemplo.

As conotações de excesso ou de armazenamento em grande quantidade, normalmente associadas à ideia de acúmulo, nesse caso, também fazem sentido, desde que reconheçamos que, pelo menos no âmbito dos movimentos, das comunidades e dos povos mencionados, já há uma larga tradição, seja de existência ou de (re)existência/resistência (durante os períodos das invasões e ocupações coloniais dos últimos mais de cinco séculos), que os convenceu ou os dotou de maturidade suficiente para continuarem defendendo e perseguindo os horizontes, e que tais perspectivas traduzem, transformando aquilo que representa o cotidiano de suas condições existenciais e comunitárias em “palavras de ordem”, que passaram a ser oferecidas ao movimento social mais amplo como condição, inclusive, da manutenção e reprodução das integridades e vidas de todas e todos, humanos e não humanos.

No mencionado Documento Final do ATL 2022, por exemplo, as representações de mais de duas centenas de povos indígenas que lá estiveram reunidos não vacilaram em proclamar, no âmbito de luta, “por

um projeto civilizatório de país e de mundo”, a necessidade de “reafirmamos que nossa união é fundamental para avançarmos, juntos, rumo ao nosso projeto de país plurinacional, de paz, justiça e harmonia com nossa Mãe Natureza”<sup>5</sup>.

Alguns dos posicionamentos contidos nesse documento nada mais fizeram do que repercutir as declarações já produzidas pelas diversas *Cumbres Continentales de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala*, especialmente em uma dessas, a de 2007, ocorrida na Guatemala, na qual produziu-se a *Declaração de Iximche*, cidade onde a *Cumbre* teve lugar, que anunciava a constituição de uma “Coordenação Continental das Nacionalidades e Povos Indígenas de Abya Yala”, exortando por “consolidar os processos iniciados para fortalecer a refundação dos Estados – nação e a construção dos Estados plurinacionais e sociedades interculturais, através das Assembleias Constituintes, com representação direta dos povos e nacionalidades indígenas”<sup>6</sup>.

Um pouco depois dessa *Cumbre*, em 2008 e 2009, dois países latino-americanos, Equador e Bolívia, promulgaram novas constituições que os definiram como Estados plurinacionais, apoiados nos horizontes do “bem viver” e dos “direitos da natureza”. E, em 2021, Elisa Loncón, professora e liderança Mapuche, em seu discurso de posse na presidência da Convenção Constitucional do Chile, defendeu a refundação de seu país, em novas bases – plurinacionais e interculturais – para ampliar a democracia, a participação “em um Chile que cuida da Mãe Terra, que limpa as águas e livre de toda dominação”, igualmente exortando por um processo em “que possam nos ver desde o último rincão de nosso território e nos escutar em nossas línguas originárias, que ficaram postergadas durante tudo o que foi o Estado-nação chileno”<sup>7</sup>.

A constituinte chilena, como sabemos, produziu uma nova constituição, que incorporou boa parte dos desejos manifestados nesse discurso inaugural, com a previsão de transformar o Chile em um estado plurinacional, além de estabelecer paridade de gênero em todos os poderes e criar um sistema público de saúde, entre outras medidas arrojadas. Mas essas foram rejeitadas pela maioria da população, em plebiscito ocorrido em 4 de setembro de 2022. No entanto, um novo processo para a elaboração de

nova constituição segue em curso. E os defensores das ideias e das razões ali contidas, particularmente os representantes dos “povos e nações esquecidos e não escutados”, seguem debatendo e expondo os argumentos e as necessidades de suas inclusões na vida da nação chilena, oferecendo-se como exemplo e referência para outros e outras que igualmente tenham suas dinâmicas e alteridades subjugadas pelos limites e restrições dos estados-nações e os privilégios concedidos à nacionalidade que os subjugou.

Esses povos e nações, no Chile, no Brasil ou em outros países, têm abraçado o mesmo projeto civilizatório. Nos dizeres do mencionado Manifesto ATL 2022, este é um projeto “baseado nos princípios de respeito à democracia, aos direitos humanos, à justiça e ao cuidado com o meio ambiente e com a Mãe

A proposta de acumular denota necessidade de reunir argumentos e reflexões que proporcionem amadurecimento para, enfim, tomar uma decisão com relação às bandeiras e perspectivas que já há algum tempo vêm sendo abraçadas não só pelos povos originários de diversos lugares do planeta, especialmente em países do chamado sul global, mas também por outros agrupamentos derivados de movimentos diversos, tais como aqueles já protagonizados por comunidades tradicionais e quilombolas no Brasil, por exemplo.

Natureza”. E chamando a atenção para a imensa diversidade de povos aqui existente (e ignorada), afirma que esse também deva ser “um projeto que respeite a diversidade étnica e cultural do país do qual fazemos parte, com mais de 305 povos diferentes e 284 línguas indígenas, sem racismo, preconceitos e discriminações de nenhum tipo”<sup>8</sup>.

Ainda em 2022, o líder e pensador indígena Ailton Krenak, em uma de suas últimas publicações (o livro *Futuro Ancestral*, resultado de uma coletânea de publicações recentes organizada por Rita Carelli), reafirmava tais projetos e perspectivas, ao mesmo tempo em que, de certa maneira, até nos oferecia pistas para o entendimento de alguns reveses sofridos na consecução desses projetos, como o ocorrido no Chile, ou o que se verifica naqueles outros que, embora tenham adotado e institucionalizado tais horizontes, ainda estão longe de os terem incorporado na vida cotidiana e na dinâmica do dia a dia de suas sociedades:

Seria essencial refundarmos nosso país e concebermos, por aqui também, a ideia de um Estado plurinacional, porque esse nosso velho Estado colonial tem um DNA de pirata, de bandeirante: existe para comer os outros. Eu fico admirado que a maior parte das lideranças políticas, não só do Brasil, mas de grande parte do planeta, são tão alienadas que não se tocam que, se não nos abrirmos a essa matriz cultural ampla, vamos apenas aprofundar o desastre em que estamos metidos – inclusive do ponto de vista ambiental (KRENAK, 2022, p. 88).

A crítica à alienação das ‘lideranças’, que não se atentam para a necessidade de se abrirem para “essa matriz cultural mais ampla” e o risco que isso produzirá em termos de aprofundamento do “desastre em que estamos metidos”, indica, ao menos em parte, onde reside a razão dos reveses que projetos claramente antenados com as soluções das crises que estamos atravessando na atualidade possam sofrer.

E, assim como o próprio Krenak nos adverte: “os povos originários têm outras contribuições ao debate, tanto sobre a pólis quanto sobre as ideias de natureza, ecologia e cultura” (*ibid.*), seria muito aconselhável prestar mais atenção naquilo que algumas de

Não se está falando de uma floresta qualquer, mas sim do principal manancial de sociobiodiversidade do planeta, compartilhado por centenas de povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas e ao menos nove países, todos plurinacionais, mesmo que apenas dois deles já tenham reconhecido isso institucionalmente.

suas principais lideranças, especialistas em “adiar o fim do mundo” ou em impedir “a queda do céu”, têm a nos dizer, pois isso resulta do acúmulo de experiências dos povos que representam e que sobreviveram aos últimos séculos de saque, escravização, desterro e exploração, junto com todas as outras dimensões de existência, não humana, que os acompanharam nessa (sobre)vivência.

O mencionado Krenak foi também uma das lideranças da Aliança dos Povos da Floresta, articulação idealizada por Chico Mendes, que promoveu o encontro entre o Conselho Nacional dos Seringueiros e a União das Nações Indígenas para resistir à des-

truição e às ameaças que sofriam à época de sua criação, nos anos 1980. Essa aliança, criada no Acre, teve grande papel na defesa do importante manancial de sociobiodiversidade amazônico, talvez o principal do planeta, e é reconhecida como uma espécie de divisor de águas na luta socioambiental brasileira por evidenciar o caráter político e sociocultural dessa luta, demonstrando as reciprocidades e interdependências existentes entre biodiversidade e sociodiversidade, ampliando a noção de preservação ambiental, da ecologia e da própria luta ambiental, assim como os caminhos para a superação das crises que as agressões à floresta e ao ambiente produzem, tanto local como regional ou globalmente.

O assassinato de seu idealizador, Chico Mendes, meses após ter recebido o Prêmio Global 500 em reconhecimento à importância de sua luta, é a prova de que ele e a aliança que ajudou a construir e a liderar produziram incômodos certos, enquanto chamavam a atenção para a gravidade daquilo que já se estava anunciando.

O InformAndes, distribuído por ocasião do 41º Congresso, dando-nos as boas-vindas ao Acre, corretamente o caracterizava como “estado de lutas e alianças de povos da floresta”.

Essa ocasião, de uma reunião tão significativa como o Congresso do ANDES-SN (que reuniu mais de 600 docentes, representando dezenas de associações e universidades do país, incluindo as tendências políticas e os coletivos dos quais muitas e muitos dos ali presentes participam), seria uma boa oportunidade de integrar o ANDES-SN ao espírito dessa aliança, trazendo para o centro de nossas discussões o apoio e a solidariedade ativa ao conteúdo político e ao potencial transformador do ambientalismo que ela anunciava décadas atrás, sinalizando a compreensão da gravidade e da centralidade dessa discussão e de seu enfrentamento, que só se acentuaram com o passar dos anos. Alguns dos argumentos que reforçam a importância de atendermos ao chamado dessa aliança, das condições que a animam e da correção das bandeiras que a conduzem serão aqui retomados, visando dar consequência à bela saudação feita pela presidenta do ANDES-SN na sessão inaugural do Congresso de Rio Branco e que se iniciou com a famosa frase do próprio Chico Mendes (em itálico):

*“No começo, pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade”.* Estamos nas terras de Chico Mendes, na Amazônia acreana, nesse lugar de enormes contradições, conflitos e desigualdades, mas também marcado por grandes lutas e resistência. Temos que enfatizar a importância desse congresso em um contexto de aprofundamento dos ataques a florestas e, em especial, aos povos originários. É impossível começar esse congresso sem lembrar o genocídio do povo Yanomami. Essa investida de destruição dos povos originários, das suas terras e da sua cultura provocou o sumiço de comunidades inteiras. A resistência desses povos é um exemplo de luta<sup>10</sup>.

## O tamanho da crise, merece igual atenção

A famosa frase de Chico Mendes e sua abordagem multiescalar – seringueira-floresta-humanidade – evocadas na mencionada saudação já nos dão uma dimensão do que está em jogo e do caminho a percorrer. Não se está falando de uma floresta qualquer, mas sim do principal manancial de sociobiodiversidade do planeta, compartilhado por centenas de povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas e ao menos nove países, todos plurinacionais, mesmo que apenas dois deles já tenham reconhecido isso institucionalmente.

Essa multiescalaridade remete-nos à percepção e à compreensão, em boa parte proporcionadas pela fusão de perspectivas que alianças como as dos povos da floresta significam, dos tempos críticos em que estamos envolvidos, dos riscos que estamos correndo e dos percursos necessários ao seu enfrentamento e superação.

A “equação” multiescalar – da seringueira à humanidade – proposta por Chico Mendes é a mesma, cada vez mais enunciada por aquele conjunto de pensadores e pensadoras da atualidade que, ao chamar-nos atenção para a gravidade da crise que vivemos, costumam conferir centralidade à dimensão socioambiental e à amplitude civilizatória da mesma.

Ao eleger a dimensão socioambiental como a central, a referência é a síntese que ela representa dos

múltiplos fatores que convergem para caracterizar a crise atual, que, dependendo da ênfase que se queira dar, pode ser social, econômica, ambiental, sanitária, cognitiva, étnica, religiosa, financeira, hídrica, climática, geopolítica e institucional, entre outras.

E, ao destacar a amplitude civilizatória, busca-se, ao mesmo tempo, chamar a atenção, além do que está em jogo (civilização/humanidade/floresta-natureza), para o tamanho do problema que teremos que resolver e afastar a tentação de continuar adotando fórmulas simplificadas para a sua superação, particularmente aquelas que elegem apenas um ou dois dos vetores que compõem a convergência crítica da atualidade – o econômico ou o tecnológico, por exemplo –, que costumam atrair os incautos, de agora e de antes, que ou se apegam a uma crença nos poderes quase mágicos da tecnologia para solucionar problemas sociais e econômicos ou restringem ao âmbito

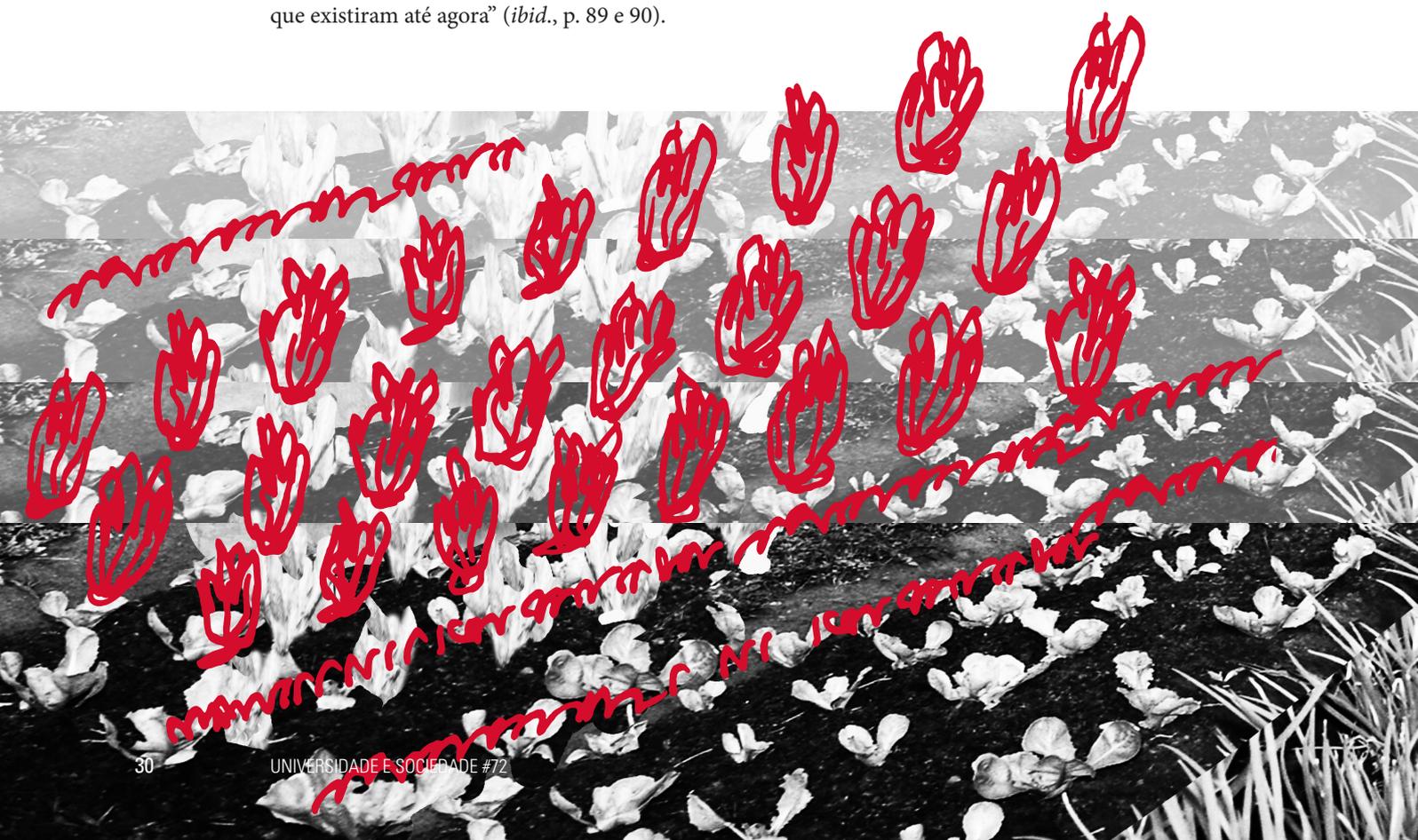
Inúmeros são os pensadores e pensadoras que aqui se poderia evocar para amparar o caráter civilizacional dessa percepção e o tamanho da tarefa que temos pela frente, a começar pelos já mencionados – Elisa Loncon, Krenak e Chico Mendes –, que, mesmo reconhecendo o papel que o sistema econômico hegemônico e vigente na atualidade tem na agudização de nossos problemas, não deixam de alertar para o reducionismo das falsas soluções ou para a extensão e alcance da crise, como também o fizeram o equatoriano Alberto Acosta e a mexicana Ana Ester Ceceña, por exemplo.

apenas de um ordenamento socioeconômico aqueles problemas que o transcendem e se ampliam para as dimensões das culturas e das civilizações, como as diversas opressões que as atravessam, especialmente aquelas ligadas à misoginia, ao gênero, às raças, às etnias e aos direitos da natureza.

Inúmeros são os pensadores e pensadoras que aqui se poderia evocar para amparar o caráter civilizacional dessa percepção e o tamanho da tarefa que temos pela frente, a começar pelos já mencionados – Elisa Loncon, Krenak e Chico Mendes –, que, mesmo reconhecendo o papel que o sistema econômico hegemônico e vigente na atualidade tem na agudização de nossos problemas, não deixam de alertar para o

reducionismo das falsas soluções ou para a extensão e alcance da crise, como também o fizeram o equatoriano Alberto Acosta e a mexicana Ana Ester Ceceña, por exemplo. O primeiro, corajosamente, em seu conhecido texto *O Bem Viver (Uma oportunidade para imaginar outros mundos)*, ao defender essa perspectiva que o título de sua obra indica, suas raízes comunitárias, não capitalistas, avessas aos princípios legados pela cosmovisão da civilização ocidental, atribui-lhe a capacidade de romper “igualmente com as lógicas antropocêntricas do capitalismo enquanto civilização dominante e com os diversos socialismos reais que existiram até agora – que deverão ser repensados a partir de posturas sociobiocêntricas e que não serão atualizados simplesmente mudando seus sobrenomes” (ACOSTA, 2016, p. 72). Acosta indica, claramente, a amplitude da tarefa que nos desafia, considerando a dimensão da crise, opondo cosmovisões e desvelando as lógicas comuns e antropocêntricas que têm movido tanto o *establishment* como quem, até pouco tempo atrás, identificava-se como seu principal contraponto: “É óbvio que uma cosmovisão dessemelhante à ocidental, que surge de raízes comunitárias e não capitalistas, existentes não apenas no mundo andino e amazônico, provoca conflitos e rupturas. Rompe igualmente com as lógicas antropocêntricas do capitalismo e dos diversos socialismos que existiram até agora” (*ibid.*, p. 89 e 90).

Ana Ester Ceceña, por sua vez, contextualiza a crise civilizatória afirmando que esta, inegavelmente, acontece sob a hegemonia de um padrão global de acumulação e espoliação, mesmo que sua solução e enfretamento transcendam os cânones classicamente considerados para isso. Por um lado, caracteriza a amplitude da crise promovida pelo sistema hegemônico – “o capitalismo se encontra em uma crise civilizatória, econômica, política...” (CECEÑA, 2010, p. 73); por outro, é o seu alcance e o caráter socioambiental ou ecológico que são destacados por Ceceña – essa “*crisis civilizatória ha puesto en jaque la vida del planeta y no ofrece oportunidades ni para los seres humanos, ni para la naturaleza*” –, com destaque para a premência dessa caracterização: “*Estamos en un momento de urgencia, al borde de una catástrofe ecológica y de catástrofes sociales de diferente dimensión*” (*ibid.*, p. 77). Mas, nem por isso, a pensadora mexicana sugere algum tipo de conformismo ou de simplificação que deixasse de considerar o conjunto e a transcendência dos fatores que estão em jogo. Para ela, apesar da localização das responsabilidades que o sistema capitalista tem na produção da urgência e das catástrofes anunciadas, centrar as perspectivas emancipatórias apenas na mudança ou melhoria das



“relações capitalistas” revela incompreensão, além de ser excludente, pois, segundo a autora, “*hay muchos movimientos y pueblos que dicen que eso no es suficiente, eso no los incluye*”. E arremata afirmando:

*Si no se plantea el problema del racismo, de la perspectiva étnica o cultural, de la diferencia societal, de la diferencia de percepciones del mundo, de esas visiones cosmogónicas del mundo tan diferentes a la visión que el capitalismo y la cultura occidental trajo a estas tierras, no estamos siendo nosotros mismos en las luchas, no nos estamos emancipando de aquello que nos oprime, no estamos partiendo de nuestra propia realidad (ibid., p. 81-82).*

Nessa mesma coletânea – *Sumak Kawsay/Buen vivir y cambios civilizatorios* –, de onde foram extraídas as menções de Ceceña, organizada pela socióloga e feminista equatoriana Irene León, igualmente o sociólogo venezuelano Edgardo Lander, em um capítulo de título significativo – *Crisis Civilizatoria: el tiempo se agota* –, arremata: “*El patrón. civilizatorio que ha intentado universalizarse durante estos últimos 500 años esta acercándose a hacer que la vida en el planeta Tierra ya no sea posible. Cuando hablamos de cambio climático o de las condiciones del agua, de la destrucción de la biodiversidad, no nos encontramos apenas ante una crisis ambiental sino ante una profunda crisis civilizatoria*” (LANDER, 2010, p. 27).

## **Ecopolítica revisitada ou o ambientalismo politizado e ampliado dos latinos**

As contradições e incompatibilidades mencionadas já foram apontadas por alguns dos pioneiros da chamada ecopolítica ou ecologia política, vertente do movimento ambientalista que se ofereceu como alternativa, por volta dos anos 1960 e 1970, à polarização entre os totalitarismos então existentes e típicos da “guerra fria”, que opunha os chamados blocos ocidental e soviético, ambos fundados no produtivismo urbano-industrial, na exploração dos recursos humanos e não humanos que lhes serviam e, portanto, igualmente predadores dos ambientes terrestres,

que, globalmente, tomavam de assalto e dividiam praticamente ao meio o planeta: territórios que pertenciam aos chamados bloco soviético e aliados ou ao bloco ocidental.

Alguns desses ecologistas pioneiros sugeriam a alternativa ecossocialista para facear o modelo civilizatório hegemônico pelo capitalismo e que havia contaminado o chamado “socialismo real” então existente.

O conhecido texto de Manuel Castells – O “verdejar” do ser –, integrante de sua clássica obra, a trilogia *Era da Informação*, nos relata parte da história dessa vertente do movimento ambientalista que o politizou, adotando a perspectiva da “justiça ambiental”, propondo uma revisão “drástica na forma como pensamos as relações entre economia, sociedade e natureza” (CASTELLS, 2006, p. 142) e acusando a responsabilidade também do ordenamento geopolítico

Figuras como o norueguês Arne Næss, o pai da controversa “ecologia profunda”, com sua proposta de reconhecimento e equilíbrio dos valores ontológicos de todos os seres, humanos e não humanos, e o austríaco radicado na França André Gorz (que assinava como Michel Bosquet, particularmente em seus escritos ambientalistas), associado também à “ecologia política”, ou simplesmente “ecopolítica”, poderiam, cada um a seu modo e segundo suas perspectivas, ser considerados artífices destacados desses movimentos (eco)utópicos.

tico adotado, que viabilizou os modelos vigentes, pelas catástrofes ambientais produzidas: “Estado-nação tende a exercer o poder sobre um determinado território e, desse modo, rompe a unidade da espécie humana, bem como a inter-relação entre os territórios, comprometendo a visão de um ecossistema global compartilhado” (*ibid.*, p. 159). Ainda segundo Castells, a amplitude dessas vertentes e movimentos revela-se porque “estabelecem um elo de ligação entre ação ambiental e revolução cultural, ampliando ainda mais o escopo de um movimento ambientalista abrangente e visando à construção da ecotopia” (*ibid.*, p. 149).

Figuras como o norueguês Arne Næss, o pai da controversa “ecologia profunda”, com sua propos-

ta de reconhecimento e equilíbrio dos valores ontológicos de todos os seres, humanos e não humanos, e o austríaco radicado na França André Gorz (que assinava como Michel Bosquet, particularmente em seus escritos ambientalistas), associado também à “ecologia política”, ou simplesmente “ecopolítica”, poderiam, cada um a seu modo e segundo suas perspectivas, ser considerados artífices destacados desses movimentos (eco)utópicos a que se refere Castells. Especialmente Gorz/Bosquet, cuja radicalidade sugerida para conduzir a causa ambiental ou ecológica é por todos reconhecida, não deixava qualquer dúvida quanto às perspectivas de seu “ecossocialismo”. “A escolha ecologista é claramente incompatível com a racionalidade do capitalismo”, afirmava Gorz em seu *Ecologia e Liberdade* (GORZ, 1977, p. 7). Mas “é também totalmente incompatível com o socialismo autoritário” (*ibid.*), arrematava. Para ele, a “visão de uma sociedade pós-capitalista é a única compatível com a gestão e a atribuição racionais dos recursos globais, com a revolução econômica, que supõe a ‘revolucionarização’ das relações entre o homem e a natureza, reclamada pelos ecologistas” (BOSQUET, 1973, p. 32).

Assim, bem viver, direitos da natureza e o reconhecimento da diversidade de povos e nações originários são dimensões inseparáveis que, inclusive e como já se adiantou, foram consagrados institucionalmente por alguns países latino-americanos, principalmente por aqueles em que os movimentos sociais exerceram pressão nesse sentido, a partir do momento em que perceberam a importância das reconfigurações políticas dos Estados para que estes assumissem efetivamente o seu caráter de representação coletiva, particularmente nessa condição de emergências civilizatórias e socioambientais com que lidamos na contemporaneidade.

Coerente com as noções de “decrecimento”, por ele introduzida<sup>11</sup>, mas inspirada, como ele mesmo afirmou, em Georgescu-Roegen, que sugeriu ser o “crescimento zero insuficiente” (GORZ, 1977, p. 3), decretou: “O capitalismo de crescimento está morto. O socialismo de crescimento, que se assemelha a ele como um irmão, reflete a imagem distorcida não do nosso futuro, mas do nosso passado” (*ibid.*, p. 1).

As incompatibilidades apontadas por Gorz contra esse modelo civilizatório não deixavam de indicar, por contraste, as compatibilidades com as ideias de um socialismo libertário, autogestionário, pautado nos interesses plurais das comunidades, em seus vaticínios para uma sociedade pós-capitalista, fundada na escolha ecologista.

Tais possibilidades, decorrentes da centralidade conferida por Gorz ao ecologismo em sua “crítica radical de nossa civilização e de nossa sociedade” (*ibid.*, p. 6), cuja especificidade, embora o torne “uma dimensão indispensável da luta anticapitalista” (*ibid.*, p. 9), considerando a materialidade do projeto civilizacional ora em curso, ao mesmo tempo, com suas inspirações libertárias, comunitárias, plurais e avessas aos reducionismos economicistas e aos totalitarismos, transcendem essa luta e, portanto, aproximam muitas das teses e princípios da ecologia política, em seus fundamentos ecossocialistas, de algumas das principais propostas e perspectivas que estão se gestando e se consolidando em alguns países latino-americanos, principalmente pela ação e mobilização dos movimentos sociais vinculados aos povos originários, comunidades tradicionais e quilombolas, em suas variadas manifestações por todo o continente.

Um dos principais representantes ainda vivos dentre os fundadores dessa corrente, o francês Serge Latouche, considerado o principal divulgador do decrescimentismo (Georgescu-Roegen/Gorz), adepto da vertente ecossocialista inaugurada por Gorz, em passagem pelo Brasil para ministrar conferência em simpósio internacional ocorrido há pouco mais de dez anos na Universidade Federal de Mato Grosso UFMT, declarou:

Eu definiria o decrecimento como o projeto ecossocialista, a saber, com a dupla dimensão ecológica e socialista. Antes de mais nada, o decrecimento é um slogan, slogan provocador... Se quisermos ser rigorosos, poderíamos falar não de decrecimento, mas de a-crescimento, com o prefixo grego “a”, de privação, como o que colocamos em “ateísmo”. Aliás, é disso que se trata: se trata de sair da religião do crescimento, de nos tornarmos ateus da economia e agnósticos do progresso. Então, o Brasil deveria mudar sua divisa “Ordem e Progresso” para “Ordem e *Buen vivir*”<sup>12</sup>.

Esse vínculo, já estabelecido há mais de dez anos, entre as perspectivas que aqui se gestam e aquelas de décadas atrás propostas por alguns desses pensadores europeus críticos mereceu o reconhecimento recente do martinicano Malcom Ferdinand, que, em sua importante obra *Uma ecologia decolonial (pensar a partir do mundo caribenho)*, afirmou que “Atualmente, Serge Latouche é um dos únicos a colocar a exigência decolonial no centro das questões ecológicas” (FERDINAND, 2022, p. 29).

Ao mencionar a perspectiva do *buen vivir* para alterar o lema positivista estampado na bandeira do Brasil, mesmo que em tom de blague, o pensador francês reverencia uma das formulações mais antigas da resistência indígena contra a colonialidade do poder que por essas terras se estabeleceu e que aqui permaneceu, mesmo após superado o período colonial. Quem nos informa disso é o peruano Anibal Quijano, um dos mais importantes pensadores latino-americanos, recentemente falecido (em 2018). Interessante constatar que, apesar da antiguidade milenar de muitas expressões de povos originários que poderiam ser traduzidas para “bien (ou buen) vivir”, essa formulação teria sido cunhada no início do século XVII, mais precisamente em 1615 (cf. QUIJANO, 2014, p. 847), para contrapor-se à consolidação do processo de ocupação colonial que estava em curso e, em grande parte, consolidava-se pela extensão das fronteiras dos estados nacionais europeus, recém criados, aos territórios que ocupavam, impondo nacionalidades, culturas e modos de vida, subjugando a tudo e a todos, humanos e não humanos, cujas territorialidades (e fronteiras) em nada coincidiam com aquelas que lhes estavam sendo impostas.

Por um lado, um sistema de opressão e subjugação sendo viabilizado pela expansão das fronteiras de ocupação dos estados coloniais europeus; por outro, enunciavam-se os horizontes alternativos da resistência indígena e das comunidades originárias, que, ignorados durante o período de colonização, emergem agora como lastro e fundamento para as novas perspectivas que os movimentos sociais estão adotando na América Latina, e que alguns países já estabeleceram, inclusive institucionalmente, sobretudo quando perceberam que a superação do período colonial – e do seu significado em termos de estruturação do sis-

tema que o implantou e com ele se realizou – depende também da superação da colonialidade que por aqui permaneceu, em termos de arranjos políticos, econômicos e sociais, ao manter intactas certas estruturas de dominação, política e culturalmente herdadas, que subjugam corpos, mentalidades e seres, humanos e não humanos, não admitindo, nem mesmo como pensamento alternativo, qualquer coisa que não se mantenha nos estritos limites das referências eurocentradas. E isso, entre outras atitudes, segundo o já mencionado Acosta, em um esforço de estabelecer as relações entre as referências dos ecologistas decrescentistas e as perspectivas do Bem Viver, impõe o abandono dos conceitos de progresso, “em sua derivação produtivista, e de desenvolvimento, enquanto direção única, sobretudo com sua visão mecanicista de crescimento econômico” (*op. cit.*, p. 98).

Na síntese de Anibal Quijano, bem viver e superação da colonialidade são dimensões e projetos recursivos e concomitantes:

*Bien Vivir, para ser una realización histórica efectiva, no puede ser sino un complejo de prácticas sociales orientadas a la producción y a la reproducción democráticas de una sociedad democrática, un otro modo de existencia social, con su propio y específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos a la Colonialidad Global del Poder y a la Colonialidad/Modernidad/Eurocentrada. Este patrón de poder es hoy aún mundialmente hegemónico, pero también en su momento de más profunda y raigal crisis desde su constitución hace poco más de quinientos años. En estas condiciones, Bien Vivir, hoy, sólo puede tener sentido como una existencia social alternativa, como una Des/Colonialidad del Poder* (QUIJANO, 2014, p. 847-848).

Outro aspecto é que tais dimensões tampouco se realizam ou se separam dos “direitos da natureza”, pois, sem esse reconhecimento, não se transitará do antropocentrismo que nos foi legado e imposto pela colonização e sua permanência como “colonialidade” para o sociobiocentrismo, requisitado pelos imperativos dos tempos críticos atuais. Segundo Acosta, “a transição de uma concepção antropocêntrica para uma socio-biocêntrica é o maior desafio da humanidade, se é que não queremos colocar em risco a existência do próprio ser humano sobre a Terra” (*op. cit.*, p. 129).

Essa transição implica, entre outras coisas, em libertar a natureza da condição de objeto ou de propriedade dos seres humanos, não só a reconhecendo como portador e “sujeito de direitos”, como atribuindo o mesmo valor ontológico para todos os seres, humanos e não humanos, realizando aquilo que o ecologista uruguaio Eduardo Gudynas (2019) denominou de “giro biocêntrico”, incorporado nas visões e cosmogonias de povos originários, para os quais, segundo nos relata a equatoriana e liderança indígena Nina Pacari “*todos los seres de la naturaleza están investidos de energía que es el samai y, en consecuencia, son seres que tienen vida: una piedra, un río (agua), la montaña, el sol, las plantas, en fin, todos los seres tienen vida y ellos también disfrutaban de una familia, de alegrías y tristezas, al igual que el ser humano*” (PACARI, 2009, p. 32-33).

## A dimensão socioambiental do Estado plurinacional

O Equador, pioneiramente, foi o país que, ao lado dos direitos humanos, consagrou em seu texto constitucional os direitos da natureza, entendido como condição para defesa e construção do bem viver. Segundo Acosta (*op. cit.*, p. 135), “Adotar a definição

pioneira de que a natureza é um sujeito de direitos constitui resposta de vanguarda à atual crise civilizatória”, pois isso, além de exigir a superação do antropocentrismo em direção ao biocentrismo, indica um caminho e um horizonte que não se percorre, nem se atinge, sem o amparo e sustentação da diversidade e da pluralidade, permanentemente reconhecidas, defendidas e adotadas pelo conjunto da sociedade. Como não há biodiversidade sem a diversidade social que proporcione essa existência plural (e vice-versa), portanto, não há natureza sem que se consagre os direitos das dinâmicas e das alteridades que garantam as condições de existência de seus elementos constituintes.

Assim, bem viver, direitos da natureza e o reconhecimento da diversidade de povos e nações originários são dimensões inseparáveis que, inclusive e como já se adiantou, foram consagrados institucionalmente por alguns países latino-americanos, principalmente por aqueles em que os movimentos sociais exerceram pressão nesse sentido, a partir do momento em que perceberam a importância das reconfigurações políticas dos Estados para que estes assumissem efetivamente o seu caráter de representação coletiva, particularmente nessa condição de emergências civilizatórias e socioambientais com que lidamos na contemporaneidade.

As constituições do Equador, da Bolívia e mesmo a proposta constitucional chilena, mencionada na parte inicial deste artigo, instituindo ou propondo Estados plurinacionais, revelam essa compreensão da interdependência entre as dimensões mencionadas. Ampliam para toda a sociedade a necessidade de manutenção e vigilância permanente da condição plural como um projeto político e coletivo para construir outras relações de poder que proporcionem e garantam o respeito à diversidade e à pluralidade, requisitos básicos para os que tomam a sério a defesa da vida, humana ou não, bem como dos ambientes em perigo, em decorrência da crise socioambiental produzida pela ordem antropocêntrica e monocultural há séculos estabelecida.

Mesmo naqueles países onde a plurinacionalidade não foi instituída, a pressão dos movimentos sociais já produziu conquistas importantes nesse sentido. É o caso da sentença expedida pela Corte Constitucional



da Colômbia, que, interpelada por um conjunto de associações e entidades comunitárias que moveram ação contra o governo federal em defesa dos direitos do Rio Atrato – um dos principais daquele país e fortemente relacionado às condições de vida e existência de várias comunidades colombianas, especialmente afrodescendentes –, declara: “*el río Atrato es sujeto de derechos que implican su protección, conservación, mantenimiento y en el caso concreto, restauración*” (Sentencia T-622, 2016, p. 140)<sup>13</sup>. Essa Corte, inspirada na própria Constituição Colombiana (denominada de “*Constitución Ecológica*”) e também nas jurisprudências de outros textos constitucionais, com destaque para Equador e Bolívia, evoca para essa sua conclusão fundamentos pautados no enfoque jurídico dos “direitos bioculturais”, cuja premissa reconhece a unidade e interdependência entre natureza e espécie humana, assim esclarecida na própria sentença:

[...] *la protección de los ríos, los bosques, las fuentes de alimento y la biodiversidad (medio ambiente sano) tiene una relación directa e interdependiente con la garantía de los derechos a la vida y la salud, (así como la cultura y el territorio), dentro de lo que se ha denominado derechos bioculturales. Precisamente, los elementos centrales de este enfoque establecen una vinculación intrínseca entre naturaleza y cultura, y la diversidad de la especie humana como parte de la naturaleza y manifestación de múltiples formas de vida. Desde esta perspectiva, la conservación de la biodiversidad conlleva necesariamente a la preservación y protección de los modos de vida y culturas que interactúan con ella (ibid., p. 133).*

Dos textos das constituições já promulgadas do Equador e da Bolívia, ou da proposta da Convenção Constitucional chilena, passando pela sentença da Corte colombiana, ou pelas declarações dos Acampamentos Terra Livre do Brasil, mobilizado pela revogação do Marco Temporal, ou das *Cumbres de Pueblos Originarios de Abya Yala*, dentre vários outros movimentos e ações que ainda se poderiam mencionar, revela-se, como traço comum, não só a compreensão da gravidade do momento, que põe em risco a sobrevivência da vida e das paisagens terrestres, mas acusam-se responsabilidades, sugerindo alguns horizontes que poderiam reverter esse quadro, todos

eles apoiados nas perspectivas de solidariedade, da pluralidade existencial e da ampliação de direitos das nações, das comunidades e das espécies, humanas ou não, assim como suas e seus integrantes, sem subjugação ou hierarquias ontológicas dentre quaisquer identidades. As leis e as institucionalidades conquistadas, nesse sentido, embora importantes, como resultam de correlações de forças episódicas, não esgotam uma luta que é permanente e, mesmo não tendo o poder de alterar a realidade imediata, amparam e legitimam as reivindicações alcançadas, dando-lhes caráter coletivo e difusão ampliada. “A realidade não muda com uma Constituição, por mais vanguardista que seja”, adverte-nos o ex-presidente da constituinte equatoriana, o já mencionado Alberto Acosta, acrescentando que definir um estado como plurinacional,

As constituições do Equador, da Bolívia e mesmo a proposta constitucional chilena (...), instituindo ou propondo Estados plurinacionais, revelam essa compreensão da interdependência entre as dimensões mencionadas. Ampliam para toda a sociedade a necessidade de manutenção e vigilância permanente da condição plural como um projeto político e coletivo para construir outras relações de poder que proporcionem e garantam o respeito à diversidade e à pluralidade, requisitos básicos para os que tomam a sério a defesa da vida, humana ou não, bem como dos ambientes em perigo, em decorrência da crise socioambiental produzida pela ordem antropocêntrica e monocultural há séculos estabelecida.

como o fizeram as constituições do Equador e da Bolívia, não assegura que equatorianos e bolivianos vivam em um Estado plurinacional (*op. cit.*, p. 153). Da mesma forma, realidades plurinacionais não deixam de apresentar essas características apenas porque não há o reconhecimento institucional dessas realidades. De um jeito ou de outro, o debate se instala, de forma mais ou menos amparada coletivamente. E, dessa forma, as discussões e reflexões em torno do enfrentamento da crise socioambiental produzida ampliam-se em alternativas e referências.

As dimensões da política, do poder, da cultura e das mentalidades, dessa maneira, evidenciam-se em

um patamar de responsabilidades nada secundárias em relação àquelas que costumam ser atribuídas apenas às relações econômicas e às sociedades por elas estruturadas. E isso já significa apartar-se do pensamento monocultural, eurocêntrico e colonizador que se pautou na pilhagem e na degradação, produzindo o mal-estar, o mal viver, a competição. O chamado Estado Nacional Moderno, estabelecido pela Paz da Westphália e que pôs fim à Guerra dos 30 anos, em meados do século XVII, consagrou-se como a unidade geopolítica de organização do mundo a partir daí, viabilizando o sistema de espoliação que dele se assomou nos quatro cantos da Terra. Suas fronteiras sufocaram nações, impuseram dinâmicas e estabeleceram nacionalidades onde isso não há. Escravizaram e dizimaram indígenas em todas as partes do mundo. Desterraram milhões de seres de todos os

lugares, alocando-os segundo as conveniências decretadas pelos estados-nação e o sistema de acumulação que viabilizavam.

O bem viver, o Estado plurinacional e os direitos da natureza compõem, nesse sentido, perspectiva diversa dessa que ainda tem prevalecido. Em oposição ao império da monocultura, da pilhagem e da subjugação nacional, da imposição de fronteiras, da opressão de seres, sugerem a solidariedade, a diversidade e o respeito aos limites e às dinâmicas existentes e praticados por todas e todos, viventes ou não, humanos ou não.

Os adeptos e responsáveis maiores pela elaboração e defesa dessas perspectivas, embora representem 5% da população mundial, “são gestores vitais do meio ambiente”. Segundo a ONU e o seu organismo especializado em agricultura e alimentação (FAO), ocupam cerca de 28% da superfície terrestre que abrigam 80% da biodiversidade do planeta<sup>14</sup>. Ou seja, se de fato a crise é grave e é socioambiental, convém prestar atenção no que dizem aqueles que comprovadamente têm se mostrado os mais eficazes em enfrentar essa crítica situação, com formulações que, além do mais, fundamentam-se na garantia da pluralidade existencial e nos direitos generalizados de humanos e não humanos, com propostas produzidas e abraçadas por todas aquelas e aqueles que, segundo o mencionado autor de *Uma Ecologia Decolonial*, foram confinados no “porão da modernidade” e hoje nos oferecem a possibilidade de um “mundo entre humanos com os não humanos no convés da justiça” (FERDINAND, 2022, p. 267).

Dos textos das constituições já promulgadas do Equador e da Bolívia, ou da proposta da Convenção Constitucional chilena, passando pela sentença da Corte colombiana, ou pelas declarações dos Acampamentos Terra Livre do Brasil, mobilizado pela revogação do Marco Temporal, ou das *Cumbres de Pueblos Originários de Abya Yala*, dentre vários outros movimentos e ações que ainda se poderiam mencionar, revela-se, como traço comum, não só a compreensão da gravidade do momento, que põe em risco a sobrevivência da vida e das paisagens terrestres, mas acusam-se responsabilidades, sugerindo alguns horizontes que poderiam reverter esse quadro,



Tais perspectivas e as dimensões solidárias e plurais que representam convertem-se em imperativo social e ecológico para superarmos aquilo que Donna Haraway e o próprio Malcom Ferdinand, entre outros, e em oposição à pretensão de “universalidade [abstrata] do antropoceno”, preferiram denominar de *plantationoceno*, que, segundo a antropóloga e feminista norte-americana “prossegue com crescente ferocidade na produção global de carne industrializada, no agronegócio da monocultura e nas imensas substituições de florestas multiespecíficas, que sustentam tanto os humanos quanto os não humanos, por culturas que produzem, por exemplo, óleo de palma” (HARAWAY, 2016, p. 144). Ferdinand, por sua vez, radicaliza essa condição, explicitando-a com sua proposta de escrita de um “negroceno”, pois, segundo ele, se com o “conceito de antropoceno, [seus formuladores] prometem uma narrativa da Terra que apague a história colonial” e, segundo Ferdinand, “se interessa apenas pelas casas-grandes dos senhores, por seus engenhos e moinhos, escrever o negroceno pressupõe também desenterrar os vestígios daqueles a quem o mundo foi recusado” (FERDINAND, 2022, p. 28 e 82).

No epílogo de sua obra, após cuidada reflexão sobre o mundo produzido e pilhado pelo intenso tráfego de navios negreiros e a “carga humana” que transportavam, “uma categoria de seres explorados confinados na noite do porão e aos quais o mundo é recusado”, o ambientalista martinicano afirma que “por esses mesmos trajetos, o navio negreiro criou a ilusão da ausência dos povos originários das Améri-

cas, a ignorância da África e o solipsismo da Europa” (FERDINAND, 2022, p. 270). Desse sistema, europeu e predatório, que se assenhorou do mundo, só nos livraremos quando revertermos essas ausências e ignorâncias produzidas, com todas as consequências de sofrimento e destruição que provocaram, e também quando nos libertarmos das referências apenas europeias, mesmo as que dizem combatê-las, mas louvando nacionalidades e estatismos nacionais e vacilando na adesão à pluralidade e às cosmovisões dos de baixo, do Sul, dos porões...

Pedimos licença, então, para concluir este texto com algumas das referências utilizadas que Malcom Ferdinand expôs na conclusão do seu:

Ao lado da urgência ambiental de uma limitação do aquecimento global e do fim das destruições dos ecossistemas da Terra, coloco urgências *iguais*: de uma redistribuição mundial das riquezas e de uma justiça social; da tarefa decolonial de reconhecer um lugar digno no mundo para os povos originários, para os ex-colonizados e para as pessoas racializadas; e de uma igual consideração social e política das mulheres, particularmente das mulheres racializadas das ex-colônias europeias (FERDINAND, 2022, p. 267).

Sim, arremata Ferdinand: “a ecologia é, acima de tudo, uma questão de justiça. A crise ecológica é uma crise de justiça” (*op. cit.* p. 267).

E isso, a justiça, podemos começar a exercer prestando mais atenção e considerando as propostas que nos fazem os originários e demais oprimidos dos dois lados do Atlântico Sul. **US**



# notas

1. V. Caderno de Textos do 41º Congresso. Assinavam o TA/TR os seguintes sindicalizados da ADUSP (Associação de Docentes da Universidade de São Paulo): Marcos Bernardino de Carvalho, Gislene Aparecida dos Santos, Marcelo Zaiat, *Ângela Maria Machado de Lima Hutchison*, Manoel Fernandes de Sousa Neto, Diamantino Alves Correia Pereira, Celso Eduardo Lins de Oliveira, Ana Paula Fracalanza, Ester Gammardella Rizzi e Tercio Loureiro Redondo.

2. Ambos podem ser consultados na íntegra em: <https://apiboficial.org/2022/04/14/atl-2022-povos-indigenas-unidos-movimento-e-luta-fortalecidos/>.

3. Relatório consolidado é o documento enviado aos delegados e às delegadas para acompanhar as deliberações das resoluções e propostas que passaram pelo crivo dos grupos de discussões.

4. Informações mais completas sobre as deliberações do 41º Congresso e das matérias que foram remetidas para o 66º CONAD podem ser obtidas em: <https://www.andes.org.br/sites/relatorios>.

5. Excertos do Documento Final do Acampamento Terra Livre 2022 (v. nota 2).

6. Declaração de Iximche, de 10 de abril de 2007, disponível em <https://cimi.org.br/2007/04/25906/>.

7. A íntegra desse discurso pode ser conhecida em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/611130-chile-discurso-completo-de-elisa-loncon-mulher-mapuche-presidente-da-convencao-constitucional>.

8. Trechos também extraídos do Documento Final do Acampamento Terra Livre 2022 (v. nota 2).

9. Mencionamos parte dos títulos, por si só muito significativos e expressivos, de obras desses reconhecidos intelectuais e lideranças indígenas e as indicamos enfaticamente pela relevância dos aportes que trazem aos interessados naquilo que aqui se discute. Krenak, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 2019. Kopenawa, D. e Albert, B. *A queda do céu*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

10. Trecho do discurso de abertura do 41º Congresso do ANDES-SN, proferido por sua presidenta, Rivânia L. Moura de Assis, disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/comeca-o-41o-congresso-do-aNDES-sN-em-rio-branco-aC1>.

11. A expressão aparece pela primeira vez em um artigo em que Gorz assinou como Michel Bosquet, em *Nouvel Observateur* nº 397 du 19 juin 1972: “L'équilibre global, dont la non-croissance – voire la décroissance – de la production matérielle est une condition, cet équilibre est-il compatible avec la survie du système”. Fonte: <http://dictionnaire.sensagent.leparisien.fr/>.

12. Trechos da palestra “Natureza: problemáticas econômicas e antropológicas”, ministrada por Serge Latouche, da Universidade de Paris XI. A palestra ocorreu entre os dias 10 e 12 de novembro de 2011, no Simpósio Internacional Merleau-Ponty, Universidade Federal do Mato Grosso. Vídeo disponível em: <https://youtu.be/zmD7Ejvx-BM>.

13. Íntegra da sentença disponível em: <https://redjusticiaambientalcolombia.files.wordpress.com/2017/05/sentencia-t-622-de-2016-rio-atrato.pdf> ou <https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2016/t-622-16.htm>.

14. Dados disponíveis em: <https://news.un.org/pt/story/2019/08/1683741>.

# notas

- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- BOSQUET, Michel e MANSHOLT, Sicco. *et alii*. **Ecologia, caso de vida ou de morte**. Lisboa: Moraes Editores, 1973.
- CASTELLS, Manuel. O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista. *In*: CASTELLS, M. **O Poder da Identidade/A Era da Informação**, vol. 2, 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- CECEÑA, Ana Esther. Pensar la vida y el futuro de otra manera. *In*: LEÓN, Irene. (Coord). **Sumak Kawsay/Buen vivir y cambios civilizatórios**. Quito: Fedaeaps, 2010.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: Pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- GORZ, André. **Ecologia e Liberdade**. Trad. de Leonardo Cisneiros. Disponível em: [https://www.academia.edu/42680749/Andre\\_GORZ\\_Ecologia\\_e\\_Liberdade\\_1977](https://www.academia.edu/42680749/Andre_GORZ_Ecologia_e_Liberdade_1977). Paris: Galilée, 1977.
- GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza**: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Elefante, 2019.
- HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *In*: **ClimaCom Cultura Científica** - Pesquisa, jornalismo e arte. n. 5, abril de 2016.
- KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LANDER, Edgardo. **Crisis civilizatoria: el tiempo se agota**. *In*: LEÓN, Irene. (Coord). **Sumak Kawsay/Buen vivir y cambios civilizatorios**. Quito: Fedaeaps, 2010.
- PACARI, Nina. Naturaleza y territorio desde la mirada de los pueblos indígenas. *In*: ACOSTA, Alberto y MARTÍNEZ, Esperanza (org.). **Derechos de la Naturaleza. El futuro es ahora**. Quito: Abya Yala, 2009.
- QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. 1. ed. - Buenos Aires: CLACSO, 2014.

# referências

# Insustentabilidade e flexibilização ambiental no território brasileiro

*Andrea Bezerra Crispim*

Professora da Rede de Ensino Básico do Estado do Ceará (SEDUC)

E-mail: [crispimab@gmail.com](mailto:crispimab@gmail.com)

**Resumo:** A questão ambiental tem sido discutida nos últimos anos em decorrência da ausência de planejamento, gestão e fiscalização ambiental, comprometendo a capacidade de suporte dos elementos naturais no território brasileiro. Este artigo objetiva analisar o avanço da flexibilização ambiental no Brasil e sua relação com o aumento dos problemas ambientais ocorridos durante a gestão bolsonarista (2019-2022). O aporte metodológico foi desenvolvido em cima de levantamentos bibliográficos, sistematização e análise de dados técnicos coletados em sites de pesquisas das mais diversas instituições ambientais. Diante das discussões realizadas, percebe-se a necessidade de estabelecer um processo de reestruturação da plataforma ambiental brasileira, fortalecendo as políticas de preservação e fiscalização dos componentes ambientais do território brasileiro.

**Palavras-chave:** Degradação Ambiental. Política Ambiental. Questão Ambiental.

## Introdução

A questão ambiental tem sido uma das temáticas mais debatidas na contemporaneidade, sendo esta decorrente do aumento dos problemas ambientais identificados nos mais diversos territórios. Problemas esses vistos agora sob uma perspectiva global, como as mudanças climáticas e o aumento do processo de desertificação nas regiões semiáridas.

O aumento dessas práticas políticas, agora potencializadas por uma plataforma neoliberal, tem como uma de suas principais características o processo de

reestruturação e flexibilização da legislação ambiental em detrimento do uso exacerbado dos componentes ambientais, sobretudo mediante a desconsideração das potencialidades e limitações naturais de cada componente.

Apontando na perspectiva do planejamento ambiental, conforme destaca Fernandes e Paula (2020), há décadas a sociedade assiste ao aumento de atividades socioeconômicas de grande impacto, o que vem contribuindo para a intensificação da perda de biodiversidade da natureza, como a expansão das fronteiras agrícolas (fortemente associada à degradação de



biomas como o cerrado e a Amazônia, fortalecendo a existência de grandes latifúndios no território brasileiro). A intensidade dessas mudanças ambientais, discutida de forma mais enfática por Paulani (2006), é pautada agora em uma escala global, sendo fortalecida com o aumento das práticas capitalistas (processo de acumulação do capital e das forças produtivas), atenuando a disparidade socioeconômica e a crise ambiental. Soma-se a essas questões a desestruturação de políticas ambientais nesses países com o direcionamento de uma agenda ambiental guiada por uma plataforma neoliberal.

Essa lógica de planejamento ambiental articulada ao sistema econômico capitalista, em que o processo de acumulação do capital e das forças produtivas atenuou a disparidade socioeconômica, aumentando

a crise ambiental por todo o mundo, principalmente nos países subdesenvolvidos, tinha na ausência de políticas ambientais desses países a porta de entrada ao grande capital, revelando uma lógica de apropriação capitalista dos elementos naturais.

As discussões abordadas revelam um quadro de problemas ambientais que suscitam a urgência em estabelecer metas ao crescimento econômico, levando em consideração a “utilização dos recursos naturais de forma a não comprometer as futuras gerações”. Tal discurso, construído a partir de conferências já bastante conhecidas na atualidade – cita-se como destaque a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, em 1972 –, levantou pautas que visam combater a problemática ambiental, trazendo ao campo das ideias debates e te-

mas como a degradação ambiental e sua relação com a intensificação dos problemas sociais.

Questões debatidas – como o aumento da poluição atmosférica, degradação dos elementos naturais, avanço dos processos de desertificação nos ambientes semiáridos e mudanças climáticas – foram tomando corpo nos muitos encontros em que a pauta ambiental esteve presente. Esses debates despertaram a necessidade de criação de uma pauta ambiental que tentasse articular políticas ambientais e a ideia de um crescimento econômico, seguindo o viés de práticas sustentáveis e que abrangesse toda a população, principalmente as que se encontram em situações de alta vulnerabilidade social.

A crise ambiental, mesmo discutida em nível mundial, não põe em xeque as estruturas capitalistas que passaram a levar parcela significativa da população a consumir exacerbadamente mercadorias e mais mercadorias, conforme discute Mészáros (2009). Ao contrário, criou-se um discurso de sustentabilidade ambiental que, de acordo com Loureiro (2012), o termo sustentabilidade tem passado por apropriações pelos mais diversos agentes sociais, utilizado de acordo com seus objetivos e estratégias, mas sendo trabalhado sob um contexto de apropriação de degradação ambiental.

Trazendo para a realidade, a definição de sustentabilidade ambiental passa a ser utilizada mediante discursos vagos, trabalhados por diversos chefes de Estado, que fogem à tentativa de estabelecer políticas que traduzam a real necessidade de planejar metas de crescimento econômico, levando em consideração a preservação dos recursos naturais. O reducionismo em torno das pautas ambientais traz, por vezes, um processo de naturalização dos problemas ambientais em que, conforme pontua Loureiro (2012), os processos econômicos passam a ser trabalhados em uma tentativa de naturalização onde o “crescimento é visto como inexorável em condições de aprimoramento do modo de produção capitalista”.

A lógica de desenvolvimento sustentável sob um viés capitalista, que, por trás, tem defendido interesses econômicos e políticos, tem fortalecido, dentre outros fatores, uma série sucessiva de problemas socioeconômicos e ambientais, como o aumento das

desigualdades sociais – já que partimos do pressuposto de que a apropriação da natureza gera, sobretudo, o enriquecimento de um pequeno grupo privilegiado –, a desterritorialização de grupos tradicionais (como comunidades quilombolas e indígenas) e o avanço da crise hídrica e climática, dentre outras questões a serem pontuadas no presente ensaio. Para Paiva (2015), todas essas questões estão submetidas a processos sistêmicos de reprodução ampliada do capital.

A preocupação com a crise ambiental, parafraseando Little (2003), passa a ser discutida em acordos e conferências, na tentativa de afirmar a importância das políticas ambientais no processo de minimização dos problemas ambientais até então vivenciados.

No contexto brasileiro, Pádua (2010, *apud* Ribeiro, 2012) tem destacado a ineficiência de algumas dessas políticas frente às conjunturas que norteiam as tomadas de decisões do Estado frente às políticas ambientais. De acordo com o autor, os problemas ambientais identificados ao longo dos territórios esboçam um quadro frágil e problemático em que as atividades socioeconômicas e decisões do Estado têm sido a mola propulsora para o aumento da degradação ambiental e da desigualdade social, mediante as injustiças ambientais presentes nos territórios.

A crise ambiental destaca-se, portanto, através do avanço da degradação ambiental em vários setores paisagísticos, tendo como norte o processo de flexibilização e mudanças de leis ambientais estratégicas no âmbito de uma plataforma coerente que considere a sustentabilidade e uso racional dos elementos naturais. No âmbito brasileiro, o aumento dos problemas ambientais ganhou maior ênfase durante a gestão bolsonarista, com destaque para as políticas de sucateamento de órgãos ambientais estratégicos, bem como o aumento do processo de flexibilização de leis ambientais.

O presente artigo propõe realizar uma análise sobre a questão ambiental no território brasileiro levantando a problemática da degradação ambiental e sua relação com os fatores político-econômicos ocorridos durante a gestão do governo Bolsonaro<sup>1</sup>, entre os anos de 2019 e 2022, destacando-se como o período de maior avanço dos processos de degradação ambiental no Brasil.

## Procedimentos metodológicos

### Revisão de literatura para a fundamentação teórica

A pesquisa foi desenvolvida tendo como norte a utilização de procedimentos metodológicos, parte crucial no desenvolvimento de toda pesquisa. O levantamento bibliográfico foi realizado através de livros impressos e digitais, teses, dissertações, relatórios técnicos e artigos pesquisados em plataformas científicas, como a *Scientific Eletronic Library Online (SCIELO)*, que debatem temas relacionados à política ambiental e legislação ambiental, com destaque para o aumento do processo de degradação e impactos ambientais no período histórico entre 2019 e 2022, anos de gestão bolsonarista.

No âmbito da legislação ambiental, a discussão jurídica foi fundamentada nas bases normativas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), do Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) e do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM) e de leis no âmbito federal, a exemplo de leituras feitas sobre os artigos descritos na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que trata do direito à proteção ambiental em seu artigo 225, e no Código Florestal Brasileiro, de 2012.

### Coleta, sistematização, análise de dados secundários e elaboração de mapas temáticos

O processo de organização e análise de informações geográficas teve seu início mediante coleta de dados secundários em sites governamentais do governo federal, como o portal *Terra Brasilis*, plataforma *web* desenvolvida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). A plataforma disponibiliza informações geográficas através de dados alfanuméricos, gráficos e mapas interativos, com informações de dados ambientais do território brasileiro em diversas escalas geográficas. Os dados coletados no presente artigo foram organizados, analisados e sistematizados em gráficos e mapas.

Os mapas, por sua vez, foram elaborados tendo como referência de coordenadas geodésicas o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000) e desenvolvidos através do programa de *software* livre *Quantum GIS 3.4*. A base cartográfica, em formato *SHP*, foi disponibilizada no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## A pauta ambiental brasileira: o aumento da degradação ambiental na gestão bolsonarista

Na segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 1970, a questão ambiental passa a ganhar destaque mundialmente devido aos inúmeros problemas ambientais, agora intensificados pela lógica de acumulação capitalista.

No contexto do território brasileiro, as políticas ambientais tiveram como norte o processo de redemocratização brasileira com a promulgação da Constituição Federal de 1988, incluindo-se um capítulo específico que tornou obrigatório levar em consideração a base jurídica ambiental brasileira no que concerne à permissão para realizar atividades econômicas sobre os elementos naturais. Conforme Luís e Cunha (2012), até meados da década de 1980, o Estado havia ditado a política ambiental de forma centralizada. Todo o processo de sistematização e formulação da plataforma política ambiental brasileira foi fortalecida com a promulgação da Constituição Brasileira, mais especificamente no capítulo VI, artigo 225:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Um dos pontos tratados na presente Constituição e que reforça a necessidade de pensar plataformas políticas que visem à proteção e conservação dos componentes geoambientais está no fortalecimento em assegurar a efetividade da preservação e restau-

ração dos sistemas geocológicos do território brasileiro, conforme destacado nos três primeiros incisos do parágrafo § 1:

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; e

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Nesse processo de fortalecimento da base jurídica ambiental brasileira, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), promulgada pela Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981, trouxe um conjunto de instrumentos ambientais que visa fortalecer o processo de regulamentação e fiscalização frente aos diversos tipos de intervenção no território.

A PNMA passa a trazer uma política ambiental macro no contexto brasileiro, que tem como principal objetivo a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, atendendo a alguns princípios norteadores:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação; e  
X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

A situação ambiental brasileira, mesmo com a presença da PNMA, tem sido de uma plataforma de não implementação dos instrumentos jurídicos ambientais, o que, para Soares (2020), reafirma a lógica de um projeto de intervenção socioeconômica no país, desconsiderando a legislação ambiental e tendo, como consequência, a intensificação da perda de biodiversidade dos componentes naturais do Brasil.

### **Injustiça e desigualdade ambiental no governo Bolsonaro: o projeto político da degradação ambiental**

Há uma intensa prevalência da lógica econômica sobre os recursos naturais, impactando não somente as condições de sustentabilidade dos geoambientes, mas ocasionando mudanças significativas na vida das populações mais vulneráveis.

Essa lógica de estabelecimento do lucro acima da vida e da natureza nos leva a afirmar que a crise ambiental contemporânea é, também, uma crise social. Uma crise ecológico-civilizatória que, de acordo com Aráoz (2017), faz-se necessário refletir sobre o modelo de sociedade baseado nas relações de desigualdade.

O aumento da desigualdade ambiental, como destacado por Acserald, Bezerra e Mello (2009), pode se manifestar de várias formas, dentre elas, da proteção desigual dos recursos ambientais. Os autores salientam que o processo de implementação de políticas ambientais passa a ser realizada de forma desigual quando a efetivação desta passa a ser estabelecida por uma política de mercado, gerando problemas ambientais desproporcionais em que os mais pobres, as pessoas mais vulneráveis inseridas nos territórios, passam a sofrer maior parte dos danos ambientais.

No que condiz ao processo de desmonte das políticas ambientais brasileiras, entre 2019 e 2022, a

Figura 1 ilustra bem o que os autores relatam no livro *O que é a Injustiça Ambiental*, ao debater de forma coerente a relação entre flexibilização das políticas ambientais e aumento da degradação e das desigualdades sociais dos povos tradicionais. No âmbito brasileiro, essa lógica de flexibilização trouxe problemas ambientais latentes, como o aumento do processo de degradação em ambientes de grande biodiversidade, como a região amazônica, que sofreu um aumento degradacional expressivo nos últimos quatro anos.

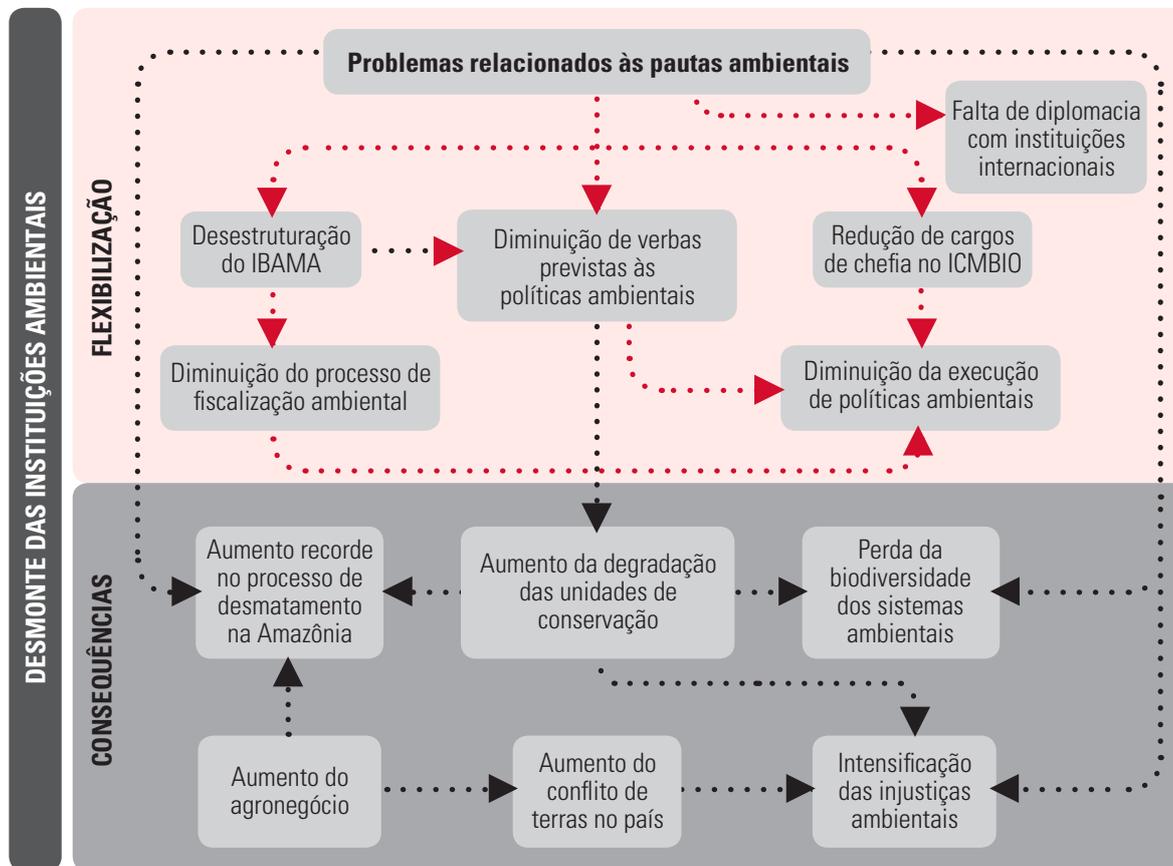
As informações abaixo mostram um retrato de como o processo de desestruturação das instituições públicas no governo bolsonarista intensificaram o aumento da devastação ambiental no país.

A desestruturação das instituições públicas destacadas na Figura 1 é parte de uma geopolítica ambiental pautada na lógica de devastação ambiental brasileira.

Todos esses processos negativos e defendidos pela gestão bolsonarista passaram a corroborar a diminuição de políticas de gestão ambiental que deveriam ser colocadas como pautas prioritárias, minimizando políticas importantes como as de fiscalização ambiental, bem como as verbas previstas às políticas ambientais, acabando por contribuir com o que já vem sendo discutido em diversos ensaios: não existe sustentabilidade ambiental dentro de plataformas neoliberais.

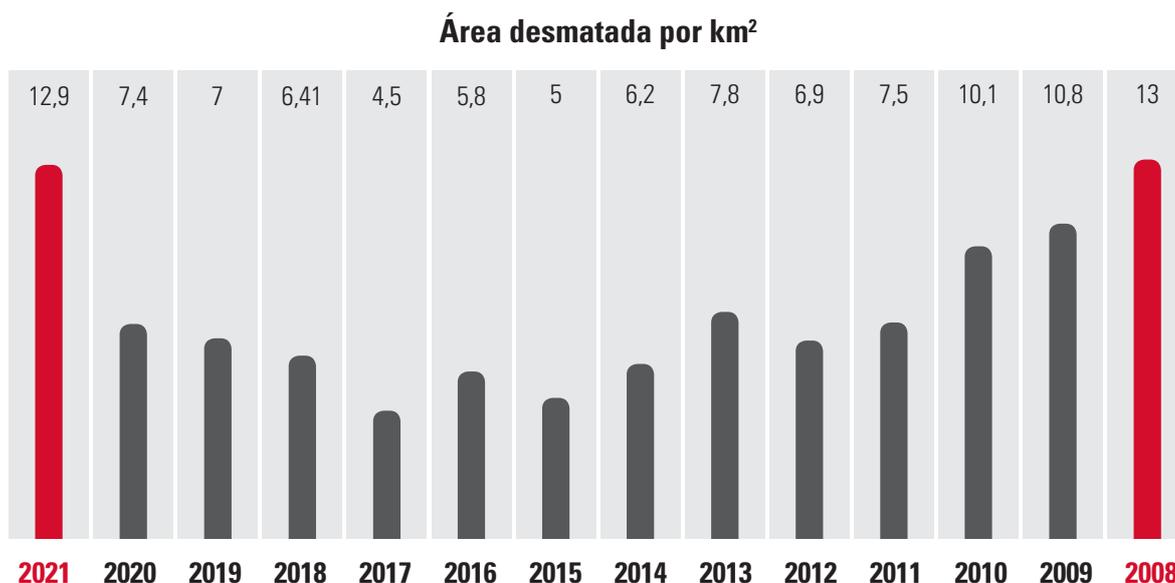
A degradação ambiental surge, portanto, não de um limite imposto pelas próprias potencialidades naturais da área, mas pela política de desestruturação e legitimação do Estado, com o avanço de problemas ambientais em áreas necessitadas de políticas de preservação e conservação ambiental. Um exemplo do avanço da destituição de nossas florestas encontra-se ilustrada na Figura 2.

**Figura 1 - Relação entre flexibilização das leis ambientais e aumento dos problemas ambientais e injustiça ambiental**



Fonte: Autora, 2021.

Figura 2 - Taxa de desmatamento da Amazônia Legal



Fonte: Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), 2021.

O aumento da taxa de desmatamento na Amazônia Legal, nos últimos quatro anos, ocorre mediante uma série de ataques ao meio ambiente. Sendo a maior desde o ano de 2008, o gráfico traz um aumento intenso da degradação ambiental, que se intensifica de forma bastante expressiva em 2021, chegando a 13 mil km<sup>2</sup> de área desmatada. Um aumento de 2.200 km<sup>2</sup>, se comparado com o ano de 2020.

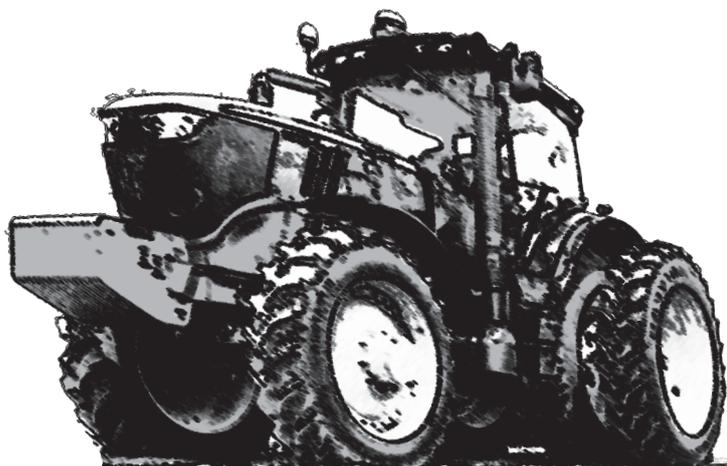
Os retrocessos ambientais não param nesses dados. De acordo com informações disponibilizadas pelo PRODES (2021), houve um avanço significativo do desmatamento em áreas indígenas na região amazônica, com um incremento parcial de 379,3 km<sup>2</sup> de

áreas desmatadas em 2020. Somado a isso, diversas comunidades indígenas sofrem constantemente com a prática ilegal de retirada de madeiras e processos de invasões.

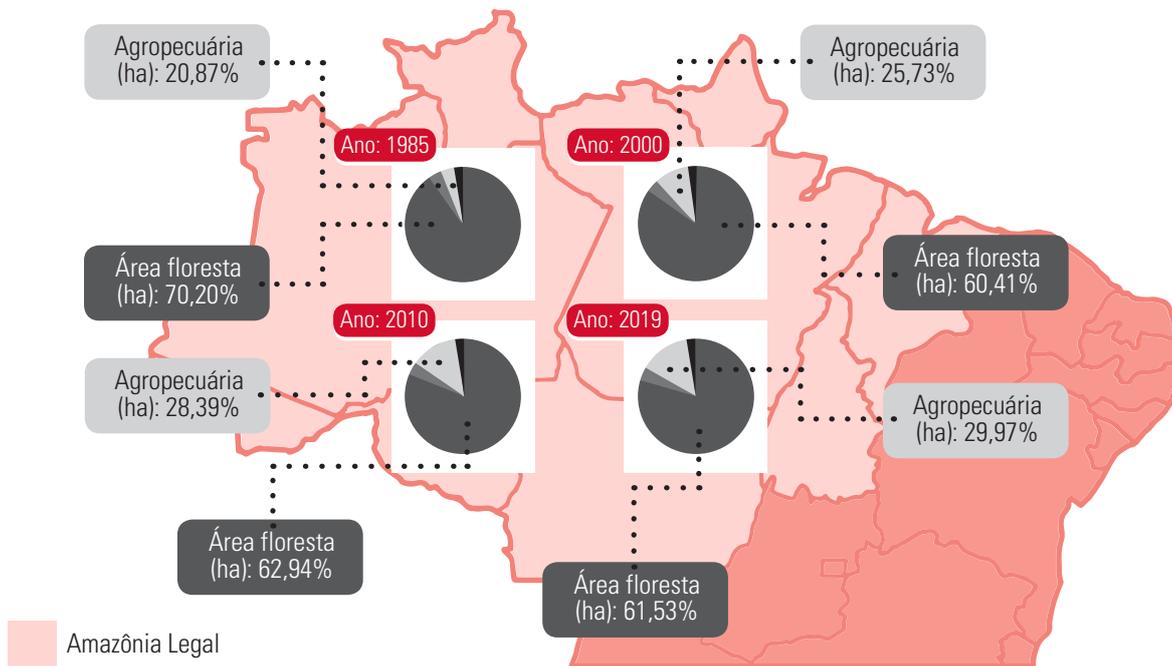
As informações corroboram a discussão realizada por Acserald, Bezerra e Mello (2009), em que os processos sociais e políticos passam a ser estabelecidos nos territórios através de múltiplos processos privados de intervenção, relacionados à megaprojetos de âmbito desenvolvimentista, que acabam por atingir comunidades tradicionais que vivem de atividades não capitalistas de apropriação da natureza, como pesca, artesanato e extrativismo.

Historicamente, atividades de grande magnitude vêm sendo exercidas de forma insustentável e agressiva nos ambientes. A Figura 3 retrata o avanço das atividades agropecuárias na região amazônica, com um recorte espaço-temporal de 35 anos.

De acordo com o MapBioma (2020), entre os anos de 1985 e 2019, as áreas florestais na região amazônica tiveram uma diminuição de 8,67%, enquanto que, nas atividades agropecuárias, ocorreu um aumento de 9,1%.



**Figura 3 - Avanço de atividades agropecuárias na região amazônica**



Fonte: Dados extraídos do MapBioma (2020). Elaboração: autora, 2021.

## Conflitos ambientais e a luta por uma plataforma política de conservação dos recursos naturais no Brasil

A crise ambiental, de acordo com Souza (2019), é fruto das relações capitalistas, sendo estas intensificadas diretamente pelo capital privado através de grandes empresas privadas e legitimadas pelo Estado, desconstruindo o discurso de que conflitos ambientais surgem mediante processos naturais.

Conforme estabelece o autor, essas relações agri-dem os sistemas ambientais e as identidades socio-espaciais ao flexibilizar leis ambientais e intensificar a forma de uso e ocupação da terra. Muitos dos impactos negativos ocorridos nos mais demasiados ambientes, independentemente da localização geográfica no território, deveriam seguir normas ambientais específicas e, sobretudo, levar em consideração o que estabelece a Constituição Federal de 1988.

É válido destacar o artigo 225, que versa sobre o direito da população a ter acesso a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, dando ao poder público e ao coletivo o dever de preservar e conservar a base ecossistêmica. As relações sociais que se estabelecem

em torno dessa prerrogativa, infelizmente, possuem enorme distância no que condiz do escrito à prática.

Não é uma discussão fácil, apesar de necessária. O jogo estabelecido entre os mais diversos agentes sociais utiliza-se de termos como “desenvolvimento sustentável”, passando a estabelecer a lógica destrutiva do ambiente que vem ocorrendo ao longo dos anos. É necessário enfatizar que esse processo não é recente.

De acordo com Marques (2015), a relação entre crescimento econômico e degradação ambiental tem sido uma constante ao longo dos anos no Brasil. Em seu livro *Capitalismo e Colapso Ambiental*, o autor descreve como o território brasileiro tem sido um forte exemplo de retrocesso no âmbito de planejamento ambiental. Mostrando dados relacionados ao ano de 2013, revela como a economia brasileira aumentou em 5,5% a intensidade de uso dos combustíveis fósseis, sendo este o pior desempenho do mundo dentre os países avaliados pela edição de 2014 da *Low Carbon Economy Index* (MARQUES, 2015).

Além disso, de acordo com o autor, a dependência relacionada ao agronegócio fez com que ocorresse um aumento gradativo da degradação ambiental no Brasil. Tal questão pontua-se em problemas significa-

tivos nesses territórios: diminuição da capacidade de resiliência dos geoambientes, destituição da cobertura vegetal nativa, aumento de processos erosivos e poluição dos recursos hídricos, além do aumento das desigualdades sociais, já que parte significativa desses efeitos ambientais atinge as populações mais vulneráveis, agravando o quadro de injustiça ambiental no país.

Outro fator, já destacado no presente texto, tem sido o constante avanço das pautas neoliberais no campo ambiental, pegando como principal artifício a diminuição da ação do Estado no processo do planejamento ambiental, relegando a último plano questões prioritárias, como o aumento efetivo do processo de fiscalização de atividades socioeconômicas em conjuntos paisagísticos que estão, ou deveriam estar, sob proteção jurídica.

## **A agenda política da insustentabilidade e desigualdade ambiental no Brasil**

A divulgação do histórico de impactos ambientais ocorridos ao longo dos anos tem mostrado que a lógica de utilização dos recursos naturais baseada nos pressupostos capitalistas tem corroborado o avanço da degradação e dos conflitos ambientais no Brasil.

O projeto político de extrema direita vigente no Brasil não leva em conta, por exemplo, os inúmeros instrumentos ambientais que podem e devem ser utilizados no âmbito da gestão e planejamento ambiental. Por vezes, o que está a acontecer é o emprego do discurso “estamos fazendo o que deve ser feito para proteger o meio ambiente”, mas, na prática, o que é utilizado é uma política de desestruturação das instituições públicas.

Confirmando o descaso do governo bolsonarista, a pesquisa realizada pela organização internacional *Human Rights Watch (HRW)* e divulgada por Carvalho (2020) aponta que 800 multas aplicadas pelo Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) estão paralisadas desde outubro de 2019, enquanto o avanço da degradação ambiental no país ocorre de maneira gradativa. A ausência da aplicabilidade de legislações ambientais nessas situações para sobre a discussão realizada por Acserald, Bezerra

e Mello (2009). Os autores destacam os instrumentos ambientais que, em muitos casos, passam a ser mais rigidamente aplicados para atividades de pequeno porte, como agricultura, pesca e extrativismo, do que quando se trata de agronegócio e de grandes corporações industriais.

A exemplo de não utilização de instrumentos ambientais cita-se a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998), que estabelece sanções penais e administrativas decorrentes de atividades que ocasionem danos negativos ao meio ambiente. Tal lei considera crime realizar atividades de extração mineral sem autorização de órgão competente.

Outro ponto em discussão tem sido a tentativa em realizar mudanças no Código Florestal (Lei nº 12651, de 25 de maio de 2012) através da Medida Provisória 867/2018, que estabelece o não cumprimento de recomposição de Áreas de Preservação Ambiental (APPs) pelos ruralistas. Essa tentativa de desregular leis tem passado a comprometer de forma negativa a capacidade de resiliência dos componentes geoambientais. Neste mesmo caminho, ao mesmo tempo em que ocorre tal desmonte da política ambiental brasileira, a utilização e o avanço dos agrotóxicos no Brasil batem novo recorde.

No ano de 2020, de acordo com Tooge (2020), o governo liberou, no Diário Oficial, 405 registros de tipos de agrotóxicos no Brasil, o que ocasiona impactos significativos nas condições de sustentabilidade dos sistemas ambientais e na qualidade de vida de parcela significativa da população. Essa decisão do governo federal tem levado em consideração apenas o jogo de relações políticas da bancada ruralista e das grandes empresas que dominam a cadeia a produção de agrotóxicos.

Nesse jogo geopolítico, coloca-se em xeque a obrigatoriedade a considerar os instrumentos jurídicos no âmbito do planejamento ambiental, sendo necessário não somente pensar, mas estabelecer e executar políticas de controle ambiental, com o objetivo de diminuir os impactos negativos ocasionados pelas atividades socioeconômicas.

A Figura 4 traz a base da legislação ambiental brasileira, onde são elencados os principais instrumentos jurídicos, assim como a necessidade de estabele-

cer diretrizes ambientais que sigam a obrigatoriedade do papel das instituições, seja nas esferas federal, estadual ou municipal (CRISPIM, 2020), com ênfase em um planejamento sustentável e integrado com outras políticas, a exemplo da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), já citada anteriormente.

A figura ilustra o fluxograma com alguns incisos inseridos no artigo 9º da PNMA e que, caso estivessem sendo executados à luz do que deveria ser, levaria em consideração a importância da conservação dos recursos naturais e atendimento ao que se destaca no artigo 9º da PNMA, no que condiz aos seus instrumentos.

Artigo 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

- I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- II - o zoneamento ambiental;
- III - a avaliação de impactos ambientais;
- IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- V - os incentivos à produção e instalação de equipamento e a criação ou absorção

de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

VI - a criação de reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico, pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal;

VII - o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente; e

VIII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e instrumentos de defesa ambiental.

De acordo com os registros, infelizmente, a política ambiental tem se dado de forma contrária ao que colocam as legislações específicas. Enquanto a PNMA aponta a ampla necessidade de realizar processos de licenciamento ambiental como forma de minimizar futuros problemas ambientais no território brasileiro, a gestão federal adota uma política que desestrutura a esfera pública. Como exemplos dessa desestruturação podemos citar a demissão de gestores de instituições como o IBAMA e a aprovação de projetos como o Projeto de Lei 191/2020, que regulariza as atividades de mineração em áreas indígenas.

**Figura 4 - Base jurídica referente à legislação ambiental brasileira**



Fonte: Informações tiradas da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Elaboração: autora, 2021.

## Breves considerações: a racionalidade ambiental e os desafios para uma plataforma de conservação dos componentes naturais no Brasil

A reestruturação das políticas ambientais no Brasil traz um processo político que visa, sobretudo, à utilização dos elementos naturais sem precedentes. Uma política que opera tendo como um de seus principais objetivos a diminuição da ação do Estado no processo de regulamentação e fiscalização frente às atividades de grande impacto ambiental.

O discurso ambiental e de desenvolvimento sustentável no Brasil, de acordo com Leff (2010), firma-se consistentemente em interesses de conflitos de uso, partindo, principalmente, do processo de apropriação dos componentes por parte de quem detém o capital. Conforme o autor, para a realização e implementação de políticas ambientais, é necessário conhecer os efeitos dos processos econômicos sobre a natureza e avaliar as condições ideológicas e políticas e a forma como as instituições trabalham o planejamento e o gerenciamento no que diz respeito à preservação e conservação dos recursos naturais de um território.

A forma de ocupação do território brasileiro, intensificada nos últimos anos, tem limitado cada vez mais a participação de sociedade civil. O aumento da problemática ambiental não passa a ser apenas consequência da flexibilização de leis e do sucateamento dos órgãos públicos, mas também da ausência de participação popular nas tomadas de decisão, trazendo à tona uma gestão ambiental que não considera o processo histórico de comunidades quilombolas e indígenas, parte essencial do que consideramos ser o meio ambiente.

Pensar formas de ocupação dos territórios é desafiar a plataforma ambiental que vem sendo defendida e implementada nos últimos anos. A questão ambiental brasileira não pode ser analisada de maneira isola-

da e fora do contexto global de degradação dos recursos naturais, sendo necessário considerar a estrutura social que estabelece as relações entre as atividades socioeconômicas e a intensidade dessas atividades sobre os elementos naturais. De acordo com Schons (2012), essa não tem sido uma tarefa fácil, mas necessária, visto que a questão ambiental perpassa pela relação sociedade e natureza e que é, sobretudo, estabelecida pelas relações sociais de produção.

Mediante discussões realizadas, o presente artigo tece considerações, destacando a necessidade de estabelecer uma plataforma ambiental baseada em políticas ambientais que reestruturem os órgãos sucateados, propondo a revogação de projetos de lei que visem regularizar atividades de grande impacto em áreas frágeis; realizar diálogos com as comunidades quilombolas e indígenas acerca da forma de utilização de atividades econômicas que sejam compatíveis com a potencialidade ambiental de seus territórios; e elaborar pareceres ambientais técnicos e participativos, assim como aprovar leis ambientais que fortaleçam a proteção e a preservação ambiental dos componentes ambientais. **US**

# nota

1. 38º presidente do Brasil, de 1º de janeiro de 2019 a 1º de janeiro de 2023.

- ACSERALD, H.; MELLO, C.C.A.; BEZERRA, G.N. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ARÁOZ, H. M. “América Latina” y la Ecología Política del Sur. Luchas de re-existencia, revolución epistémica y migración civilizatória. **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica** / Héctor Alimonda [et al]; coordinación general de Héctor Alimonda; Catalina Toro Pérez; Facundo Martín. 1 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Universidad Autónoma Metropolitana; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 5 fev. 2020.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Institui a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ago. 1981. Acesso em: 5 fev. 2020.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 9605, de fevereiro de 1998. Institui a Lei de Crimes Ambientais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, fev. 1998. Acesso em: 5 fev. 2020.
- CARVALHO, I. Todas as 800 multas ambientais aplicadas no Brasil desde outubro não forma cobradas. **Brasil de Fato**, São Paulo, 15 de jan. de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/15/todas-as-800-multas-ambientais-aplicadas-no-brasil-desde-outubro-nao-foram-cobradas>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- CRISPIM, A. B. Análise do uso e ocupação em Quixadá-Brasil como subsídio ao planejamento ambiental. **Revista Terra Livre**, v. 1, n. 54, 477-507, 2020.
- FERNANDES, V. J. A.; PAULA, B. L. S. A velha novidade da pandemia: neoliberalismo, meio ambiente e Covid-19. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 56, 131-142, 2020.
- LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
- MAPBIOMAS. **Plataforma de Mapas e Dados**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. István Mészáros: tradução Francisco Raul Cornejo... [et al]. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MARQUES, L. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. Campinas: Editora Campinas, 2015.
- SOARES, L. R. O neoliberalismo e sua impossibilidade em solucionar problemas. **Revista Fim do Mundo**, v. 2, 53-74, 2020.
- PRODES, **Programa de Desmatamento**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation?hl=pt-br>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F., NEVES, L. M. W., org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
- PAIVA, A. S. DE. **O ápice irracional da barbárie do capital: em cena a barbárie socioambiental**. 3º Encontro Internacional de Política Social. 10º Encontro Nacional de Política Social. Vitória, ES, 2015.
- RIBEIRO, F. P. O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo do mercado. **Revista Soc. & Nat**, v. 2, 211-226, 2015.
- SCHONS, S.M. A questão ambiental e a questão da pobreza. **Revista Katál**, v. 15, p. 70-78, 2012.
- SOUZA, M. L. DE; **Ambientes e Territórios: uma introdução à ecologia política**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- TOOGE, R. Governo libera o registro de 42 agrotóxicos genéricos para uso dos agricultores. **G1**, São Paulo, 27 de nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/11/27/governo-libera-o-registro-de-42-agrotoxicos-para-uso-dos-agricultores.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2021.

# referências

# Estado e empresa na Amazônia durante a Ditadura: saque de recursos naturais e cumplicidade contra povos originários<sup>1</sup>

*Gilberto de Souza Marques*

Professor na Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: gilsm@ufpa.br

*Egydio Schwade*

Casa da Cultura do Urubuí - AM

E-mail: egydio.schwade@gmail.com

*Indira Rocha Marques*

Professora na Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: indiramarquesgeo@gmail.com

*Fernando Alves de Araújo*

Professor na Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: mcsfernando@gmail.com

*Rodolfo Costa Machado*

E-mail: rod.cmachado@gmail.com

**Resumo:** Além de um breve relato da investigação sobre as violações de direitos humanos cometidas pelo grupo empresarial Paranapanema contra povos originários da Amazônia, também analisamos crimes cometidos por outras empresas privadas e órgãos do governo durante a Ditadura Empresarial-Militar. As violações tinham como pano de fundo a apropriação dos territórios e das riquezas existentes, configurando processos de acumulação por espoliação, parte importante da dinâmica de acumulação ampliada de capital. A partir das comprovações sobre a responsabilidade das empresas, a pesquisa objetiva dar fundamento a processos de reparação, contribuindo para que a Ditadura não se repita nunca mais.

**Palavras-chave:** Ditadura. Violação de Direitos Humanos. Responsabilização. Acumulação por Espoliação.



## Introdução

Este artigo é parte das reflexões realizadas por uma equipe de pesquisa que investiga as violações de direitos humanos cometidos pelo grupo empresarial Paranapanema durante a Ditadura Empresarial-Militar iniciada em 1964. A pesquisa se associa a outras 12 equipes que investigam outras empresas que também foram ativas colaboracionistas com o regime de exceção, com tortura e assassinatos, por exemplo. Por isso, são responsáveis diretas por crimes.

As pesquisadas estão coordenadas pelo Centro de Antropologia e Arquivologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (projeto Responsabilida-

de de Empresas por Violações de Direitos durante a Ditadura), em colaboração com o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é chegar a comprovações da reponsabilidade dessas empresas nas violações e exigir reparações.

O ponto de partida dessa história foi o trabalho de ex-sindicalistas da Volkswagen que investigaram a transnacional de origem alemã e comprovaram as violações cometidas por ela contra seus trabalhadores e suas trabalhadoras. Disso resultou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado pela empresa junto ao MPF, ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e ao Ministério Público do Estado de São

Paulo (MPSP). A Volkswagen pagou uma multa (nominada como “doação”) e fez um reconhecimento público de sua colaboração com a Ditadura. Como resultado tem-se o estímulo às equipes que conduzem novas investigações sobre outras empresas

Para além da noção de acumulação por espoliação e outras categorias que sistematizaremos a seguir, nessa temática específica de crimes cometidos durante a Ditadura, dialogamos com o conceito de justiça de transição para compreender melhor a adoção de mecanismos de reparação histórica das vítimas de violações sistemáticas dos direitos humanos. Entre outros materiais, citamos o relatório “Cumplicidade Empresarial e Responsabilidade Legal”, elaborado pela Comissão Internacional de Juristas e reproduzido no livro organizado por Ernesto Bohoslavsky e Horacio Verbitsky. Posteriormente, a discussão avançou no sentido da utilização da categoria “responsabilidade” para as análises da atuação empresarial em violações aos direitos humanos em substituição à “cumplicidade”, uma vez que explicita o papel ativo do empresariado na repressão aos trabalhadores e às trabalhadoras.

## Acumulação por espoliação: Estado a serviço do capital

No processo de acumulação ampliada de capital, onde o capital percorre seu ciclo D-M-D, se tem uma produção crescente de mercadorias e, por isso, uma apropriação cada vez maior da natureza. Em paralelo, a concorrência intercapitalista faz com que se aumente a composição orgânica de capital ( $c/v$ ), substituindo trabalhadores e trabalhadoras por máquinas (MARX, 1988). Esses processos são mediados pela relação fundante do capitalismo: a relação capital *versus* trabalho. O salário é o preço pago pela mercadoria força de trabalho, a única mercadoria que resta ao proletariado, que são os “modernos” trabalhadores assalariados, depois que perderam a propriedade de seus meios de produção (MARX e ENGELS, 1987).

Mas diferente do que possa parecer, o capital não representa uma via de mão única no sentido de sempre “modernizar” as relações sociais de produção. Ele caminha em meio a contradições e a um desenvolvimento desigual e combinado, como expôs Trotsky

(2007). Mais que isso: na medida em que o fundamental é a acumulação, tudo pode ser tentado para tal. Por isso, o capital pode tanto fazer desaparecer como recriar relações que aparentemente correspondem a modos de produção passados. É o caso do trabalho em condições análogas à escravidão, tão comum na Amazônia. Podem até parecer relações arcaicas de um passado distante do capitalismo, mas, quando recriadas pelo capital, contêm novo sentido e conteúdo: a acumulação ampliada de capital. A rentabilidade capitalista, nesses casos, decorre não da inovação técnica, mas da sobre-exploração do trabalhador. É como se processos de acumulação primitiva (ou originária) de capital continuassem a se reproduzir na “modernidade” burguesa atual. O pecuarista Maurício Pompeu Fraga foi flagrado usando trabalhadores em condição análoga à escravidão. Seu nome foi incluído na lista suja do trabalho escravo do Ministério do Trabalho. Isso não impediu que ele permanecesse vendendo seu gado para grandes redes frigoríficas. O trabalho, nessas condições, reduzia seu custo de produção, sem necessariamente investir em capital constante (máquinas e tecnologia), e ele podia colocar sua produção nas grandes cadeias mundiais de proteína animal, tendo garantido o lucro tal qual os concorrentes que investem em tecnologia. A produtividade-rentabilidade do seu capital, nesse caso, não decorre da inovação tecnológica, mas do inverso: da recriação (ou manutenção) de relações de sobre-exploração.

Desse modo, atividades agropecuárias com baixo investimento em tecnologia conseguem reduzir seu custo de produção sobre-explorando trabalhadores e se apropriando de terra alheia, o que aumenta o desmatamento. Foi o que aconteceu a partir de 2013, acompanhando a crise político-econômica brasileira. Isso evidencia seu caráter predatório-especulativo: cresce em momentos de instabilidade ou de possibilidade de transição política. Grileiros, e toda a sua voracidade, abocanham terras públicas e de populações tradicionais e territórios indígenas. Usurpam a terra, derrubam ou queimam a floresta, vendem a madeira e forjam uma documentação, falsa ou supostamente legal (quando dão entrada em um pedido de regularização, ainda que tenham conhecimento que seu ato é criminoso). Com isso, vendem as “propriedades”

para pecuaristas (que as regularizam sob o argumento de tê-las adquirido de boa-fé, mesmo sabendo que são ilegais). O gado dos “novos proprietários”, dessa forma, pode entrar no circuito dos grandes frigoríficos (MARQUES, 2021; MARQUES, 2019).

Especulação fundiária é a antessala da expansão bovina, que, por sua vez, contribui para a acumulação ampliada do capital vinculado às redes nacional e transnacional de processamento e comercialização de proteína animal. Segundo o IBGE (Pesquisa Pecuária Municipal), Amazônia Legal brasileira é a região com maior rebanho bovino do Brasil, com 96.713.916 cabeças em 2021 (43,06% do total nacional, afora bubalinos e equinos). Assim, nesse ano, havia 3,34 bois para cada pessoa na região.

Por essa e outras dinâmicas, a atual problemática ambiental está diretamente vinculada à reprodução ampliada de capital. Ela é acompanhada da entropia social (ALTVATER, 1995): uma acelerada apropriação da natureza que amplia as contradições e degradação da sociedade. A busca crescente pelo lucro faz com que o ritmo de apropriação da natureza se intensifique muito em relação ao tempo que ela necessita para se recompor. Os dois ritmos tornam-se incompatíveis. Uma incompatibilidade, antes de tudo, burguesa. A companhia Vale levou 23 anos para extrair seu primeiro 1 bilhão de toneladas de ferro da província mineral de Carajás (sudeste do Pará). Somente em 2020, um único ano, ela extraiu de lá 192,3 milhões de toneladas do minério, destinado à exportação e que é isento de cobrança de ICMS (rebaixando o preço do minério). Em ritmo crescente, em apenas cinco anos, se extrai 1 bilhão de toneladas de ferro. O que se achava que levaria quatro séculos para se esgotar, deve acontecer em, aproximadamente, meio século<sup>2</sup>.

Assim, constatamos o que David Harvey (2004), partindo de Marx (1988), nominou como acumulação por espoliação e o que a Teoria Marxista da Dependência definiu como dependência (MARINI, 2005), que é a condição em que uma nação se alimenta de parte do valor produzido por outra nação/região. Por meio de uma troca desigual, ocorre transferência de valor da Amazônia para economias centrais. A economia central se dinamiza e a região “periférica” vê aumentar suas contradições sociais e a própria dependência. Não conseguimos sintetizar isso com

outra palavra que não seja saque (MARQUES, 2019).

Ainda que os dados até aqui apresentados sejam de anos atuais, esses processos de saque de recursos naturais na Amazônia não são recentes. Eles acompanham a chegada dos europeus nesse território que passou a ser chamado de Brasil. Isso inclui até mesmo, e de forma gritante, o período da Ditadura Empresarial-Militar, iniciada com o golpe de Estado de 1964.

## Uma ditadura pouco nacionalista

Muitos saudosistas e cúmplices ativos da Ditadura instalada no Brasil reverenciam aqueles governos como se fossem a melhor expressão do nacionalismo brasileiro, da defesa da pátria. Para isso, exaltam até mesmo a tortura e os torturadores. É o caso do ex-presidente Bolsonaro, que faz homenagens, por exemplo, ao coronel Brilhante Ustra, torturador dos mais conhecidos.

Mas até que ponto a Ditadura foi nacionalista? No caso da Amazônia, ela foi nada nacionalista. Foi entreguista! E, para tal, passou por cima da população local, em particular de povos originários. Vejamos alguns exemplos.

Quando o golpe de Estado se consolidou, em 1964, o primeiro presidente imposto, marechal Castello Branco, por meio de seu ministro do planejamento Roberto Campos, convidou um dos maiores empresários estadunidenses da época, Daniel Keith Ludwig, para vir investir no Brasil, que se tornara “um país seguro”. Ludwig comprou a Jari Ltda, do prefeito de Almeirim-PA, empresa que havia grilado 225.967,6 hectares de terra. O norte-americano continuou a grilagem reclamando como seus 3.700.000 hectares no vale do rio Jari, entre o Pará e o Amapá. Lá implantou a Jari Florestal e Agropecuária Ltda, mais propriamente conhecida como Projeto Jari. Nessa área ele tinha poder absoluto, incluindo uma polícia da empresa. Ninguém entrava sem autorização nem podia construir casas sobre as terras (em tese, da empresa). Por isso, só restava a margem do rio e a população que para lá migrava construiu uma das maiores favelas de palafitas da América Latina, o Beiradão, atual município de Laranjal do Jari-AP. Com apoio do BNDES, Ludwig tomou um

empréstimo de US\$ 200 milhões para, entre outros fins, derrubar a floresta e plantar pinus (um tipo de pinheiro) para produzir celulose. A fábrica e a usina de energia elétrica foram construídas no Japão e transportadas montadas até Jari, saindo do Pacífico e cruzando os oceanos Índico e Atlântico. O projeto encontrou muita dificuldade de rentabilidade e o estadunidense não estava conseguindo pagar as parcelas do empréstimo. Negociou, então, com os militares a nacionalização do projeto. O governo assumiu parte da dívida, fez injeção de recursos do BNDES e entregou o empreendimento para um grupo de empresários brasileiros. À frente dele estava Augusto Trajano de Azevedo Antunes, proprietário da mineradora Icomi, que, desde 1957, exportava manganês para os EUA. Formalmente, 49% do capital da Icomi pertencia à Bethlehem Steel, principal siderúrgica estadunidense do pós-Segunda Guerra (MARQUES, 2009). Antunes, além de atuar como testa de ferro da norte-americana, havia sido um dos empresários articuladores do golpe de 1964 (DREIFUSS, 1981). Recebia agora sua recompensa.

Mas diferente do que possa parecer, o capital não representa uma via de mão única no sentido de sempre “modernizar” as relações sociais de produção. Ele caminha em meio a contradições e a um desenvolvimento desigual e combinado.

Outro projeto nada nacionalista foi a proposta de formação dos grandes lagos amazônicos, elaborada pelo Hudson Institute, dos EUA. Diversos rios seriam barrados, entre os quais o rio Amazonas. Os vários imensos lagos estariam conectados e abertos para a navegação internacional e suas margens ficariam entregues para a produção agropecuária, provavelmente incluindo capital estrangeiro. A proposta foi vista com entusiasmo por parte do governo, mas encontrou oposição em setores nacionalistas, até mesmo em nacionalistas que apoiavam os militares. Destaca-se, entre outros, Arthur Cezar Ferreira Reis (1960), que, junto a parcelas do Congresso Nacional,

conseguiu evitar que a ideia avançasse. Imaginem o crime socioambiental que seria cometido caso a proposta se efetivasse.

Também logo após golpe, o governo contratou as forças aéreas dos EUA para fazer o mapeamento aerofotogramétrico do território brasileiro. Entre outros resultados, isso objetivava estimar a ocorrência mineral. Na prática, informações privilegiadas foram colocadas à disposição de empresas estrangeiras, principalmente estadunidenses. Como num passe de mágica, diversas descobertas minerais foram sendo anunciadas. Entre elas, manganês em Marabá (em 1966, pela Union Carbide/EUA, e também em 1966, pela United Steel/EUA), ferro em Carajás (em 1967, pela United Steel/EUA), bauxita no rio Trombetas (em 1967, pela Alcan/EUA), bauxita em Paragominas (em 1971, pela Rio Tinto Zinco/Inglaterra-Austrália, e em 1972, pela CVRD/Brasil), caulim no rio Jari (nos anos 1970, pelo grupo Ludwig), caulim no rio Capim-PA (em 1972-3, pela CPRM/Brasil), cassiterita (nos anos 1970 no Amazonas, pelo grupo Paranapanema/Brasil, mas que teria capital japonês, segundo informação verbal de Egydio Schwade) e cassiterita no Mato Grosso e Rondônia (nos anos 1960-1970, pela Brascan/Canadá e pela British Petroleum/Inglaterra).

O caso do ferro foi o mais escandaloso, por conta da expressividade da província mineral descoberta (ferro, cobre, ouro e dezenas de outros minérios). A maior reserva de ferro a céu aberto do planeta teria sido encontrada acidentalmente, em um ato de sorte. Uma equipe a serviço da US Steel teria pousado numa clareira na serra da Arqueada, no primeiro dia de pesquisa (repetimos: primeiro dia), e ela era exatamente a mina. O próprio geólogo Breno dos Santos relatou isso:

Há casos extremos [de sorte], como a descoberta do próprio minério de ferro de Carajás, que ocorreu com o simples reconhecimento geológico de uma clareira natural utilizada para o pouso técnico de reabastecimento, durante o traslado do helicóptero, e no primeiro dia de trabalho de um programa de prospecção de manganês (SANTOS, 1981, p. 23-24). Carajás foi a última descoberta romântica da história da geologia (SANTOS *apud* VALE, 2017)

Após a “descoberta”, a Vale (então estatal CVRD - Companhia Vale do Rio Doce) se associou à US Steel para explorar Carajás, mas a norte-americana não tinha interesse em colocar a mina em operação imediata por conta de outros projetos já em andamento em outros lugares. A empresa brasileira teve que indenizar a US Steel para poder assumir a extração da província de Carajás.

A bauxita de Trombetas também merece menção. No início dos anos 1970, aumentavam as preocupações com a poluição e cresciam movimentos ambientalistas nos países centrais. Também ocorreu o “choque do petróleo”, elevando os preços dos combustíveis mundo afora. O Japão produzia muito alumínio, mas não tinha nem a matéria-prima (bauxita) nem fontes de energia elétrica que fossem alternativas aos combustíveis fósseis. Estimava-se que o consumo de energia elétrica era responsável por até 40% dos custos da produção de alumínio. O país presenciou uma forte expansão dos custos industriais dessa cadeia de produção. Por conta desses elementos, resolve transferir para a periferia essas etapas mais custosas (econômica e ambiental). O governo brasileiro aceita a proposta japonesa e monta as plantas de produção de alumínio em Barcarena-PA. Para tal, constrói a Usina Hidrelétrica Tucuruí (com um terrível dano socioambiental) para fornecer energia subsidiada de modo a tornar barato o preço do alumínio que enviava ao Japão, atendendo aos interesses das empresas japonesas. Até onde existe nacionalismo brasileiro nesse ato?

Por fim, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) dispunha de recursos decorrentes de incentivos fiscais. Eles eram usados para financiar empreendimentos privados a fundo perdido, ou seja, que não precisavam devolver o dinheiro recebido do governo. Inúmeras transnacionais, não necessariamente da agropecuária, receberam dinheiro da Sudam e terras gratuitas do governo: Coca-Cola, Brumasa (associação entre holandeses e a Icomi), Volkswagen, Pirelli, Goodyear, Alcan etc. Quanto maior a parcela de terra, maior o volume de dinheiro que se poderia requerer da Sudam. Os militares entregavam dinheiro público, rios, floresta e outros recursos naturais em troca de degradação socioambiental e conflitos agrários.

## A Paranapanema contra povos originários da Amazônia

A Paranapanema foi fundada em 1961 para atuar na construção civil pesada e, quatro anos depois, entra na mineração. Ela se aproveitou de sua vinculação com os governos da Ditadura para receber favores do Estado, encomendas de obras públicas e se apropriar de territórios para a extração mineral. Seu sócio-proprietário mais destacado foi Octávio Lacombe. A empresa conseguiu que acionistas diretos ou indiretos assumissem cargos importantes no Executivo federal. Foi o caso, por exemplo, de Eliezer Batista, presidente da estatal Vale do Rio Doce (1979-1986), e de Dias Leite, presidente da Vale (1967-1968) e ministro de Minas e Energia (1969-1974). Ao mesmo tempo, colocou vários militares de alta patente em cargos de direção.

Logo após golpe, o governo contratou as forças aéreas dos EUA para fazer o mapeamento aerofotogramétrico do território brasileiro. Entre outros resultados, isso objetivava estimar a ocorrência mineral. Na prática, informações privilegiadas foram colocadas à disposição de empresas estrangeiras, principalmente estadunidenses. Como num passe de mágica, diversas descobertas minerais foram sendo anunciadas.

Em 1969, a Paranapanema adquire terras de grileiros no Mato Grosso, Rondônia e sul do Amazonas, que continham reservas de cassiterita, minério usado na siderurgia e de onde se extrai o estanho. Consegue até mesmo que o governo crie a Província Estanifeira de Rondônia (englobando áreas dos três estados), impedindo a lavra por garimpeiros (SANTOS, 2021).

No sul do Amazonas, se aproveita da construção da BR 230/Transamazônica (no trecho em que fora contratada como empreiteira) e constrói uma estrada particular para ligar a rodovia federal à sua mina de cassiterita. Constrói também uma pista de pouso particular e estruturas para a extração mineral. Nessas obras, passou por cima de cemitérios, destruiu traços culturais do povo Kagwahiva (em particular dos Kagwahiva-Tenharim) e utilizou trabalho de indígenas em condições análogas à escravidão.

Em relatório, do analista em antropologia do MPF, Walter Coutinho, constante do Procedimento nº 113.000.000828/2013-87-MPF, um indígena Tenharim chamado Felipe afirma que, depois de terem trabalhado nas obras da empreitada e terem contraído doenças,

Perguntaram a Pedro Camargo, um dos chefes da Parapanema que coordenava os trabalhos da turma de índios Tenharim: “O que nós vamos ganhar?” Ele respondeu que iria levá-los até Porto Velho, em Rondônia, mas acabou, ao final, trazendo apenas “uma caixa cheia de bonecas para crianças”. Então, os Tenharim que tinham participado da construção da Transamazônica “começaram a plantar roça novamente” (COUTINHO, 1987, fls. 70).

Em longa extensão territorial que chega até à Colômbia, no alto rio Negro, por meio de suas subsidiárias e de uma empresa paramilitar (Sacopã), a Parapanema controlou garimpos de extração de ouro, reprimiu ribeirinhos e garimpeiros tradicionais e

controlou áreas e rios até de fronteira internacional, decidindo quem poderia ou não transitar por lá. De forma ilegal, tomava para si atribuições exclusivas das forças armadas governamentais. Também violou direitos trabalhistas, pois pagava o que achava que deveria aos indígenas contratados, o que, em geral, era inferior ao salário mínimo da época. Tukano e Baniwa foram alguns povos que sofreram as violações do grupo empresarial e de outras companhias, caso da GoldAmazon (MARQUES *et al*, 2022).

Em 1967, o governo inicia a construção da BR-174, ligando Manaus a Boa Vista. A estrada cortava o território do povo Waimiri-Atroari (autônomo Kiña/Kinja). Vítimas de inúmeros massacres ao longo de sua história, os indígenas resistiram à obra. Em 1969, o Exército (6º Batalhão de Engenharia de Construção) assume a empreitada. Os Waimiri-Atroari foram reprimidos pelas forças do Estado, recorrendo a armas pesadas, helicópteros e até napalm – o agente químico que os EUA usaram contra os vietnamitas.

Maloca dos  
Waimiri-Atroari  
incendiada

Fonte: Casa da Cultura do Urubuí.



O fundador do Conselho Indigenista Missionário, Egydio Schwade, morou junto aos Waimiri-Atroari e colheu seus depoimentos. Registrado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV, Lei nº 12.528/2011), vinculada à Casa Civil da Presidência da República, ele sintetiza um dos ataques:

Kramna Mudî era uma aldeia Kiña que se localizava na margem oeste da BR-174, no baixo rio Alalaú [...]. No segundo semestre de 1974, Kramna Mudî acolhia o povo Kiña para sua festa tradicional. Já tinham chegado os visitantes do Camanaú e do Baixo Alalaú. O pessoal das aldeias do norte ainda estava a caminho. A festa já estava começando, com muita gente reunida. Pelo meio-dia, um ronco de avião ou helicóptero se aproximou. O pessoal saiu da maloca para ver. A criançada estava toda no pátio para ver. O avião derramou um pó. Todos, menos um, foram atingidos e morreram [...]. Os alunos da aldeia Yawará forneceram uma relação de 33 parentes mortos nesse massacre (SCHWADE *apud* CEDVMJA, 2012, p. 15).

A jornalista Memélia Moreira, em depoimento à Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva” de São Paulo, também constatou a presença de napalm:

[...] quando a gente pegou um igapozinho para chegar até a aldeia, que aí o rio estreita, eu vi que tinha uma coisa não natural boiando, era assim, um... Não era bem um tubo, mas parecia, porque era metade, que era de napalm. E eu vi a marca, eu não sabia o que era napalm, eu conhecia a marca de um dos fabricantes de napalm, era Tordon. Eu vi que tinha Tordon, aí eu digo, espera aí, napalm... Aí eu digo, encosta mais naquilo ali, vai mais devagar, tira o motor, eu quero pegar aquele caco ali, era um caco. Peguei e botei na minha mochila e vim-me embora, não troquei uma palavra sobre o que eu achei, porque em 1974 a gente já sabia que eles tinham usado napalm no Vale do Ribeira, na Guerrilha do Araguaia, e nos Nhambiquaras (MOREIRA: 2014, fls. 32).

Para além de ligar Manaus a Boa Vista, a BR-174 era fundamental para viabilizar a UHE Balbina, construída pela Eletronorte sobre o território Waimiri-Atroari, com terrível dano socioambiental. Imenso lago se formou sobre a floresta e várias aldeias desapareceram. Mais do que Balbina (que fica em uma área mais próxima do início da estrada), era a extra-

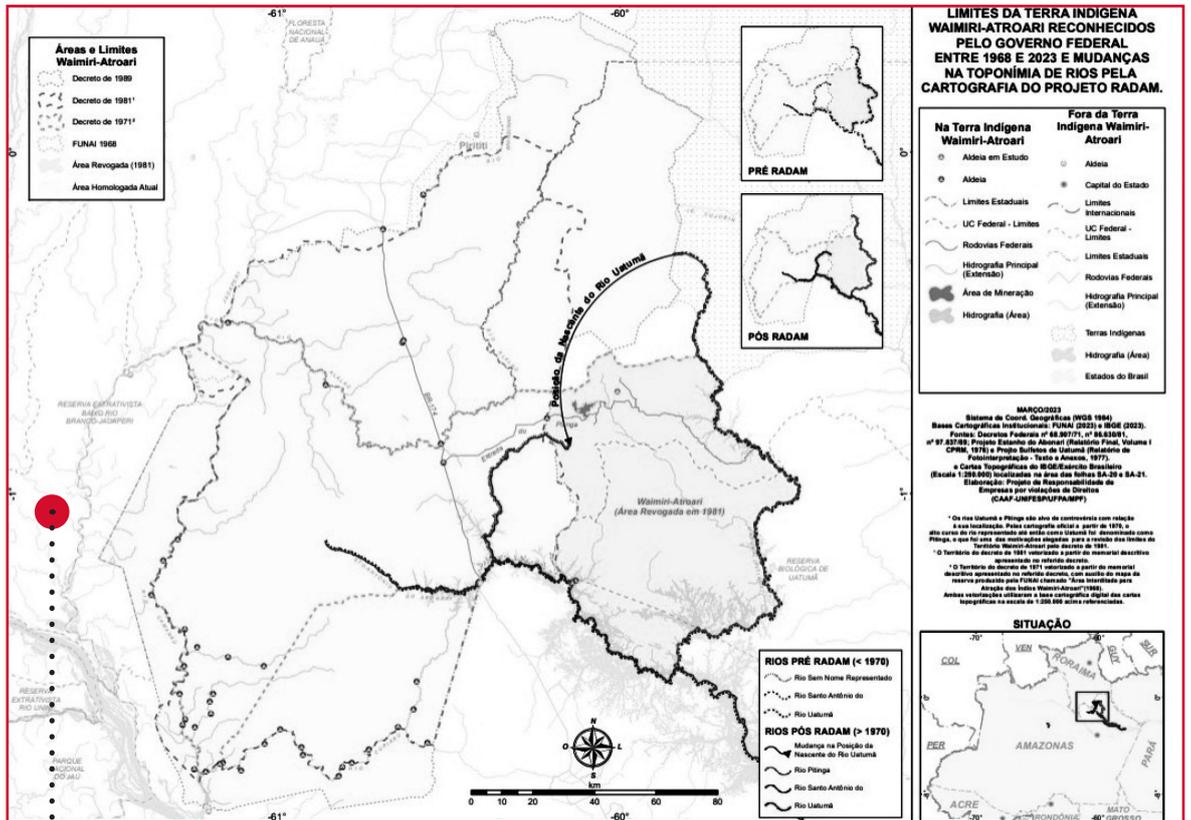
ção de cassiterita que a rodovia tornaria possível. A chamada mina do Pitinga fica próxima da fronteira com Roraima. Sem a rodovia federal, a extração não seria possível. Outra estrada federal (a Perimetral Norte, no trecho roraimense) também foi usada pela Paranapanema para se apropriar do território indígena. Ela era a empreiteira responsável pela obra e, a partir dela, terras Waimiri-Atroari foram invadidas, fazendo levantamento de ocorrência de minérios (MARQUES *et al*, 2022)

A mina em território Waimiri-Atroari foi transferida da estatal CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) para a Paranapanema, em 1977. Em 1981, o presidente João Figueiredo publica o decreto nº 86.630, anulando a criação da reserva indígena Waimiri-Atroari e retirando 526,8 hectares do território indígena, que seriam repassados para a Paranapanema. No ano seguinte, por meio da Mineração Taboca, ela inicia a instalação do empreendimento que foi o principal responsável por tornar a empresa um dos maiores grupos econômicos do Brasil no decorrer dos anos 1980 (SANTOS, 2021; CEDVMJA, 2014).

Atividades agropecuárias com baixo investimento em tecnologia conseguem reduzir seu custo de produção sobre-explorando trabalhadores e se apropriando de terra alheia, o que aumenta o desmatamento.

Para conseguir a concessão da mina no Pitinga e a autorização de lavra, a Paranapanema usou de diversas irregularidades: informações governamentais privilegiadas, corrupção, violência e fraudes cartográfica e etnográfica.

Em conjunto com o Projeto Radam e a empresa Aerofoto Cruzeiro (que produzia as cartas topográficas para o Radam), a Paranapanema afirma que o rio de referência do limite leste da delimitação legal do território indígena não era o alto rio Uatumã, e sim o rio Pitinga. O alto Uatumã ficaria mais a oeste. Portanto, o limite deveria ser revisto, reduzindo a reserva. A diferença entre os dois rios era exatamente a área que a empresa requeria para extrair cassiterita (MARQUES *et al*, 2022).



Mapa fraude cartográfica

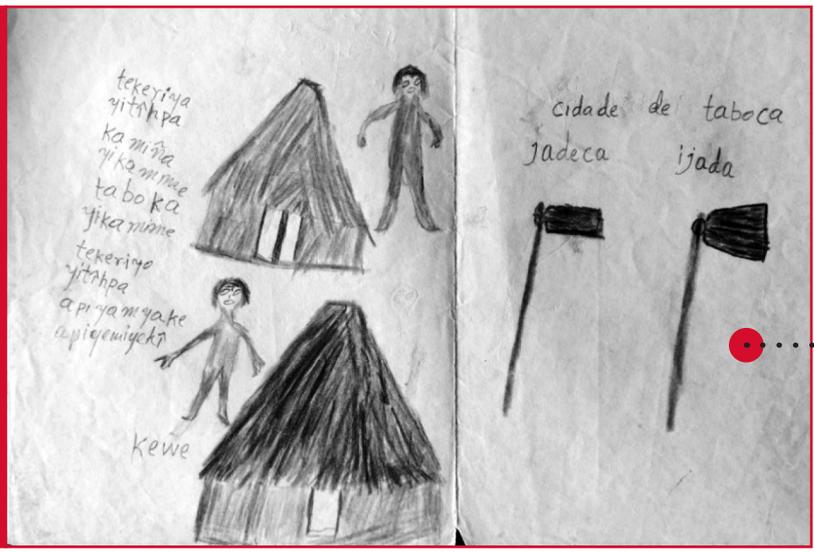
Fonte: Marques *et al*, 2023.

Afora isso, a Paranapanema também alegou que a área em questão não contava com a presença de indígenas. Acontece que documentos e mapas da Funai registram a presença de indígenas na área. Em 1968, antes de ser morto, o padre Giovanni Calleri, em sobrevoo, fotografou nove malocas Waimiri-Atroari naquela região: na cachoeira Criminosa (rio Alalau) e proximidades. Podemos nominar isso como uma fraude “etnográfica”, na medida em que, artificial-

mente, procura apagar a existência de um povo em seu território.

João Figueiredo, tão somente, cumpriu os interesses da empresa, repassando a ela a porção territorial que queria saquear. Isso evidencia a conexão empresa-Estado na Ditadura, que submetia até mesmo os órgãos que deveriam proteger os indígenas, caso da Funai. Quando tensionada, a Funai ficava ao lado da empresa, configurando o que Baines (1991) chamou de indigenismo empresarial.

A violência cometida pela Sacopã/Mineração Taboca, na região do Pitinga, foi relatada pelos Waimiri-Atroari através de desenho e algumas palavras. Os Tikiryá, que seriam parentes próximos dos Waimiri-Atroari, teriam desaparecido: “Taboka ikame Tikiryá ytohpa. Apiyamyake? Apiyamyake?” (Taboca chegou, Tikiria sumiu. Por quê? Por quê?).



Desenho Waimiri-Atroari relatando a entrada da Mineração Taboca

Fonte: Acervo pessoal de Eglydio Schwade/ Casa de Cultura do Urubú.

Trabalhadores e trabalhadoras não indígenas do grupo Parapanema também foram vitimados pela empresa. Foi o que aconteceu com empregados/as da Mineração Taboca no Pitinga. Assédio moral, tortura e outros tipos de violência física e psicológica foram métodos de disciplinamento de sua força de trabalho.

No meu ponto de vista, a guarda patrimonial era muito rígida e tinha muita autonomia para se impor aos trabalhadores. Tinha até cela na guarita, para prender os trabalhadores, e, às vezes, levavam os coitados para um canil, com cães pastores-alemães dentro. Eu mesmo fiz o piso do canil. Soubemos de um caso em que os guardas chegaram a tirar a unha de um cidadão. Ele precisava falar algo e, como não falou, arrancaram as unhas dele. Não tenho ideia do que ele fez de errado para receber esta punição, mas não justifica eles tomarem tal atitude. Em 1986, presenciei um guarda-chefe dando pernada na boca de outro guarda. Falei para o guarda-chefe deixar o rapaz em paz, mas, mesmo assim, eles pegaram e bateram no cabra. Nós reagimos e tiramos o pobre coitado das mãos dos outros guardas (EDMAR FONSECA *apud* SILVAN, 2014, p. 117).

Em 1990, trabalhadores e trabalhadoras do Pitinga criaram um sindicato local para representá-los. A diretoria da Taboca os levou até Manaus para negociar a pauta de reivindicações com o superintendente da mineradora. Chegando lá, foram informados de que a empresa não reconhecia o sindicato e que os diretores estavam demitidos e impedidos de retornar ao Pitinga. Os familiares que haviam ficado na mina sofreram ameaça de despejo imediato, caso os sindicalistas mantivessem as denúncias. O restante da diretoria, que ficara no Pitinga, foi obrigada a assinar a carta de demissão sob a pressão da guarda patrimonial (empresa Sequimina, que substituíra a Sacopã), que usou de espingardas, cacetetes e cães bravos.

Guardas patrimoniais revistando e retirando sindicalistas do Pitinga

Fonte: Jornal O Povo, 29/05/1990.

## Outros povos vitimados pela associação empresa-Ditadura

A lista de etnias amazônicas que foram vítimas dos crimes do Estado e/ou de empresas durante a Ditadura é enorme, incluindo, entre outras, Krenhakarore (na rodovia Cuiabá-Santarém), Cinta-Larga e Suruí (RO/MT), Avá-Canoeiro (rios Araguaia e Tocantins, então estado de Goiás), Kanê ou Beijos-de-Pau (rio Arinos-MT), Parakanã e Arara (PA), Kaxinawa e Madiha (AC) e Juma e Yanomami (AM/RR), além daquelas já citadas até aqui. Oliveira (2008) afirma que a ocupação do norte mato-grossense provocou o etnocídio das nações Kayabi, Tapayuna, Panará, Xavante, Carajás e Tapirapé, entre tantas outras. Vale destacar a luta dos Txukaramei, a partir de 1971, contra a construção-prolongamento da BR-080, que cortava o Parque Nacional do Xingu (MT). Em 1979, a área em expansão foi desativada.

No Mato Grosso, empresas agropecuárias, em geral usando dinheiro governamental, se apropriaram, por meio da violência, de terras dos Bororó, Karajá, Xavante e Tapirapé. Souza (2015) identificou algumas: Tapiraguai S/A, Bodoquena S/A e Xavantina S/A.

Os Cinta Larga habitavam o noroeste do Mato Grosso e o sudeste de Rondônia. Desde a década 1950, conflitos com seringalistas, colonizadoras e mineradoras se intensificaram. Acredita-se que 5 mil Cinta Larga tenham sido mortos. Vejamos um caso, que antecede um pouco o golpe de 1964, mas que expressa o que viria com a Ditadura.



Envenenamento por alimentos misturados com arsênico; aviões que atiravam brinquedos contaminados com vírus da gripe, sarampo e varíola; e assassinatos em emboscadas, nas quais suas aldeias eram dinamitadas, ou por pistoleiros. Muitas dessas violações de direitos humanos sofridas pelo povo Cinta Larga foram cometidas com a conivência do governo federal, por meio do SPI, e depois da Funai, o que permitiu a atuação de seringalistas, empresas de mineração, madeireiros e garimpeiros na busca de ouro, cassiterita e diamante no território dos Cinta Larga, omitindo-se a tomar providências diante dos diversos massacres que ocorreram na área indígena. As violações também foram consequência da atuação direta do governo do estado do Mato Grosso, que fez concessões de terras para empresas de colonização e para construção de hidrelétrica em áreas habitadas pelo povo Cinta Larga. A mais dramática das violações cometidas contra os Cinta Larga ficou conhecida como Massacre do Paralelo 11. Em outubro de 1963, foi organizada uma expedição, planejada por Francisco Amorim de Brito, encarregado da empresa Arruda, Junqueira e Cia. Ltda., a fim de verificar a existência de minerais preciosos na região do rio Juruena. A expedição era comandada por Francisco Luís de Souza, pistoleiro mais conhecido como Chico Luís. O massacre teve início quando um grupo Cinta Larga estava construindo sua maloca e Ataíde Pereira dos Santos, pistoleiro profissional, atirou em um indígena. Em seguida, Chico Luís metralhou os índios que tentavam fugir. Os pistoleiros ainda encontraram uma mulher e uma criança Cinta Larga vivas. Chico Luís atirou na cabeça da criança, amarrou a mulher pelas pernas de cabeça para baixo e, com um facão, cortou-a do púbis em direção à cabeça, quase partindo a mulher ao meio (BRASIL/CNV, 2014, p. 237-238).

Para a construção da UHE de Tucuruí, os Parakanã foram transferidos para áreas diferentes por quatro ocasiões. O contato com os “brancos” durante a construção da Transamazônica significou um desastre para esse povo: gripe e poliomielite foram algumas das doenças que os abateram. Segundo Souza (2015), em 1971, foi constatado que dois funcionários da Funai haviam contaminado com sífilis 35 índias da aldeia Parakanã do Lontra.

A Comissão Nacional da Verdade investigou as violações de direitos humanos durante a Ditadura. Ainda que incluindo apenas 10 etnias em seu rela-

tório final, ela concluiu que 8.350 indígenas foram mortos entre 1964 e 1985 vítimas de massacres, usurpação de territórios, remoção autoritária, tortura, maus-tratos e doenças infectocontagiosas: mais de 14 índios Arara (PA), 72 Araweté (PA), 85 Xavante de Marãiwatsédé (MT), 118 Parakanã (PA), 176 Panará (MT), 192 Xetá (PR), 354 Yanomami (AM/RR), 1.180 Tapayuna, 2.650 WaimiriAtroari (AM/RR) e 3.500 Cinta-Larga (RO) (MARQUES, 2019).

Os governos civis que sucederam a Ditadura Empresarial-Militar ainda mantiveram políticas muito equivocadas, para não dizer perversas. O Conselho de Segurança Nacional criou, em 1985, na Nova República, o Programa Calha Norte (PCN). Controlado pelos militares, atuava na faixa da fronteira amazônica da porção norte do rio Amazonas. Posteriormente, a área de abrangência foi ampliada para toda a fronteira da região. O PCN cometeu violência contra a população local, particularmente indígenas. Os Yanomami foram um dos alvos dos militares, pois, junto a outras etnias, transitavam livremente na fronteira do Brasil com Venezuela, Peru, Guiana e Colômbia. Eles representariam uma “ameaça” à segurança nacional, podendo ser tentados a criar um Estado independente<sup>3</sup>.

Muitas etnias ocuparam as regiões dos rios Araguaia-Tocantins e Xingu. Todas sofreram com a ocupação do colonizador. No início do século XVIII, os Kayapó do Araguaia-Tocantins enfrentaram garimpeiros na corrida do ouro de Goiás e Mato Grosso. Posteriormente, lutaram contra tropeiros que procuravam pastos naturais. No período da borracha, foram os seringueiros que penetraram as terras indígenas. O contato pacífico ou conflituoso com os brancos levou à redução dos Kayapó, inclusive por conta das doenças transmitidas. Mesmo assim, outras etnias que se deixaram dominar sofreram ainda mais.

Durante as décadas de 40 e 50 [século XX], mais da metade dos índios contactados morreram. Evidências cumulativas mostravam que, comparados àqueles que foram “pacificados”, foram os grupos Kayapó mais hostis que sobreviveram em maior número e com melhor saúde (SCHMINK e WOOD, 2012, p. 339).

Nos anos 1970, apesar das diferenças internas, a interação e a organização entre os Kaiapó cresceram, fato que incluía a presença em escolas comuns (com brancos e mestiços) e o contato com outras etnias e entidades. “Até meados dos anos 70, os Kayapó haviam se tornado um dos grupos indígenas mais bem organizados” (SCHMINK e WOOD, 2012, p. 341). Recorriam à radiocomunicação e patrulhavam a área do que seria sua reserva (Gorotire), em São Félix do Xingu-PA. Em uma das ações contra o desmatamento, um grupo Kayapó matou 20 trabalhadores de uma fazenda, incluindo mulheres e crianças. Isso aumentou a tensão e o sentimento anti-indígena na região.

No final dos anos 1970, a descoberta de ouro nas terras Kayapó trouxe mais tensão ainda, agora impulsionadas pela invasão de garimpeiros. Contraditoriamente, a tensão deu mais visibilidade à causa indígena, contribuindo para a efetivação legal das terras dos Kayapó.

Desagregação social foi uma das consequências das políticas impostas aos povos originários brasileiros no século XX. Etnias foram dizimadas, desterritorializadas, desagregadas ou mesmo forçadas a viverem subordinadas a outras etnias adversárias. Era o que acontecia quando remanescentes, em pequenos grupos, de um povo eram obrigados a se deslocar para aldeias de maior número, mas que, em alguns casos, mantinham animosidade (MARQUES, 2019).

Infelizmente, muitos brasileiros ainda continuam a ver os indígenas como selvagens. Acabamos, de alguma forma, assumindo e reproduzindo a visão do colonizador, do conquistador, de modo que procuramos constantemente não sermos comparados aos indígenas, e sim ao europeu.

A colonialidade do pensamento e das práticas sobreviveu ao fim do colonialismo e, por meio dela, continuamos a fazer um enorme esforço para sermos de “primeiro mundo”, para mostrarmos que não somos índio, tendo mais vergonha de nos parecermos como os povos originários do que vergonha do etnocídio que contra eles praticamos (HAESBAERT e PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 22).

## Considerações finais: conhecer a história para que a Ditadura não volte nunca mais

Conta a história que a liderança indígena Ajuricaba resistiu à colonização portuguesa no rio Negro (século XVIII). Liderança do povo Manaó, ele comandou outros povos contra a escravização e a violência do colonizador, impondo muitas derrotas aos europeus. Mas a força bélica portuguesa foi reforçada a mando da metrópole. Ajuricaba foi preso. Acorrentado, quando começava a ser transportado para Belém, ele conseguiu se jogar no rio, morrendo afogado (SOUZA, 2006). Mesmo acorrentado, ele preferiu morrer livre a viver prisioneiro.

Na atualidade, a apropriação dos territórios das populações tradicionais responde ao interesse maior do capital: o lucro e, como desdobramento, a reprodução ampliada de capital. Fazem isso violando direitos diversos e saqueando os recursos naturais, configurando a acumulação por espoliação e dependência.

Universidades, pesquisadores, ativistas, entidades representativas de movimentos sociais e dos povos originários ainda têm muito a fazer para evidenciar os crimes cometidos por empresas durante a Ditadura Empresarial-Militar.

A investigação conduzida pela equipe autora deste artigo tem como um dos objetivos tirar da invisibilidade (ou apagamento) povos muito agredidos, mas que também têm uma história de muita resistência. Objetiva-se, ademais, a responsabilização das empresas violadoras de direitos humanos e a reparação histórica e financeira. Ainda que saibamos que nenhuma quantia monetária pague as mortes cometidas (e outros crimes mais), a riqueza extraída desses territórios teve como contrapartida a disseminação da miséria e diversas formas de enfermidades, inclusive psicológicas. Nesses termos, o pagamento financeiro é parte das reparações. Mas reparação maior é a visibilização do caso, a criminalização dos responsáveis (empresas, acionistas principais, executivos e governantes) e o conhecimento pela sociedade bra-

sileira de um passado tão tenebroso, construído pela parceria entre militares e empresários. Talvez assim diminua a parcela daqueles que ainda se mostram saudosistas com a Ditadura iniciada em 1964 – e que nunca mais deve se repetir.

Esse período não deve ser visto com saudosismo. Os governos de então não foram nem isentos de corrupção nem nacionalistas – ao contrário. Impulsionaram processos de saque às nossas riquezas, impondo violações terríveis aos povos originários e outras populações. Igualmente abominável é reverenciar quem cometeu tortura. O protótipo de ditador, Jair Bolsonaro, reproduz e mantém viva a tortura cada vez que reverencia um torturador. Por isso, ele é torturador e deve ser responsabilizado e criminalizado por isso.

O que ele e aqueles que buscam impor um projeto fascista no Brasil não contavam é que tão grande quanto o ataque seria a resistência, exatamente aquela que, mesmo em meio a tantas mortes, faz com que os povos originários continuem de pé. Em Anapu-PA, lote 96, agricultores e agricultoras que tiveram suas casas queimadas por grileiros reconstruíram-nas, porque, segundo eles, podem até queimar suas casas, mas não seus sonhos. Uma das lideranças, Natalha Theófilo, afirma que “nosso medo de morrer não é maior que nossa vontade de viver”. Lá, em 2022, em pleno governo Bolsonaro, o Incra foi obrigado a editar a portaria de criação do Assentamento Irmã Dorothy Stang, uma imensa vitória para os trabalhadores e igualmente imensa derrota para os fascistas. **US**

1. Este artigo é resultado de uma pesquisa em andamento e que conta com a participação de diversos/as outros/as pesquisadores/as, que consideramos coautores/as deste texto: Stephen Grant Baines (UnB), Adriana Gomes Santos (UFRR), Vitor Wagner Neto de Oliveira (UFMS), Maria Celma Borges (UFMS), Tiago Maiká Schwade (UFAM), Anna Thereza Corrêa Trindade (UFPA), Alex Rodrigues Machado (UFMS), Hygor Mesquita Faria (UFJF), André de Oliveira Moraes e Gedson Thiago do Nascimento Borges (UFPA).

2. A extração mineral na Amazônia gera lucros extraordinários decorrentes da ocorrência da renda fundiária das minas, mais especificamente da renda diferencial I e renda diferencial II, expostas por Marx (1988). A facilidade de extração do mineral, seu maior teor (quando comparado ao minério de outras regiões) e as obras infraestruturais (em muitos casos realizadas pelo Estado) contribuem para essa elevação dos ganhos.

3. Romero Jucá Filho, na condição de presidente da Funai durante a Constituinte de 1988, criticou aquilo que considerava direitos fundiários exagerados aos indígenas. A Funai, por meio de seu presidente, se opunha aos interesses daqueles que originariamente eram os senhores desse território nominado de Brasil pelo colonizador.

# notas

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial**. São Paulo: Unesp, 1995.

BAINES, Stephen Grants. Dispatch: The Waimiri-Atroari and the Parapanema Company. *In: Critique of Anthropology, London, Newbury Park and New Delhi*, Vol. 11 (2): 143-153, June 1, 1991.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

CEDVMJA - COMITÊ ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS. **A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari: ‘por que kamña matou kiña?’**. Manaus, 2012.

# referências

- COUTINHO, Walter. Os Kagwahiva e a Transamazônica: Notas para uma história do contato interétnico no sul do Amazonas. *In*: Procuradoria Regional do Estado do Amazonas, Procedimento nº 113.000.000828/2013-87 (“Apurar a responsabilidade do Estado brasileiro pelas violações de direitos humanos cometidas contra os povos indígenas Tenharim e Jiahui na construção da Rodovia Transamazônica-BR 230”). Manaus, 1987.
- DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Unesp, 2010.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- JORNAL O POVO. Violência no Pitinga. Manaus, 29/05/1990.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. *In*: STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta (orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARQUES, Gilberto S. Terra, Território e América Latina: o desafio de cultivar a esperança. **Revista Katalysis**, v. 24, p. 439-447, 2021.
- MARQUES, Gilberto. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MARQUES, Gilberto. **Violações de direitos cometidos por empresas durante a Ditadura – O caso Paranapanema**. 2º relatório parcial. São Paulo: Unifesp, 2022.
- MARQUES, Indira. **Território federal e mineração de manganês: gênese do estado do Amapá**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009 (Tese de Doutorado).
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Cartas filosóficas e o manifesto comunista de 1848**. São Paulo: Moraes, 1987.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MOREIRA, Memélia. Audiência da Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva” de São Paulo, dez. 2014. Relatório - Tomo I - Parte II - Violações aos Direitos dos Povos Indígenas. São Paulo, 2014.
- OLIVEIRA, Arioaldo U. BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. *In*: OLIVERIA *et al.* **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. 2008.
- REIS, Arthur Cezar F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- SANTOS, Adriana Gomes. **Controle e repressão aos Waimiri-Atroari na fronteira Amazonas-Roraima no período da Ditadura brasileira (1964-1985): uma faceta da parceria entre Estado e o mundo empresarial (Paranapanema-Sacopã)**. Tese de Doutorado Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2021.
- SANTOS, Breno. **Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento**. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1981.
- SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.
- SILVAN, Denisson. **Trabalho e relações de trabalho na Mineração Taboca**. Manaus: Edua, 2014.
- SOUZA, Márcio. **Ajuricaba: o caudilho das selvas**. São Paulo: Atma, 2006.
- SOUZA, Márcio. **Amazônia indígena**. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa**. São Paulo: Sundemann, 2007.
- VALE. **50 anos de Carajás**. Rio de Janeiro, 2017.

# referências

# Luta pela terra no sul e sudeste do Pará: uma leitura histórica socioambiental da Ditadura Empresarial-Militar<sup>1</sup>

*Carol Matias Brasileiro*

Doutoranda em Direito pelo PPGD da  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
E-mail: carolmbrasileiro@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo articular aspectos ambientais e sociais no processo de luta de classes estabelecido no sul e sudeste do Pará no período da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985), com foco nas relações de trabalho rural. Tomando por amparo o método materialista histórico-dialético e se assentando em revisão bibliográfica interdisciplinar, compreende-se as determinantes históricas que fizeram da região recordista em massacres no campo na Nova República. Para tanto, apresenta-se as bases teóricas para uma história socioambiental brasileira, enfatizando que a luta de classes e seus matizes ecológicos conduzem a história. Promove-se análise do conceito de acumulação originária permanente aplicado ao contexto rural brasileiro, pelo qual o violento processo de expansão das fronteiras capitalistas atropela o modo de vida camponês pela despossessão. Assim, investiga-se como se davam as relações de trabalho rural na região durante a Ditadura, pelas abordagens demográfica (migração e ocupação), jurídica (Estatuto da Terra) e sociológica (conflitos entre modos de produção distintos e experiências de resistência camponesa).

**Palavras-chave:** Luta de Classes. História Socioambiental. Acumulação Originária Permanente. Sul e Sudeste do Pará. Conflitos no Campo.

## Introdução

Desde o processo de redemocratização formal do país, dado em 1985, as mesorregiões do sul e sudeste do Pará registraram 25 dos 57 massacres no campo ocorridos no Brasil, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra, que alcançam cifras até o ano de 2021 (CPT, 2021)<sup>2</sup>. A intensidade no uso da violência física pelo agromineronegócio nos conflitos pela terra é a manifestação última do capital na busca pela

expansão das fronteiras de acumulação em direção à floresta amazônica e contra os povos tradicionais e camponeses da região (MICHELOTTI, 2019). Ocorre que esse processo expansivo e repressivo de ocupação e concentração de terras, e que hoje resulta em situação socioambiental alarmante, guarda seu principal período de solidificação estrutural no decorrer da Ditadura Empresarial-Militar, sendo, depois, intensificado por um modelo rentista-agroindustrial com forte presença do capital internacional (AFONSO, 2016).



O trabalho se baseia no método materialista histórico e dialético e opera fundamentalmente a partir de revisão bibliográfica acerca do tema, investindo em perspectiva multidisciplinar, que envolve aspectos históricos, sociológicos, jurídicos, políticos, geográficos e ambientais.

Quanto ao recorte temporal do estudo, com lapso entre os anos de 1964 e 1985, partindo também de abordagem materialista histórica do contexto brasileiro, Gustavo Seferian (2021) caracteriza o golpe de 1º de abril de 1964 como de natureza empresarial-militar, o que se justifica pela indissociabilidade entre fins e meios do modelo político adotado até 1985. Tomando como referência a luta de classes no período pré-golpe, o autor sinaliza como os militares estiveram alinhados ao empresariado nacional e imperialista em seus interesses contrarrevolucionários, o que também abordaremos mais adiante. Para

ele, a formação desse bloco histórico foi responsável pela inauguração de políticas neoliberais no decorrer da Ditadura, conforme as ambições capitalistas industriais, ao contrário do que afirma a literatura hegemônica, que data tais políticas a partir da década de 1990.

Nesse sentido, o trabalho tem por objetivo articular aspectos ambientais e sociais no processo de luta de classes estabelecido no sul e sudeste do Pará no período da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985), com foco nas relações de trabalho rural, o que serviu de esteio aos diversos episódios de massacres no campo no período posterior.

Para tanto, o texto se organizará, após esta introdução, da seguinte forma: i) apresentaremos as bases reflexivas para uma história socioambiental no contexto brasileiro, enfatizando que a luta de classes e seus matizes ecológicos são o fio condutor da histó-

ria; ii) promoveremos uma análise teórica do conceito de acumulação originária permanente aplicado ao contexto rural brasileiro, pelo qual o violento processo de expansão das fronteiras capitalistas atropela o modo de vida camponês por meio da despossessão; iii) para então revisarmos como se davam as relações de trabalho no sul e sudeste do Pará durante a Ditadura Empresarial-Militar, desde os movimentos migratórios e ocupação na região transamazônica, passando pelos modos de lida com a terra no Polígono dos Castanhais, a expansão do agronegócio e da mineração, os primeiros episódios de massacres na Amazônia pelas práticas da pistolagem, a organização da Guerrilha do Araguaia, até os modos de resistência das Ligas Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região; iv) isso para que possamos tecer algumas considerações finais.

Perceber a história a partir do referencial dos vencidos e vencidas nos encaminha a uma compreensão holística e dialeticamente conectada com a proposta benjaminiana. Se os vencedores de agora são herdeiros dos de outrora, nada nos impede – e muito pelo contrário, muito há que nos leve – de nos assumir enquanto tributários dos vencidos e vencidas de todos os tempos.

## História socioambiental e luta de classes

Pretendemos, como incursão inicial, articular dois campos de formulação aparentemente díspares, invariavelmente trabalhados de forma escandida, mas que, como demonstraremos, guardam uma imbricação necessária, sobretudo como temos em conta a compreensão da realidade capitalista: a história socioambiental e a luta de classes.

Para Marx e Engels (2010, p. 40), no *Manifesto Comunista*, a luta de classes se expressa nos conflitos econômicos, políticos e ideológicos entre classes cujos interesses são antagônicos e inconciliáveis, um embate entre oprimidos e opressores, que, em suas diversas conformações – ora evidentes, ora escamoteados –, resultou na “transformação revolucionária da sociedade

inteira” ou na “destruição das duas classes em conflito”.

Na sociedade capitalista, este conflito direto é protagonizado pela burguesia e o proletariado – composta, desde marcos objetivos, pelo componente social sujeito ao assalariamento –, muito embora os interesses da burguesia também se antagonizem com outras parcelas da população, bem como com classes trabalhadoras diversas. É o caso último do camponato, que, em suas diversas frações – inclusive, em parte, sujeitas à proletarização –, encontra na sanha expansiva do capital de mercadorização de tudo um elemento estrutural que interdita a perpetuação de modos de vida diversos, pautados na lida direta posta pela posse da terra.

A compreensão que dimana da obra dos fundadores do materialismo histórico e dialético, de que a história se expressa na luta de classes, merece, a partir de anseios políticos específicos, preocupações particulares daqueles e daquelas que se alinham com essa matriz teórica e prática, sobretudo ante o reconhecimento das necessárias relações de poder manifestas em toda sociedade de classes.

De acordo com Walter Benjamin (1994, p. 223-225), em suas *Teses sobre o Conceito de História*, esse compromisso político posto aos que assumem o materialismo se coloca no papel de “escovar a história a contrapelo”. Ou seja, coloca-se na busca de apreender a história em direção contrária à narrativa triunfalista dos vencedores da ocasião, legatários dos que já venceram um dia. Para o autor, a postura política do materialista histórico deve se comprometer com os vencidos e vencidas da história e, para tanto, portar-se de modo contrário à tempestade do linear progresso, contraface da barbárie, que homogeniza e universaliza o curso dos acontecimentos.

Perceber a história a partir do referencial dos vencidos e vencidas nos encaminha a uma compreensão holística e dialeticamente conectada com a proposta benjaminiana. Se os vencedores de agora são herdeiros dos de outrora, nada nos impede – e muito pelo contrário, muito há que nos leve – de nos assumir enquanto tributários dos vencidos e vencidas de todos os tempos.

Essa compreensão nos move a colocar na ordem do dia e prestar tributo a toda forma de vida que sucumbiu às ganas afirmativas coloniais e imperialistas,

que, nos diversos desenhos do desenvolvimento do modo de produção capitalista, sobretudo em nossa situação dependente e periférica latino-americana, fizeram sucumbir modos de vida, corpos humanos e riquezas naturais.

Desse modo, seja pela tônica de apropriação, seja pelos horizontes de acumulação, concentração e destruição de riquezas naturais e do trabalho (MARX, 2012), o processo da luta de classes e a afirmação capitalista, em geral, vitima tanto aqueles e aquelas que trabalham no cerne desta ordem, como também outras formas de vida – humanas e não humanas – que acabam sendo sacrificadas sob as rodas do mercado.

Em caminho convergente a essa perspectiva está a abordagem trazida por Razmig Keucheyan (2018) de que a natureza é um campo de batalha, ou seja, um espaço onde a luta de classes se trava, e por ela é diretamente impactada. O autor afirma que, se o capital é uma relação social, esta relação integra a natureza à sua lógica. Logo, a natureza – humana (força de trabalho) e não humana (terra e matérias-primas) – é o objeto de exploração capitalista por excelência. Nesse sentido, de uma análise da luta de classes que não aparte natureza e sociedade, ao contrário do que a ideologia burguesa pretende, decorre o fato de que a exploração da natureza não humana seja proporcional a das classes trabalhadoras (KEUCHEYAN, 2018, p. 19-84).

Em suas profundas formulações sobre as injustiças ambientais, Keucheyan trata fundamentalmente do racismo ambiental na abordagem sobre a espacialização tanto dos conflitos socioambientais quanto das diferenças raciais em suas imbricações de classe. Ele demonstra as formas de produção assimétrica do espaço: enquanto os brancos e europeus têm acesso privilegiado às propriedades naturais básicas (água e fontes energéticas) e às comodidades naturais (lazer, qualidade de vida e excessos), os negros e latinos estão mais expostos em seus territórios pauperizados aos riscos ambientais provocados pelo desenvolvimento capitalista – problemas com saneamento, lixo, intoxicações, insalubridade no trabalho, gentrificação dos espaços e desastres ambientais (KEUCHEYAN, 2018, p. 19-84).

Assim, as desigualdades de classe inerentes ao sistema capitalista são também ecológicas. Os modos de

relacionamento entre naturezas humana e não humana são disputados pela burguesia e pelo proletariado, bem como pelas demais classes sociais que compõem a sociedade capitalista. Por isso, a concepção de história comprometida com a tradição dos oprimidos e oprimidas, bem como com a relação entre economia humana e economia da natureza, deve ser uma história ambiental, ou socioambiental, como preferirmos nos referir. Segundo James O'Connor (1997),

A história ambiental é o estudo de como a agência humana molda e modifica a “natureza” e constrói ambientes e configurações espaciais, de como ambientes naturais e culturais permitem ou restringem a atividade material humana e, inversamente, de como a atividade humana permite e restringe o desenvolvimento e a “economia da natureza” (O'CONNOR, 1997, p. 9)<sup>3</sup>.

No caso brasileiro, para Paulo Henrique Martinez (2005), a história ambiental aponta para os sentidos da devastação. Segundo o autor, na divisão internacional do trabalho, durante o sistema colonial português, nos coube o papel de pilhagem sobre o mundo natural em atividades extrativas e agropecuárias que se valiam da escravização da força de trabalho negra e eram direcionadas ao processo de acumulação primitiva de capitais na Europa. Esse papel, que ainda nos cabe, após a independência da administração colonial portuguesa, passou a ser exercido sob outras formas de interferência interna, principalmente pelo imperialismo inglês e, depois, estadunidense.

Não nos parece assim descabidas as percepções de que o processo de afirmação do capital – donde a realidade brasileira sob o neofascismo é exemplo gritante – caminha *pari passu* sob todas as condições de vida das classes trabalhadoras, afrontando direitos sociais, o meio ambiente e os tímidos saldos democráticos conquistados na última quadra histórica como parte de um movimento articulado e comum de reordenação capitalista (SEFERIAN, 2020).

Essa processualidade, marcada fortemente pela tônica de apropriação sem peias, se engendra pelo processo de acumulação originária permanente. Sobre sua caracterização, bem como seus impactos na luta de classes no campo nos países periféricos, trataremos na próxima seção.

## Acumulação originária permanente e a despossessão do campesinato

Conhecida como processo de transição do feudalismo para o capitalismo na experiência clássica inglesa, a “assim chamada acumulação primitiva” foi trabalhada por Karl Marx (2013, p. 339) no cap. 24 do livro I de *O Capital*, quando da sua crítica aos pensadores da economia política clássica acerca da explanação das origens sócio-históricas do capital. Esses assumiam, qual ao “pecado original” teológico, o irromper da acumulação capitalista, quando, em verdade, Marx demonstrará tratar-se de processo bastante diverso disso.

Para que o modo de produção capitalista se desenrole, segundo Marx (2013, p. 340), é preciso que a sociedade conte, de um lado, com uma massa de despossuídos, trabalhadores duplamente livres – livres dos meios de produção e livres para venderem sua força de trabalho –, e, de outro, com um grupo de possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, disposto a comprar força de trabalho para gerar mais-valor. O processo da acumulação primitiva pode ser sintetizado como o da formação dessas duas parcelas da população, dessas duas classes.

Nisso, “a expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo” (MARX, 2013, p. 343). Seguindo o exemplo da Inglaterra, a usurpação das terras, por meio da violência e de sucessivos golpes legais, teve o papel de criar uma massa de desalentados, em extrema vulnerabilidade e insegurança, posto que interditados quanto ao exercício de seus modos de vida, ao passo em que foram criadas as bases materiais para a maturação da propriedade fundiária e a tendencial concentração de terra como um de seus derivativos.

Também sobre o processo de acumulação primitiva na experiência europeia, Silvia Federici (2017), em assimilação crítica da perspectiva marxiana, lança enfoques para a compreensão desse processo, partindo da importância da caça às bruxas, da despossessão e exploração dos corpos femininos para a formação do patriarcado capitalista.

Daí que para além dos fenômenos descritos por Marx, Federici inclui a afirmação de contornos particulares da divisão sexual do trabalho, que domestica

as mulheres, retirando-lhes suas funções no espaço público comunal, despojando-as de seus saberes e de sua autonomia sobre seus próprios corpos, levando-as a cumprir quase que exclusivamente o papel reprodutivo da força de trabalho, processo este violentamente imposto e que contou com forte resistência daquelas mulheres. Nesse ínterim, Federici reclama que o uso da violência é algo permanente na história capitalista, essencial à acumulação e à expansão do capital, não se limitando ao momento primitivo transicional entre diferentes modos de produção, destacando a contínua violência contra as mulheres.

A formulação de Federici, que em muito nos instrumenta ante a necessária apreensão do processo com base na perspectiva de gênero, não guarda ineditismo no que tange à crítica marxiana. Do mesmo modo, Rosa Luxemburgo desafia as leituras que hegemonicamente foram feitas da obra marxiana, próprias das vulgatas dominantes nas II e III Internacionais, quanto a uma concepção paralisada de acumulação primitiva, situando-a de forma datada enquanto processo universal, fatos esses que foram ainda em vida objeto de severas críticas por Marx (2013).

Para a revolucionária polonesa, a acumulação originária prossegue inclusive nos dias de hoje e, nas sociedades colonizadas, se traduz por uma permanente luta entre a afirmação das fronteiras do capital e pela sobrevivência de modos de vida que se antepõe à violência extraeconômica constitutiva da lógica de apropriação generalizada. A violência é, pois, uma constante do sistema capitalista para fins expansivos frente a economias não-capitalistas, onde o colonialismo e o imperialismo colocam-se como manifestações várias de um mesmo ímpeto. Contra a visão liberal de que o mercado passaria a funcionar de modo pacífico após certo estágio de desenvolvimento do capitalismo, a autora defende que

Como as organizações sociais primitivas dos nativos constituem os baluartes na defesa dessas sociedades, bem como as bases materiais de sua subsistência, o capital serviu-se, de preferência, do método da destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não-capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida [...]. Cada nova expansão colonial se faz acompanhar, naturalmente, de uma

guerra encarniçada dessas, do capital contra as relações econômico-sociais, assim como pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho (LUXEMBURGO, 1985, p. 32-33).

Assim, pela chave de leitura de Rosa Luxemburgo, temos que o processo de acumulação originária é permanente na história do capitalismo, não estando limitado ao período que lhe antecede. Ademais, tem-se que “o capital não conhece outra solução que não a violência” (LUXEMBURGO, 1985, p. 37), expressão que marca a acumulação originária e que é a ferramenta utilizada a cada momento em que se expandem as fronteiras do capital, em especial diante de organizações sociais não-capitalistas e para a superação de suas crises cíclicas. A expropriação de terras de camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhos amazônicos por meio da violência é inquestionavelmente uma manifestação da expansão do capital – hoje sob a batuta imperialista –, como aborda Luxemburgo.

Desse modo, na experiência brasileira, os sentidos da colonização (PRADO JÚNIOR, 1961), para além de possibilitar a acumulação primitiva de capitais na Europa, são os de constituir a periferia de um sistema capitalista global. Ao buscar o fio condutor entre passado e presente e refutando modelos etapistas de se compreender a história, Caio Prado Júnior trata da transição entre sistemas colonial e capitalista no Brasil como um feito menos disruptivo do que aquele apresentado por Marx no exemplo clássico inglês. A colonização brasileira se destaca pelo seu espírito expansionista comercial, sendo uma dentre as “colônias de exploração” e, pelo sistema escravista, definidor da estrutura racista da sociedade (PRADO JÚNIOR, 1961).

Ou seja, o capitalismo no Brasil ainda apresenta fortes traços típicos do sistema colonial. A realidade contemporânea das regiões sul e sudeste do Pará remonta esse processo que, por meio da violência, reafirma a posição colonial do Brasil perante a divisão internacional do trabalho, enquanto fornecedor de *commodities* pela intensa exploração da força de trabalho e da natureza, ainda que por meio de novos instrumentos flexíveis e ultrafinanceirizados, típicos desses tempos.

Para Fernando Michelotti, a produção de *commodities* tem por pressuposto a destruição dos modos de

vida que ali se instalavam, a depredação da natureza não humana e o silenciamento daqueles que resistem e lutam pelo acesso à terra (MICHELOTTI, 2019), o que coincide com os modos de atuação do capital imperialista nas realidades periféricas interpretados por Luxemburgo. Trata-se de antigo papel da economia brasileira, que se atualiza pela expansão e reestruturação do agronegócio fomentado pelo capital estrangeiro em direção à floresta amazônica, com a criação de novas áreas produtivas, e pela intensificação da mineração local.

A solução do capital para se expandir é sempre a violência. Na seção seguinte, tomando em profundidade o tema aberto no parágrafo supra, analisaremos como se transformaram as relações de trabalho e de lida com a terra durante a Ditadura Empresarial-Militar.

## Luta pela terra no sul e sudeste do Pará durante a Ditadura Empresarial-Militar

A Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) (SEFERIAN, 2021) representa um marco de recrudescimento das forças burguesas e oligárquicas brasileiras em sua expressão mais repressiva e conservadora. As oligarquias rurais, que tiveram seu poder político decaído durante o desenvolvimento industrial crescente desde a década de 1930, ressurgem como uma das principais frações das classes dominantes que sustentaram o golpe e conduziram a repressão ditatorial. No período anterior, tais oligarquias viram-se impactadas pela ebulição popular no campo – com a presença forte das Ligas Camponesas – e na cidade – em que a marcante posição do Partido Comunista Brasileiro, em que pese seus desacertos estratégicos, era evidente –, que levou João Goulart a propor suas reformas de base (PIETRO, 2017, p. 3-4).

Segundo Gustavo Prieto (2017, p. 4), associadas com as elites militares, as oligarquias rurais, por sua capilaridade nos interiores do país, tiveram o importante papel de impulsionar o rearranjo ideológico ditatorial, pregando uma “ideologia capitalista da propriedade privada”, o “conservadorismo político”, o “antirreformismo social” e o “anticomunismo”; em resumo, uma “liberdade de ser desigual”.

Criadas em meados da década de 1940 no Nordeste, as Ligas Camponesas proliferaram-se por todo o Brasil e resistiram bravamente contra a expropriação de terras e o assalariamento, bem como pela reforma agrária, protagonizando as lutas no decorrer da Ditadura, e antes dela, mesmo que a duras penas. Foi um movimento que se balizou radicalmente por questões estratégicas voltadas à condição campesina no Brasil, em sua pluralidade de identidades sociais e políticas (BASTOS, 1984), e que, muito embora assentando-se em bases populares, guardou como principal liderança o advogado e deputado Francisco Julião. Não é de se espantar que dentre as primeiras medidas da violenta repressão ditatorial estiveram a contenção e a criminalização de movimentos sociais, como as Ligas Camponesas, que vinham avançando em sua articulação para um projeto de reforma agrária radical, colocando-as como páreas do novo projeto de sociedade. No curso do regime ditatorial, as principais lideranças das Ligas foram assassinadas, exiladas, presas e desaparecidas, o que, pouco a pouco, levou ao fim do movimento.

Após o golpe, pôs-se em prática um plano de modernização capitalista e de desenvolvimento alinhado aos EUA, com a abertura de mercado e o combate ao modelo cubano que ameaçava se proliferar por toda a América Latina. Logo em 1964, tratou-se de interromper o projeto de reforma agrária em curso, substituindo-o pelo Estatuto da Terra, que desviou a luta contra o latifúndio por meio do apaziguamento jurídico das relações com a defesa da propriedade privada da terra.

De acordo com Prieto (2017, p. 7), pelas orientações estadunidenses, alguma resposta ao “perigo de novas revoluções” haveria de ser dada. Assim, Castello Branco se referia ao Estatuto como uma opção “democrática” de reforma agrária, quando, na realidade, ele impediu sua realização. O Estatuto da Terra classificou as propriedades rurais como minifúndios, latifúndios e empresas rurais, sendo que os minifúndios eram considerados antiprodutivos e deveriam ser lembrados. Já os latifúndios deveriam ser transformados em empresas rurais, com grandes incentivos fiscais e disponibilização abundante de crédito por parte do governo, isso para além da condescendência quanto à operação de fraudes e ou-

tras manobras para a instituição de laranjas na fragmentação – meramente formal – dos latifúndios. O Estatuto da Terra foi, assim, um instrumento para o aumento da concentração de terras no Brasil, resposta imediata da Ditadura aos avanços dos projetos de reforma agrária que lhe antecederam.

Além disso, o governo ditatorial despendia esforços para executar o projeto de colonização da Amazônia Legal. De um lado, tal se deu pela promoção pela ditadura Médici do ideário de uma “terra sem homens na Amazônia para homens sem terra do Nordeste” como forma de atrair a força de trabalho para a região, com a ilusão de que teriam acesso à terra. De outro, instituiu-se um modelo de grilagem de terras como forma de apropriação fraudulenta e a abertura indiscriminada de transferência de terras devolutas para o capital estrangeiro, coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), recém-criado com esse propósito (PRIETO, 2017, p. 10-11).

Com a construção da rodovia Transamazônica, que ligava o sul e sudeste do Pará ao Nordeste, foi estimulada a chegada de trabalhadores e trabalhadoras advindos à região de Marabá e nos entornos do Rio Araguaia (PEREIRA, 2013, p. 40). Segundo Patrícia Sposito Mechi, sobre as mudanças demográficas nesse contexto,

A população da região se formou, portanto, através da migração de trabalhadores que se deslocaram, expulsos pelo avanço do latifúndio, pelas modificações introduzidas pelo capitalismo no campo, buscando novas terras para continuar a exercer as formas tradicionais de agricultura com as quais estão habituados (MECHI, 2011, p. 3).

Os posseiros, que há muito desenvolviam agricultura familiar, pesca, caça e atividades extrativistas como modos de subsistência e sem possuírem o título de propriedade da terra na região, passaram a ser expulsos por grileiros, fazendeiros e mineradores na década de 1970, conforme aponta Airton dos Reis Pereira (2013). Também sofreram esse processo violento de expulsão os migrantes que chegavam do Nordeste e de outras partes do Brasil e que ocupavam terras improdutivas e sem dono. Estava instaurado o conflito entre dois regimes de lida com a terra, que

perfazem afirmações de interesses de classe em luta diametralmente distintos: “a posse, direito gerado pelo trabalho” e “a propriedade privada, direito gerado pela compra, pelo documento” (PEREIRA, 2013, p. 33). Esta última se valia da fraude e da corrupção, em aversão radical às perspectivas de um direito de existência (BENSAÏD, 1989, 2007).

No entanto, a expulsão dos posseiros não se deu sem a resistência dos trabalhadores da região. Na extensão do Baixo Araguaia, a conflituosidade classista latente foi impulsionada por novas determinações, donde a principal foi o impulso conduzido pela luta armada e pela instituição da guerrilha. De acordo com José Batista Gonçalves Afonso (2016), a Guerrilha do Araguaia, formada por militantes que se demoveram de suas vidas no espaço urbano ligados ao Partido Comunista Brasileiro, bem como por camponeses da região que se convenceram desse processo político, contribuiu para organizar as lutas pelo acesso à terra e foi duramente reprimida pelos militares. Tanto organizou os trabalhadores que, mesmo após a derrota da guerrilha, com o acolhimento das lideranças católicas ligadas ao cristianismo da libertação (LÖWY, 1998), a defesa da terra foi intensa, com o registro de inúmeros conflitos na região durante toda a década de 1970 (AFONSO, 2016, p. 40-42).

Uma área, contudo, manteve-se inalterada até o início da década de 1980: o Polígono dos Castanhais. Segundo Fernando Michelotti (2019), este compreende o território pertencente aos municípios de Marabá, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Bom Jesus do Tocantins – todos no sudeste do Pará –, que abrigava posseiros em regime comum, mediado pela administração pública, e que mais tardiamente passou por processos de aforamento a agentes privados. Ao contrário das regiões fronteiriças à Floresta Amazônica, que sofriam com o desmatamento para a criação de pastagens, no Polígono, os castanhais coexistiam com a floresta. Nos primeiros anos de 1980, com a chegada dos posseiros expulsos de outras localidades, as oligarquias locais e o capital internacional latifundiários passaram a pressionar pela expulsão também dos trabalhadores da castanha. O campesinato regional, no entanto, resistia, por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de associações e cooperativas, das Comuni-

dades Eclesiais de Base e da CPT (MICHELOTTI, 2019, p. 114-117).

Na mediação dos interesses assassinos dos grandes proprietários de terra e dos investidores internacionais e do Centro-Sul do Brasil, quando não agenciados diretamente pelo aparelho estatal, quase sempre se encontra um terceiro, o executor pistoleiro, matador profissional, que evidencia as camadas de eclipsamento postas pelo capital na prática de seus atos de violência na formação de milícias rurais (PEREIRA, 2013, p. 127-128). Por meio da clássica prática de pistolagem, iniciaram-se eventos de extermínio de modos de vida não-capitalistas ainda nesse período, o que Alfredo de Almeida (1997) caracteriza como “rito de passagem para o genocídio”, na conversão da terra de instrumento do direito de existência em mercadoria<sup>4</sup>.

Como resultado preliminar de levantamento realizado a partir dos arquivos do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC - CPT) sobre massacres ocorridos na Nova República nos poucos processos criminais de massacres que chegaram a condenações, os pistoleiros atuavam lado a lado com agentes oficiais do Estado – policiais militares e civis (COSTA *et al*, 2021). No entanto, nesses mesmos pro-



cessos, em poucos constaram a presença dos mandantes, oligarcas latifundiários da região dentre os réus<sup>5</sup>.

Ao tratar do Massacre de Colmeia, datado de 1986, quando da transição entre os regimes ditatorial e democrático liberal, Carla Benitez Martins *et al* (2022) destacam a associação entre forças estatais e interesses burgueses pela terra:

O uso da força e do constrangimento, de maneira mais ou menos implícita, é sancionado pelo poder estatal, seja pela própria participação policial nos massacres, seja pela permanente impunidade, ou até mesmo pela ausência de políticas públicas que evitem os conflitos e protejam as vítimas (MARTINS *et al*, 2022, p. 105).

Ainda como parte do mesmo projeto de devastação, em 1980, a Ditadura Empresarial-Militar lançou o Programa Grande Carajás como estímulo à mineração paralelamente às atividades madeireiras e pecuárias no sul e sudeste do Pará. Recorreu o governo federal a um pacote de obras de infraestrutura que foram construídas no local – hidrelétricas, ferrovias, rodovias e siderúrgicas – como mais uma forma de agradar o capital internacional. Segundo Batista, é nesse cenário que se descobre a mina de Serra Pelada, que leva a mais um episódio de intensa migração de milhares de garimpeiros de todo o Brasil na busca pelo ouro e na esperança de superar a pobreza (AFONSO, 2016, p. 45-47).

A mineração irregular em Serra Pelada é um episódio na história brasileira de enorme degradação laboral, em que os trabalhadores estiveram expostos a condições altamente insalubres e perigosas, cujo resultado foi a alteração permanente nos modos de vida locais e o surgimento de diversos problemas socioambientais de saúde e segurança públicas e poluição das águas.

Já no fim da Ditadura, territorializa-se na região o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que adota táticas de militância agrária muito diferentes daquelas que até então as Ligas Camponesas elegiam. A tática do “atrás do teco”, marcada pela discrição das ocupações, utilizada pelos posseiros relacionados com as Ligas, aos poucos foi substituída pela estratégia do MST: “a ocupação dos imóveis através de acampamento e o enfrentamento em cam-

po aberto contra os latifundiários e os aparelhos do Estado” (AFONSO, 2016, p. 18).

A Ditadura Empresarial-Militar representa um período de expansão do capital sobre a floresta e sobre culturas não-capitalistas compartilhadas por indígenas, ribeirinhos, quilombolas e camponeses na Amazônia. Com a repressão sobre as Ligas Camponesas e a perseguição de lideranças sindicalistas, a substituição do projeto de reforma agrária assumido por João Goulart pelo Estatuto da Terra, a grilagem e a transferência de terras da Amazônia para o grande capital nacional e internacional e a atração de trabalhadores migrantes para a região, o governo ditatorial instituiu relações violentas que dinamizaram a luta de classes no sul e sudeste do Pará. O resultado não poderia ser outro senão a depredação da natureza pelo agromineronegócio e os diversos massacres que se iniciaram nos anos 1960 e que ainda vitimam os sem-terra locais.

## Considerações finais

Pudemos perceber que, para manter sua lógica expansiva e alargar suas fronteiras, o capital tem no processo de acumulação originária uma constante. Por meio da permanente usurpação de terras, o capital segue criando uma massa de despossuídos sem acesso aos meios produtivos e livres para venderem sua força de trabalho, sob os quais possam explorar e aumentar suas taxas de mais-valor.

Na experiência brasileira localizada no sul e sudeste do Pará durante a Ditadura Empresarial-Militar, encontra-se expressão histórica da luta de classes com contornos da devastação ambiental e da dependência econômica típica da nossa realidade periférica. Capitaneado pelas oligarquias rurais, o golpe militar interrompeu o projeto de reforma agrária em vias de ser implementado pelo governo Goulart e aumentou a concentração de terras por meio do Estatuto da Terra.

A propaganda para a colonização da Amazônia Legal ludibriou milhares de trabalhadores que migraram em busca de acesso à terra e, chegando lá, encontraram repressão e conflito com as classes proprietárias já existentes ou em formação. Ao passo em que

o agronegócio e a mineração degradavam a floresta e grilavam terras, os posseiros locais eram expulsos de suas comunidades tradicionais, onde garantiam sua subsistência por meio da agricultura familiar e da extração da castanha. Da mesma forma, como visto, indígenas, quilombolas e ribeirinhos foram vítimas da violência ditatorial capitalista na região. A solidificação estrutural desse território durante a Ditadura guarda nos usos da violência pelo capital uma de suas principais marcas na luta de classes, o que

resulta no recorde regional de massacres no campo no período posterior.

Desse modo, pela perspectiva histórica socioambiental, privilegiando-se a tradição dos oprimidos, o objeto estudado demonstra como o sistema capitalista submete trabalhadores e natureza não humana a um mesmo compasso de exploração. Cabe a nós escovar a história a contrapelo e fortalecer as alternativas coletivas de resistência na busca pelo real estado de exceção – outro, que não este. **US**

# notas

1. O presente artigo é fruto das discussões resultantes da disciplina “Temas em Direito do Trabalho: Trabalho, Cidade e Campo - Tópicos para uma história socioambiental do Direito do Trabalho Brasileiro”, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Direito da UFMG, e da pesquisa “Massacres no Campo na Nova República: crime e impunidade, 1985-2018”, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) em parceria com a Comissão Pastoral da Terra, que a autora impulsiona. Agrademos as contribuições do professor Gustavo Seferian, que ministrou a disciplina e também compõe o projeto de pesquisa, pelo constante diálogo e pelas provocações que resultaram neste trabalho.

2. A Comissão Pastoral da Terra conceitua como “massacre” todos os casos de conflitos no campo em que um número igual ou maior que três pessoas foram mortas na mesma ocasião. Em nome da memória das vítimas, registram-se os massacres – todos eles ocorridos nas mesorregiões do sul e do sudeste do Pará entre 1985 e 2021: Baião (24/03/2019); Baião (22/03/2019); Pau D’Arco (2017); Conceição do Araguaia (2015); Baião (2006); São Félix do Xingu (2003); Xinguara/Rio Maria (2002); Marabá (2001); Eldorado dos Carajás (21/08/1996); Eldorado dos Carajás (17/04/1996); São João do Araguaia (1995); Tucumã (1993); Paragominas (1988); Marabá (1987); Rondon do Pará (1987); Xinguara/Marabá (1987); Rio Maria (1985); Marabá (1985); Paragominas (1985); São João do Araguaia (18/06/1985); São João do Araguaia (13/06/1985); Xinguara (23/05/1985); Xinguara/Marabá (1985); Xinguara (20/01/1985); e Xinguara (1985). CPT Nacional. **Massacres no campo: lutar não é crime**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/mnc/index.php>. Acesso em: 17 maio 2023.

3. Tradução livre de “environmental history is the study of how human agency shapes and modifies ‘nature’ and constructs built environments and spatial configurations, and how natural and cultural environments both enable and constrain human material activity, and, conversely, how human activity both enables and constrains cultural development and ‘nature’s economy’”.

4. Como resultado preliminar da pesquisa “Massacres no Campo na Nova República: crime e impunidade, 1985-2018”, destaca-se a transformação da antiga pistolagem, típica da Ditadura, em milícias rurais, normalmente revestidas de aspecto de legalidade pela contratação de empresas de segurança privada.

5. Embora os dados do CEDOC - CPT trabalhados no projeto de pesquisa “Massacres no Campo na Nova República: crime e impunidade, 1985-2018” digam respeito ao período pós-redemocratização, pontuamos que foram muitos os massacres perpetrados no decorrer da Ditadura Empresarial-Militar e que foram excluídos de seus direitos de Justiça de Transição na Lei 9.140/1995 (Lei dos Desaparecidos Políticos do Brasil). Pela reparação da memória camponesa, em 2014, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) apresentou à Comissão Nacional da Verdade o documento “Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição”, com uma lista de 1.196 casos estudados de camponeses e apoiadores mortos e desaparecidos no período de 1961 a 1988. CONTAG. **Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição**. 2014. Disponível em: [http://www.forumverdade.ufpr.br/wp-content/uploads/A\\_%20EXCLUSAO-Versao\\_18\\_setembro.pdf](http://www.forumverdade.ufpr.br/wp-content/uploads/A_%20EXCLUSAO-Versao_18_setembro.pdf). Acesso em: 17 maio de 2023.

# notas

- AFONSO, José Batista. **O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, *Campus* Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2016.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Rituais de Passagem entre a chacina e o genocídio: conflitos sociais na Amazônia. In: ANDRADE, Maristela de Paula. **Chacinas e massacres no campo**. V. 4. São Luís, UFMA, 1997.
- BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: **Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENSAÏD, Daniel. **Les dépossédés: Karl Marx, les voleurs de bois et le droit des pauvres**. Paris: La fabrique, 2007.
- BENSAÏD, Daniel. **Moi, la révolution: remembrances d'une bicentenaire indigne**. Paris: Gallimard, 1989.
- CONTAG. **Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição**. 2014. Disponível em: [http://www.forumverdade.ufpr.br/wp-content/uploads/A\\_%20EXCLUSAO-Versao\\_18\\_setembro.pdf](http://www.forumverdade.ufpr.br/wp-content/uploads/A_%20EXCLUSAO-Versao_18_setembro.pdf). Acesso em: 17 maio 2023.
- COSTA, Alexandre Bernardino; MAIA, Claudio Lopes; ARRUDA, A. F. S; MARTINS, Carla Benitez; DIEHL, Diego Augusto; JÚNIOR, José Humberto Gopes; CARVALHO, Euzamara; SOUZA, Maria José Andrade de; SILVA JUNIOR, G. L. Conflitos agrários e massacres no campo na Nova República: Um balanço no marco dos 35 anos dos relatórios da CPT. **Conflitos no campo Brasil**, ed. 2020, p. 201-211, 2021.
- CPT Nacional. **Massacres no campo: lutar não é crime**. 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/mnc/index.php>. Acesso em: 17 maio 2023.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.
- KEUCHEYAN, Razmig. **La nature est un champ de bataille**. Paris: La découverte, 2018.
- LÖWY, Michael. **La guerre des dieux: religion et politique en Amérique Latine**. Paris: Félin, 1998.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Trad. Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas, 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. **O sentido da devastação: para uma história ambiental do Brasil**. Esboços, v. 12, n. 13, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/208/9916>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- MARTINS, Carla Benitez; BRASILEIRO, Carol Matias; LIMA, Débora; CARVALHO, Euzemara

# referências

de; SEFERIAN, Gustavo; CONEGUNDES, Marcelle Stephanie; BORGES, Nayara Gallieta; DE PAULA, Sara Macêdo. Violência no campo e impunidade no contexto do Cerrado: desafios político-metodológicos para a investigação de massacres na região do Médio Araguaia, Tocantins. *In*: COSTA, Amanda; SANTOS, Valéria Pereira. (coord.) **Conflitos, massacres e memória das lutadoras e lutadores do Cerrado 2022**. Goiânia: CPT, 2022.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classes na Rússia**. LÖWY, Michael (org.), Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MECHI, Patrícia Sposito. **Da Guerrilha à Luta dos Possesiros**: a permanência da violência na repressão aos trabalhadores rurais na região do Araguaia. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho 2011.

MICHELOTTI, Fernando. **Territórios de produção agromineral**: Relações de poder e novos impasses na luta pela terra no sudeste paraense. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2019.

O'CONNOR, James. O'Connor: What is environmental history? Why environmental history? **Capitalism Nature Socialism**, 1997, 8:2, 3-29.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2013.

PIETRO, Gustavo Francisco Teixeira. **A aliança entre terra e capital na Ditadura brasileira**.

Mercator, Fortaleza, v. 16, e16003, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16003>.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. 6 ed., Ed. Brasiliense, 1961.

SEFERIAN, Gustavo. O duplo caráter do direito à existência: luta de classes e articulação estrutural das contrarreformas sociais, políticas e ambientais. **Revista brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 12, p. 220-248, 2020.

SEFERIAN, Gustavo. Brasil, 1º de abril de 1964: notas para a caracterização do golpe como empresarial-militar. *In*: Nayara Rodrigues Medrado, Leonardo Evaristo Teixeira, Marco Alexandre de Souza Serra, Carla Benitez Martins. (Org.). **Economia Política da Pena e capitalismo dependente brasileiro**. 1 ed., São Paulo: Dialética, 2021, v. 1, p. 455-470.

# referências

# Análise de conflitos ambientais em torno de empreendimentos petrolíferos: legados para a luta ambiental

*Matheus Thomaz da Silva*

Professor na Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: mattseso@gmail.com

*Giuliana Franco Leal*

Professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: giulianafrancoleal@yahoo.com.br

**Resumo:** Este artigo tem como foco as disputas de poder que envolvem questionamentos ambientais a atividades extrativas de petróleo. Propõe-se: identificar conflitos socioambientais entre a Petrobras e outros sujeitos coletivos, em um município estratégico da Bacia de Campos, nos anos 1980 e 1990; pensar em como esses conflitos se inserem no contexto do extrativismo brasileiro; e, por fim, compreender os legados desses conflitos para as lutas ambientais. Entende-se que, a partir dos casos estudados, podem ser feitas reflexões mais gerais sobre lutas ambientais, fundamentais em tempos de crise ecológica. A pesquisa, de caráter qualitativo, coleta dados por meio de pesquisa documental e entrevistas com ambientalistas e as analisa pela perspectiva da Economia Política e da Ecologia Política. Identificam-se três conflitos, nos quais o modelo extrativista não é questionado, mas sim situações com riscos e impactos ambientais especialmente nocivos. As correlações de força e os desfechos variam, a favor dos empreendimentos ou contra eles, em cada um dos conflitos. Como legados para a luta ambiental, destacam-se a identificação de alguns elementos que a favorecem, como o estabelecimento de alianças e a publicização dos conflitos, e o fortalecimento da pauta ambiental na região.

**Palavras-chave:** Conflitos Socioambientais. Petrobras. Movimentos Ambientais. Neextrativismo.



## Introdução

Extrair petróleo é uma das atividades que está no centro de um modelo político-econômico historicamente dominante no Brasil, assim como em outros países latino-americanos. Trata-se de um modelo centrado no extrativismo de recursos naturais voltados primordialmente para a exportação. De acordo com Svampa (2016), tem sido reservado historicamente aos países da América Latina o papel de exportar a natureza: ao longo de sua história, praticava-se largamente a extração de recursos naturais não renováveis como opção política e civilizatória. Como consequência, temos um vertiginoso aumento de conflitos socioambientais, especialmente por parte de movimentos indígenas e camponeses (SVAMPA, 2016). Mas essas atividades, como a extração de petróleo, atingem outros setores da sociedade. Por

exemplo, o vazamento de óleo atinge também populações urbanas que usufruem da praia para turismo, lazer e atividades comerciais; além disso, o neoextrativismo atinge a sociedade de modo mais amplo com a reprimarização e, portanto, fragilização da economia dos países exportadores de recursos naturais.

Por isso, assumimos o pressuposto de Svampa (2016, p. 143) de que “a análise dos conflitos socioambientais é uma janela privilegiada para abarcar duas questões tão imbricadas, tão complexas e intimamente associadas, como são na atualidade o desenvolvimento e o meio ambiente”. Na definição dos rumos que as atividades econômicas tomam, e mais amplamente dos modelos de desenvolvimento em que se inserem, os conflitos travados são fundamentais. Comunidades tradicionais são importantes nesses conflitos, assim como, em muitos casos, ambientalistas urbanos.

No caso destes últimos, é possível que os conflitos não envolvam diretamente recursos para sua sobrevivência imediata, mas outros interesses e valores, em condições assimétricas de poder em relação aos setores capitalistas que promovem os grandes empreendimentos e ao Estado. Nessas situações, está se falando de conflitos ambientais, como definidos a seguir e usados nesta pesquisa: “Entendemos por conflitos ambientais aqueles ligados ao acesso, à conservação e ao controle dos recursos naturais, que supõem, por parte dos autores confrontados, interesses e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria de poder” (SVAMPA, 2016, p. 143).

Nesta conceituação, Svampa (2016) aproxima-se da conceituação de Zhouri e Laschefski (s/d), para quem “[...] os conflitos ambientais surgem das distin-

O conflito ambiental é uma expressão da luta de classes, o ponto de unidade entre a luta local e a luta global. Assim, mesmo que as pautas sejam o recorte do lugar, as movimentações e mobilizações para se conquistar essas pautas reverberam nos antagonismos da luta de classes, pois há níveis distintos de totalidades que se articulam de forma complexa dentro dessa totalidade maior que é a unidade entre humanidade e natureza.

tas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e [...] a base cognitiva para os discursos e ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização dos espaços”. Ambos os entendimentos, assim como o de Acsehrad (2004), exposto mais abaixo no item sobre o contexto dos conflitos, podem ou não dizer respeito a questões que envolvem políticas públicas e legislações ambientais. Todas essas definições incluem a dimensão social dentro dos temas ambientais e permitem abordar as questões relativas aos conflitos investigando ângulos e motivações tão diversos que somente cada pesquisa, em cada caso, pode desvendar.

Consideramos importante pensar não só os conflitos mais recentes, mas também aqueles que se desenvolveram em décadas anteriores, a fim de compreender sua evolução e criar a oportunidade de aprender com o passado. Com esse foco, lançamos

o olhar sobre um município que desde a década de 1970 vem baseando grande parte de sua economia na extração de petróleo: o município de Macaé, localizado no litoral norte do estado do Rio de Janeiro. Nos anos seguintes à instalação da Petrobras nessa cidade, houve vários conflitos ambientais, que colocaram em questão os caminhos que as atividades econômicas tomariam na região e que jogaram luz sobre as disputas de poder nas tomadas de decisões sobre os temas econômicos e ambientais e seus cruzamentos.

O conflito ambiental é uma expressão da luta de classes, o ponto de unidade entre a luta local e a luta global. Assim, mesmo que as pautas sejam o recorte do lugar, as movimentações e mobilizações para se conquistar essas pautas reverberam nos antagonismos da luta de classes, pois há níveis distintos de totalidades que se articulam de forma complexa dentro dessa totalidade maior que é a unidade entre humanidade e natureza.

No contexto da luta de classes, o que se deve destacar são as noções de classes diretamente da fonte original marxiana. Este conceito está presente em todas as fases de produção teórica de Marx, de forma que consolida uma ideia de que a sociedade moderna se equilibra entre antagonismos, primeiramente demarcado como conceitos, trabalho e capital, depois materializados em segmentos sociais, proletariado e burguesia. O fato reside em uma relação social antagonica e dialética, em que os conceitos e as classes se negam, a existência delas está condicionada uma à outra. Dessa forma, originalmente em termos econômicos, destaca-se a contradição entre capital e trabalho como a contradição/conflito entre as forças produtivas e as relações de produção.

No entanto, é no Manifesto Comunista que Marx e Engels melhor apresentam formulações específicas a respeito das classes sociais. Para essa mediação sobre classes sociais e o Manifesto Comunista, tem-se como elemento o artigo de Florestan Fernandes *Nós e o Marxismo*. Segundo o autor, a perspectiva apresentada no Manifesto é a que permite melhor explicação sobre a formação e o desenvolvimento de um estrato social como classe em si.

Para Fernandes (2009), dois aspectos são premissas para a análise de classe: o primeiro, a forma do

desenvolvimento capitalista; e o segundo, o estágio relativo da própria classe do trabalho. Para o autor, o que fora assinalado por Marx no Manifesto não era a intensidade dos antagonismos sociais próprios do modo de produção capitalista, mas as tendências que os antagonismos assumem, “o que quer dizer: é preciso buscar nos fatos concretos essas tendências, que retratam o que ocorre graças ao desenvolvimento da produção capitalista e, também, inversamente, graças à insuficiência de seu desenvolvimento” (FERNANDES, 2009, p. 14).

Nesse sentido, os sujeitos dos conflitos destacados neste trabalho, ao formarem e formalizarem suas lutas no antagonismo das consequências que o desenvolvimento capitalista produz, já sinalizam sua tendência na dinâmica das relações sociais de classe da sociedade.

Para discutir as relações entre os rumos das atividades extrativas de petróleo e a conservação ambiental, em um cenário de disputas de poder, propõe-se neste artigo: (1) identificar conflitos estabelecidos em torno de empreendimentos de atividades ligadas à extração do petróleo, com ênfase aos conflitos que envolvem movimentos ambientalistas urbanos, nas duas primeiras décadas que seguiram a instalação da Petrobras no município de Macaé, RJ; (2) pensar em como esses conflitos se inserem no contexto do extrativismo brasileiro; e (3) compreender os legados desses conflitos para as lutas ambientais.

Faremos uma contextualização e uma problematização da economia do petróleo no município estudado, entendidas como parte de um movimento com abrangência mais larga que se impõe às sociedades latino-americanas. Daremos ênfase aos embates em decisões dos rumos das atividades petrolíferas locais, em que há lutas contra empreendimentos da indústria do petróleo. Traremos, então, resultados de uma pesquisa empírica sobre os conflitos travados em Macaé, RJ, entre a indústria do petróleo e outros sujeitos coletivos, enfatizando um movimento ambientalista que participou de lutas em torno do tema e frequentemente as protagonizou. Por fim, promoveremos uma discussão sobre respostas a cada objetivo da pesquisa. Antes de tudo, mostraremos o caminho metodológico que a pesquisa trilhou.

## Percurso metodológico

Para a pesquisa, de tipo qualitativo, foi escolhida uma cidade em cuja economia a atividade petrolífera é central (Macaé, RJ). Dentro dela, foram selecionados conflitos envolvendo empreendimentos da Petrobras e pelo menos um movimento ambientalista. Os três conflitos aqui apresentados vieram à tona em uma pesquisa sobre movimentos ambientalistas na cidade de Macaé. A partir desta pesquisa, percebeu-se o papel central de um movimento ambientalista urbano, que esteve no centro de vários conflitos, geralmente em parceria com outros sujeitos. A pesquisa deu destaque a este movimento, selecionando conflitos que envolviam a Petrobras e ele, pela importância de ambos para o município. Os três conflitos identificados aconteceram nos anos 1980 e 1990, as duas décadas seguintes à instalação da Petrobras no município.

Três caminhos compuseram a pesquisa: pesquisa hemerográfica, entrevistas e pesquisa documental. Na pesquisa hemerográfica, foram lidas todas as matérias sobre o tema ambiental do principal jornal do município (O Debate) publicadas entre as décadas de 1980 e 2000. Entre elas, foram selecionadas aquelas que diziam respeito a conflitos em torno de empreendimentos da indústria do petróleo, mas também a outras relações, não necessariamente conflituosas, entre a Petrobras e os demais atores envolvidos naqueles conflitos.

Em segundo lugar, foram feitas entrevistas semiestruturadas com ambientalistas locais, começando com um fundador do movimento ambientalista envolvido nos conflitos aqui descritos, que, em seguida, indicou outras pessoas com o mesmo perfil, que, por sua vez, indicaram os demais entrevistados. As oito entrevistas ocorreram em 2021 e 2022 e versaram sobre a atuação dos ambientalistas e as contribuições dos movimentos dos quais fizeram parte. Elas foram transcritas. As mesmas questões e informações procuradas na pesquisa hemerográfica foram buscadas nesta e na seguinte fase da pesquisa, em que foram coletados e lidos os seguintes documentos: panfletos, chamadas de reuniões e de manifestações e livros-atas das reuniões da Associação Macaense de Defesa Ambiental (AMDA), entre 1987 e 2003, cobrindo

todo o tempo de existência daquele movimento, central nos conflitos aqui estudados.

Neste artigo, usamos de modo complementar os dados obtidos das diferentes fontes mencionadas para identificar os motivos centrais dos conflitos, os grupos sociais envolvidos, os modos de atuação desses grupos e os desfechos dos conflitos. A interpretação desses resultados é feita à luz das correntes teórico-metodológicas Ecologia Política e Economia Política: ao interpretar os resultados obtidos na pesquisa, damos ênfase à expressão da luta de classes nas lutas ambientais, com um olhar atento às relações de poder em torno dos usos e significações do meio ambiente, sob uma perspectiva que visa à mediação entre as situações concretas em foco e a totalidade das relações sociais.

Riscos ambientais, dos quais a possibilidade de vazamento de petróleo é um grande destaque, também afetam atividades como o turismo e o lazer e ameaçam a qualidade de vida dos moradores locais. Dentre esses moradores, boa parte é formada por uma classe média que mescla antigos moradores com imigrantes, dada a alta taxa de imigração em Macaé, o que explica o drástico aumento populacional.

## O contexto dos conflitos: Macaé, petróleo e ambiente

A cidade de Macaé é interessante como local para estudos sobre extrativismo e território, por ter vivido uma grande transformação com a chegada das atividades de extração do petróleo. Em 1970, quatro anos antes da chegada da Petrobras, o município tinha por volta de 40 mil habitantes, cerca de 40% de sua população era rural e as principais atividades econômicas eram a pesca e a agricultura. Em duas décadas, a população aumentou para 90 mil habitantes e, em mais duas décadas, chegou a 200 mil, tornando-se 98% urbana (IBGE, 2010). As atividades envolvendo o petróleo tornaram-se o centro da economia do município (RIBEIRO; SANZER, 2019).

Não é possível uma mudança desse porte sem alterações equivalentes nos modos de vida da população local. De um lado, a atividade petroleira representa

ameaças a populações que têm trabalhos intrinsecamente ligados ao ambiente, caso dos pescadores artesanais. Suas atividades são ameaçadas pela grande circulação de embarcações, seja pelos riscos à circulação de barcos pequenos, pelas modificações na fauna que elas causam ou pelos riscos de vazamento de petróleo (LEAL; MARTINS; VIEIRA, 2019). Os pescadores tornam-se, assim, os sujeitos mais prováveis de se envolverem em conflitos ao modo da definição de Acselrad, em que existe ameaça às condições de existência de um grupo social. Para esse autor, são conflitos ambientais:

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis [...] decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p. 26).

A categoria de pescadores artesanais mostra-se ameaçada de extinção por uma série de motivos, que também envolvem o desinteresse de novas gerações de darem continuidade às atividades de seus pais e avós, preferindo tentar empregos relacionados à indústria do petróleo, como mostraram várias pesquisas com pescadores da região de Macaé feitas nos anos 2010 (LEAL, 2013; SANTA ANA, 2014).

Riscos ambientais, dos quais a possibilidade de vazamento de petróleo é um grande destaque, também afetam atividades como o turismo e o lazer e ameaçam a qualidade de vida dos moradores locais. Dentre esses moradores, boa parte é formada por uma classe média que mescla antigos moradores com imigrantes, dada a alta taxa de imigração em Macaé, o que explica o drástico aumento populacional. É a partir dessa classe média que se forma, na cidade, parte dos movimentos que chamamos aqui de ambientalistas, com uma gama de pautas mais ampla sobre ambiente e sociedade, incluindo conservação/preservação ambiental, construção de um plano diretor para a cidade e produção e consumo agroecológicos, entre outros (SILVA, 2022).

O extrativismo de petróleo é uma pauta central para movimentos ambientalistas inseridos no contexto que descrevemos. O extrativismo é um modelo

predatório de desenvolvimento, com consequências graves em várias dimensões: homogeneização da economia, com decorrente fragilização econômica frente a crises e enclaves de exportação; extrema exploração da natureza; e exclusão das coletividades que não se encaixam naquele modelo, tais como quilombolas, pescadores artesanais e trabalhadores compreendidos como não qualificados (SVAMPA, 2016).

Em uma cidade pequena, a instalação de uma empresa do porte da Petrobras – seguida de todas as outras empresas que se instalam nas proximidades para prestar serviços, a ampla migração de pessoas interessadas nos postos de trabalho gerados e toda a circulação econômica associada ao crescimento econômico e ao emprego de royalties – traz questões fundamentais.

No período histórico que antecede a instalação da indústria do petróleo na região, o Brasil avançou sob uma perspectiva desenvolvimentista. Nesse contexto, há um processo de preparação do desenvolvimento para o norte-fluminense com outras grandes obras de infraestrutura que são planejadas e executadas na região, com grande impacto ambiental. Dois casos importantes são: primeiro, a intervenção do Departamento Nacional de Obras e Saneamento na foz do Rio Macaé, promovendo retificação do rio; e, segundo, a construção de trechos da rodovia Amaral Peixoto, que corta toda a região costeira do estado do Rio de Janeiro e que atravessou uma grande lagoa de Macaé, propiciando seu aterramento parcial (SILVA, 2022).

Naquele momento, a legislação ambiental era incipiente, mesmo em âmbito internacional. Segundo Alcantara (2017), nos Estados Unidos só foi criada a primeira legislação sobre a necessidade de avaliação de impacto ambiental em 1969 e, somente no final dos anos 1970, os bancos Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Interamericano de desenvolvimento (BID) passaram a considerar as avaliações de impactos ambientais e as medidas compensatórias para conceder empréstimos a grandes projetos. De acordo com o autor, até os anos 1970, o ordenamento jurídico brasileiro era pouco voltado para a conservação ambiental, não existindo condicionantes ambientais para os grandes empreendimentos, como os mencionados neste parágrafo.

Foi apenas a partir da instituição da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), pela Lei nº

6.938, de 1981, que se iniciou algum estímulo estatal à conservação ambiental. Assim, durante a década de 1980, criaram-se instituições de Estado para a política ambiental, a exemplo do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA). Na década seguinte, foram publicadas regulamentações do licenciamento ambiental, por resolução do CONAMA de 1997. Só então empreendimentos com potencial de deterioração ambiental passaram a ser obrigados a realizar Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e, a partir daí, elaborar Relatórios de Impacto Ambiental como condicionantes para o licenciamento (ALCANTARA, 2017).

Em relação a Macaé, foram essas as condições encontradas pela Petrobrás para instalar-se na cidade e realizar suas primeiras grandes obras: o porto e a base de Imbetiba. Essa conjuntura tornava ainda mais relevante o surgimento de um movimento social ambiental na cidade. O processo de desenvolvimento que se expandia no país não encontrava freios e contrapesos locais para colocar limites à destruição ambiental.

Em 1989, foi elaborado pela Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (FEEMA), sob a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, um perfil ambiental de Macaé. Esse documento chamou a atenção para problemas ambientais, como ocupação irregular de locais com ecossistemas vulneráveis, aterros de corpos de água, atividades econômicas erosivas do solo e lançamento de esgoto sanitário sem tratamento em lagoas, entre outros (FEEMA, 1989).

Até aqui, destacamos as mudanças nas relações da sociedade com os demais componentes do ambiente, a partir do funcionamento da economia da região. Tudo isso está ligado ao modelo de desenvolvimento que se tem em uma sociedade e que diferentes grupos sociais pretendem – ou não – ter.

A noção hegemônica de desenvolvimento está associada à busca de produtividade máxima voltada para a acumulação permanente de riquezas, em nível individual e das sociedades nacionais (SANTOS, 2015). É esta a noção de desenvolvimento que permeia a modernidade, fazendo-se presente seja em governos nacionais, estaduais e municipais, seja em

projetos de organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

A busca do desenvolvimento foi reeditada em novos moldes desde a publicação do relatório *Limites do Conhecimento* (1972), que expressava o alerta da impossibilidade dos recursos naturais estarem disponíveis para um crescimento infinito. Teceu-se então a ideia de desenvolvimento sustentável, famosa por conceituá-lo como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (ONU, 1992, p. 46).

Mesmo para quem acredita na possibilidade de um desenvolvimento sustentável, há inúmeros caminhos divergentes para sua realização e suas formas, o que também abre espaço para conflitos ambientais, envolvendo desde comunidades tradicionais até novos ambientalismo. Ambientalismo, assim como ecologismo, são termos usados por diferentes autores para se referir às ações sociais coletivas com temática ambiental.

Críticas variadas podem ser feitas à busca do desenvolvimento sustentável, tais como as destacadas por Lang (2016): o mal-estar expresso em transtornos como ansiedade e depressão, potencializados pelo modo de vida dos países desenvolvidos; a dissociação entre produção de riquezas (expressa no produto interno bruto) e as medidas de bem-estar da população, a partir de um certo patamar financeiro não muito alto; os limites ecológicos que impedem que todos os países atinjam os níveis de desenvolvimento gozados pelas nações mais ricas; e a inserção da ideia de desenvolvimento sustentável em uma racionalidade associada à exploração capitalista e à opressão patriarcal e colonial/racial, facilmente perceptível nos países dependentes de exportação de recursos naturais, como o petróleo bruto.

Mesmo para quem acredita na possibilidade de um desenvolvimento sustentável, há inúmeros caminhos divergentes para sua realização e suas formas, o que também abre espaço para conflitos ambientais, envolvendo desde comunidades tradicionais até novos ambientalismo. Ambientalismo, assim como

ecologismo, são termos usados por diferentes autores para se referir às ações sociais coletivas com temática ambiental. Segundo Alier (1998), o ecologismo seria uma pauta que ganharia cada vez mais centralidade a partir dos anos 1970.

No Brasil, essa década foi parte de um período de autoritarismo político, dentro de uma ditadura civil-militar que se estendeu de 1964 a 1984. Foi nesse contexto que a Petrobras se instalou em Macaé, em 1974. No período da redemocratização, a partir de 1985, deram-se os conflitos analisados neste artigo.

## Os conflitos em torno de empreendimentos extrativistas

Os conflitos escolhidos para a pesquisa aconteceram em até duas décadas depois da instalação da Petrobras. Destacaram-se três conflitos centrados em enfrentamentos de alguns sujeitos coletivos com a indústria do petróleo no município de Macaé: em 1987, a respeito da instalação de um polo petroquímico; em 1989, contra a instalação do equipamento mono-boia; e, em 1992, no enfrentamento à construção de uma estação de tratamento de efluentes.

A instalação do polo petroquímico foi proposta três anos após a chegada da Petrobras a Macaé, no primeiro trimestre de 1987. O projeto foi anunciado pelo jornal da cidade, contando com apoio inicial da prefeitura, da Associação Comercial e do Rotary Club. Contra esse projeto, formou-se um novo movimento ambientalista na cidade: a Associação Macaense de Defesa Ambiental (AMDA), fundada em 1987. Esta associação foi formada basicamente por pessoas de classe média, profissionais de diversas áreas de conhecimento. Primeiro, formou-se um movimento de defesa ambiental, que, um pouco depois, constituiu-se como uma organização ao governamental (ONG), mas, independentemente de seus estatutos jurídicos, sempre atuou como um movimento de ação social coletiva voltado para pautas ambientais. A AMDA foi o eixo em torno do qual se aglutinaram as vozes dissonantes em relação ao projeto do polo petroquímico. Um dos ex-diretores da associação entrevistados conta que constituir uma pessoa jurídica, na forma de uma organização não governamental, foi uma forma de expressar ideias de

um grupo de pessoas que, ao tomar aquela posição, se viam confrontadas em sua vida pessoal e, por isso, usavam o coletivo para lutar de modo mais protegido.

As ações coletivas baseavam-se em diálogos públicos, a começar pela organização de um debate, “Polos Petroquímicos no Brasil”, organizado pela AMDA e realizado em uma faculdade local. Nesse debate, houve destaque à fala do engenheiro convidado Cícero Blay, que abordou centralmente os seguintes pontos: a) crítica à noção de desenvolvimento e progresso a qualquer custo, subordinados a interesses externos e criadores de relações de dependência; b) tese de que os polos petroquímicos são estratégias de barateamento dos custos da produção sem grandes preocupações com ambiente, qualidade de vida e tratamento dos poluentes altamente venenosos emitidos; c) ênfase à tecnologia sucateada do projeto de criação do polo, a qual foi rejeitada desde os anos 1970 em países altamente industrializados; e d) problema do acirramento das desigualdades sociais locais ao final das obras iniciais, quando a maior parte da força de trabalho atraída pelo empreendimento deixa de ser absorvida (SEMANA DO MEIO AMBIENTE, 1987).

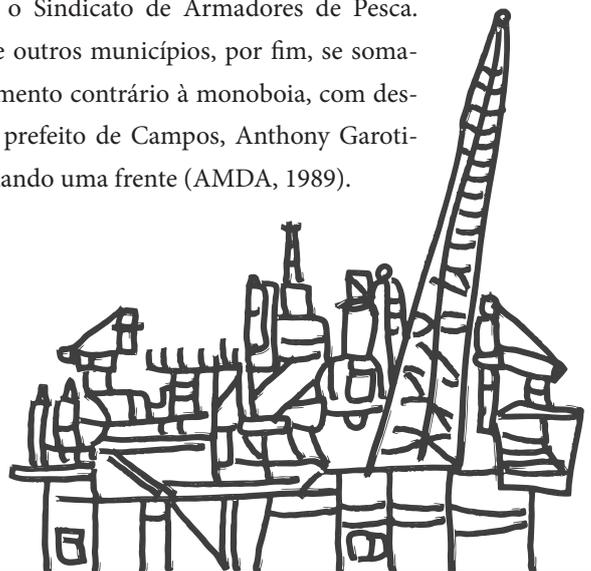
Três meses depois, a AMDA entregou ao então secretário estadual de meio ambiente um relatório com parecer contrário à instalação do polo petroquímico, com argumentos técnicos a respeito da degradação ambiental. Um novo debate chamado pela AMDA aconteceu em outubro, na Câmara de Vereadores de Macaé, lotada de cidadãos – alguns deputados estaduais e um vereador de Cubatão, cidade usada como exemplo dos malefícios causados por polos petroquímicos (CÍCERO, 1989).

No ano seguinte, o prefeito de Macaé mudou de opinião: passou a rejeitar o polo no município, sugerindo publicamente que ele fosse instalado em outra cidade. O projeto não aconteceu. Não podemos atribuir isso à AMDA a partir dos dados que temos. Contudo, afirmamos que o desfecho foi favorável ao movimento, que viu acontecer o cancelamento pelo qual lutava e foi vitorioso em trazer a debate público

a pauta ambiental como elemento central nos rumos da economia local, com um trabalho de organização e mobilização.

Dois anos depois, veio um novo conflito em torno da instalação de uma monoboia, que “é uma espécie de âncora, um recipiente oco de onze metros de diâmetro e mais ou menos nove metros de altura, que possui uma espécie de cabeça giratória de onde saem os mangotes que irão atracar nos navios” (AMDA, 1989, p. 19). O equipamento, projetado para navios petroleiros que transportariam até 300 mil toneladas de petróleo, facilitaria o transporte de óleo por meio de oleodutos. A monoboia ficaria perto ao conjunto de ilhas próximas à costa macaense, o arquipélago de Santana. Fazia parte do projeto uma estação dessalinizadora de óleo, com uma oficina de reparos no arquipélago, articulada ao porto da cidade. O projeto tinha o propósito de melhorar a logística de transporte de óleo para a refinaria. Porém, aqueles que se colocaram contra a instalação chamavam atenção para o risco ampliado de acidentes de derramamento de óleo, com ameaça aos ecossistemas locais e às atividades de trabalho dos pescadores artesanais.

Em oposição à Petrobras, que propunha o projeto, aliaram-se a AMDA, a colônia de pescadores do município e a associação de moradores do bairro próximo ao porto, como relata o livro-ata. Mais tarde, aderiram formalmente ao “Xô, Monoboia” outras entidades na luta, como o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Renováveis, o Sindicato Estadual dos Pescadores e o Sindicato de Armadores de Pesca. Prefeituras de outros municípios, por fim, se somaram ao movimento contrário à monoboia, com destaque para o prefeito de Campos, Anthony Garotinho, consolidando uma frente (AMDA, 1989).



O enfrentamento articulado em torno do slogan “Xô, Monoboia” começou, assim como no conflito de dois anos antes, com a chamada a um debate público, organizado pela AMDA em parceria com a Colônia de Pescadores. Tendo lugar na sede da cooperativa de pescadores de Macaé, o debate público, realizado em 3 de março de 1989, teve a presença da Associação de Engenheiros da Petrobrás (AEPET) – responsável pela palestra sobre características, funções e impactos da monoboia – além de várias associações de moradores do município, partidos políticos (PV, PT, PDT e PTR), o Sindipetro-NF (Sindicato dos Petroleiros Norte-Fluminense), a Câmara de Vereadores e a Prefeitura Municipal. Após esse ponto de partida do debate, houve cobrança de explicações da Petrobrás sobre o empreendimento e denúncia em comissão da Câmara de Vereadores sobre seus impactos negativos. O tema voltaria a ser debatido entre a Petrobras e a AMDA em uma mesa redonda, em julho do mesmo ano. Por fim, com a formação de uma frente ampla contra o monoboia, o conflito foi judicializado. Como parte do enfrentamento, o grupo de trabalho formado por representantes da AMDA e outros interessados no assunto traçou e fortaleceu a ideia de transformação do Arquipélago de Santana em área de proteção ambiental, à qual teve adesão da prefeitura.

Uma comissão foi criada na Câmara de Vereadores para tratar das denúncias feitas à instalação da obra. Em meio às polêmicas, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Petrobras não foi devolvido pela FEEMA e não teve aprovação por ausência de informações básicas sobre a biologia marinha da região e seu potencial pesqueiro, sem menção ao Arquipélago de Santana (AMDA, 1989 p. 21-22). Assim, não foi concedida licença prévia para o começo da obra, iniciada de maneira irregular e, então, paralisada.

Nesse processo, o avanço na criação de uma área de proteção ambiental no conjunto de ilhas por onde o equipamento passaria, o Arquipélago de Santana, foi importante para que a instalação da monoboia

fosse barrada. A Área de Proteção Ambiental foi criada por lei e fica compreendida dentro do perímetro de um círculo cujo centro é a ilha de Santana, abrangendo, no período de sua criação, um raio de 16 km de extensão (MACAÉ, 1989).

No segundo semestre de 1992, a grande questão deu-se em torno da construção da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), que a Petrobrás planejou construir em Cabiúnas. O objetivo da obra seria separar e tratar a água emulsionada ao óleo na Bacia de Campos. Naquele momento, estavam realizando as reuniões preparatórias para a audiência pública para a discussão do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da obra.

A AMDA foi novamente central no conflito, ao ser a primeira organização a colocar-se publicamente em posição contrária à instalação da ETE, motivada pelo fato de os efluentes a serem descartados no mar terem concentrações de elementos poluentes, tais como fenóis, acima dos padrões vigentes à época. Além disso, a estação de tratamento estaria muito próxima a uma das nascentes que compõem a microbacia da lagoa de Jurubatiba. Dessa forma, o emissário poderia ameaçar a área da vegetação do ecossistema local, a restinga, entre as lagoas de Jurubatiba e Carapebus. A degradação assim causada teria impacto na pesca em Macaé.

Segundo o livro-ata (AMDA, 1989), junto com outras coletividades, a AMDA participou de reuniões preparatórias e da audiência pública para a discussão do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da obra, fazendo questionamentos ao mesmo. A AMDA, outras ONGs, lideranças comunitárias e a Secretaria de Meio Ambiente assinaram e entregaram à FEEMA um documento que solicitava que se interrompesse o licenciamento da ETE Cabiúnas até que fossem sanadas as questões levantadas. As discussões foram a público novamente, em matérias do jornal O Debate. Em um momento de aproximação da AMDA com o Greenpeace, apareceu, inclusive, em uma reportagem a ameaça de um dos membros da dire-

## Considerações finais

toria da AMDA de propor à ONG internacional a concessão à Petrobrás do prêmio “Maquiagem Verde”, por ser a empresa que mais polui e que mais gasta com publicidade para enganar a população. Mesmo assim, com pequenas mudanças no RIMA, o empreendimento obteve licença para operar, em 1994 (MELLO *et al*, 2004).

Nas entrevistas com as antigas lideranças sobre o posicionamento da AMDA em relação aos conflitos aqui assinalados, foi repetido reiteradamente que o movimento não tem uma posição de oposição à Petrobras como um todo; pelo contrário, reconhece sua importância. O que há é uma disputa sobre como a Petrobras se posiciona, de modo degradante, ao ambiente e à sociedade, ou não. Dessa forma, extrair petróleo não é, em si, algo a que aqueles ambientalistas se opõem. Sua luta é contra os aspectos destrutivos do modelo extrativista. Não se trata de uma luta radical, que questiona princípios capitalistas ou mesmo os pilares do extrativismo. Mas é uma luta que tem grande importância, localmente, para a incorporação do meio ambiente e da qualidade de vida da população nas decisões políticas e econômicas de uma localidade onde a atividade extrativista é central.

O próprio livro-ata da entidade, ao tratar do conflito sobre a monoboia, deixa claro que as lutas encaminhadas pela AMDA não são contrárias à Petrobrás, mas a alguns de seus encaminhamentos:

a importância da Petrobras para o país e sua ineficiência em ajustar seus interesses aos dos municípios, uma vez que tem comprometido a pesca desde sua instalação em Macaé. O presidente da AMDA disse que não é um confronto com a empresa, mas sim com a política que vem empreendendo em nosso município (AMDA, 1992, p. 22).

Percebe-se, por tudo isso, que não existe uma posição desses ambientalistas contra a Petrobras *a priori*, mas conflitos tratados caso a caso em relação a algumas de suas formas de agir e à noção de desenvolvimento que era parâmetro para as tomadas de decisões da estatal.

Nesta pesquisa foram identificados três conflitos em torno da instalação de novos empreendimentos da indústria petrolífera no município de Macaé, nas duas décadas que se seguiram à instalação a Petrobras no município – os anos 1980 e 1990. Em um contexto de redemocratização do país, esses conflitos puderam ocorrer em espaços públicos de discussão em que meios democráticos, como o diálogo e a negociação, puderam ser praticados.

De um lado dos conflitos, estava a empresa petrolífera, de capital misto (estatal e privado) – portanto, a classe capitalista –, por vezes com aliados nas prefeituras regionais; de outro, membros da classe trabalhadora, de diferentes categorias. Entre estes, destacaram-se como protagonistas ambientalistas que são profissionais de classe média, com preocupações gerais com a conservação, que se organizaram coletivamente durante esses conflitos, e pescadores artesanais que lutavam contra prejuízos diretos em suas possibilidades de trabalho, muito ligadas às condições ambientais.

O eixo de todos esses conflitos eram os empreendimentos especialmente danosos ao ambiente. Em nenhum momento a luta se dirigiu contra a atividade extrativista em geral ou mesmo contra a presença da Petrobras na região. O que se questionavam eram os excessos do modelo extrativista, na figura de novas atividades e empreendimentos mais agressivos ao ambiente que ameaçassem os ecossistemas, a qualidade de vida dos moradores e as condições de trabalho de grupos mais diretamente dependentes da relação com a natureza, como é o caso dos pescadores.

As lutas assim travadas fortaleceram e deram destaque à pauta ambiental na região, pouco mais de uma década depois da questão ambiental vir crescendo nos debates públicos globalmente. Elas também mostraram que é possível ter vitórias, ainda que pontuais, nas disputas de poder contra empreendimentos ambientalmente degradantes, com alianças entre frações de classes diversas de trabalhadores, publicação dos conflitos e ênfase à negociação, com espaço também para judicialização dos conflitos como ferramenta de luta. **US**

- ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ALCANTARA, Gisele Oliveira de. **O serviço social e as questões socioambientais: o meio ambiente como espaço de atuação profissional dos assistentes sociais**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, tese de doutorado em Serviço Social, 2017.
- ALIER, Joan Martinez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenal: Editora da Furb, 1998.
- AMDA. **Livro-ata das reuniões da Associação Macaense de Defesa Ambiental**. 1989.
- CÍCERO Bley e a discussão sobre o Polo Petroquímico. *Jornal O Debate*. Macaé, 07 de julho, 1989, p. 14.
- FEEMA - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE. **Perfil Ambiental** - Municípios de Macaé/Quissamã. Rio de Janeiro: FEEMA, 1989.
- FERNANDES, Florestan. **Nós e o Marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 10 maio 2019.
- LANG, Mirian. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2016.
- LEAL, Giuliana Franco. Justiça ambiental, conflitos latentes e externalizados: estudo de caso de pescadores artesanais do norte fluminense. **Ambiente e sociedade** (on-line), São Paulo, 2013. Disponível em: [http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2013000400006](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2013000400006). Acesso em: 12 maio 2022.
- LEAL, Giuliana Franco; MARTINS, Rodrigo Lemes; VIEIRA, Thiago Wentzel. Pescadores artesanais, indústria do petróleo e neodesenvolvimentismo: conflitos e injustiça ambiental. *In*: Luciano Florit e Carlos Alberto Cioce Sampaio e Arlindo Philippi Jr. (Org.). **Ética socioambiental**. Curitiba: Manole, 2019, p. 636-655.
- MACAÉ. **Lei nº 1.216, de 26 de setembro de 1989**. Cria o Parque e a Área de Preservação Ambiental do Arquipélago de Santana. Macaé 1989.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MELLO, Dalila Silva *et al.* Controle social e gestão participativa aplicados aos impactos

# referências

ambientais causados pelo vazamento de água de produção da E&P na Bacia de Campos: estudo de caso - a atuação do CONPARNA Jurubatiba. Anais do 5th International Congress Engy, Environment and Technological Innovation, 2004, p. 1-6.

ONU. **Agenda 21 Global**. Rio de Janeiro: ONU, 1992. Disponível em: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br). Acesso em: 20 nov. 2022.

RIBEIRO, Alcimar das Chagas; SANDZER, Katia Rosane de Athayde. Cenários da economia do petróleo no Brasil: inserção e perspectivas do município de Macaé. *In*: SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu e; CARVALHO, Meynardo Rocha de (org.). **Macaé, do caos ao conhecimento**: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica. Macaé/RJ: Prefeitura Municipal de Macaé, 2019.

SANTA ANA, Cezar Augusto Rufino de. **O lugar como aquarela de natureza e cultura: a topoafetividade dos pescadores da Boca da Barra, em Rio das Ostras, RJ**. Macaé, Universidade Federal do Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em Ciências Ambientais e Conservação, 2014.

SANTOS, Theotonio dos. **Teoria da dependência**: balanços e perspectivas. Obras escolhidas. v. 1. Florianópolis: Insular, 2015.

SILVA, Matheus Thomaz da. **Movimentos sociais ambientais, desenvolvimento e luta de classes: uma análise fundada no percurso da Associação Macaense de Defesa Ambiental (AMDA) em Macaé/RJ**. Macaé, Universidade Federal do Rio de Janeiro, tese de doutorado em Ciências Ambientais e Conservação, 2022.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; FILHO, Jorge Pereira. **Descolonizar o imaginário**: Debates sobre o pós-extrativismo e as alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

SEMANA DO MEIO AMBIENTE. **O Debate**. Macaé, 1987, 07 de abril, p. 5.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Conflitos ambientais**. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais - GESTA/UFGM, s/d. Disponível em: [https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI\\_\\_LASCHEFSKI\\_-\\_Conflitos\\_Ambientais.pdf](https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI__LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf). Acesso em: 13 abr. 2022.

# referências

# Terra e resistência: o MST e o projeto de agroecologia nas escolas do campo

*Fábio José de Queiroz*

Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA)  
E-mail: fabioqueirozurca@gmail.com

*Eduardo Chagas*

Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC)  
E-mail: ef.chagas@uol.com.br

*Nericilda Bezerra da Rocha*

Doutoranda da Universidade Federal do Ceará (UFC)  
E-mail: nericilda@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo trata das inter-relações entre o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST), seu programa, suas ações de resistência e as questões inerentes à educação e ao meio-ambiente, traduzidas nas noções de escola do campo e agroecologia. Fundado em 1984, o MST tornou-se amplamente reconhecido por sua luta pela mudança da estrutura agrária do país, partindo da bandeira da reforma agrária, mas, ao longo do tempo, o movimento mostrou-se um agente ativo em defesa da educação pública, que, com o passar dos anos, ganhou materialidade nas escolas do campo. Nesse ponto, fez uma definição metodológica e teórico-prática pela agroecologia, assumindo vívido compromisso pela preservação ambiental dos territórios e produção de alimentos saudáveis, temas com os quais este artigo apresenta um relacionamento imediato.

**Palavras-chave:** MST. Escolas do Campo. Agroecologia.



## Introdução

A história do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Terra (MST) confunde-se com a luta pela terra no Brasil da virada do século XX para o XXI. Fundado em 1984, quando a Ditadura Militar se preparava para sair pelas portas dos fundos, o movimento, passados quase 40 anos de sua gênese histórica, exhibe uma inequívoca vitalidade social e ideológica.

Diretamente relevante para nós é que, ao longo de seu percurso, o MST nunca deixou de se inovar como movimento social. Em sua continuidade através dos anos, tornou-se mais complexo pedagogicamente e, por fim, redesenhou as suas relações com o meio ambiente. Sob esses aspectos, na virada do século, o MST, partindo das experiências pedagógicas dos assentamentos, avançou para a constituição das escolas do campo, ligadas à ideia de uma educação do e no campo. Mas, para tornar-se um exemplo típico de escola, o modelo proposto pelo movimento associou-se ao projeto da agroecologia.

Nesse sentido, este artigo corresponde a um esforço de mapear e analisar o programa com o qual o MST adentrou o século XXI, objetivamente assentado na luta pela terra, pelo direito a uma educação do/no campo e pela necessidade da adoção da agroecologia como mecanismo irrenunciável a serviço da proteção da terra e de uma agricultura saudável.

## Sociedade e natureza no contexto da luta pela terra

O modo de produção capitalista na agricultura e a forma fundiária que lhe corresponde, conforme descreve Marx (2017) no livro III de *O Capital*, são categorias históricas e, portanto, à maneira Goethiana, merecem perecer. O MST, entendendo a historicidade desse sistema socioeconômico que transforma a terra em mera mercadoria e a dilapida impiedosamente, nasce questionando não apenas sua estrutura fundiária, mas a própria lógica de sua dinâmica agrícola. Nessa perspectiva, o MST é encarado pelos

capitalistas e latifundiários como um movimento que entende a historicidade do capitalismo, inclusive na agricultura, e a necessidade de superá-lo, notadamente em suas práticas predatórias.

No Brasil, estima-se que 1% dos grandes proprietários de terra monopoliza 43% dos territórios agriculturáveis do país. Esse fato coaduna com a definição de Marx de que “A propriedade fundiária baseia-se no monopólio de certas pessoas sobre porções definidas do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras” (MARX, 2017, p. 676).

É nesse sentido que o MST surge: jorrando esperanças por todos os poros, uma vez que sua luta conflita com o monopólio de certas pessoas sobre a terra e enfrenta a vontade privada ligada ao poder dos detentores de latifúndios. Deve-se destacar também, nesse contexto, o ódio que ele provoca no grande capital, posto que este se apoderou da terra no Brasil e, nos últimos tempos, vislumbra na estratégia do movimento uma ameaça à sua reprodução. A luta, embora contínua, tem se demonstrado muito desigual, até porque os velhos fazendeiros e o Estado somam-se aos esforços do capital com vistas a adotar uma atitude, tática e estratégica, radicalmente inflexível contra os sem-terra e a sua organização social e política. É instrutivo recordar, quanto a essa questão, o grande número de trabalhadoras e trabalhadores sem-terra que, via de regra, tomba no âmbito do embate contra as forças do latifúndio.

No Brasil, estima-se que 1% dos grandes proprietários de terra monopoliza 43% dos territórios agriculturáveis do país.

O problema extrapola os conflitos em torno da bandeira de democratização do usufruto da terra. Passa igualmente pelas disputas, à volta do fundo público. Com efeito, ele transcende essas searas e alcança situações complexas, como a forma em que a terra é trabalhada. As grandes empresas agrícolas usam e abusam dos processos de envenenamento da terra. A substância ideológica do capital, neste caso como em outros, põe-se a serviço do agronegócio e de seus

lucros crescentes. Desnecessário dizer que o emprego de uma retórica modernizante é apenas a cortina de fumaça para desviar a questão do seu verdadeiro fulcro, qual seja: a imagem dantesca do lucro inenarrável às expensas da dilaceração do meio ambiente.

O discurso focado na tecnologia remete-nos, apenas, à tentativa permanente do capital de aniquilar o pequeno produtor e o trabalhador rural, bem como solapar a natureza e vender todo esse descabro como uma expressão do avanço e do progresso. Marx, no livro I de *O Capital*, se pronunciou quase que profeticamente a esse respeito:

E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é, ao mesmo tempo, um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade (MARX, 2013, p. 573).

Porém, Marx vai mais longe em sua crítica ao capital e às suas incursões cada vez mais constantes na agricultura, engendrando destruição tanto ao trabalhador quanto à terra. Desse modo, ele declara que: “Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2013, p. 574).

Nos últimos 20 anos, sobretudo, o uso de organismos geneticamente modificados (OGMS) aumentou negativamente o impacto das novas tecnologias sobre o meio ambiente e a saúde humana, e a agricultura, instrumento indispensável à nutrição humana, vem, de repente, sendo impulsionada no sentido de fazer valer mais os interesses comerciais do que o bem-estar da humanidade. Nesse devir, uma ameaça cresce e empareda as populações tradicionais – indígenas, quilombolas etc. – e a agricultura familiar, ao tempo em que sinaliza para o envenenamento e uma maior concentração da terra. Ademais, quanto mais cresce a produção agrícola, mais a fome se manifesta.

Nesse cenário, onde tudo o que é sólido se desmancha no ar, como diriam Marx e Engels, é preciso “reafirmar o princípio da qualidade de vida, o que significa vida digna para todas as pessoas, com direito à saúde, educação, lazer e, inclusive, ao aces-

so a uma alimentação sadia (SAUER, 2010, p. 168). É por esse motivo que o MST, ao lado da luta pela terra, acresceu ao seu programa a proposta de uma nova estratégia agrícola, centrada inelutavelmente na agroecologia, e desenvolveu essa proposição, destinada a salvar o meio ambiente e assegurar vida digna às pessoas, por dentro do projeto de uma educação do/no campo. Nesse espírito, nascem as escolas do campo, hoje uma marca do movimento.

Nunca será demasiado sublinhar que a luta pela terra segue com centralidade no programa e na estratégia do MST, mas, ao lado dela, inscrevem-se com força as noções de educação do campo como prática pedagógica e a agroecologia como princípio dessa pedagogia. De sorte que a experiência do MST, sobremaneira nos últimos 20 anos, testemunha vivamente a afirmação da tríade terra-educação-agroecologia.

## O programa do MST: um lugar para a escola do/no campo

Queiroz *et al* (2023, p. 29-30) escreveram que:

[...] uma das características mais interessantes da sociedade brasileira pós-regime militar autocrático manifesta-se na centralidade da questão agrária cuja luta extrema se traduziu no aparecimento de organizações e de movimentos diametralmente opostos, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Sem-terra (MST) e da União Democrática Ruralista (UDR). No caso do MST, ao lado da luta pela reforma agrária, levantou-se um programa popular no qual às questões do acesso democrático a terra juntaram-se propostas que trouxeram para o primeiro plano temas como a agroecologia e a educação do campo.

Nessa síntese fica nítido não só o lugar do MST na questão agrária brasileira, mas a inserção das categorias de educação do campo e da agroecologia na plataforma programática do movimento.

A antítese direta do latifúndio no Brasil tem sido o MST. A ideia de que o movimento se restringe aos conflitos em torno da questão agrária mais direta não se sustenta, haja vista que a estratégia dessa organização responde a problemas históricos e conjunturais da sociedade brasileira.

É verdade que podemos tentar passar por cima disso e nos circunscrever ao problema da reforma agrária, tarefa com o qual a organização dos sem-terra se identifica de modo mais direto e urgente. O que faz época na História do Brasil é precisamente a concentração de terra, de um lado, e a expropriação desse direito quando nos remetemos à desmedida massa de deserdados do campo. De fato,

A grande propriedade privada de corte fundiário, a modernização da agricultura sob a égide do capital e, por dentro disso, a lógica do desenvolvimento capitalista a afrontar longas extensões de terra e a produzir migrações desenfreadas, em grandes linhas, tornaram a reforma agrária uma necessidade histórica e uma tarefa por se realizar em regiões como a América Latina, sobretudo, o Brasil (QUEIROZ *et al*, 2022, p. 207).

No entanto, presentemente, temos que tratar de outras questões que, articuladas à luta pela democratização do acesso à terra, nas circunstâncias inerentes à análise, adquirem corporeidade individualizada. É o caso, por exemplo, da educação do campo. A esse respeito, Queiroz *et al* (2022, p. 208) são categóricos:

O que nos chama atenção no estado atual das pesquisas que abordam o problema fundiário e, dentro dele, o tema das necessárias transformações agrícolas e agrárias é como, por exemplo, a luta pela terra no Brasil nos últimos tempos tem se articulado fortemente às pautas voltadas para educação. Trata-se da chamada educação do campo.

Nessa perspectiva, o movimento passa a questionar não apenas a estrutura fundiária fortemente concentrada, mas, igualmente, as lacunas na educação tradicional, quando não a ausência pura e simples da oferta de um ensino público condizente voltado às massas camponesas.

Durante muito tempo, no Brasil, a noção de uma escola pública voltada para “o homem do campo” esteve associada à noção de escola rural, que, grosso modo, estava vinculada mais às necessidades e dinâmicas da vida urbana do que propriamente à realidade do campo. De feito, muitas dessas escolas, a sua maioria, estavam localizadas em núcleos urbanos e não em lócus rurais.

Com o sistema antigo de escolas rurais, oferecia-se um ensino que parecia carregar consigo uma ordem de coisas universalmente válida, seja quanto aos métodos, seja quanto ao conteúdo. Nas circunstâncias históricas desse modelo escolar, o conhecimento das comunidades tradicionais, em regra, era menosprezado e a instrução era feita à luz de um formalismo tacanho e alheio às práticas e à concretude do fazer campesino.

Ao longo de grande parte do século XX, esse modelo e seu modo de raciocínio marcaram a paisagem brasileira como uma garantia de que a sociedade e o Estado brasileiro estavam efetivamente conectados à vida rural e aos seus múltiplos processos de totalização histórica. Essa maneira de tratar o problema começou a fazer água no último quarto do século passado, calhando com a rica experiência de lutas e conquistas do MST. Depois de um longo processo de confrontação, que colocou em lados opostos o mo-

Com o sistema antigo de escolas rurais, oferecia-se um ensino que parecia carregar consigo uma ordem de coisas universalmente válida, seja quanto aos métodos, seja quanto ao conteúdo. Nas circunstâncias históricas desse modelo escolar, o conhecimento das comunidades tradicionais, em regra, era menosprezado e a instrução era feita à luz de um formalismo tacanho e alheio às práticas e à concretude do fazer campesino.

vimento dos trabalhadores e das trabalhadoras sem-terra e a ordem do capital e o Estado brasileiro, a reivindicação de um novo tipo de escola, voltado aos povos do campo, adquiriu foro de cidadania. Nascida do conflito de uma nova territorialização do capital e da resistência camponesa, a escola do campo testemunha que, para os camponeses, a história não se resume a um beco sem saída e a luta enfoca não apenas uma dimensão, mas múltiplas dimensões, incluindo a educação e as práticas agrícolas.

Para Barbosa (2020, p. 294), “A história da luta por educação no MST está associada à luta por terra, trabalho e justiça social”. Consequentemente, estamos

lidando com uma proposta programática significativamente ampla, em que o movimento dirige-se a toda a sociedade, levantando os seus pleitos sem qualquer demonstração de estreiteza ou superficialidade.

Em termos práticos, desde o início da luta do MST, em meados dos anos 1980, os acampamentos traziam consigo forte simbologia e, ao mesmo tempo, uma forma de resistência, com diversos desdobramentos. No imaginário das pessoas ligadas aos conflitos agrários, a consigna “ocupar, resistir, produzir” tornou-se imensamente popular. Posto isso, “A conquista da escola nos primeiros acampamentos é uma luta incorporada à pauta de reivindicações do Movimento” (BARBOSA, 2020, p. 294).

Como resultado de fortes determinações objetivas, a ideia-chave de uma educação camponesa aflorou quase sob as pegadas iniciais do movimento. Não por acaso, Barbosa (2020, p. 295) assevera que “A reflexão em torno do direito à educação no MST vem desde sua gênese, quanto à reparação histórica de um direito fundamental e assim se iniciou a construção de uma Pedagogia do Movimento, uma Pedagogia da Terra”.

Evidentemente, a proposta de uma escola do/no campo não apareceu no laboratório da história como um projeto pronto e acabado. No início, era uma reflexão e uma proposta genérica estampada em uma frase: “Nas lutas pela terra, a educação é uma necessidade” (BARBOSA, 2020, p. 295). As linhas básicas de uma proposta nessa direção foram sendo construídas pouco a pouco por meio de vários eventos organizados pelo movimento para refletir o problema e produzir soluções. Até chegar à ideia de uma escola territorializada e ligada à luta pela reforma agrária, de fato, muitas noites foram atravessadas e, finalmente, o rascunho adquiriu a forma de arte-final.

É exatamente daí que surge o que Francisco Flávio Barbosa descreve como

Uma escola que valorize o saber do povo, que respeite a realidade dos educandos e que seja diferente em seu planejamento, currículo, avaliação, tempos educativos, formação de educadores e participação da comunidade em todas as fases do processo educativo (BARBOSA, 2020, p. 300).

A partir dessa descrição, torna-se possível avaliar o lugar e o caráter da escola do campo que, na maior parte dos casos, é uma realidade que perpassa inicialmente as primeiras duas décadas do século XXI. Nas palavras de Queiroz *et al* (2022, p. 212), trata-se de uma escola “em tudo e por tudo diferente do velho projeto das escolas rurais tradicionalistas, em alguns casos, fincadas na cidade e, em geral, desvinculadas dos territórios camponeses e de suas tradições, práticas, saberes e necessidades”.

É possível, com efeito, identificar que a última década do século XX correspondeu ao amadurecimento de uma reflexão centrada na noção de uma escola camponesa. Também seria inconcebível, nas condições históricas da luta de classes no campo brasileiro, supor que entre a reflexão e o advento das primeiras escolas não se estabelecesse algum tempo de maturação. Por isso, as experiências iniciais de constituição das escolas do campo, em geral, coincidem com a dobra do século.

O que é extremamente pertinente é notar as contradições que emergem junto a essas experiências de que tratamos. Há uma tendência a tomar esses processos como unívocos quando, em última análise, eles trazem em si o selo do contraditório, afinal, governos estaduais, na aurora do século XXI, tomam como sua a tarefa de institucionalização da proposta do movimento. Ao estudar o caso do Ceará, nota-se uma política em disputa na qual não faltam impasses, embaraços e contradições.

Independentemente dessa consideração, que traz consigo inestimável importância, as escolas do campo constituem uma realidade no Ceará e já ultrapas-

sam 10 unidades espalhadas pelo espaço local, trazendo, em sua tessitura, as lutas e o modo de vida das comunidades camponesas. Dadas tais características, talvez seja necessário concordar com Ianni (2016, p. 66), quando ele afirma que “a luta pela terra é sempre e, ao mesmo tempo, uma luta pela preservação, conquista e reconquista de um modo de ser e de trabalho”. À luz dessa passagem, não há como não concordar com Queiroz *et al* (2022, p. 213), quando assinalam que

[...] essa proposição peculiar de escola recupera as formas camponesas de trabalho e luta, o seu modo de vida, as suas tradições, as suas místicas, a sua história, ainda que articulando cada uma dessas questões a uma teoria pedagógica com um olhar voltado para o conjunto.

## O lugar da agroecologia no programa do MST e seus nexos com a escola do campo

O MST é um dos mais importantes movimentos sociais da América Latina, e quer nos parecer que quanto a esse ponto não há dúvidas. Depois disso, precisamos recordar que esse movimento, em sua prática cotidiana, tem se notabilizado por uma política permanente de combate à fome. Além disso, conforme vimos no item anterior, ele também se destaca no campo da educação. Mas um aspecto que não pode ser minimizado é a sua estratégia com vistas à preservação ambiental, tema que ganhou orientação específica e influência pronunciada no programa da organização.



O princípio básico dessa política de preservação ambiental passa, necessariamente, pela agroecologia, que, segundo Caldart (2020, p. 270), é o alicerce “da agricultura camponesa do século XXI”. No caso das escolas do campo, cuja experiência é uma realidade que comparte seu modelo pedagógico com a agenda geral da educação pública nos estados, a agricultura agroecológica é construída fundamentalmente pelos camponeses, haja vista a importância adquirida pela agricultura familiar camponesa, fenômeno nacional que se manifesta vivamente no território cearense.

Não surpreende, portanto, que as restrições fundamentais ao modelo de destrutividade do agronegócio encontram expressão na agroecologia, que, em última hipótese, “É a base científica de construção da

esse metabolismo há pouco designado, induzem aos processos mais irrefreáveis de degradação ambiental.

Aqui, não se trata de opormos obstáculos à ciência e à tecnologia, mas de destacar como o capitalismo lança mão dessas ferramentas para incrementar seus ganhos, malgrado o alto preço que se paga no que concerne ao desvirtuamento do metabolismo entre os seres humanos e a natureza. Não se trata, portanto, de negar a ciência, mas de fazer com que as conquistas científicas e tecnológicas sejam trabalhadas com a natureza e os seres humanos, não contra ela e eles.

É no interior desse contexto que começa a se manifestar a proposta agroecológica esgrimida pelo MST. Segundo Queiroz *et al* (2022, p. 208):

Pertencentes a uma longa tradição crítica, as propostas de um projeto agroecológico e de uma economia camponesa fundada no exercício de solidariedade social andam lado a lado nas proposições programáticas e estratégicas que mobilizam o MST. Aqui, os temas são enlaçados: crítica à estrutura fundiária concentrada e ao agronegócio, necessidade de reforma agrária, mas, igualmente, de uma educação popular-camponesa e de um modelo agrícola fundado na agroecologia. Trata-se, em última análise, de um combate pertinente às agruras de uma lavoura arcaica, que precisa urgentemente ser vencida.

Dessa forma, os autores, em lugar de glorificar a suposta modernidade capitalista, associa a imagem do modo de produção capitalista na agricultura a uma ideia de atraso: a de lavoura arcaica. Em que consistiria esse atraso ou estaríamos diante de um contrassenso histórico? A questão toda pode ser formulada da seguinte maneira: ao associar avanço com preservação ambiental e condições de vida dignas para as amplas massas, e ao identificarem que isso não se daria sob a forma da propriedade fundiária no capitalismo, os autores entendem que, em lugar de modernização, o que se tem é um modo de produção antiquado coberto de um floral modernizante.

Diante da lógica arrogante dos ideólogos capitalistas, Florestan Fernandes chamou nossa atenção para as contradições desse capitalismo pretensamente moderno aplicado às economias dependentes, concluindo que essas estruturas econômicas, em última instância, são reféns de uma modernização contro-

O MST é uma organização que se apresenta como impulsora de uma alternativa camponesa agroecológica, algo, digamos, incompatível com a lógica da propriedade fundiária sob o manto de chumbo do modo de produção capitalista.

agricultura camponesa capaz de confrontar o agronegócio (CALDART, 2020, p. 278). O MST, por meio de seu modelo agroecológico, contesta o envenenamento da terra e, por conseguinte, a lógica predatória do capital que, em larga medida, Marx já prenunciara no livro I de *O Capital* ao falar dos Estados Unidos. Segundo ele, “Quanto mais um país, como os Estados Unidos da América Norte, tem na grande indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição” (MARX, 2013, p. 573).

O que era uma tendência geral dos países mais fortemente industrializados do século XIX, hoje se ampliou de tal forma que, mesmo em estados frágeis industrialmente, o uso das últimas e funestas descobertas de destruição da natureza tornou-se algo corriqueiro. Em consonância com esse fato, o capitalismo, para usar as palavras de Marx (2013), *desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra*. Assim, a maquinaria e as últimas descobertas tecnológicas não só anulam as possibilidades de sobrevivência de milhões de pequenos produtores rurais, mas, desvirtuando

lada de fora (FERNANDES, 1995). Desse modo, “À sombra dessa modernização controlada de fora, forjaram-se múltiplas políticas, que, mais recentemente, traduziram-se na mal denominada ‘revolução verde’, bem como nos ‘pacotes tecnológicos’ (máquinas, equipamentos e crédito), conforme nos alerta Barbosa (2020)” (QUEIROZ *et al*, 2022, p. 209).

A questão que se coloca agora é a seguinte: o MST é uma organização que se apresenta como impulsora de uma alternativa camponesa agroecológica, algo, digamos, incompatível com a lógica da propriedade fundiária sob o manto de chumbo do modo de produção capitalista, em que esse “cria a forma correspondente a si mesmo mediante a subordinação da agricultura ao capital” (MARX, 2017, p. 687). Ao terra-capital, de feito, o MST deve ser tratado como um genuíno pária social, que, seguramente, precisa ser ideologicamente minado e socialmente contido.

Do mesmo modo que o MST integrou ao seu projeto de reforma agrária uma alternativa pedagógica organizada, ou o que Barbosa (2020, p. 299) intitulou “de espaços educativos de resistência” – as escolas do campo –, ele articulou a esse tipo específico de instituição escolar a abordagem agroecológica.

Dessa forma,

A luta do MST tem por base organizar os camponeses expropriados da terra, por meio da ocupação dos latifúndios improdutivos, com o objetivo de conquistar a reforma agrária e realizar transformações profundas na estrutura da sociedade. Observando o processo de modernização conservadora do capital na agricultura, cujo efeito se dá na adoção do pacote tecnológico da chamada revolução verde, a luta do MST se amplia em direção ao combate ao agronegócio e sua destruição do modo de vida e da cultura camponesa (BARBOSA, 2020, p. 305).

Como podemos ver, o MST opõe ao regime do latifúndio improdutivo a conquista da reforma agrária, mas, ao mesmo tempo, contesta vividamente seu formato moderno-conservador, expresso em uma palavra controversa: agronegócio. Essa contestação não se faz só negativamente, mas também por meio de uma alternativa concreta: o modelo de matriz agroecológica. Entre a luta pela terra e esse modelo, traduzido em um conjunto de práticas alternativas, nasceu a escola do campo, uma pedagogia da terra que, de-



certo, demonstra o lugar da educação, da ciência e dos demais saberes não somente como oposição ao velho, mas, também, como anúncio do novo.

É precisamente em virtude dessa lógica eivada de amplitude e criticidade que o movimento tem produzido uma massa crítica que cimenta a estruturação de toda uma teoria que ressalta o sentido mais fecundo da agroecologia. Seguindo essa linha de raciocínio, Caldart (2020, p. 276-277) afirma que:

Uma primeira razão para se aproximar da agroecologia é a vocação humanista das escolas do campo: tudo que tem importância para defesa e valorização da vida, em suas diferentes dimensões e na sua diversidade, é de interesse da escola. A agroecologia estuda a vida e fundamenta a opção por uma agricultura a favor da vida.

Partindo desse pressuposto inicial, Caldart (2020) acrescenta outras razões as quais ela considera como algo essencial para justificar por que se ocupar da agroecologia, destacando as motivações de natureza ética, de ordem política, educativa e epistemológica/pedagógica. Isso demonstra não apenas a complexidade das questões envolvidas na alternativa agroecológica, mas como ela oferece um caminho que confronta o modelo do agronegócio, violento e envenenador, vislumbrando uma nova geografia para a agricultura, que, de fato, desde que as divisões de classe se afirmaram socialmente, apenas se perpetua mediante a exploração das massas.

Em geral, é preciso assinalar que essa era a constatação que Marx esgrimia no livro III de *O Capital*, ao afirmar que:

Nesse sentido, o monopólio da propriedade da terra é uma premissa histórica e continua a ser a base constante do modo de produção capitalista, assim como de todos os modos de produção anteriores que, de um modo ou de outro, fundam-se na exploração das massas (MARX, 2017, p. 677).

A coincidência entre luta pela terra, educação do campo e agroecologia com a estratégia de luta por uma nova sociedade, sem a exploração das massas, em última hipótese, responde à necessidade de superar essa velha, teimosa e continuada premissa histórica.

## Considerações finais

É sabido que, nos primórdios do MST, o questionamento da natureza monopolista do latifúndio, de um lado, e a bandeira da reforma agrária, de outro, eram considerados quase que suficientes para dimensionar programaticamente o movimento. Os processos que produziram gradualmente uma mudança nesse ponto de vista não devem ser entendidos como um raio no céu azul, mas como algo que sempre estivera ali, ainda que não forçosamente com a mesma espessura e amplitude que hoje se conhece.

Suponhamos que as alterações na economia, nas ciências, na natureza e na sociedade, globalmente, e, em particular, nas relações de classe – que se deram tanto localmente como em escala internacional (principalmente) –, obrigaram os movimentos sociais a repensar as suas táticas e estratégias, bem como as suas tarefas. Isso se dá especialmente com o MST, que, talvez por essa capacidade de se redimensionar, mostre-se com toda potência, mesmo em circunstâncias difíceis, o que anima aos explorados e irrita os poderosos.

Logo, se considerarmos a trajetória do MST, desde 1984 até os dias que correm, certamente haveremos de captar o seu complexo desenvolvimento, nascido da luta pela terra, e, portanto, do combate contra a estrutura agrária injusta, e amadurecendo sua pauta, ressaltando temas como a educação do campo e, quase como desdobramento, jamais independentemente, o considerável lugar ocupado pela alternativa agroecológica.

A esse respeito, é especialmente interessante enfatizar que a luta pela terra, pela educação pública e por modelos que respeitem o meio ambiente, na ambiência selvagem do capitalismo, nem sempre é ofensiva; inversamente, grande parte das vezes constitui um dos tantos momentos de resistência da classe trabalhadora. Nesse sentido, na medida em que nos aproximamos dos 40 anos de fundação do MST, não há como negar que nele flameja uma centelha de quase inesgotável resistência, para nossa fortuna e para o azar do grande capital e de seus funestos ideólogos. **US**

- BARBOSA, Francisco Flávio Pereira. Educação do campo e agroecologia: uma experiência pedagógica em construção. *In*: GONÇALVES, Adelaide; BRITO, Liana; VICENTE, Lourdes (Orgs.). **Resistência camponesa: histórias de teimosia e esperança**. Fortaleza: UECE, 2020.
- CALDART, Roseli Saete. Escolas do campo e agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida. *In*: GONÇALVES, Adelaide; BRITO, Liana; VICENTE, Lourdes (Orgs.). **Resistência camponesa: histórias de teimosia e esperança**. Fortaleza: UECE, 2020.
- FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.
- IANNI, Octavio. A utopia camponesa. *In*: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- LIMA, Maria Aires de. A formação dos professores das escolas do campo. *In*: COSTA, Frederico Jorge Ferreira; COSTA, Karla Raphaella; PAULA, Alisson Slider do Nascimento de. (Orgs.). **Escolas de ensino médio do campo no Ceará: dialética da formação de professores**. Curitiba: CRV, 2020.
- MARX, Karl. **O Capital**, livro I, tradução Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O Capital**, livro III, tradução Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2017.
- QUEIROZ, Fábio José de; RODRIGUES, Jéssica; GONÇALVES, Camila. Da lavoura arcaica à agroecologia: questão fundiária, reforma agrária e escola do campo no Ceará, *In*: **Educação do campo no Ceará - Uma forma de resistência à barbárie na perspectiva histórico-crítica / Orgs.:** Frederico Jorge Ferreira Costa; Karla Raphaela Costa Ferreira; Maria Aires de Lima. Curitiba: Editora CRV, 2022.
- QUEIROZ, Fábio José de; RODRIGUES, Jéssica; LIMA, Renata. A questão agrária no livro didático de história: uma abordagem crítica da coleção “História - Das cavernas ao terceiro milênio”, *In*: **Economia do conhecimento e contemporaneidade em pesquisa / Organizadores:** Daniel Luciano Gevehr, Diogo da Silva Cardoso. Guarujá-SP: Científica Digital, 2023.
- SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**, São Paulo: Expressão Popular, 2010.

# referências

# Mineração extrativista, educação pública e resistências classistas na região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais

*Kathiuça Bertollo*

Docente da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

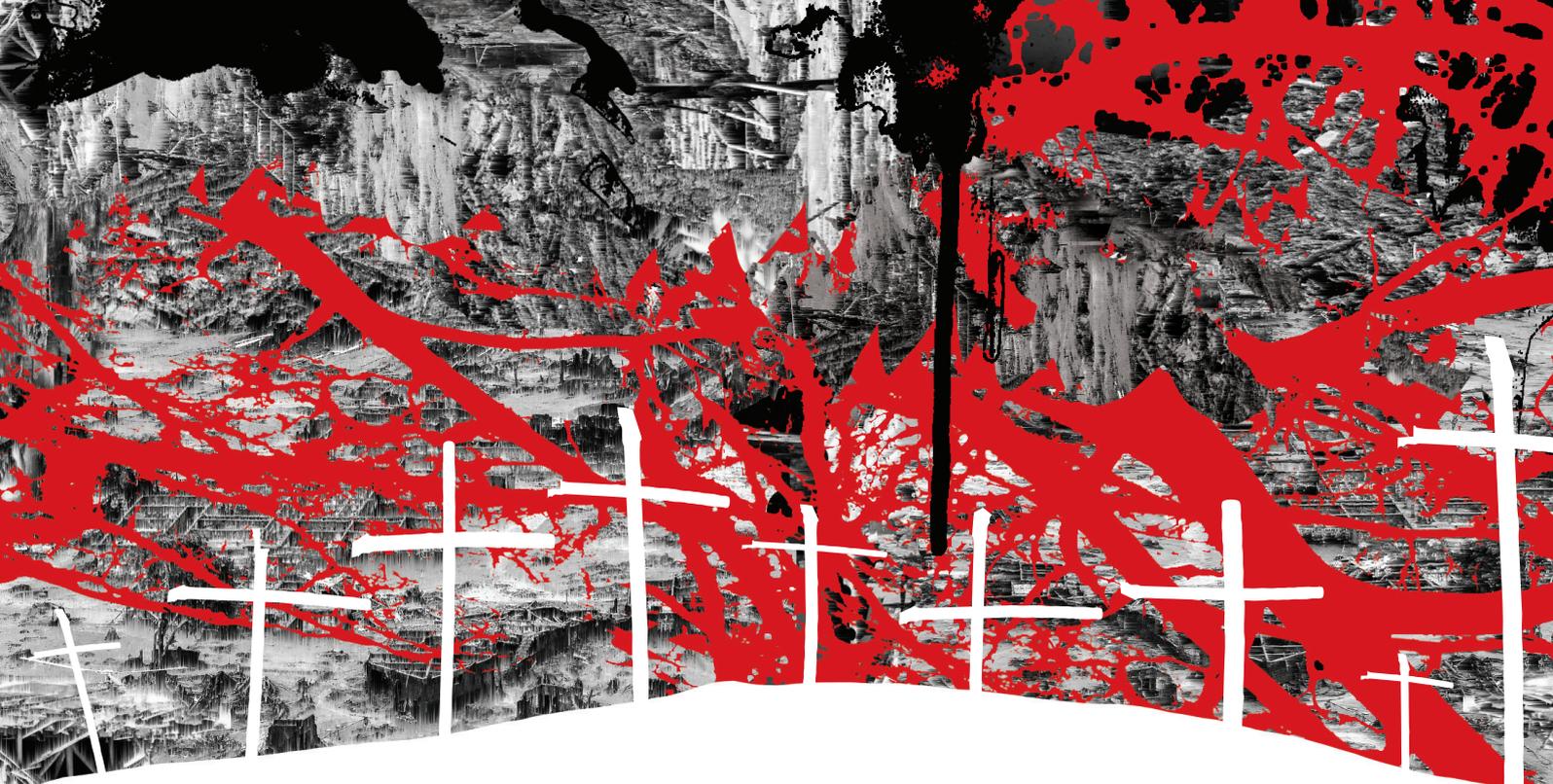
E-mail: [kathiuca.bertollo@ufop.edu.br](mailto:kathiuca.bertollo@ufop.edu.br)

Fotos:

Kathiuça Bertollo/ADUFOP

**Resumo:** Este artigo reflete acerca da mineração extrativista, da educação pública e das resistências classistas na região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, território marcado pelo maior crime socioambiental do país (o rompimento/crime da barragem de Fundão em Mariana-MG), pela presença de instituições de ensino públicas (tais como a UFOP, o IFMG *campus* Ouro Preto e as escolas municipais de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo) e pelas seculares lutas e resistências da classe trabalhadora organizada em diferentes sujeitos coletivos, especialmente via movimentos sociais, entidades sindicais e frentes amplas de atuação. Explicita as contradições próprias do modo de produção capitalista que estruturam e conformam a esfera da produção e da reprodução social e, dessa forma, o contexto da luta de classes na região, sendo a questão ambiental um âmbito central desse antagonismo classista.

**Palavras-chave:** Mineração Extrativista. Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. Educação Pública. Resistências Classistas.



## Introdução

### O que dirá o mar?

Tudo escorreu pro mar  
Tudo escorreu pro mar  
Tudo escorreu pro mar Mariana  
Tudo escorreu pro mar  
O que dirá o mar  
Ao ver tantas vidas marcadas?  
Ao lembrar o mar  
De lama tão desalmada  
O que dirá o rio pro mar?  
O Rio Doce amargo a vagar  
Que carregou pra dentro um mar  
De lama tão desalmada  
O mar dirá num sopro  
Que ecoará no vento  
Que a injustiça dos homens  
Terá contada o seu tempo  
A justiça terá vida  
E fará nesta terra o seu templo  
Eu vou dizer pro mar  
Que este meu tormento...  
É tormento que findará  
Pois eu trago a força e não o lamento  
Nada me engana ô mar  
Ouça das montanhas o penar  
Desde Mariana vou gritar  
Vou chamar o mundo  
Pois não há dinheiro imundo  
Que enterra fundo este meu cantar

(Dimir Viana)

Minas Gerais ocupa lugar destacado na história mundial, seja pelo passado colonial, diáspora e escravização do povo negro para o trabalho nas minas, seja na contemporaneidade pelos rompimentos/criminosos<sup>1</sup> da barragem de Fundão em Mariana, no dia 5 de novembro de 2015, e da barragem B1 em Brumadinho, no dia 25 de janeiro de 2019. Separados por séculos, o que assemelha esses distintos momentos históricos é o contexto de descarte da vida humana, destruição ambiental e saqueio, situações essas que estruturam o modo de produção capitalista em nível global às custas desse território conformado pela dependência e dominação externa.

A partir desses amplos determinantes econômicos, políticos, sociais e culturais, nas linhas que seguem serão apresentadas reflexões a partir da realidade cotidiana da mineração extrativista na região do quadrilátero ferrífero de MG, onde tudo se agrava após os rompimentos criminosos das barragens de rejeitos em Mariana e Brumadinho. As disputas pelos bens naturais comuns, destruição ambiental, adoecimentos, opressões e perseguições, especialmente às mulheres lutadoras sociais, são questões que conformam a vida social na região sob os marcos do capital; no caso em tela, das mineradoras.

Também são apresentadas reflexões que abarcam o contexto da educação pública na região, onde são evidenciados alguns dilemas e paradoxos presentes

e estruturantes do cotidiano escolar, da educação técnica-profissionalizante e do ensino superior. E, por fim, é evidenciado, mesmo que brevemente, o contexto das resistências populares, que se configura a partir de um caráter classista, amplo e fortemente unificado em torno do enfrentamento às mineradoras, à destruição ambiental, às violências e violações de direitos e às mortes que causam, ou seja, ao atual modelo de mineração.

## **Mineração extrativista e questão ambiental: um cenário de violências, destruição e mortes**

A atividade da mineração extrativista acontece e se estrutura secularmente na América Latina e no Brasil. Em Minas Gerais, do “ciclo do ouro” ao atual “ciclo do minério de ferro”, a região do quadrilátero ferrífero<sup>2</sup> é secularmente saqueada e marcada pela superexploração da força de trabalho. Essa singular região do país, que se destaca pelo casario barroco/colonial, pela culinária, pelas tradições culturais e religiosas, figura as páginas contemporâneas da história pela perpetuação da violência, destruição ambiental e mortes no contexto econômico produtivo da mineração extrativista.

Os dias 5 de novembro de 2015 e 25 de janeiro de 2019 marcam a história, não somente de Mariana e Brumadinho, mas a história mundial, uma vez que esses rompimentos criminosos explicitam a perpetuação da subordinação econômica e política aos centros do capitalismo. São máximas expressões da superexploração da força de trabalho, do saqueio dos bens naturais comuns e da destruição ambiental no território.

O rompimento/crime da barragem de Fundão, de propriedade das mineradoras Samarco Mineração, Vale S.A. e BHP Billiton, em Mariana, despejou 43,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos na bacia hidrográfica do Rio Doce, destruiu imediatamente a comunidade de Bento Rodrigues, localizada a cerca de cinco quilômetros da barragem que se rompeu. Também destruiu a comunidade de Paracatu de Baixo, distante da barragem uns 60 quilômetros, apagando de forma abrupta os modos de vida, a

cultura e tradições de cerca 450 famílias, deixando um rastro de mais de 600 quilômetros de contaminações e devastação da fauna e da flora, uma vez que os rejeitos atravessaram o estado de Minas Gerais, ultrapassaram seu limite geográfico e adentraram no oceano, no estado do Espírito Santo, desencadeando um conjunto de modificações e destruições naquela região litorânea.

Importa evidenciar que áreas urbanas e rurais, comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas e indígenas foram diretamente atingidos pelos rejeitos tóxicos, o que modificou material, subjetiva e espiritualmente suas existências.

Antes do rompimento da barragem, cerca de 126 famílias indígenas da tribo Krenak viviam espalhadas em sete vilarejos às margens do Rio Doce. Eles sobreviviam da pesca e da caça de animais e se abasteciam da água do rio para beber e irrigar plantações. Agora, eles recorrem à carne de aves, boi ou porcos, compradas em supermercados próximos. [...] Não temos casa, dinheiro ou qualquer meio para pagar pelo que fizemos com o rio, com a gente. O rio era um forte médium, onde praticávamos nossa cultura. [...] Os anciões executavam rituais sagrados nas ilhas do Watu. Assim como o Rio Doce morreu, nossa cultura está morrendo (OPINIÃO & NOTÍCIA, 2017 *apud* BERTOLLO, 2017).

O rompimento/crime da barragem B1, de propriedade da Vale S.A., em Brumadinho, despejou cerca de 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos, destruiu imediatamente a comunidade de Córrego do Feijão, assassinou cerca de 300 trabalhadores/as que estavam no complexo produtivo no momento (sendo considerado o maior acidente de trabalho do país), contaminou a bacia do Rio Paraopeba, causou danos irreparáveis a agricultores familiares e comunidades tradicionais, dentre outros. Em suma, novamente, a mineração extrativista e sua operacionalização a partir da lógica da dependência, superexploração da força de trabalho, lucros exorbitantes aos acionistas e destruição ambiental marcam violentamente Minas Gerais.

Ambos os rompimentos criminosos são expressões fenomênicas do antagonismo classista, da transferência de valor às economias centrais, da subserviência do Estado e governos ao capital e seus expoentes, da

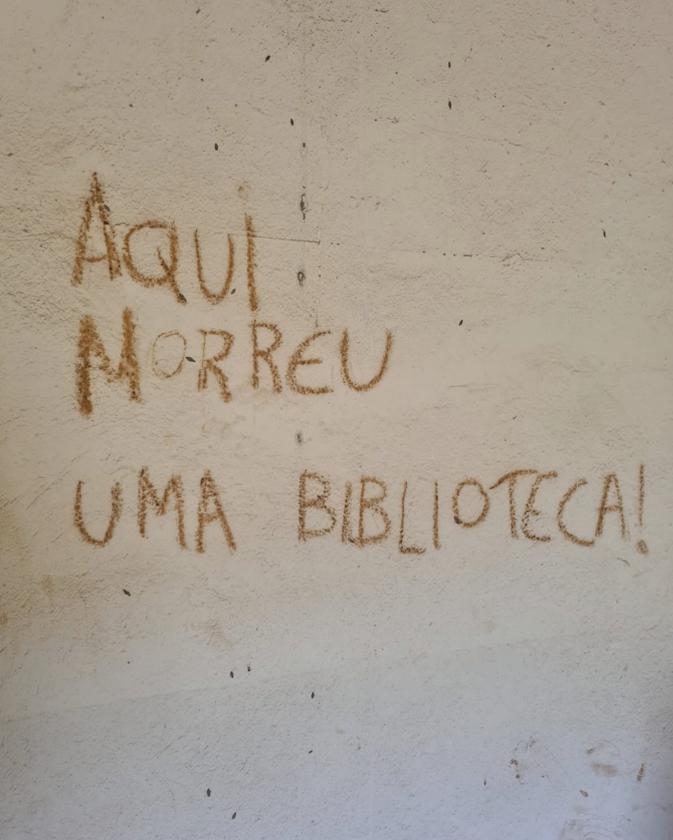


cooptação de âmbitos da gestão pública e lideranças e da falácia do progresso e desenvolvimento econômico por meio da mineração extrativista. Além disso, expressam um contexto econômico produtivo que se funda na violência extremada. Conforme dados do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, no ano de 2020, ocorreram no país 851 ocorrências em 749 localidades em conflito. Desse total, Minas Gerais desponta como o estado com mais ocorrências: 381 conflitos na mineração, que envolvem áreas quilombolas, indígenas, unidades de conservação, assentamentos etc. (OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS NA MINERAÇÃO NO BRASIL, 2023). Em suma, o relatório evidencia que



Dos 25 estados com registros, os que mais concentraram localidades em conflito foram Minas Gerais (45,8%), Pará (14,9%) e Bahia (9,8%). Em número de pessoas atingidas por estado, Minas Gerais aparece concentrando 75% do número total de pessoas atingidas, seguido de Alagoas (6,6%), Pará (4,8%) e Roraima (4,3%). [...] Dos 853 municípios de Minas Gerais, foram mapeados conflitos em 121 (14,1%), sendo Brumadinho o que mais concentrou casos, com 27 situações de conflito, totalizando 40 ocorrências, majoritariamente por conta do processo de reparação do desastre da barragem da Vale, em 2019. Os conflitos em relação a “Terra” e “Água” foram os que mais se destacaram, com 384 e 319 ocorrências, respectivamente. Foram mapeadas 144 empresas envolvidas em conflitos em 564 localidades. A Vale S.A. é a empresa que mais concentra conflitos (38,9%), congregando a Vale S.A. (110 conflitos) e sua subsidiária Samarco/Vale/BHP (109 conflitos). As extrações ilegais de minérios, em particular os garimpos, provocaram 149 ocorrências em 130 localidades em 19 estados, com destaque para o Pará (42,2%), Mato Grosso (12,7%) e Minas Gerais (8,0%). Além disso, os indígenas foram os grupos mais violados por essa atividade em 31 localidades (23,8%), com 49 ocorrências (32,8%). [...] As categorias que mais foram atingidas pela mineração foram: “pequenos proprietários rurais” (14,8%), “trabalhadores” (12,2%), “ribeirinhos” (10%) e “indígenas” (9,7%). Foram mapeadas 121 reações diretas às violações, concentradas em Minas Gerais (55), Pará (25) e Bahia (16). Em Brumadinho houve, em média, mais de um protesto por mês (14). Pequenos proprietários rurais (26 ocorrências) e indígenas (21 ocorrências) foram as categorias que mais reagiram com ações de resistência. Ao menos 112.718 indígenas estavam envolvidos em conflitos, sendo 58,7% deles com garimpeiros. Os quilombolas sofreram violações em 43 conflitos e 47 ocorrências, englobando ao menos 20.800 pessoas. Conflitos em área urbana contabilizaram 74 localidades (10,2% de todos os conflitos), totalizando 93 ocorrências e ao menos 104.143 pessoas envolvidas (COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO, 2023).

Esses determinantes amplos e gerais também explicitam a realidade cotidiana da região do quadrilátero ferrífero de MG. Direcionando a reflexão mais



proximamente a esse território, destacamos que a região vivencia embates e disputas violentas entre as comunidades e populações atingidas com as mineradoras, empresas prestadoras de serviços e a Fundação Renova, entidade criada para reparar os danos e reconstruir os distritos destruídos pelo rompimento criminoso da barragem de Fundão, mas que, passados mais de sete anos de sua atuação, conforma-se em uma megaestrutura financeira, material e de recursos humanos morosa, ineficiente e subordinada aos interesses das mineradoras em detrimento dos direitos elementares dos/as atingidos/as<sup>3</sup>. Assim, evidenciamos algumas situações que desencadeiam os embates e que conformam a luta de classes na região e que, de modo ampliado, contribuem para os processos de acumulação do capital:

*Disputa pela água:* Sabe-se que a água é um bem natural comum imprescindível para nossa existência humano-genérica. Do mesmo modo, é utilizada de maneira estrutural nos complexos produtivos e nos mecanismos de escoamento do minério de ferro na região. A separação do minério do solo e de demais materiais e substâncias, passando pelo armazenamento dos rejeitos nas barragens até os minerodutos

que transportam essa *commodity*, são etapas produtivas que pressupõem o uso da água, e esse uso ocorre de forma irracional, desconsiderando sua finitude, uma vez que a região também se caracteriza por certa “abundância” desse bem natural comum.

A Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas está localizada na região central de Minas Gerais, orientada no sentido sudeste para noroeste. Suas nascentes estão localizadas nos limites da Área de Proteção Ambiental da Cachoeira das Andorinhas, município de Ouro Preto. O Rio das Velhas é o maior afluente em extensão da bacia do Rio São Francisco, com 761 km, e, na localidade de Barra do Guaicuy, em Várzea da Palma (MG), deságua no Rio São Francisco. Sua área de 29.173 km<sup>2</sup> (FEAM, 1998) abrange 51 municípios, que concentram uma população total de 4.885.442 habitantes (IBGE, 2000) que contribui com 62% do PIB do estado de Minas Gerais. O Rio das Velhas é essencial para o abastecimento de água da região metropolitana de Belo Horizonte e dos demais municípios que integram a Bacia (PROJETO MANUELZÃO, 2023).

Na região do quadrilátero ferrífero/aquífero, a disputa pela água entre as mineradoras e as comunidades também ocorre quando da ampliação dos

complexos produtivos e/ou nos processos de descaracterização e descomissionamento das barragens, uma vez que são desconsideradas as nascentes e rios. A contaminação do lençol freático e a água turva nas torneiras das residências é uma constante, bem como a falta de abastecimento de água potável por semanas, especialmente em bairros e regiões considerados periféricos. Práticas de lazer e de contato com a natureza, como frequentar cachoeiras, também são inviabilizadas devido à seca e à contaminação dos cursos da água. Nesse contexto, instâncias de controle social e de fiscalização são desconsideradas e, por vezes, utilizadas de forma manipulada, para respaldar tais práticas e ações das mineradoras.

A contaminação do lençol freático e a água turva nas torneiras das residências é uma constante, bem como a falta de abastecimento de água potável por semanas, especialmente em bairros e regiões considerados periféricos. Práticas de lazer e de contato com a natureza, como frequentar cachoeiras, também são inviabilizadas devido à seca e à contaminação dos cursos da água.

Além disso, impõem-se os processos de privatização e, conseqüentemente, de lucratividade em torno do tratamento e distribuição da água na região. Em Ouro Preto ocorreu, nos anos recentes, a entrega ao capital internacional do serviço, até então público-municipal, de tratamento e distribuição de água. Desde então, à população ouropretana são relegadas cobranças abusivas<sup>4</sup>, disponibilização de água suja e contaminada, recorrentes adoecimentos e casos de violência e repressão policial no contexto da instalação dos hidrômetros, entre outras situações. Em Mariana também aconteceram movimentações no sentido de privatizar o serviço que atualmente permanece público-municipal. No entanto, a população organizada conseguiu impedir o prosseguimento de tal proposta, utilizando, inclusive, o exemplo de precarização e ineficiência dos serviços, taxas abusivas e alta lucratividade aos acionistas que a privatização da água no município vizinho causou.

É fundamental, ainda, reiterar que os rompimentos criminosos da barragem de Fundão e da barra-

gem B1 contaminaram e mataram o Rio Doce e o Rio Paraopeba, situação que impôs severos agravantes à população que dependia de suas águas, especialmente os ribeirinhos, agricultores familiares, pescadores artesanais e comerciantes do ramo do turismo.

*Poluição do ar, do solo, da água, contaminações e adoecimentos:* É notório que a contaminação do ar, solo e água desencadeia adoecimento físico e mental nas populações, uma vez que a mineração

contamina el agua ya que, para separar los metales de la roca, emplea elementos y metales pesados como arsénico, azufre, cianuro, mercurio y uranio, entre otros, los cuales contaminan las fuentes acuíferas y son altamente tóxicos. [...] En relación con el suelo, éste se deteriora por los derrames y vertidos de materiales tóxicos y la sedimentación de polvo contaminado, de manera que, cuando no se remueve totalmente, el suelo pierde sus funciones básicas. [...] De igual forma, la megaminería también es factor de polución para el aire al emitir material particulado, metales pesados, vapores, gases y altos niveles de ruido. [...] Por si fuera poco, se producen gases retenedores de calor en la atmósfera, por lo que la minería “a cielo abierto” contribuye sustancialmente al cambio climático (ESPINOZA, 2018, p. 42).

Considerando a forma como a atividade produtiva da mineração extrativista se estrutura na região e a proporção dos danos e impactos ambientais decorrentes dos rompimentos criminosos, pode-se afirmar que toda a população local é atingida.

La megaminería también perjudica gravemente a las sociedades locales. Por principio de cuentas, la salud de los habitantes se ve seriamente afectada, pues enfermedades respiratorias, gastrointestinales, dermatológicas, endocrinas, cardiovasculares y neurológicas suelen presentarse por los elementos que las minas dispersan en el medio ambiente (ESPINOZA, 2018, p. 42).

A modificação da paisagem natural a partir da abertura de estradas e do trânsito intenso de veículos pesados e a morte de nascentes, da fauna e da flora conformam um contexto de estranhamento das comunidades às localidades que suas famílias vivem por gerações, e isso desencadeia processos de adoecimento.

cimento mental. A poeira que adentra as residências e causa adoecimento respiratório, de pele e alérgico é uma constante na vida da população que vive nas imediações das minas, barragens e complexos produtivos. Além disso, o adoecimento causado por metais pesados tornou-se uma realidade pós rompimentos/crimes, pois tudo o que os rejeitos tóxicos alcançaram foi contaminado e, nesse sentido, a contaminação de crianças, adolescentes e idosos traz imensos desafios à proteção e recuperação corporal e subjetiva dessas faixas etárias, em condição sensível e especial, da existência biológica.

Importa evidenciar que um estudo realizado pela Faculdade de Medicina da UFMG, em articulação com a Cáritas MG, que é a assessoria técnica dos/as atingidos/as, após dois anos do rompimento/crime da barragem de Fundão, explicitou um cenário em que

os indivíduos atingidos se encontram em situação de vulnerabilidade, sobretudo quanto à sua saúde mental. O estado de vulnerabilidade da população estudada nos convoca a pensarmos em medidas multidisciplinares focadas na melhora de sua qualidade de vida e bem-estar, não apenas no tratamento de doenças, mas na prevenção de agravos e de seu surgimento nos estratos mais jovens da população atingida. Nesse sentido, devemos pensar não em medidas universais de tratamento, mas em intervenções dirigidas para as diferentes faixas etárias. Nos adultos, observamos alta prevalência de transtornos psiquiátricos associados ao estresse e a percepção de um acesso satisfatório à assistência em saúde. [...] Quando abordamos os adolescentes, um grupo especialmente vulnerável, capaz de perpetuar consequências negativas desse desastre por muito tempo, encontramos uma prevalência alta de rastreio positivo para transtornos mentais (NEVES *et al.*, 2018, p. 72).

Pode-se afirmar que, passados mais de sete anos do rompimento/crime, a situação em muito se agravou a partir de dolorosas e expressivas modificações dos núcleos familiares, especialmente por falecimentos, suicídios, adoecimentos e separações conjugais. Além disso, predominam o racismo, a violência de gênero e a perseguição às lideranças comunitárias. A atualmente denominada região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais é conformada predomi-

nantemente por negros/as, o que reafirma que os/as descendentes dos/as escravizados/as permaneceram no território e o moldaram tal qual é hoje sob os marcos da superexploração de sua força de trabalho. Wanderley (2015) afirma, a partir de dados do IBGE, que, na época do rompimento/crime da barragem de Fundão, a proporção de pretos/as e pardos/as nas duas comunidades destruídas pelos rejeitos era de 84,3% em Bento Rodrigues e na comunidade de Paracatu de Baixo era de 80%. Já o percentual total da população preta e parda no município de Mariana era de 67,3%. Tais dados comprovam que a destruição ambiental está imbricada na superexploração da força de trabalho da população negra e no racismo, que permanece secularmente como um estruturante do capitalismo.

A poeira que adentra as residências e causa adoecimento respiratório, de pele e alérgico é uma constante na vida da população que vive nas imediações das minas, barragens e complexos produtivos.

Outro âmbito estruturante do capitalismo é o conjunto de opressões, violências e mortes impostas às mulheres. Neste caso, especificamente às mulheres atingidas, lutadoras sociais, lideranças comunitárias e defensoras dos direitos humanos e ambientais. Os assassinatos da hondurenha Berta Cáceres<sup>5</sup> e da brasileira Nicinha<sup>6</sup>, dentre tantas outras mulheres latino-americanas que dedicam suas vidas às lutas e resistências populares, demonstram o quão brutal e violento é o contexto da luta de classes em nosso continente, sobre nosso povo, sobre nós mulheres. As tentativas de silenciamento e apagamento das bandeiras de lutas das mulheres atingidas pela mineração extrativista ocorrem em diferentes espaços e âmbitos. Calúnias, ameaças, intimidações, processos judiciais, desencadeamento de adoecimento físico e mental, ataques às suas residências, não respostas às suas pautas legítimas e urgentes e desconsideração às suas capacidades teórica e político-interventiva, dentre outras manifestações misóginas. No entanto, e por isso, as mulheres são as protagonistas das lutas e resistências populares no território.

A partir de toda modificação imposta às suas vidas, em que se tornaram de uma hora para outra atingidas diretas do maior crime socioambiental do país, as mulheres inseriram-se cada vez mais na dinâmica das lutas sociais na região e nos espaços institucionais e políticos de enfrentamento à mineração extrativista, às mineradoras causadoras do rompimento/crime e à própria Fundação criada para fins de reparação, considerando sua questionável atuação. E, nos territórios que estão sob a iminência de novos rompimentos criminosos de barragens de rejeitos, as mulheres inspiram-se nessas posições e potencializam e articulam suas lutas a fim de denunciar a condição a que suas comunidades estão submetidas, bem como de reivindicar procedimentos técnicos por parte das mineradoras para a não repetição de crimes da mineração nessa região dolorosamente marcada a “sangue e lama” (BERTOLLO, 2023, p. 303).

Importa, ainda, evidenciar que as mulheres são requisitadas nas atividades laborais nos complexos produtivos da mineração extrativista, ambiente ocupado predominantemente por homens e que impõe às mulheres situações de assédio, perseguições e demissões. Nesse sentido, ganha relevância a atuação político-sindical das trabalhadoras e das entidades sindicais deste ramo de atuação.

*Barragens, iminência de novos rompimentos/crimes, expropriação territorial e não reconhecimento das comunidades e modos de vida tradicionais:* Onde há barragens de rejeitos da mineração há a iminência de rompimentos/crimes. Por mais que as estruturas estejam atestadas como seguras, os rompimentos da barragem de Fundão e da barragem B1 comprovam que laudos podem ser emitidos desconsiderando a real situação das estruturas, gravidade dos danos ambientais e mortes/assassinatos causados por esse tipo de crime socioambiental. Ao que se refere às estruturas de armazenamento dos rejeitos da mineração, existem diferentes tipos de barragens, sendo que as a montante são consideradas menos seguras em relação às barragens a jusante. No entanto, devido ao custo de alteamento, as mineradoras optam pelas estruturas a montante, mesmo que sejam menos seguras e sensíveis à vibração.

Destacamos que Minas Gerais possui um histórico de rompimentos/crimes de barragens de rejeitos da

mineração em diferentes municípios (BERTOLLO, 2021). Após os rompimentos criminosos ocorridos em Mariana e em Brumadinho, pode-se dizer que uma preocupação ampla e generalizada se disseminou nas comunidades próximas às estruturas ou “no caminho dos rejeitos”. Nesse contexto, merecem destaque duas situações que impõem um conjunto de inseguranças, incertezas e inúmeras violências e violações de direitos.

No município de Barão de Cocais, distante cerca de 49 km da comunidade de Bento Rodrigues, destruída imediatamente com o rompimento da barragem de Fundão, a mineradora Vale S.A. construiu um muro de cerca de 35 metros de altura, a fim de “evitar maiores danos” em caso de rompimento da barragem Sul Superior da mina de Gongo Soco. Concomitante à construção dessa megaestrutura, famílias de quatro comunidades foram retiradas do território e alojadas em hotéis no centro da cidade, situação que mudou de forma abrupta e drástica suas existências e modos de vida. “A estrutura não se rompeu, mas as pessoas seguem sem acesso a suas casas, hortas, trabalho e renda” (PROJETO MANUELZÃO, 2021). É relevante mencionar, ainda, que a remoção das famílias ocorreu cerca de 15 dias após o rompimento/crime de Brumadinho, momento em que as famílias removidas estavam em fragilidade emocional e mais vulneráveis ao medo e angústias por residirem no entorno de uma barragem de rejeitos em risco de romper e em processo de descaracterização, o que evidencia que o *modus operandi* das mineradoras, além de não considerar o aspecto material, uma vez que “tudo precisou ser deixado pra trás”, também despreza qualquer âmbito da subjetividade das populações atingidas, direta ou indiretamente, pelos seus empreendimentos.

Outra situação a ser evidenciada ocorre no distrito de Antônio Pereira, pertencente ao município de Ouro Preto, também localizado muito próximo a Bento Rodrigues (cerca de 15 quilômetros). Nesse distrito tricentenário, com imensa riqueza cultural e natural está instalada a barragem do Doutor, de propriedade da Vale S.A., que, desde março de 2020, está em processo de descaracterização, o que acarreta à comunidade remoções forçadas ou morosidade nas remoções das famílias que residem nas “zonas de



Mineração extrativista - MG

alto risco de morte”, como denominam as populações atingidas, em detrimento à denominação utilizada pelas mineradoras: “zonas de autossalvamento (ZAZ)”<sup>77</sup>. Nesse contexto, inúmeros são os casos de violências perpetradas, dentre as quais: perseguição às lideranças locais, especialmente às mulheres; contaminação do solo, água e ar; descaso com a retomada dos modos de vida das famílias removidas, uma vez que há famílias residindo em hotel no centro da cidade de Mariana há mais de um ano; e repressão policial às manifestações pacíficas realizadas pela comunidade, aos movimentos sociais e entidades sindicais ao garimpo tradicional, prática secular realizada no território e que conforma o modo de vida e subsistência de famílias há gerações, dentre outras.

A partir dessas exemplificações, destacamos que inúmeras outras comunidades são submetidas à “rota da lama”<sup>78</sup> e à destruição de suas culturas, paisagens, meio ambiente e vida nos territórios de Minas Gerais onde a mineração extrativista acontece.

## **A educação pública e as resistências classistas a partir do contexto da mineração extrativista: elementos sobre a região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais**

A região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais possui, em seus municípios, diferentes instituições de ensino públicas, que abarcam os diferentes níveis de escolaridade. Ela comporta, também, a existência e atuação de inúmeros sujeitos coletivos, especialmente movimentos sociais, entidades sindicais e frentes amplas. A mineração extrativista é uma atividade econômico-produtiva que organiza e concentra fortemente os interesses antagônicos classistas na região, que se expressam pelos diferentes âmbitos da vida social, adentrando fortemente na esfera da educação e moldando as resistências populares.

A educação está envolta em permanente disputa, seja para manter-se enquanto política social pública



e assumir um caráter universal de acesso enquanto direito social ou enquanto mercadoria, altamente rentável e acessível somente àqueles que podem pagar pelo acesso, ou seja, elitizada e inacessível à classe trabalhadora em geral. Nesse sentido, ganham relevância as instituições de ensino públicas, dentre as quais destacamos a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), o Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) *campus* Ouro Preto e, além dessas, as escolas das comunidades destruídas pelo rompimento criminoso da barragem de Fundão: a Escola Municipal de Bento Rodrigues e a Escola Municipal de Paracatu de Baixo.

Acerca do contexto escolar, importa evidenciar que ambas as instituições foram atingidas e destruídas. Até o momento, passados mais de sete anos, permanecem em sedes provisórias no centro de Mariana, e esse processo abrupto de o local de trabalho ter sido atingido/destruído, de mudança geográfica do local de trabalho, de contato cotidiano com crianças e adolescentes diretamente atingidos/as desenca-

deou um contexto novo e desafiador aos/às docentes. Melhor dizendo, um contexto adoecedor, como demonstrado no relevante estudo realizado por Hunzicker (2019). A autora ressalta que

havia um “silêncio pedagógico”, que não eram discutidos os danos socioambientais provocados pela mineração antes do RBF. Situação propícia para as mineradoras que adentravam o ambiente escolar para inserir discursos que remetem a uma imagem de empresas ambientalmente responsáveis. Os cursos de capacitação que eram ofertados pelas mineradoras aos professores da escola de Bento Rodrigues não dialogavam com o contexto, não discutiam os problemas ambientais locais. [...] A maioria dos professores entrevistados representava a mineração como atividade necessária para a economia do município de Mariana, todavia, depois do RBF, os professores são impelidos a alterar seus conhecimentos e práticas educativas, tornaram-se mais críticos sobre as práticas de extrativismo mineral, passaram a discutir essa temática em suas aulas e, até mesmo, alguns docentes chegaram a produzir materiais junto com seus alunos para refletir sobre os danos socioambientais do RBF, tanto em âmbito local, em Bento Rodrigues, como ao longo da Bacia do Rio Doce (HUNZICKER, 2019, p. 139).

Percebe-se que a disputa ideológica se impõe no ambiente escolar. Da mesma forma, adentra as instituições de ensino técnico profissionalizante e superior, tais quais o IFMG *campus* Ouro Preto. A instituição oferta diferentes cursos, em que destacamos: técnico em mineração, técnico em metalurgia, técnico em segurança do trabalho e técnico em meio ambiente, formações essas que são diretamente requisitadas no contexto laboral da mineração extrativista. Compreende-se que é ofertado um nível de escolaridade e de formação profissional mínimo, que permite que os indivíduos possam vender sua força de trabalho na atividade econômico-produtiva que predomina no território. Esse é o horizonte laboral de grande parte da juventude, dos filhos e filhas da classe trabalhadora da região, o que acaba por limitar outras possibilidades empregatícias e de formação acadêmico-profissional para além desse contexto e por conformar uma vinculação geracional-familiar à atividade.



Ao que se refere ao ensino superior, evidenciamos a existência e atuação da UFOP como uma questão emblemática. Primeiramente, por nascer enquanto universidade pública, no ano de 1969, a partir da junção das tradicionais e centenárias Escola de Farmácia e Escola de Minas. “No ano de 1876, o cientista Claude Henri Gorceix fundou a Escola de Minas, primeira instituição brasileira dedicada ao ensino de mineração, metalurgia e geologia. Sediada no antigo Palácio dos Governadores, no centro de Ouro Preto, foi transferida, em 1995, para o *campus* Morro do Cruzeiro” (UFOP, 2023).

Remetendo para a atualidade, destacamos que a instituição ampliou-se ao longo das décadas posteriores ao seu surgimento. Atualmente, possui *campus* nos municípios de Ouro Preto (*campus* Morro do Cruzeiro, com inúmeros institutos, escolas e CEAD, sede da reitoria localizada nas proximidades do Centro de Convenções da instituição, museus e repúblicas no centro histórico da cidade), em Mariana (com os Institutos ICSA e ICHS) e em João Monlevade (com o Instituto ICEA). A *multicampia* é uma realidade estruturante da UFOP, e esse pro-

cesso de ampliação ocorreu fortemente via Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) nas décadas mais recentes.

Nesse sentido, são inúmeros os desafios enfrentados, dentre os quais destacamos certa insegurança em relação à permanência nos espaços físicos atualmente utilizados, uma vez que, por exemplo, parte do local de instalação do ICHS em Mariana é de propriedade da Igreja Católica, que, em anos recentes, chegou a solicitar a devolução do espaço<sup>9</sup>. Após mobilização da comunidade acadêmica, instâncias de gestão da UFOP e público-municipais, a situação foi resolvida mediante reajuste no preço do aluguel da estrutura física utilizada<sup>10</sup>. Parte da estrutura utilizada pelo ICSA e ICEA era de antigas escolas municipais, sendo que, no mesmo terreno, novas edificações foram construídas via processo de expansão e financiamento do governo federal da época. No entanto, evidenciamos que muitas edificações ainda permanecem inacabadas, o que explicita a falta de espaços físicos para as atividades acadêmicas acontecerem de forma adequada.



Em meio aos dilemas para a existência e atuação da universidade pública na região, destacamos um paradoxo: a parceria público-privado. No espaço do *campus* Morro do Cruzeiro ocorreu a implantação e está em funcionamento um Instituto Tecnológico da mineradora Vale S.A.<sup>11</sup>, em que as formações ofertadas, especialmente em nível da pós-graduação, acontecem em parceria com a UFOP a partir do quadro docente da instituição. É um acúmulo histórico de lutas sociais em defesa da educação pública, que inclui a reivindicação de a universidade se aproximar da realidade local e território em que está inserida. No caso da UFOP, o território é marcado expressivamente pela atividade econômico-produtiva da mineração extrativista; no entanto, também é possível o questionamento em torno do significado de parcerias como essa com uma mineradora de altíssima lucratividade anual e que é causadora de crimes socioambientais nos territórios onde atua, tal qual ocorreu em Mariana e em Brumadinho.

Além disso, através das Fundações de Apoio, as instituições de ensino superior públicas vinculam-se e direcionam seu aparato docente, laboratorial, material e de conhecimento científico para os financiadores de suas pesquisas e projetos, e isso não significa dizer que esteja atendendo às demandas das comunidades locais e cumprindo sua função social; pelo contrário, majoritariamente, as pesquisas das áreas humanas e sociais aplicadas são desconsideradas no quesito financiamento e prioridade de execução com condições adequadas de equipe e insumos, o que acaba por dificultar que as legítimas demandas da sociedade, a partir do viés da classe trabalhadora, sejam atendidas e enfrentadas pelo conhecimento produzido nos espaços público-científicos. É relevante, ainda, mencionar que esse contexto acaba por influenciar sobre os locais de estágio acadêmico dos/as discentes e, por vezes de forma direta, a oferta dos serviços e políticas sociais públicas, uma vez que o poder institucional e de tomada de decisão se articula e se concentra nos interesses de quem financia e, conseqüentemente, controla o que é realizado, tanto no âmbito educacional como no da saúde, habitação, assistência social etc., o que impõe a necessidade de organização e luta coletiva.

Outra questão recente, que transcorre no âmbito político-governamental do Estado brasileiro e que requer nossa atenção, é a criação da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, instalada no Congresso Nacional no último mês de março. Sob a justificativa de necessidade de modernizar a legislação do setor, o deputado que ocupa a presidência dessa frente afirma:

Nós temos que cobrar do governo federal, dos municípios que recebem a Cfm (Compensação Financeira pela Exploração Mineral). Todo mundo vai ter que colocar a mão no bolso pra gente criar um fundo de sustentabilidade; à medida em que iniciar uma atividade minerária, já começar as pesquisas pelas universidades e pelos institutos de pesquisa (Agência Câmara de Notícias, 2023).

Percebe-se, portanto, certa naturalização na vinculação das instituições de ensino com as mineradoras a fim de garantir seus interesses, que perpassam a questão da ampliação das áreas mineradas e flexibilização das normativas de preservação ambiental e comunitárias.

Por trás da ideia de modernização do Código de Mineração, o intuito é fragilizar a fiscalização de áreas protegidas, dispensar o licenciamento em alguns casos e facilitar projetos de exploração e pesquisa mineral no país. As mudanças também visam facilitar a captação de recursos por mineradores no mercado financeiro (COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO, 2021).

Direcionando a reflexão para o *locus* em evidência neste texto, podemos afirmar que as resistências classistas tornam a região do quadrilátero ferrífero reconhecida pela multiplicidade de sujeitos coletivos em atuação a partir de diferentes bandeiras de lutas, dentre as quais destacamos: direito à educação, direito à moradia, potencialização da cultura e preservação dos modos de vida tradicionais, enfrentamento à exploração da força de trabalho e por direitos trabalhistas, preservação ambiental, questão étnico-racial e combate às opressões de gênero, dentre outras. São associações de bairros, ONGs, movimentos sociais,

entidades sindicais, frentes amplas, coletivos etc. que, cotidianamente, expressam os dilemas, violências e violações que são perpetuadas no território a fim de enfrentar as causas que os geram e construir novas possibilidades de existência com mais justiça social.

Nesse sentido, o enfrentamento ao poderio, aos desmandos das mineradoras e às violências e violações que desencadeiam a partir do processo produtivo, das retiradas forçadas das famílias de seus lares, da contaminação ambiental, dos adoecimentos, das perseguições às lideranças comunitárias, dos rompimentos criminosos de barragens etc. é a pauta central, que unifica fortemente as lutas sociais e sindicais na região. Destacadamente, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Sindicato Metabase Inconfidentes (SMI), a Frente Mineira de Luta das Atingidas e Atingidos pela Mineração (FLAMA) possuem atuação forte e consistente na região e, em articulação com as associações comunitárias, comitês populares, movimento sociais e estudantil e demais entidades sindicais, constroem uma atuação combativa, de denúncias e de reivindicação de direitos no contexto da mineração extrativista através de acompanhamento e apoio direto aos/as trabalhadores/as no setor e às comunidades e populações atingidas direta e indiretamente.

Ressaltamos que o período pandêmico que atravessamos desde 2020 trouxe inúmeros desafios para a organização coletiva social e sindical. De modo gradativo, as lutas nas ruas e os encontros presenciais foram retomados, e isso permite que as manifestações presenciais e audiências públicas voltem a ocorrer, no sentido de cobrar das mineradoras, do poder público e do âmbito jurídico acerca das questões que perpassam essa atividade preponderante e dominante na região e, por isso, causadora de diversos agravos ambientais e sociais. Também a retomada de projetos de ensino, pesquisa e extensão junto às comunidades e territórios atingidos (que foram limitados de ocorrer no período mais agravado da pandemia) permite a aproximação das instituições de ensino superior com a realidade, cada vez mais agravada e, portanto, mais carente de intervenções qualificadas e socialmente referenciadas, que somente a universidade pública pode ofertar quando assume a perspectiva emancipatória.

## Considerações finais

Procuramos demonstrar que a atividade da mineração extrativista na região do quadrilátero ferífero de Minas Gerais se entrelaça com o âmbito da educação pública e das resistências classistas. Predominantemente, essa imbricação se dá pelo poderio das mineradoras sobre os diferentes âmbitos da vida social nesse território marcado pelo maior crime socioambiental e maior acidente de trabalho do país.

Ao falar de mineração extrativista na atualidade, imediatamente, é possível relacionar essa atividade econômico-produtiva com a superexploração da força de trabalho, destruição ambiental, apagamento da cultura e modos de vida tradicionais e perseguição às lideranças locais, dentre outras violências e violações de direitos. Pode-se dizer que, nos territórios em que há mineração extrativista, todos/as são atingidos/as, direta ou indiretamente, pelos danos e agravos que



geram. Grande parcela da população tem sua história de vida apagada abruptamente, tornando-se “unicamente atingidos/as”.

Em contraponto, são inúmeras as ofensivas das mineradoras e seus expoentes no intuito de ocultar essa árdua realidade cotidiana. Caso da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, instalada recentemente no Congresso Nacional, e das históricas parcerias público-privadas entre as mineradoras e instituições públicas de ensino, dentre outras. Isso impõe desafios expressivos às lutas e resistências populares classistas.

Nesse sentido, a região se destaca pela multiplicidade de sujeitos coletivos e bandeiras de lutas que se unificam em torno da pauta de enfrentamento às mineradoras e ao contexto de destruição – violências e mortes que causam dentro dos complexos produtivos e nos entornos das minas e barragens de rejeitos. Nesse contexto, conquistas importantes, porém com certo caráter parcial, são alcançadas.

Parciais, pois a reivindicação permanece por “um novo modelo de mineração” não mais pautado na destruição e exaurimento ambiental dos territórios, acidentes de trabalhos e mortes, sob o controle dos trabalhadores e não de grupos de acionistas, em grande parte, do capital internacional. Ou seja, a perspectiva de superação do modo de produção e da sociabilidade capitalista é uma tarefa histórica em aberto.

Os desafios são inúmeros e exigentes. A luta cotidiana contra as violências e violações das mineradoras desencadeia e acelera processos de adoecimento físico e mental devido à gravidade dos ataques que as lideranças, comunidades e territórios sofrem. No entanto, em meio a essas agravadas ofensivas, também se fortalecem e se ampliam o reconhecimento e a solidariedade classista, que portam em si e na organização coletiva da classe trabalhadora em seu conjunto o vislumbre e a estratégia de superação dessas relações sociais, que precisam e podem ser modificadas. **US**



# notas

1. Assume-se o alinhamento político com os/as atingidos/as que denominam e compreendem o rompimento enquanto um crime, que, passados mais de 7 e 4 anos, seus causadores (as mineradoras) não foram devidamente responsabilizados; pelo contrário, permanecem impunes e perpetuando violências na região através do seu *modus operandi*, que permanece o mesmo.

2. O quadrilátero ferrífero é uma região do estado de Minas Gerais que compreende 34 municípios: Barão de Cocais, Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Brumadinho, Caeté, Catas Altas, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Ibirité, Igarapé, Itabira, Itabirito, Itatiaiaçu, Itaúna, Jeceaba, João Monlevade, Mariana, Mário Campos, Mateus Leme, Moeda, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Rio Piracicaba, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Joaquim de Bicas e Sarzedo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2021).

3. Para mais informações, consultar: Injustiça na bacia do Rio Doce: 5 anos de não reparação aos atingidos; leia a nota do MAB, Falta de transparência da Fundação Renova na divulgação de seus relatórios - Jornal A Sirene, O rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG após 3 anos: considerações sobre um “crime que se renova” | Lutas Sociais (puccsp.br).

4. Para mais informações, consultar: Ouro Preto: tarifa da Saneouero compromete até 40% da renda

familiar, diz estudo. Disponível em: Ouro Preto: tarifa da Saneouero compromete até 40% da renda familiar, diz estudo (galile.com.br).

5. Para mais informações, consultar: Mulher, latina, indígena e líder. Berta, a cinco anos de sua semente - Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

6. Para mais informações, consultar: Nicinha: a vida, a luta e o crime - MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens.

7. “As Zonas de Autossalvamento (ZAS) são regiões imediatamente a jusante da barragem, em que se considera não haver tempo suficiente para uma adequada intervenção dos serviços e agentes de proteção civil em caso de acidente, como o rompimento de barragens”. Disponível em: Zonas de Autossalvamento e Zona de Segurança Secundária - Brasil Ferroviário (brasilferroviario.com.br).

8. Evidenciamos a importante ferramenta “Mapa da lama”, que explicita a situação das áreas que podem ser soterradas por rompimentos/crimes de barragens de mineração: Mapa da lama: confira se sua casa seria soterrada pelo rompimento de uma barragem de mineração (reporterbrasil.org.br).

9. Para mais informações, consultar: Igreja expulsa universidade de câmpus em cidade histórica mineira - Gerais - Estado de Minas.

10. Para manter cursos em Mariana, Ufop terá que pagar aluguel à arquidiocese da cidade | Minas Gerais | G1 (globo.com).

11. Para mais informações, consultar: Instituto Tecnológico Vale | Quem somos (itv.org).

AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS. Frente Parlamentar da Mineração Sustentável é instalada no Congresso Nacional. Disponível em: Frente Parlamentar da Mineração Sustentável é instalada no Congresso Nacional - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 26 abr. 2023.

BERTOLLO, K. **Mineração e superexploração da força de trabalho**: análise a partir da realidade de Mariana-MG. 2017. Tese (doutorado) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

# referências

\_\_\_\_\_. (2021). A mineração extrativista em Minas Gerais: “ai, antes fosse mais leve a carga”. *Revista Katálysis*. v. 24, n. 3 (2021): Terra, Território e América Latina. Disponível em: A mineração extrativista em Minas Gerais: “Ai, antes fosse mais leve a carga” | Revista Katálysis (ufsc.br). Acesso em: 24 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. (2023). Mulheres e mineração: o cenário das violências e das lutas na região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. *Revista Serviço Social Em Perspectiva*, 7(1), 286–310. Disponível em: <https://doi.org/10.46551/rssp.202314>. Acesso em: 24 abr. 2023.

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO. **Mapa de conflitos da mineração revela 722 casos e 823 ocorrências em 2020 envolvendo ao menos 1.088.012 pessoas no Brasil**. 2021. Disponível em: Mapa de conflitos da mineração revela 722 casos e 823 ocorrências em 2020 envolvendo ao menos 1.088.012 pessoas no Brasil - Em Defesa dos Territórios (emdefesadosterritorios.org). Acesso em: 20 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Com forte presença no Congresso, aliados de mineradoras lançam Frente Parlamentar da Mineração “Sustentável”. 2023. Disponível em: Com forte presença no Congresso, aliados de mineradoras lançam Frente Parlamentar da Mineração “Sustentável” - Em Defesa dos Territórios (emdefesadosterritorios.org). Acesso em: 26 abr. 2023.

ESPINOZA, M. I. M. Radiografía democrática del extractivismo minero en America Latina.

**Geopolítica(s) Revista de estudios sobre espacio y poder**, Espanha, v. 9, n. 1, 2018. Disponível em: Radiografía democrática del extractivismo minero en América Latina | Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder (ucm.es). Acesso em: 21 abr. 2023.

HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo. **O rompimento da barragem de Fundão: repercussões nos saberes e práticas dos professores da escola de Bento Rodrigues**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS NA MINERAÇÃO NO BRASIL. **Gráfico dos Conflitos**. Disponível em: Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil (conflitosdamineracao.org). Acesso em: 20 abr. 2023.

PROJETO MANUELZÃO. **A bacia**. Disponível em: A bacia – Projeto Manuelzão (ufmg.br). Acesso em: 20 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Terror calculado: a estratégia de desapropriação de moradores e expansão da Vale em Barão de Cocais**. 2021. Disponível em: Terror calculado: a estratégia de desapropriação de moradores e expansão da Vale em Barão de Cocais – Projeto Manuelzão (ufmg.br). Acesso em: 24 abr. 2023.

NEVES, M. de C. L. *et al* (orgs). **PRISMMA: Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana**. Belo Horizonte: Corpus, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP). **Quadrilátero ferrífero 2050**. Disponível em: <https://qfe2050.ufop.br/municipios-do-qfe>. Acesso em: 20 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **História da UFOP**. Disponível em: História da UFOP | Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Acesso em: 26 abr. 2023.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Indícios de Racismo Ambiental na Tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica**. 2015. Disponível em: Wanderley-2015-Indícios-de-Racismo-Ambiental-na-Tragédia-de-Mariana.pdf (ufff.br). Acesso em: 22 abr. 2023.

# referências



19 2022  
MAIO

Debate e panfletagem no dia de luta pelo reajuste salarial, no Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (ICEB), em Ouro Preto  
Foto: Larissa Lana/ADUFOP

07 2022  
JUNHO



Assembleia Descentralizada, em Mariana, que teve como um dos pontos de discussão o reajuste salarial  
Foto: Larissa Lana/ADUFOP

# Mobilização pelo reajuste salarial

**D**urante o ano de 2022, o ANDES-SN atuou junto às demais entidades do SPF, no FONASEFE e FONACATE pela campanha salarial unificada dos SPF por reajuste emergencial de 19,99%, correspondente ao índice de inflação do IPCA de 2018 a 2021, e também pela revogação da EC 95 (“teto de gastos”) e pela retirada da PEC 32 (“reforma administrativa”).

Fizemos a primeira reunião do setor das IFES no formato virtual no dia 12 de janeiro e, no dia 18, protocolamos nossa pauta junto ao governo federal. Tivemos reuniões virtuais e, a partir de abril, já presenciais. Foram realizadas várias jornadas de mobilização, com paralisações e atos em Brasília e nos estados, rodadas de assembleias e plenárias unificadas dos SPF para pautar a construção da greve unificada. O SINDOIF-RS deflagrou greve no dia 23 de maio, e a ADUFPA, no dia 6 de junho, com duração até 27 e 29 de junho, respectivamente. Destacamos a Jornada Nacional de Lutas, Mobilizações, Paralisações e Greve, de 25 a 29 de abril, em que as seções sindicais realizaram várias atividades nos *campi*, retomando a nossa mobilização nas ruas e nos *campus*.

25 2022  
AGOSTO



Assembleia Unificada realizada pelas entidades representativas da UFOP, com participação de representantes da reitoria; a pauta foi o contexto e situação da UFOP diante dos cortes orçamentários, e a ADUFOP expôs, também, a luta pelo reajuste salarial dos/as servidores/as públicos/as  
Foto: Larissa Lana/ADUFOP

12 2023  
JANEIRO

Reunião de apresentação do gestor de Pessoas e Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça (Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos)  
Foto: Pedro Mesidor/FENASPS

No ano de 2023, tivemos a retomada das negociações com o governo federal, através da Mesa Nacional de Negociação, com o Ministério de Gestão e Inovação representando o governo federal. O ANDES-SN participou de todas as reuniões preparatórias à negociação, desde a formação das equipes de transição até a retomada da mesa de negociação, em 12 de fevereiro de 2023. Após três reuniões da mesa de negociação, o conjunto dos SPF obteve a reposição salarial de 9%, acrescida de um aumento de R\$ 200,00 no auxílio alimentação. Estamos cobrando do governo a abertura da mesa setorial de negociação, quando colocaremos em pauta as questões da carreira docente.

O ANDES-SN e as demais entidades do FONASEFE realizaram um ato público contra o novo "arcabouço fiscal", aprovado na Câmara dos Deputados, pois retoma os princípios da EC 95, do "teto de gastos".



28 2023  
FEVEREIRO



2ª rodada da Mesa  
Nacional de Negociação  
Permanente (Ministério da  
Gestão e da Inovação em  
Serviços Públicos),  
em Brasília  
Fotos: André Luis/ExLibris

**PUBLICA**  
CENTRAL DO SERVIDOR  
mento permanente em defesa da sociedade

10 2023  
MARÇO

3ª rodada de reunião  
da Mesa Nacional de  
Negociação Permanente  
(Ministério da Gestão e  
da Inovação em Serviços  
Públicos), em Brasília  
Fotos: André Luis/ExLibris



24 2023  
MARÇO





24 2023  
MARÇO



24 2023  
MARÇO

Cerimônia de Homologação do reajuste de 9% para o Funcionalismo do Executivo Federal (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos)  
Fotos: André Luis/ExLibris



12 2023  
ABRIL

Em paralisação, docentes das universidades estaduais baianas ocupam, em ato, as ruas de Salvador  
Foto: Blenda Cavalcante/ ASCOM-ADUSC

O ano de 2023 começou com várias mobilizações dos/as docentes das universidades estaduais e municipais pela recomposição salarial das perdas do último período. Os movimentos docentes das IEES de São Paulo, Bahia, Ceará, Goiás e Amapá estiveram em campanha salarial. Docentes das sete universidades estaduais do Paraná deflagraram greve em maio. Na Bahia, as quatro seções sindicais ADUSC, ADUSB, Adufs e ADUNEB paralisaram as atividades por duas vezes, com ato público em Salvador, no dia 12 de maio. As imagens são desse movimento paredista.

12 2023  
ABRIL

Professores/as e estudantes participam de ato em defesa das universidades estaduais baianas, em Salvador  
Foto: Blenda Cavalcante/ ASCOM-ADUSC



Panfletagem e café da manhã na entrada da UESC para informar sobre a paralisação docente, em Ilhéus  
Foto: Blenda Cavalcante/ ASCOM-ADUSC



12 2023  
ABRIL

Ato unificado das universidades estaduais baianas, em Salvador  
Foto: Blenda Cavalcante/ ASCOM-ADUSC

12 2023  
ABRIL



12 2023  
ABRIL



Docentes das universidades estaduais baianas reivindicam diálogo e reajuste salarial, em ato em Salvador  
Foto: Blenda Cavalcante/ ASCOM-ADUSC



12 2023  
ABRIL

Professores/as da UESC participam de ato, em Salvador  
Foto: Blenda Cavalcante/ ASCOM-ADUSC

Marcelo Lins e Nane Albuquerque, presidente e vice-presidente da ADUSC, respectivamente, em ato das universidades estaduais baianas, em Salvador  
Foto: Blenda Cavalcante/ ASCOM-ADUSC



12 2023  
ABRIL



17 2023  
MAIO



17 2023  
MAIO



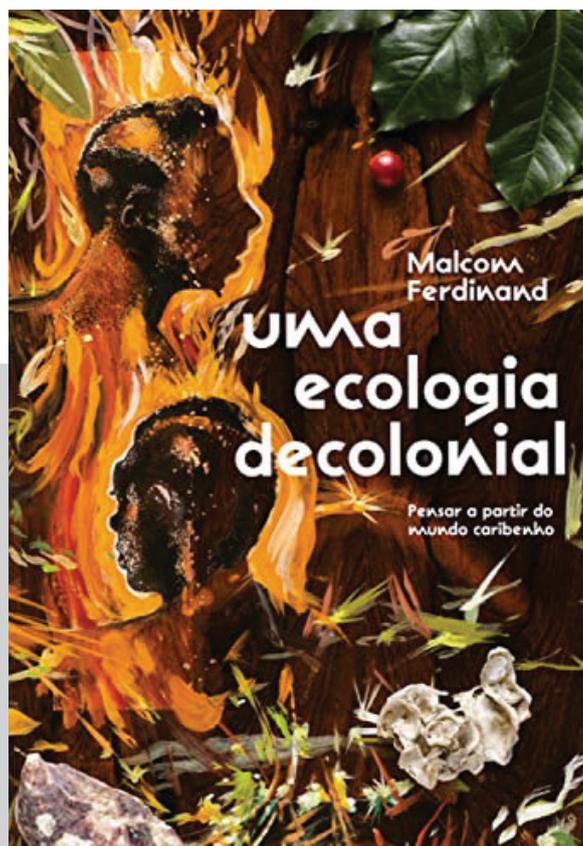
Ato de Lançamento da Campanha Salarial 2024, Anexo II da Câmara dos Deputados, em Brasília  
Fotos: Eline Luz/ANDES-SN





• Ato de Lançamento da  
• Campanha Salarial 2024,  
• Anexo II da Câmara dos  
• Deputados, em Brasília  
• Foto: Eline Luz/ANDES-SN

Título: Uma ecologia decolonial -  
Pensar a partir do mundo caribenho  
Autor: Ferdinand Malcom  
Editora: Ubu Editora,  
São Paulo, 2022. 320 p.



# Uma ecologia decolonial para sair do porão da modernidade

*Marcos Bernardino de Carvalho*  
Professor na Universidade de São Paulo (USP)  
E-mail: mbcarvalho@usp.br

Resenhar com brevidade *Uma ecologia decolonial* é um desafio. A riqueza de conceitos, análises, reflexões e ressignificações de muitas concepções que vagam por aí, maltratadas e banalizadas, especialmente as derivadas de ecologia, ambiente, antropoceno e abordagens (de)coloniais, no contexto da recomposição histórica do horror do tráfico negreiro, em seu papel estruturante do que chamamos modernidade, compõem esse desafio. E é com ele que nos deparamos ao sermos absorvidos – literalmente – pelo livro de Malcom Ferdinand<sup>1</sup>.

“Este é um livro que eu gostaria de ter lido anos atrás, especialmente quando tentava compreender as interrelacionalidades de gênero, raça e classe” (*op. cit.*, p. 9). Dessa forma, Angela Davis, que prefacia o livro de Ferdinand, introduz a obra e nos provoca à sua leitura.

Lembrando de sua visita à Martinica, terra natal do autor, ocorrida em dezembro de 2019, a ativista e filósofa norte-americana registra: “Ainda sinto o choque que tomei enquanto me perguntava por que eu não tinha conhecimento dessa calamitosa intersecção entre o capitalismo racial e as agressões sistêmicas ao meio ambiente” (*ibid.*).

Racismo, colonialismo e escravidão são os pilares que produziram a estrutura de um mundo fundamentado na destruição ambiental, afirma a filósofa. Ou seja, com o livro de Ferdinand, aprendemos

que, assim como o racismo, também a pilhagem e a destruição socioambiental são estruturais ao padrão capitalista de produção implantado no mundo nos últimos cinco séculos.

Mas isso não se deu sem que se produzissem resistências, protagonizadas pelos escravizados, especialmente com o “aquilombamento” e a “marrotagem”, tratados ao longo da obra e retomados no posfácio, escrito pelo antropólogo Guilherme M. Fagundes, que igualmente manifesta ter sido surpreendido pelo livro, particularmente pelas “ressemantizações” que ele propõe. Dentre estas, destaca Fagundes, a de que o aquilombamento traduz uma resistência ecológica que se oferece como matriz e horizonte de possibilidades para superação do que foi estruturado como pilhagem, escravização e colonização de humanos e não humanos, dos seres e dos ambientes, onde “ocorre o encontro de povos de origem africana com as populações indígenas” (*op. cit.*, p. 314).

Entre o prefácio de Angela Davis e o posfácio de Fagundes, transcorrem os 17 capítulos, um prólogo e um epílogo que compõem a obra e dos quais é possível extrair, além dessas ideias e proposições dos textos que a emolduram, muito mais. Todos eles tributários da construção do argumento central do autor, em sua exposição da missão, importância e urgência de uma *ecologia decolonial*.

Fruto de uma tese de doutorado defendida na Universidade Paris-Diderot, o autor brinda-nos, no entanto, com um texto cativante, repleto de trágicas aventuras, que lembram aquelas narradas, por exemplo, por um Joseph Conrad (mencionado por Ferdinand), em seu *Coração das trevas*<sup>2</sup>, que, a despeito das polêmicas que o envolvem, notabilizou-se pelas lamentações exclamadas por um de seus personagens chave, em sua síntese do que foi a colonização europeia na África: “O horror! O horror!”. Aliás, se os capítulos do livro de Ferdinand fossem introduzidos ou terminassem com esse mesmo lamento – “O horror! O horror!” –, isso não produziria estranhamento.

Cada capítulo e o epílogo são precedidos por nomes de navios negreiros, por seus trajetos históricos e seus conteúdos. Os nomes dos navios revelam boa parte do cinismo e perversidade do padrão que estava por se estabelecer no mundo: Conquistador, Justiça, Baleia, Encontro, Tempestade, Fuga, Esperança, Negro e Gaia, dentre outros, são os nomes dessas embarcações. Em todas elas, a “principal mercadoria” – corpos negros – despejava-se no porão. E, assim, a modernidade singrava os mares. O horror! O horror!

São 18 os navios que foram pinçados pelo autor da base de dados <slavevoyages.org>, dentre os 36 mil registros lá catalogados, e um total de 12,5 milhões de corpos transportados, dos quais 10 milhões chegaram ao destino que lhes foi imposto. O horror! O horror!

Um deles é o *Nègre*, que introduz o capítulo 3, “O

porão e o Negroceno”. *Nègre* partiu de Nantes em direção ao Golfo da Guiné em 1790 e, segundo a descrição de Ferdinand, deixou no cais os tumultos políticos da Revolução, recém ocorrida, e também seus princípios: “A declaração dos direitos do homem e do cidadão não resiste aos ventos úmidos e salgados do Atlântico. Nos arredores de Ubani, ao sul da Nigéria, 263 vozes são confinadas no porão da Revolução Francesa” (*op.cit.*, p. 69). O horror!

Dessa forma, e sempre nos porões dessas diversas embarcações – Justiça, Encontro, Esperança... – deu-se a inclusão forçada, escravizada, daqueles corpos pilhados de seus territórios e comunidades de origem, para serem despejados na estruturação do sistema que, não à toa, foi por muitos caracterizado como “economia de pilhagem” (*Raubwirtschaft*, como assim o denominaram vários filósofos e economistas alemães do século XIX).

Os capítulos, os nomes dos navios que os precedem, suas conotações nada simbólicas para as mercadorias vivas depositadas em seus porões e as descrições que desse conjunto o autor faz são os pontos de partida para as reflexões desenvolvidas e vão tecendo o argumento que justifica a proposição de uma ecologia decolonial, cuja missão – “Manter juntos antiescravismo, anticolonialismo e ambientalismo, desfazer-se da sombra do porão do Antropoceno” (*op. cit.*, p. 150) – aponta para os horizontes (bio)civilizatórios que o aquilombamento – “Uma das resistências mais

potentes” – e a “ecologia política quilombola” significam. Apenas a leitura dessas introduções aos capítulos já comporiam e justificariam a empreitada a que se propôs Ferdinand. Mas os interesses que essas introduções despertam, assim como os desafios conceituais, as desestabilizações e as solidariedades que nos instigam com os que permanecem confinados nos “porões”, certamente estimularão quem se propuser a conhecer a obra a não só navegar por cada uma de suas páginas, mas a compreender e a aderir às urgências e tarefas reveladas pela ecologia de Malcom Ferdinand, por ele mesmo assim resumidas, tanto no prólogo como no epílogo de seu livro:

A ecologia decolonial articula a confrontação das questões ecológicas contemporâneas com a emancipação da fratura colonial, *com a saída do porão do navio negreiro*. A urgência de uma luta contra o aquecimento global e a poluição da Terra insere-se na urgência das lutas políticas, epistêmicas, científicas, jurídicas e filosóficas, visando desfazer as estruturas coloniais do viver-junto e das maneiras de habitar a Terra que mantêm as dominações de pessoas racializadas, particularmente das mulheres, no porão da modernidade (*op. cit.*, p. 34 - prólogo).

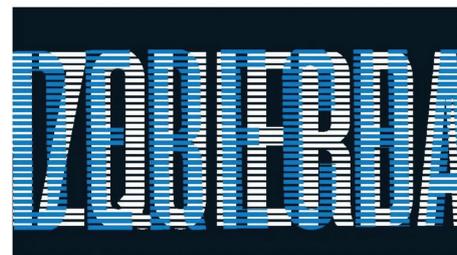
Ao lado da urgência ambiental de uma limitação do aquecimento global e do fim das destruições dos ecossistemas da Terra, coloco urgências *iguais*: de uma redistribuição mundial das riquezas e de uma justiça social; da tarefa decolonial de reconhecer um lugar digno no mundo para os povos originários, para o ex-colonizados e para as pessoas racializadas; e de uma igual consideração social e política das mulheres, particularmente das mulheres racializadas das ex-colônias europeias (*op. cit.* p. 267 - epílogo). **US**

## notas

1. Malcom Ferdinand é caribenho, nascido na Martinica, em 1985. Graduado em engenharia ambiental (University College London - UCL) e doutor em filosofia política e ciência política (Université Paris VII). Atualmente é pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS).

2. “Heart of darkness”, publicado originalmente, em texto completo, em 1902. Há várias traduções para o português, incluindo uma edição bilingue disponibilizada gratuitamente em <https://literaturalivre.sescsp.org.br/ebook/coracao-das-trevas>. CONRAD, Joseph. Coração das trevas. São Paulo: Mojo. org. e Sesc, 2019.

Título: Por un populismo de izquierda  
Autora: Chantal Mouffe  
Editora: Siglo XXI Editores,  
Argentina, Buenos Aires, 2019. 117 p.



**POR UN POPULISMO  
DE IZQUIERDA**

chantal mouffe

 siglo veintiuno  
editores

# Populismo de esquerda e a construção de uma nova hegemonia

*David Moreno Montenegro*

Professor de Sociologia do Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)  
E-mail: davidmoreno@ifce.edu.br

**Resumo:** Publicado pela editora Verso, em Londres, e depois pela Editora Siglo XXI, na Argentina, em 2018-2019, a obra *Por un populismo de izquierda*, da cientista política belga Chantal Mouffe, traz importantes reflexões sobre os processos políticos em curso nas sociedades ocidentais. Com os olhos voltados para a experiência europeia, diante do cenário de aprofundamento da crise capitalista e da emergência de movimentos e formas de organização de contestação ao *establishment*, Mouffe propõe uma instigante reflexão sobre as possibilidades de construção de uma nova hegemonia, surgida das fraturas do neoliberalismo e a partir do desenvolvimento do que denomina estratégia populista de esquerda. Compreender o arsenal conceitual mobilizado pela autora, a força de seu argumento e alguns limites é o objetivo desta resenha.

De saída, uma advertência: no pensamento de Mouffe, populismo não se confunde com uma ideologia que possui conteúdo programático definido, ou mesmo um regime político. Trata-se, com efeito, de um modo de fazer política, que, a depender da conjuntura histórica, pode assumir diversas formas ideológicas e marcos institucionais, precipitados em uma sociedade mergulhada num *momento populista*. Nesse sentido, cabe a pergunta: O que marca contextos mais propensos para o desenvolvimento de estratégias políticas populistas? De acordo com Mouffe, o momento populista pode ser identificado com o aumento das pressões por transformações sociais, políticas e econômicas, com base em demandas sociais insatisfeitas, capazes de desestabilizar a hegemonia dominante. Em tempos assim, abre-se espaço para a contestação da legitimidade do bloco histórico que exerce sua hegemonia, com risco de desarticulação de suas frações organizativas. Desse modo, tem-se a possibilidade do surgimento de um novo sujeito de ação coletiva – o povo – capaz de contestar, desarticular e superar uma determinada ordem social considerada injusta. Feitas essas considerações, passemos

para sua leitura do mundo contemporâneo.

O regime político atual, preponderante no Ocidente, tem recebido várias denominações: democracia representativa, democracia constitucional, democracia liberal etc. Porém, a autora destaca que é possível identificar, em sua base, uma tensão profunda entre duas tradições distintas: por um lado, o *liberalismo político*, que reivindica o Estado de Direito, a divisão entre os poderes e a liberdade individual. Por outro, a *tradição democrática*, que traz como ideias centrais a igualdade e a soberania popular. Essa relação entre a *lógica liberal* e a *lógica democrática* na conformação das democracias liberais, no limite de dimensões inconciliáveis, é o que Mouffe denomina de “paradoxo democrático”. Nesse contexto, o neoliberalismo opera como elemento de desestabilização, na medida em que possui uma forma específica de articular o liberalismo político com o capital financeiro. A hegemonia neoliberal, nas últimas décadas, vem promovendo o aniquilamento da possibilidade de relação/tensão entre os princípios liberais e valores democráticos, o que permitia o embate entre projetos distintos de sociedade, mesmo diante da

impossibilidade de síntese. Com a destruição dos valores democráticos (igualdade e soberania popular), esgotam-se as possibilidades de os cidadãos exercerem seus direitos, uma vez que a democracia é reduzida à mera defesa do livre mercado.

Dessa forma, os espaços institucionais, possíveis de serem ocupados pelos cidadãos na tentativa de influenciar os rumos da sociedade (parlamento e instituições do Estado), têm seu poder de decisão reduzido drasticamente. As eleições não oferecem, assim, a possibilidade concreta de decidir sobre alternativas reais de projetos políticos, passando a política a ser efetivamente uma forma de “administração da ordem estabelecida”, sendo a soberania popular decretada obsoleta. Isso é o que Mouffe denomina *pós-política*. Por outro lado, as mudanças nas formas de gestão da política, com o abandono da soberania popular, vêm acompanhadas de uma nova forma de regulação do capitalismo profundamente financeirizado. Transformações nas regulações do trabalho com flexibilização e precarização de imensos contingentes de trabalhadores, privatizações, políticas de austeridade fiscal, desindustrialização e incremento de maior tecnologia com extinção de atividades laborais são exemplos de transformações do capitalismo contemporâneo, que têm gerado pauperização e precarização em diversas sociedades, com maior efeito no sul global.

O que impera, agora, segundo a autora, é a visão individualista, que celebra a sociedade de mercado e o empreendedorismo individual. Assim, a *pós-política*, aliada ao fenômeno da *oligarquização* (e a destruição do ideal de igualdade), define o atual cenário de contestação antissistêmica, de deterioração das bases de sustentação da democracia liberal, com aumento

vertiginoso das desigualdades sociais e econômicas. Por isso, a abertura de brechas para a expressão política de movimentos populistas reivindicatórios torna-se mais constante. Quando inclinados ao campo da direita, tendem a defender a reconstrução da “soberania nacional”. Entretanto, reclamam o país para os “verdadeiros nacionais”, defendendo igualdade para uma categoria de “povo”, que acaba por excluir imensos contingentes, geralmente grupos de pessoas que são entendidas como “ameaça” à “verdadeira identidade nacional”, quase sempre imigrantes, negros e LGBTQIA+.

Nesse sentido, para Mouffe, a construção de uma resposta no campo da esquerda possui o desafio de gerar um movimento de aglutinação da diversidade de lutas sociais. A orientação política deve ser recuperar, aprofundar e ampliar a democracia, construindo uma estratégia capaz de envolver as demandas sociais e que represente a “vontade coletiva”. Para isso, é fundamental criar fronteira política que oponha o “povo” aos donos do poder, responsáveis pelas diversas formas de opressão – os representantes das “oligarquias”. A construção de uma nova fronteira política seria necessária para erguer outra ordem hegemônica, com amparo no consenso popular, reorientando a energia disruptiva das populações espoliadas, suas insatisfações e frustrações em uma direção de contestação das forças representantes do consenso neoliberal em crise. Para tanto, esse consenso deve ser buscado de forma ativa, através da ação efetiva não somente no plano econômico, mas também no político e ideológico, para fundar uma “democracia radical e plural” em uma nova ordem hegemônica, com procedimentos democráticos mais enraizados nas demandas populares.

Contudo, para a radicalização da democracia, alguns aspectos devem ser observados. Primeiro, não se pode esquecer de que não há lutas inerentemente “emancipadoras” ou “essencialistas” que estejam livres de tomar sentidos opostos, a depender das condições históricas, sociais, econômicas etc. Segundo, é importante reafirmar que a noção de “povo” não pode ser tomada como um dado sociológico *a priori*, uma construção empírica preexistente. Pelo contrário, o enfoque não essencialista da estratégia populista de esquerda deve considerar que o “povo” é uma construção política e discursiva, necessitando, assim, de uma articulação performativa. Construir um povo, dessa maneira, implica expressar a *vontade coletiva* mediante uma *cadeia de equivalência* que abrigue a multiplicidade de demandas sem resultar no apagamento e supressão das diferenças – que, de outro modo, cairia no erro de culminar na criação de uma falsa identidade monolítica.

Por fim, há uma dimensão que a autora destaca como fundamental: a questão dos afetos. É central para a estratégia populista de esquerda compreender que os processos de reconhecimento social passam pela construção de discursos e *afetos* que, articulados, produzem formas específicas de identificação. Essas identificações, por sua vez, são cruciais para toda e qualquer estratégia de natureza política, pois são os motores da ação. Aqui, anoto alguns elementos para debate com a perspectiva da autora, quando considerado o necessário trabalho de construção de alternativas à política de exclusão e espoliação das maiorias sociais, no capitalismo contemporâneo. Inicialmente, caberia problematizar qual o alcance da proposta de uma *estratégia populista de esquerda*, nos marcos da democracia liberal, em países que sequer

completaram seus processos de construções nacionais, inscritos nas periferias do capitalismo e mergulhados em uma lógica de dependência estrutural de suas economias.

No limite, caberia questionar o próprio desenvolvimento conceitual da autora ao considerar o liberalismo econômico e seu duplo, o liberalismo político, como instâncias que resguardariam seguro distanciamento e aparente independência. A autora chega ao ponto de reivindicar as bases institucionais deste último para serem aprofundadas radicalmente por uma proposta crítica ao neoliberalismo, na chave de um populismo de esquerda. Essa questão pode assumir contornos mais complexos quando consideramos países em que escravismo e colonialismo – com seus legados mais sensíveis no racismo, patriarcalismo e desigualdades sociais – são estruturais. Além disso, a proposta de Chantal Mouffe parece subestimar, a partir de receio primário de sua análise incorrer em um determinismo econômico, a força estrutural do capitalismo, que deriva da consolidação e sacralização da propriedade privada sua solidez material e ideológica. Não abordar essa questão estrutural pode gerar o equívoco de conferir à esfera da política certa aura autorreferencial, limitando as possibilidades de construção de novos horizontes. Para além desses sumários pontos destacados, os tempos que atravessamos exigem a leitura, a análise e o debate dessa obra. **US**

# Percepção de estudantes

## do 9º ano da Escola Municipal Papa João Paulo I, Serra Preta, BA, sobre o efeito estufa e sua relação com a biodiversidade

*Jaqueline Santana do Nascimento de Souza*

Especialista em Ensino de Ciências na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)  
E-mail: ja.quelinnecc@hotmail.com

*Elenir Souza Santos*

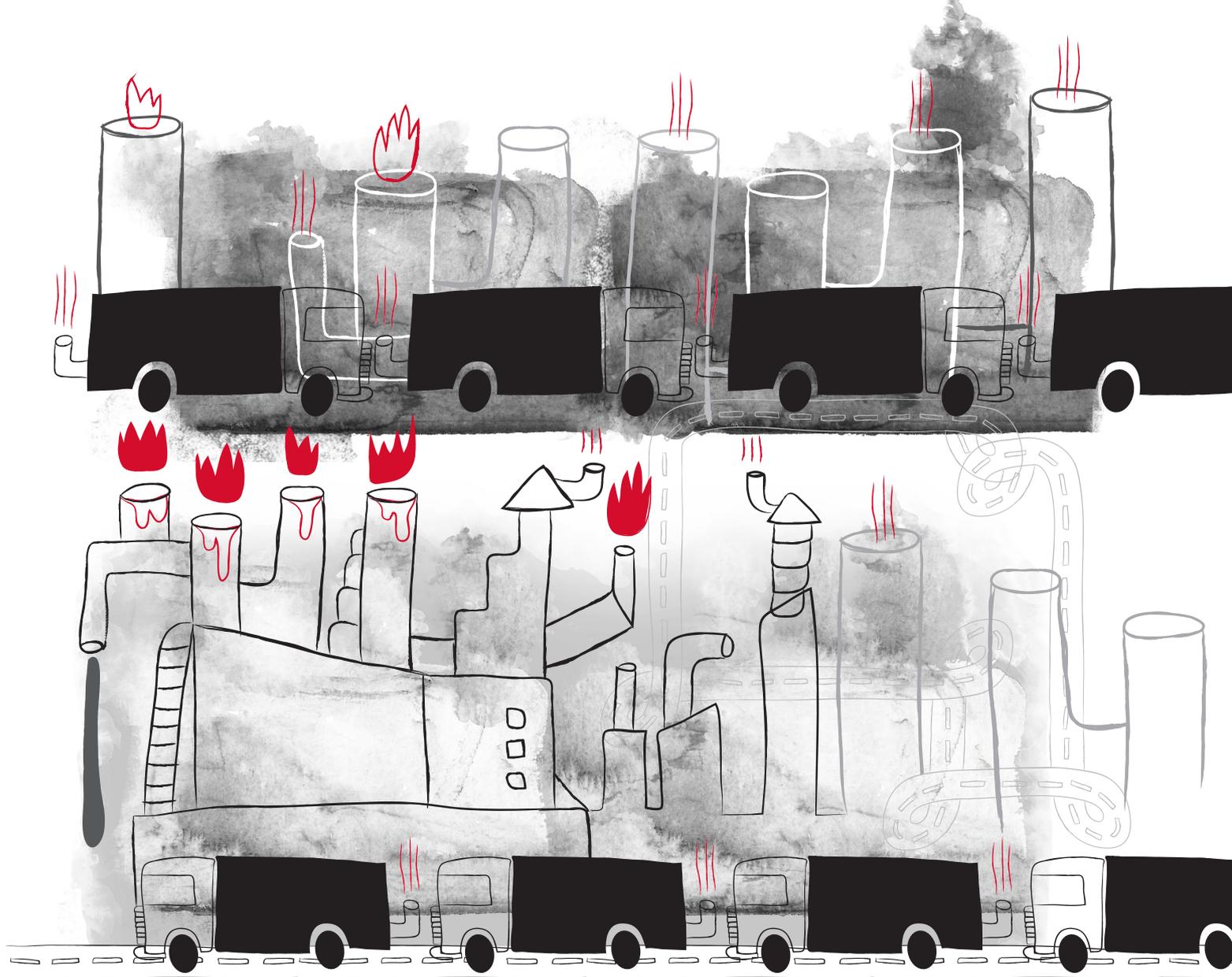
Professora Associada na Universidade Federal da Bahia (IMS-CAT-UFBA)  
E-mail: elenirsantos9@hotmail.com

*Vanderlei da Conceição Veloso-Junior*

Professor na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)  
E-mail: vanderlei.veloso@ufrb.edu.br

**Resumo:** O presente estudo objetivou identificar a percepção dos alunos do 9º ano da Escola Municipal Papa João Paulo I sobre o efeito estufa e sua relação com a biodiversidade. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, seguida de aplicação de um questionário estruturado. Os respondentes apontaram a queima de combustíveis fósseis e a produção industrial como principais agentes causadores de emissões de gases do efeito estufa, oriundos de atividades humanas. Durante as aulas de Ciências, foi observado que alunos do 9º ano realizavam muitos questionamentos referentes aos problemas ambientais. Dentre as medidas que devem ser adotadas para reduzir a emissão de gases do efeito estufa, os estudantes destacaram a economia de energia elétrica, o uso de transporte público como meio de locomoção, redução da produção de lixo e diminuição do consumo de carne. Entretanto, no que se refere às causas e às consequências do efeito estufa artificial, houve equívocos por parte dos respondentes, o que exige aprofundamento dos conteúdos.

**Palavras-chave:** Espécies. Biodiversidade. Meio Ambiente.



## Introdução

O planeta Terra é habitado por espécies diferentes de seres vivos, e eles possuem suas peculiaridades – como habitats, alimentação e a necessidade de uma temperatura ideal para a manutenção do metabolismo – que permitem sua sobrevivência. Essa variedade de espécies é consequência do alinhamento entre as variações de temperatura e do ciclo hidrológico no planeta, entre outros fatores. Além disso, a diversidade de espécies contribui para a melhoria da qualidade do ar e do solo e também é importante para a interação com os seres humanos, em atividades ao ar livre e em momentos de lazer, por exemplo.

Dessa forma, para preservar a vida na Terra de maneira equilibrada, dando lugar à diversidade biológica, é preciso cuidar do meio ambiente. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2000), entende-se

como diversidade biológica “a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte”. Para manter essa diversidade, não poderíamos ter apenas temperaturas altas ou baixas em todos os continentes, pois isso acarretaria a extinção de várias espécies.

A ocorrência da temperatura na Terra em condições adequadas para a existência e manutenção da vida, como a conhecemos, se dá naturalmente em função dos gases do efeito estufa, que são responsáveis por reter parte do calor oriundo do Sol na atmosfera. Os principais gases e substâncias relacionadas ao efeito estufa são: metano ( $\text{CH}_4$ ), dióxido de carbono ( $\text{CO}_2$ ), óxido nitroso ( $\text{N}_2\text{O}$ ), vapor d'água

(H<sub>2</sub>O) e clorofluorcarbonetos (CFCs). Assim, se esses gases e substâncias estiverem em excesso na atmosfera, a concentração de calor será maior, e é o que está ocorrendo desde a Revolução Industrial (iniciada no século XVIII).

A emissão de gases do efeito estufa decorrentes de ações antrópicas – como desmatamento, queima de combustíveis fósseis, atividades industriais, descarte inadequado de resíduos sólidos e atividades agrícolas – tem tornado o ar atmosférico com maiores proporções de gases geradores do efeito estufa artificial. De acordo com Henry W. Art (1988, *apud* SANTOS e MASSABNI, p. 2, 2012), o efeito estufa:

é o aquecimento da atmosfera terrestre, ligeiramente análogo ao produzido pela passagem de luz através do vidro de uma estufa, que não permite a troca de calor. A radiação do Sol entra facilmente na atmosfera como ondas, aquecendo a superfície da Terra, fazendo com que ela emita radiação infravermelha. Gases como o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) absorvem tal radiação, impedindo que sua energia deixe o planeta.

O efeito estufa vem sendo tema de telejornais, conferências e publicações em revistas, artigos e jornais. No entanto, as informações que alguns veículos de comunicação passam, muitas vezes, confundem o receptor da mensagem, pois, por vezes, referem-se ao efeito estufa como sinônimo de aquecimento global, entre outros problemas ambientais. Em 2009, foi proposto que os professores de Geografia trabalhassem as mudanças climáticas nas turmas de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental (antigas 7ª e 8ª séries) utilizando como material de apoio o caderno intitulado “Desafios das Mudanças Climáticas”. Além do caderno, os professores recebiam um DVD contendo três filmes, um deles com o título “Que fenômeno é esse”, que abordava o conceito do efeito estufa, relacionando-o, ainda, à intensificação dos gases e à ocorrência de mudanças climáticas.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os alunos, no decorrer do 7º ano, devem descrever o mecanismo natural do efeito estufa, seu papel fundamental para o desenvolvimento da vida na Terra, discutir as ações humanas responsáveis pelo aumento do efeito estufa artificial (queima

dos combustíveis fósseis, desmatamentos, queimadas etc.) e selecionar e argumentar sobre propostas para a reversão ou controle desse quadro (BRASIL, 2018, p. 347).

Nota-se, portanto, a relevância desse trabalho, uma vez que os estudantes do 9º ano já tiveram contato com o tema de forma acadêmica. Ou seja, além das informações veiculadas através dos meios de comunicação, eles também já tiveram acesso às instruções pertinentes ao conteúdo, conforme reza a habilidade prevista na BNCC.

Nesse contexto, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: Qual a percepção dos alunos do 9º ano em relação ao efeito estufa, no que diz respeito à sua importância para a biodiversidade e aos impactos negativos provenientes do aumento dos gases do efeito estufa na atmosfera?

## Referencial teórico

A atmosfera é composta por gases que envolvem a Terra e, dentre esses gases, estão os de efeito estufa (GEE). Eles exercem uma importante função: absorvem parte da radiação solar, impedindo que ela retorne ao espaço, principalmente a radiação infravermelha, e a esse processo dá-se o nome de efeito estufa. De acordo com Gewandsznajder (2018, p. 41), “O efeito estufa é um fenômeno natural que contribui para manter a temperatura média da superfície da Terra em torno de 15° C. Sem ele, essa temperatura seria de 18° C abaixo de zero”.

Os GEE são essenciais para os seres vivos, no entanto, seu excesso na atmosfera pode ocasionar alguns problemas ambientais. O gás carbônico (CO<sub>2</sub>), por exemplo, é utilizado no processo de fotossíntese, faz parte de toda matéria orgânica e está presente nos mares e no solo. Porém, o consumo de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) pelos seres fotossintetizantes não tem ocorrido na mesma proporção do aumento de sua emissão, ou seja, a quantidade desse gás na atmosfera torna-se maior que a habitual, desencadeando, assim, sua potencialidade em reter calor, aquecendo mais o planeta Terra (FELDMANN, 2012).

Desde que se iniciou a observação contínua da atmosfera até o começo da Revolução Industrial,

a concentração de dióxido de carbono mantinha-se estável. Atualmente essas concentrações estão aproximadamente 35% acima dos níveis anteriores ao período que antecede o da Revolução Industrial. O gás metano, por exemplo, encontra-se em níveis duas vezes e meia maiores se comparado ao período pré-industrial. Já o óxido nítrico está com nível 20% mais alto (SCIENTIFIC AMERICAN BRASIL, s/d).

[...] Os gases responsáveis pelo aquecimento excessivo, como o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), são produzidos pela queima de combustíveis fósseis. O metano (CH<sub>4</sub>) é gerado, sobretudo, pela decomposição da matéria orgânica em aterros sanitários e plantações alagadas (principalmente de arroz). O óxido nítrico (N<sub>2</sub>O) advém do processo digestivo do gado. Ao alterar o uso da terra, por meio do desmatamento e de algumas atividades agrícolas, o homem também lança no ar, por apodrecimento ou queima, o CO<sub>2</sub> que estava acumulado nas plantas e no solo (FRANÇA, IZIQUE, TONELLO, 2009, p. 7).

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC) publicou, em 2018, um relatório especial, intitulado “Sumário para formuladores de políticas”, no qual o IPCC relata os impactos do aquecimento global e a emissão de GEE. O Painel indica que a projeção para o final do século XXI é de elevação média global do nível do mar, próxima a 0,1 metro (IPCC, 2018, p. 10).

Mudanças na temperatura do mar, assim como o aumento de seu nível, são consequências do aquecimento global. Este, por sua vez, é fruto da intensificação dos GEE na atmosfera. Com essas mudanças, a vida marítima também tende a ser modificada.

Varição de temperatura, chuva e outras condições ambientais; alterações na disposição de alimentos: tudo isso altera os processos que antes existiam na natureza. Tome-se o exemplo das tartarugas marinhas. A ascensão do nível do mar vai reduzir os locais de reprodução e as praias onde elas descansam após nadar enormes distâncias (FRANÇA, IZIQUE, TONELLO, 2009, p. 7).

A elevação no nível do mar tende a continuar depois de 2100, e o ritmo dessa elevação vai depender das ações dos seres humanos, sendo que, se as

gerações atuais e futuras conseguirem reduzir suas emissões de GEE na atmosfera, esse acréscimo das águas poderá ocorrer de forma mais lenta (IPCC, 2018, p. 10).

Com o aquecimento da Terra, as geleiras vão se derretendo, trazendo mais problemas ambientais, pois os habitats de algumas espécies vão sendo reduzidos ou extintos, a exemplo dos pinguins. Além disso, as águas provenientes das geleiras são direcionadas ao oceano, o que contribui para o aumento do nível do mar.

O oceano ajuda a reduzir o aquecimento da superfície terrestre. Isso porque ele retém parte do calor, mas essa ação benéfica pode trazer prejuízos para o ecossistema marinho, uma vez que as águas ficam mais aquecidas. Segundo Rodrigues e Copertino (2021), o aumento da temperatura na água do mar intensifica sua acidez, pois ele absorve 25% do gás carbônico excedente da atmosfera. Esses fatores impactam negativamente na existência de espécies marinhas, como algas, gramas marinhas e animais que produzem conchas e corais.

O oceano ajuda a reduzir o aquecimento da superfície terrestre. Isso porque ele retém parte do calor, mas essa ação benéfica pode trazer prejuízos para o ecossistema marinho, uma vez que as águas ficam mais aquecidas.

De acordo com o relatório especial divulgado pelo IPCC (2018), o aquecimento global de 1,5° C causa impactos menores na biodiversidade e ecossistemas – considerando, inclusive, a perda e extinção de espécies – que o aquecimento global 2° C: “Das 105.000 espécies estudadas, projeta-se que 6% de insetos, 8% de plantas e 4% de vertebrados percam metade de sua amplitude geográfica” (IPCC, 2018, p. 11).

A ocorrência de secas prolongadas em determinadas regiões e chuvas em excesso em outras são fatores que também podem contribuir para a extinção de algumas espécies de plantas e animais ou estimular a migração para outras regiões onde o clima seja favorável para a sua sobrevivência (MIRANDA; BARROS, 2020).

Essas mudanças climáticas têm alertado a sociedade sobre a importância de mudanças em seus hábitos, começando por ações pequenas, como a escolha de produtos produzidos com energia limpa, a opção por deixar o carro na garagem e a escolha por viajar em transportes coletivos. Essas ações podem gerar pouco impacto se realizadas individualmente, mas, associadas a atitudes dos governantes, agregando avanço tecnológico a cuidados com o meio ambiente, os reflexos positivos serão notados, mesmo que em longo prazo (ORTIZ, 2018).

O tema mudanças climáticas vem sendo discutido por autoridades governamentais e não governamentais em conferências que permitem delinear as futuras ações para reduzir a emissão de GEE na atmosfera. Em 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92. O intuito da conferência foi determinar medidas de controle das emissões de GEE e propor modelos de desenvolvimento econômico que estivessem em consonância com a proteção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais (BARRETO, 2009).

Em 1997, na 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que aconteceu no Japão, na cidade de Kyoto, foi fechado um acordo entre as nações – o chamado protocolo de Kyoto. Esse documento previa metas para a redução de emissão de GEE na atmosfera. Os países que assinaram esse

acordo se comprometeram a realizar ações que permitissem alcançar essas metas. Cabe ressaltar que o percentual de redução previsto no documento não é comum: por exemplo, o percentual dos países que compõem a União Europeia é diferente do percentual dos Estados Unidos e dos países em desenvolvimento (WWE, 2008).

Como o protocolo de Kyoto não alcançou as metas pretendidas, no ano de 2015, durante a Conferência das Partes (COP 21), realizada em Paris, 195 países assinaram um acordo, que ficou conhecido como “Acordo de Paris”, “comprometendo-se a tomar medidas para conter o aquecimento global. A meta estabelecida foi a de que o aumento não ultrapasse 2° C – com esforços para limitá-lo a 1,5° C – em relação aos níveis medidos antes da industrialização” (GEWANDSZNAJDER, 2018).

Além das ações firmadas pelos governantes, a população também pode contribuir com a permanência de várias espécies em seu habitat natural e, para isso, é preciso adotar algumas ações simples. De acordo com a Organização Não Governamental (ONG) World Wide Fund For Nature (WWE), as pessoas podem realizar quatro atitudes simples para combater o aquecimento global: produzir menos lixo, se locomover utilizando transporte público, consumir produtos locais e moderar o uso do ar-condicionado. São mudanças nos hábitos diários, que os seres humanos podem adotar para ajudar milhares de seres vivos, inclusive nossa própria espécie (WWE, 2017).



## Metodologia

A pesquisa se fundamenta no questionamento que busca conhecer a percepção dos alunos sobre o efeito estufa, no que diz respeito à sua relação com a biodiversidade. Para efetivar esta pesquisa, foi realizada uma busca em sites, artigos e livros referentes ao tema, com intuito de conhecê-lo mais especificamente, evidenciando, assim, o caráter exploratório da pesquisa.

Além disso, no caso desta pesquisa, a natureza é de cunho quantitativo, uma vez que relata em números os resultados obtidos através da aplicação do questionário por meio de gráficos e quadros. Também é necessário mencionar o caráter explicativo da pesquisa, que, segundo Gil (2002), é uma forma de explicar a ocorrência dos fenômenos. Neste caso, busca-se conhecer a percepção dos alunos sobre o efeito estufa.

Para a aquisição das informações específicas da pesquisa, optou-se pela aplicação de um questionário que consiste na investigação capaz de alcançar informações de natureza quantitativa e qualitativa e gerar uma melhor compreensão do problema, intercalando objetividade com subjetividade (RICHARDSON *et al*, 2008). Dessa forma, foi elaborado um questionário com duas questões subjetivas e nove questões objetivas. Os respondentes foram 14 alunos do 9º ano, matriculados no ano vigente na Escola Municipal Papa João Paulo I, localizada no município de Serra Preta, BA. Previamente à realização do trabalho e seguindo preceitos éticos, os participantes foram informados sobre todos os aspectos da pesquisa e, concordando em participar, assinaram o Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE), enquanto os pais e/ou responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

O questionário foi aplicado na Escola Municipal Papa João Paulo I, situada na Rua Agripino Macedo, no distrito de Bravo, município de Serra Preta, no estado da Bahia. Até 2013, essa unidade escolar pertencia ao estado, sendo municipalizada em 2014.

A escola funciona nos períodos diurno e noturno e tem 311 alunos matriculados no Ensino Fundamental. A pesquisa foi realizada nas duas turmas do 9º ano, que, juntas, contam com 37 alunos matricula-

dos que pertencem ao ensino regular. O questionário foi aplicado de maneira virtual, através do aplicativo WhatsApp e do bloco de atividades (junção de atividades referentes a todas as disciplinas cursadas pelos estudantes durante aquele ano letivo). Esses blocos eram entregues nas residências dos alunos semanalmente através de monitores ou de funcionários da escola, na própria unidade. Durante o ano letivo 2021, nas escolas municipais de Serra Preta, as aulas aconteceram de forma remota devido à pandemia causada pelo novo coronavírus. O questionário foi aplicado entre os dias 18 e 30 de outubro, no entanto, poucos alunos realizaram a devolutiva dentro do prazo estabelecido.

O município de Serra Preta está situado no território da Bacia do Jacuípe, a aproximadamente 170 km de distância de Salvador, e possui 536.488 km<sup>2</sup> de área territorial. De acordo com dados obtidos no

O tema mudanças climáticas vem sendo discutido por autoridades governamentais e não governamentais em conferências que permitem delinear as futuras ações para reduzir a emissão de GEE na atmosfera. Em 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92.

site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada de Serra Preta, em 2020, era de 14.699 habitantes, contando com IDHM 0,566 (IBGE, 2020). O Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) conta com maior participação da prestação de serviço, seguido da indústria, e, por fim, a agropecuária.

Serra Preta possui quatro distritos, entre eles o distrito do Bravo, onde há quatro unidades escolares públicas, sendo três municipais e uma estadual. Duas unidades escolares municipais com clientela do Ensino Fundamental Anos Finais e uma unidade que recebe alunos pertencentes à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental Anos Iniciais. O colégio que oferece o Ensino Médio pertence ao estado.

## Resultados e discussão

A pesquisa foi realizada através de questionário aplicado nas turmas 9º ano A e 9º ano B, sendo que, dos 37 alunos matriculados nessas turmas, 14 responderam ao questionário; os demais alunos não deram devolutiva. Do total de respondentes, 86% são do sexo feminino e 14% são do sexo masculino. Observa-se, ainda, que 64% deles residem na zona urbana e têm idade entre 14 e 17 anos.

A Figura 1 revela que a maioria dos respondentes já ouviram falar sobre o efeito estufa, o que mostra que é um tema bem disseminado, seja através do espaço acadêmico ou dos meios de comunicação. Considerando os que já conheciam o tema, 75% disseram que ouviram falar sobre o efeito estufa durante as aulas, referenciando, assim, a importância dessa temática no currículo escolar.

A capacidade da atmosfera terrestre de armazenar o calor e a absorção das radiações emitidas pelo Sol são apontados pelos respondentes como melhores descrições para o efeito estufa (Quadro 1). Verificou-se, portanto, que os alunos pesquisados conseguem

identificar que ocorre a retenção de calor por parte da atmosfera, e que esse processo é sinalizado por eles como conceito de efeito estufa.

O questionamento 2 (Quadro 1) evidencia que a maioria dos respondentes já estudou o efeito estufa no Ensino Fundamental Anos Finais (FII), uma vez que apenas 14% afirmaram que não tiveram contato com o assunto durante as aulas ministradas no FII. Dos doze alunos que sinalizaram ter participado das aulas nas quais houve explanação sobre o efeito estufa, 25% não recordam o ano em que foi abordada a temática, 17% declararam que viram durante o 9º ano, 25% deles disseram que estudaram no 6º e 7º ano, 9% dos estudantes responderam que estudaram apenas no 6º, apenas no 7º houve 8% respondentes e 8% dos respondentes também informaram que estudaram o assunto em todos os anos.

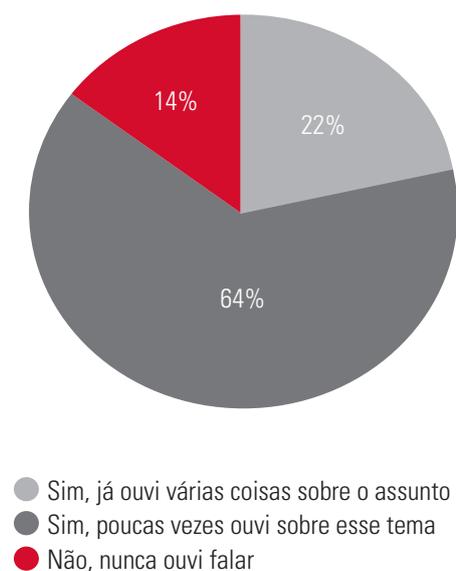
Todos os respondentes afirmaram que o efeito estufa é benéfico para a sociedade, evidenciando assim, que, mesmo não tendo contato com o assunto, como afirmaram dois respondentes, eles reconhecem a importância do efeito estufa para a existência da vida na Terra.

Esses dados divergem dos encontrados em pesquisa realizada por Souza *et al* (2016), na qual entrevistaram alunos do Ensino Fundamental Anos Finais e do Ensino Médio. Os resultados permitiram inferir que os alunos entrevistados têm uma concepção negativa sobre o efeito estufa, não identificando que tal fenômeno é benéfico para o planeta Terra.

No que diz respeito ao efeito estufa artificial, 93% têm consciência de que sua ocorrência interfere na variabilidade de espécies. Observa-se, portanto, que, embora alguns respondentes tenham afirmado que não têm conhecimento acadêmico acerca do conteúdo, esses alunos, em um dado momento, já tiveram informações que permitiram inferir que, se a atmosfera for aquecida mais do que o normal, algumas espécies poderão sofrer interferências em sua forma de viver.

Aproximadamente 93% dos respondentes asseveraram que ações humanas contribuem para a ocorrência do efeito estufa artificial. Os mesmos relataram, ainda, algumas atitudes dos seres humanos que cooperam para esse fato, como a realização de queimadas, o desmatamento, a poluição causada pelas indústrias e a preferência pelo uso de carros particu-

**Figura 1 - Percentual de respostas dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Papa João Paulo I acerca da indagação "Você já ouviu falar sobre o efeito estufa?"**



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

**Quadro 1 - Resultados obtidos com as questões de caráter dicotômico**

Questionamentos	Quantidade de respondentes	
	SIM	NÃO
2 - Você já estudou sobre esse assunto durante o Ensino Fundamental Anos Finais?	12	02
4 - O efeito estufa é benéfico para a sociedade?	14	00
7 - De acordo com o Ministério do Meio ambiente, entende-se como diversidade biológica "a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte". Você acha que a ocorrência do efeito estufa artificial pode afetar a biodiversidade?	13	01

Fonte:  
Dados da pesquisa, 2021.

lares em detrimento de transportes coletivos. No relato, um dos respondentes afirmou que as ações humanas estão desestabilizando o efeito estufa natural.

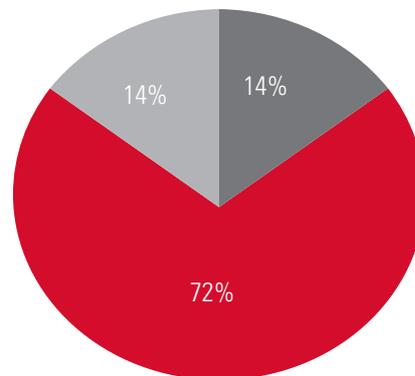
A Figura 2 demonstra que a maioria dos respondentes reconhecem o gás carbônico (CO<sub>2</sub>) e o metano (CH<sub>4</sub>) como exemplos de GEE, embora alguns ainda acreditem que o gás oxigênio (O<sub>2</sub>) e o hidrogênio (H<sub>2</sub>) façam parte dos GEE.

Quando perguntados sobre que atividades humanas são responsáveis pelo aumento da emissão de GEE na atmosfera, os respondentes apontaram a queima de combustíveis fósseis e a produção industrial como principais agentes causadores dessas emissões. Sendo que cerca de 21% assinalaram o aquecimento global como uma causa das emissões, quando, na verdade, é consequência. Fato esse que reafirma a ideia de que os alunos ainda confundem os termos e fazem distorções entre eles.

No que se refere às consequências oriundas do aumento dos GEE, os respondentes apontaram o buraco na camada de ozônio como principal consequência, seguido por temperaturas mais elevadas no mar, derretimento de geleiras e, conseqüentemente, maior volume de água nos oceanos. A redução das espécies de seres vivos aparece em terceiro lugar, com 11% dos votos. Ainda na mesma questão, um dos respondentes sinalizou o declínio do nível do mar como consequência dos GEE, o que denota pouco conhecimento em relação à temática.

Em pesquisa realizada por outros autores, tendo como entrevistados crianças na faixa etária entre 7 e 9 anos, foi possível inferir que os professores devem estar atentos às concepções dos alunos, proporcionando discussões que envolvam a explanação de distinções entre efeito estufa e destruição da camada de ozônio, pois os alunos confundem os termos (SANTOS; MASSABNI, 2012).

**Figura 2 - Percentual de respostas dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Papa João Paulo I acerca da indagação "São exemplos de gases do efeito estufa?"**



- Oxigênio (O<sub>2</sub>) e Dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>)
- Dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>) e Metano (CH<sub>4</sub>)
- Metano (CH<sub>4</sub>) e Hidrogênio (H<sub>2</sub>)

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

No tocante às medidas a serem tomadas para reduzir a emissão de GEE na atmosfera, as respostas que surgiram com maior frequência foram:

- “Economizar energia elétrica”;
- “Andar em transporte público”;
- “Produzir menos lixo”;
- “Consumir carnes bovina e suína em menor quantidade”;
- “Realizar mais reciclagem”;
- “Reduzir as queimadas”; e
- “Investir em educação ambiental”.

Portanto, os respondentes, em sua maioria, conseguem elencar quais as medidas que os seres humanos precisam tomar para que a redução da emissão dos GEE aconteça.

## Considerações finais

Este trabalho buscou identificar a percepção dos alunos do 9º ano da Escola Municipal Papa João Paulo I no que diz respeito ao efeito estufa, verificando, ainda, se os alunos conseguiam perceber a relação entre este e a biodiversidade. Durante as aulas de Ciências, foi percebido que alguns alunos confundiam efeito estufa com camada de ozônio e aquecimento

global, fato que gerou a motivação em realizar a pesquisa sobre o tema.

Assim, observamos que havia uma confusão conceitual entre os termos citados, além de uma dificuldade de estabelecer relação de causa e efeito entre o efeito estufa, principalmente o artificial, e suas consequências para a biodiversidade. Mesmo afirmando que havia conhecimento sobre o efeito estufa, fica notório que os respondentes ainda cometem equívocos quanto à causa e à consequência do efeito estufa artificial. Além disso, os alunos, em sua maioria, não conseguem apontar a redução de espécies como consequência do efeito estufa artificial, embora reconheçam a importância do efeito estufa natural para a biodiversidade.

O estabelecimento de uma relação entre a biodiversidade e o aumento dos gases do efeito estufa ainda não está consolidado pelos alunos, uma vez que não conseguem apontar com precisão os impactos que essa alta dos gases do efeito estufa pode causar à vida dos seres vivos. Sugere-se, portanto, que o tema seja trabalhado com uma perspectiva investigativa que permita ao estudante conhecer mais sobre o efeito estufa, a fim de não haver confusão com outros termos referentes aos problemas ambientais, além de permitir a percepção acentuada da relação existente entre efeito estufa e biodiversidade. **US**

BARRETO, Pedro. História Rio-92. **Desafios do Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2303:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2303:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 08 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - BNCC. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 20 maio 2021.

FELDMANN, Wagner. **Conhecendo o Meio Ambiente**: Educação Ambiental. São Paulo: PAE Editora, 2012.

FRANÇA, M. S. J.; IZIQUE, C.; TONELLO, M. **Desafio Mudanças Climáticas**: as ameaças para o planeta. Caderno do Professor. São Paulo: Horizonte Geográfico, 2009.

# referências

- GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Teláris Ciências**, 7º ano: ensino fundamental. 3. ed. - São Paulo: Ática, 2018.
- GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/serra-preta/panorama>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima. **Sumário para Formuladores de Políticas**. 2018. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM>. Acesso em: 17 jun. 2021.
- MIRANDA, Lucas. BARROS, Giovani. **Aquecimento Global um vilão nada fictício** Revista Ciência Hoje. 2020. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/aquecimento-global-um-vilao-nada-ficticio/>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/patrimoniogenetico/arquivos-e-formularios/convencao-sobre-diversidade-biologica/view>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- ORTIZ, Diego A. **Conheça dez formas de colaborar com o combate ao aquecimento global**. BBC NEWS Brasil 08/12/2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-46357597>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- RICHARDSON, Roberto J.; PERES, José A. S.; WANDERLEY, José C.V.; CORREIA, Lindoya M.; PERES, Maria H.M. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.
- RODRIGUES, Regina R.; COPERTINO, Margareth. Efeito dominó marinho. **Ciência Hoje**. Ed. n. 377. Julho de 2021. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/efeito-domino-marinho/>. Acesso em: 01 jul. 2021.
- SANTOS, Renata H.M; MASSABN, Vânia G. Concepção de estudantes de 7 a 9 anos sobre efeito estufa e escassez de água e sua percepção sobre o futuro do mundo. **Ensino, Saúde e Ambiente**, 2012.
- Scientific American Brasil. **A física por trás das mudanças climáticas** [s.d.]. Disponível em: <https://sciam.com.br/a-fisica-por-tras-das-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- SOUZA, Elivelton V.; OLIVEIRA, Maria S.M.L.; MENEZES, Cristiane S. Concepções alternativas sobre o efeito estufa: implicações para o ensino de ciências na educação básica. **Rede brasileira de informações biológicas**, 2016.
- WWF - Fundo Mundial da Natureza. 2008. **A história da convenção de clima, protocolo de Quioto e próximo acordo global de clima**. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?16780/>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- WWF - Fundo Mundial da Natureza. 2017. **Quatro atitudes para combater o aquecimento global**. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?56642/Quatro-atitudes-para-combater-o-aquecimento-global>. Acesso em: 24 jul. 2021.

# referências

# Devir, desenvolvimento, territórios recalcitrantes e horizontes emancipatórios

*Daniel Lemos Jeziorny*

Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
E-mail: daniel.lemos@ufrgs.br

*Alessandro Donadio Miebach*

Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
E-mail: aledonadio@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo efetuar o mapeamento das possibilidades e escolhas possíveis a partir de um marco marxiano que articule reflexões fundadas nas noções de “humanidade na natureza/natureza na humanidade” (MOORE, 2015) e “acumulação por despossessão” (HARVEY, 2005). O foco de análise é o espaço latino-americano e sua peculiar associação aos circuitos globais de reprodução do capital. Para tanto, lança-se mão de um conjunto de conceitos que visam inicialmente abrir o campo de possibilidades para agências e escolhas dos atores sociais. Parte-se da ideia de territórios recalcitrantes como lócus de alternativas que possibilitam a emergência de um “devir” apto a construir possibilidades de transformação social.

**Palavras-chave:** América Latina. Ecologia Política. Espaço. Território. Desenvolvimento.



## Introdução

As primeiras décadas do século XXI caracterizam-se por explicitar a acentuação das contradições das sociedades capitalistas. A polarização social e econômica e os tensionamentos dos conflitos políticos cristalizam-se simultaneamente na conjuntura recente de guerra e disputa geopolítica e na maturação do processo de degradação das condições ambientais que se expressam na sucessão de eventos climáticos extremos. Existem indicações plausíveis de que se vive uma era de bifurcações potenciais na qual as formações socioeconômicas têm a possibilidade de optar entre inflexões de percurso e novas trajetórias.

Fundamentada no materialismo histórico, a perspectiva proposta neste texto vincula-se à contribuição de James O'Connor (1988) quanto àquilo que chama segunda contradição fundamental do capitalismo. Isto é, além da contradição instalada entre o capital e o trabalho, o modo de produção capitalista apresenta outra, talvez não menos decisiva na quadra

histórica que se atravessa, visto que se situa entre as condições naturais de produção (a natureza) e o capital, que as reorganiza em função de sua lógica. Desse modo, para além de produtivas, as forças capitalistas de transformação do ambiente natural são também – de forma e medida nada desprezíveis – destrutivas. O objetivo é efetuar o mapeamento das possibilidades e escolhas possíveis a partir de um marco interpretativo marxista que articule – ainda que tangencialmente – reflexões fundadas nas noções de “humanidade na natureza/natureza na humanidade” (MOORE, 2015) e “acumulação por despossessão” (HARVEY, 2005). O foco de análise é o espaço latino-americano e sua peculiar associação aos circuitos globais de reprodução do capital. Para tanto, lança-se mão de um conjunto de conceitos que visam inicialmente abrir o campo de possibilidades para agências e escolhas dos atores sociais. Parte-se da ideia de territórios recalci-trantes como lócus de alternativas que possibilitam a emergência de um “devir” apto a construir possibilidades de transformação social. Estruturados os con-

ceitos e suas interrelações estabelecidas, são apresentados alguns exemplos. O construto teórico é então aplicado à realidade e às contradições da formação socioeconômica da América Latina em perspectiva histórica, com vistas à identificação do campo de possibilidades da região frente à conjuntura de bifurcação presente. Quais os marcos latino-americanos para algum tipo de rearranjo reformista? Quais as possibilidades de superação das iniquidades sociais da região? Quais os elementos presentes que são passíveis de ser mobilizados em favor de uma transformação social progressista? São discutidos alguns elementos que podem contribuir para a busca de respostas a tais perguntas.

O trabalho está organizado, além desta introdução, em mais quatro seções. Na Seção 2 discute-se o conceito de territórios recalcitrantes e algumas derivações. A Seção 3 discute a ideia de devir como espaço de possibilidades que acolhe os conceitos anteriormente explorados. A Seção 4 articula as discussões anteriores à experiência latino-americana, buscando identificar o campo de possibilidades de transformação colocado pelo atual contexto de transformação do capitalismo. A Seção 5 conclui o artigo.

## Territórios recalcitrantes: pontos luminosos à saída do labirinto

Objetivamente, o devir diz respeito a uma espécie de encadeamento histórico das diferentes formas de concretização das diversas frações da humanidade nos distintos recortes do espaço terrestre. Trata-se, portanto, de um processo repleto de geografia; a urdidura das formas concretas, especialmente localizadas, pelas quais a humanidade encharca seus tempos no [tempo do] espaço terrestre, transformando-o em função de suas necessidades, desejos e – até mesmo – caprichos. Acontece que essa transformação humana do ambiente natural (a sua reconstrução social) não corre ao ter na natureza um mero palco da necessidade. A natureza não é simplesmente remodelada pela ação humana. Ou melhor, embora ela o seja, de fato, transformada pelos seres humanos, o seu papel nessa transformação não é meramente passivo.

Em vez de palco inerte, no qual a humanidade en-

cena o seu processo de evolução enquanto espécie, a natureza é uma *trama de vida*, na qual as condições naturais de produção e a própria humanidade determinam-se e influenciam-se mutuamente. A humanidade se encontra tão “dentro” da natureza quanto esta daquela. É disso que trata Moore (2015), quando se refere à história. Para ele, a história não é a da humanidade na natureza, tampouco da natureza na humanidade, mas daquilo que chama “*dupla internalidade*”: humanidade na natureza/natureza na humanidade. Daí sua ideia de que o capitalismo é uma forma social de se organizar os fluxos naturais, que não são unicamente de matéria e energia. A rigor, toda forma de se reorganizar a natureza em função da reprodução material da humanidade é um determinado modo de produção, ou seja, uma forma histórica de organização dos fluxos de matéria, energia e poder.

Vale notar que a atual forma histórica hegemônica de reorganização dos fluxos naturais tem no Estado uma engrenagem central. Por se tratar do aparato mediante o qual se busca concertar territorialmente as escalas do fluxo de poder (HARVEY, 2005), cabe ao Estado controlar e disponibilizar ao capital recortes da biosfera (PARENTI, 2022). Além de garantir a face passiva da distribuição/apropriação da riqueza social produzida, ou seja, a forma da propriedade dos meios de produção (CHAUÍ, 2007), o Estado capitalista ainda regulamenta o conflito inerente à relação capital-trabalho, intervém contra crises e provê a infraestrutura necessária à acumulação capitalista (MOLLO e FONSECA, 2013).

Além disso, a par da geograficidade, todo modo de produção possui historicidade, que diz respeito não apenas às suas particularidades, ou seja, àquilo que o define em contraste com as demais formas sociais de organização dos fluxos, mas também à sua trajetória concreta de complexificação ou transformação e, nesta, sua permanência na mudança, ou seja, sua capacidade de manter-se enquanto objeto estruturado – sem perder sua lógica sistêmica – apesar das mudanças intercorridas em sua própria estrutura ao longo do tempo.

Nesse sentido, o espaço ganha uma nova dimensão, uma verdadeira quinta dimensão, formada pela espessura e profundidade do acontecer. E isso graças

ao número, diversidade e qualidade dos objetos, isto é, fixos, de que é formado, combinados ao número cada vez maior de ações, ou seja, fluxos, que o atravessam, por vezes o ressignificam, mas, seja como for, lhe atribuem um conteúdo social, propriamente humano. Essa quinta dimensão espacial é o tempo cotidiano, compartilhado; o tempo convivido dos fixos e dos fluxos. Trata-se, portanto, de um tempo plural (SANTOS, 2008, p. 17), pois são tempos dentro do tempo. O tempo da humanidade, constituído pelos tempos de diferentes civilizações. Os tempos de diferentes civilizações, constituído por tempos de diferentes sociedades e, apenas nestas, pelo tempo de indivíduos possivelmente diferentes, constituídos – enquanto seres humanos – no interior e por meio de um dado padrão de sociabilidade. Assim, o que não convém perder-se de vista é que o tempo constitutivo da humanidade transita inserido em um outro tempo: o da natureza, que lhe serve de substrato e condição inalienável de existência. É como se a humanidade encenasse o seu processo de evolução enquanto espécie em uma espiral temporal, certamente composta por continuidades, mas também por rupturas e saltos, revoluções em crescendo de abrangência, em uma diversidade de tempos históricos que se combinam e inserem uns nos outros, por vezes com atritos, rompimentos abruptos e violências.

Aquilo que Harvey (2005) chama “acumulação por despossessão”, por exemplo, pode ser apreendido como uma manifestação da fricção – em muitos casos da violência – que emerge do conflito entre a temporalidade do capital em antagonismo com a dos povos que teimam em funcionar com temporalidade própria, a partir de outra lógica. Uma contradição que se avilta em momentos de crise do modo de produção capitalista e que, portanto, requer explicação teórica nos marcos das tendências de movimento do próprio capitalismo. Ora, se as crises capitalistas emergem no movimento de tendências declinantes das taxas de lucro e se, de acordo com Marx (2013), uma das formas de contrarrestar essa queda é a busca por novas fontes de matéria prima e/ou meios de reduzir o valor dos elementos do capital constante, avançar sobre bens comuns de territórios indígenas, quilombolas e camponeses, dentre outros, não é senão uma via pavimentada pelo desenvolvimento ca-

pitalista em uma tentativa de superar as crises que emergem de seu próprio desenrolar. Harvey chama esse processo de “ajuste espaço-temporal”, um reordenamento que não pode prescindir da ação estatal e que também pode ser interpretado como “construção capitalista do espaço”.

Contudo, contrariamente ao discurso homogeneizante e que pretende constituir uma espécie de territorialidade hegemônica, em muitos casos, o espaço não é vazio; nele coexistem e resistem formas de vida humana que teimam em funcionar com uma lógica distinta da valorização do valor. Trata-se de **territórios recalcitrantes**, densidades socioeconômicas com capacidades para oferecer alternativas diferentes da que interpreta o espaço como uma realidade plana – plena e passivamente linearizável, a simples espera de serem oportunamente envolvidas pelo movimento da acumulação. Assim, apesar de algumas teorias defenderem a ideia de ordem global homogênea, no mundo real ainda existem – e resistem – particularidades. São os territórios ou, como afirma Milton Santos (2008), os espaços construídos, vividos, compartilhados, que aparecem como substratos que resistem às mudanças, ao guardar o vigor de sua herança material e cultural; força resistente do que fora criado a partir de outra temporalidade, ou seja, a partir de outra lógica que não a da acumulação.

A rigor, toda forma de se reorganizar a natureza em função da reprodução material da humanidade é um determinado modo de produção, ou seja, uma forma histórica de organização dos fluxos de matéria, energia e poder.

O que Milton Santos (2008, p. 17) afirma é que “a base da ação reativa à ação globalizante [do capital] é o espaço compartilhado no cotidiano”. Portanto, são os contextos (REIS, 2007), as construções sociais espacialmente localizadas, historicamente definidas, ou seja, os territórios, que oferecem reações às forças heterônomas, homogeneizadoras, típicas dos fluxos que caracterizam os movimentos de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996, 2016), mas que muitos preferem se referir através de uma metáfora (REIS,

2007): a globalização. Pois, num lugar ou alhures, neste ou naquele território, existem densidades construídas com a história, “cimentos que se renovam” e buscam reafirmar-se enquanto objetos estruturados com direito de autodeterminação, mas, mais do que isso, formações sociais estruturantes, pois constituintes de versões de humanidade diferentes, com lógicas divergentes da que se arroga superior e propõe hegemonia, ao passo que degrada cada vez mais as “coordenadas do Sistema Terra” (MARQUES, 2018), do qual todos dependem.

Portanto, é sobretudo em contextos de emergência climática, como o da atual quadra histórica, que importamos territórios recalcitrantes de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses, entre outros. Estes atribuem texturas à reorganização dos fluxos naturais, que não são apenas diferentes daquela que, fruto da episteme da modernidade e vetores do Capitaloceno (MOORE, 2015), desorganizam preocupantemente o Sistema Terra. Pelo contrário, eles constituem uma tessitura simbiótica com esse sistema. Os territórios recalcitrantes podem, por exemplo, apresentar-se como pontos luminosos a indicar a saída do labirinto do aquecimento global, na medida em são síntese(s) sucessiva(s) de tempo(s) em determinados espaços, nas quais o tempo complexo da natureza e da formação social não estão em ritmos dissonantes (GODOI e JEZIORNY, 2017), visto que o tempo da formação social está em harmonia com o ritmo do tempo do ecossistema que serve de substrato material e condição inalienável de sua existência.

## A dialética devir e desenvolvimento em mirada objetiva

O devir é um conceito. Remete a dimensões, tanto no tempo quanto no espaço, e à reconstrução reflexiva do movimento histórico da humanidade. No plano concreto, esse movimento se dá através da sucessão temporal das diferentes formas de reorganização da natureza em função de objetivos humanos. Portanto, uma variação na realidade construída pelos seres humanos para si mesmos. Assim, materialmente constituída, a história humana se move pela sucessão temporal entre distintos modos de produção, mas sempre através de diferentes formações sociais, que, com o tempo, articulam-se numa teia cada vez mais abrangente de relações sociais e de poder. Formas históricas pelas quais os seres humanos interagem socialmente em função de sua reprodução material. Nesses termos, o desenvolvimento não é senão o processo de complexificação de cada uma dessas formas históricas. E a transição entre uma forma e outra, ou seja, entre modos de produção, toma lugar sempre que determinado modo de produção tenha se complexificado tanto desde seu início que já apresenta características distintas o suficiente para se tornar o marco inicial de um modelo civilizacional distinto, ou seja, assente em outra forma de relação social de produção e poder.

Para Chauí (2007), o devir expressa “uma sucessão temporal dos modos de produção ou movimento pelo qual os pressupostos de um novo modo de pro-



dução são condições sociais que foram postas pelo modo de produção anterior e serão pressupostas pelo novo modo de produção”. Não menos importante no curso da história, o desenvolvimento é também processo espaço-temporal. Entretanto, processo que intercorre em um dado modo de produção, cujo objetivo é o de reformular suas premissas (que lhes foram legadas) com vistas a convertê-las em características próprias. Trata-se de um contínuo de sínteses, complexificações sistêmicas que visam superar as contradições emergentes de determinada forma histórica de concatenar relações sociais de produção e forças produtivas. Assim, o desenvolvimento complementa o devir ao se constituir em expressão da trajetória de determinado modo de produção na história. O desenvolvimento é o movimento interno de um modo de produção para repor seu pressuposto, transformando-o em algo posto; refere-se, portanto, a uma forma histórica particular, ou melhor, é a história particular de um modo de produção. Daí o movimento. Por seu turno, a lógica é dialética, de forma tal que:

uma forma histórica está desenvolvida quando se tornou capaz de transformar num momento interior a si aquilo que, no início, lhe era exterior, proveniente de uma forma histórica anterior, ou seja, quando realiza uma reflexão, de tal maneira que a exterioridade é negada como exterioridade para ser posta como interioridade na nova formação social (CHAUI, 2007, p. 153).

O crescimento acelerado é uma dessas exterioridades que o capitalismo absorvera como um aspecto posto, enquanto contradição que não encontrou no modo de produção feudal uma síntese e, portanto, acabou por se tornar um fator determinante ao seu desarranjo. Não é que não houvesse crescimento econômico no feudalismo, mas, sim, que em determinado momento este tornou-se inferior ao ritmo do crescimento populacional. De acordo com Maurice Dobb (1987), esta fora justamente uma das principais, senão a principal, causas da desarticulação da economia natural (feudal) e, portanto, do surgimento de um modo de produção que possui o crescimento acelerado como pressuposto de funcionamento: o capitalismo, que reorganizou o processo de trabalho

com base na busca de ganhos cada vez maiores de produtividade. Conforme demonstrado por Marx (2013), a maquinaria e a grande indústria emergem como resultado da lógica expansiva e acelerante do capital transposta ao processo que medeia, controla e regula a relação metabólica humanidade/natureza.

No entanto, vale ressaltar que, ainda que as máquinas não produzam valor algum, elas são capazes de acelerar processos produtivos e a rotação do capital e de contribuir para a geração e apropriação de mais-valor, não apenas relativo, mas sobretudo extraordinário, o que ajuda a compreender a dinâmica frenética do avanço tecnológico capitalista. Acontece que, se máquinas que produzem outras máquinas, que produzem mercadorias em períodos cada vez mais curtos, dão a tônica do desenvolvimento capitalista, isso intercorre a partir de um processo em que a classe trabalhadora se encontra (embora talvez não se reconheça) alienada da base material capaz de servir de condições objetivas ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Se, na manufatura, o trabalhador era adaptado ao processo de produção, esse também era adaptado ao trabalhador. Contudo, a partir da produção mecanizada, esse princípio subjetivo da produção perde preponderância; o processo todo é considerado objetivamente e, por si mesmo, avaliado em suas fases constitutivas. Com o tempo, e a necessidade de aceleração que lhe atribui o capitalismo, o problema de executar e combinar cada processo parcial passa a ser solucionado a partir da aplicação técnica da ciência. Vale observar, portanto, que tanto a tecnociência quanto o tecnopoder que lhe acompanha emergem em função dos paradigmas colocados pela acumulação de capital, mola mestra do modelo de civilização moderna.

O processo de modernização da agricultura, por exemplo, com seu pacote tecnológico da Revolução Verde, consubstanciado a partir de sementes geneticamente modificadas, maquinários (tratores, colheitadeiras...) e insumos químicos, sobretudo fertilizantes e agrotóxicos, dentre outros aspectos, busca acelerar os processos biológicos para aumentar a velocidade de rotação dos capitais aplicados nas atividades agropecuárias. Assim, diferente de um avanço tecnológico, por assim dizer, holístico, guiado pela harmonia sociedade/natureza em sua dupla inter-

nalidade, trata-se do resultado concreto de um conhecimento científico sobejamente departamentado e construído a partir de uma determinada ontologia, na qual a natureza é interpretada não como teia de vida da qual a humanidade depende, mas como algo a ter seu funcionamento apreendido a partir do aproveitamento de suas partes (mortas), posteriormente aproveitadas como “recursos naturais” em processos produtivos que são, antes de tudo, de valorização do valor. Nessa linha, em que o crescimento predatório persiste incólume e – até mesmo reverenciado tal qual “santo no altar” –, os indispensáveis serviços ecossistêmicos prestados pelos diferentes ecossistemas enquanto territórios vivos são simplesmente desconsiderados, visto que o próprio ecossistema perde sua natureza sistêmica ao ter suas partes amputadas para serem aproveitadas como inertes, passivos, “recursos naturais”.

No capitalismo, as necessidades – técnicas – colocadas ao sistema de conhecimento derivam da acumulação de capital. Afinal, se nesse modo de produção o processo produtivo é também processo de valorização de capital, a acumulação capitalista se torna a mola mestra da dinâmica socio-reprodutiva e, em última instância, o que define os problemas (paradigmas) a serem resolvidos.

O conhecimento produzido sob essa lógica, em vez de constituir um conjunto de teorias e formas de organização do pensamento para o entendimento do mundo – e, neste, obviamente a natureza enquanto teia da vida e condição inalienável de existência humana –, passou a ser uma ordem conceitual orquestrada em um conjunto de artefatos que intervêm e transformam o real a partir de uma postura que “tecnologicizou” e “economicizou” o mundo. De modo que a crise ambiental se apresenta, antes de tudo, como a de um modelo de racionalidade; uma forma de se interpretar a natureza calcada na convicção de que o ser humano é, de fato, capaz de dominá-la, de modificá-la a seu bel-prazer. Logo, o estado de emergência climática que experimentamos hoje deriva da episteme da modernidade, enraíza-se na “racionalidade econômica instrumental” (à feição do “*homo*

*economicus*”) defendida encarniçadamente pela economia vulgar e seus asseclas políticos e ideológicos (LEFF, 2006).

Necessário reconhecer, portanto, que, quando em determinada formação social, os atores decidem e aplicam uma determinada tecnologia de apropriação espacial (como a da Revolução Verde), a rigor, eles executam um projeto sobre o espaço em função de alguma concepção de controle, isto é, de alguma concepção mental de mundo ou cosmovisão. Dessa forma, tanto utilizam quanto reproduzem um tipo específico de *sistema de conhecimento* ou ciência, que, como afirma Harvey (2013), é apropriado (desenvolvido) de acordo com as necessidades físicas e sociais do modo de produção em questão e, mais do isso, podem, inclusive, se converter em uma força material.

As concepções mentais do mundo podem se tornar uma “força material” em duplo sentido: são “objetivadas” nos objetos materiais e materializadas nos processos reais da produção. Por isso, a atividade da produção incorpora certo conhecimento de mundo – o conhecimento que é também um produto social. Cada modo de produção desenvolve um tipo específico de ciência, um “sistema de conhecimento” apropriado para as suas necessidades físicas e sociais distintas (HARVEY, 2013, p. 161).

No capitalismo, as necessidades – técnicas – colocadas ao sistema de conhecimento derivam da acumulação de capital. Afinal, se, nesse modo de produção, o processo produtivo é também processo de valorização de capital, a acumulação capitalista se torna a mola mestra da dinâmica socio-reprodutiva e, em última instância, o que define os problemas (paradigmas) a serem resolvidos. Logo, também o sentido do avanço tecnológico e, com efeito, do próprio desenvolvimento, entendido enquanto desenrolar histórico de uma específica forma de aproveitamento da força social de trabalho à reorganização dos fluxos naturais. Daí que se uma boa inovação é uma inovação boa à valorização de capital; o conhecimento relevante passa a ser aquele que pode ser utilizado nesse processo, o que faz com que o próprio sistema de conhecimento ou ciência projete em seu desenvolvimento a natureza da relação social que estrutura essa mecânica.

Assim, parece lógico que o conhecimento que vise contestar essa episteme não pode emergir do desenvolvimento (através) das ciências normais, positivistas, mas do seu questionamento, haja vista que a ciência normal, grosso modo, fornece subsídios científicos à racionalidade dominante – vetor da crise ambiental. O “saber ambiental” há de se configurar, então, no tecido discursivo da mudança global, na disputa de sentidos, para subsidiar uma nova forma de interpretar o mundo (LEFF, 2006).

Por conseguinte, importa reconhecer que “o domínio do capital não se baseia simplesmente em seu monopólio dos meios de produção, mas em seu monopólio da tecnologia e do conhecimento” (SAITO, 2021, p. 163). Afinal, uma teoria, ou sistema de conhecimento, é também uma forma de consciência que orienta a ação. Uma forma de consciência que, mesmo invertida, possui objetividade, pois, “por mais absurdas que sejam as concepções dos agentes que emergem de sua prática cotidiana, é por meio delas que eles tornam o mundo inteligível para si mesmos e são capazes de assumir as atitudes e comportamentos adequados àquelas relações” (DUAYER, 2001). Como afirma Moore, “dizer que os humanos são uma parte da natureza é destacar a especificidade da humanidade dentro da teia da vida – suas formas específicas de sociabilidade, suas capacidades de memória coletiva e produção simbólica e muito mais”.

## A América Latina e a aceleração da dinâmica capitalista

Para Dussel (2018), explicar a história de um povo é impossível sem uma história universal. Nesse sentido, constata-se que é a história universal que produz o contexto ou o cenário no qual a história de determinado agrupamento humano adquire um sentido, uma lógica, e articula alguma forma de coerência interna, ademais de proporcionalidade. Apreender o movimento das economias latino-americanas, portanto, requer interpretá-las enquanto constituintes de uma totalidade em movimento. Nos dois primeiros apartados deste texto, procuramos pavimentar a via que conduz ao entendimento de que a totalidade que nos toca apreender a dinâmica de movimento

não é senão o modo de produção capitalista. A rigor, uma forma específica de se concretizar o *metabolismo social*, ou seja, a relação metabólica humana-de/natureza. Conforme apontado anteriormente, o desenvolvimento é a complexificação dessa específica forma de se organizar a força social de trabalho, processo que controla, medeia e regula nossa relação metabólica com a natureza.

Embora o trabalho seja também uma categoria transistórica – pois é justamente o processo constituinte da condição de humanidade em qualquer época, a compreensão e possível superação da emergência climática que atravessamos atualmente, por ser específica do tempo histórico que compartilhamos –, requer a construção de teorias apropriadas a este tempo. Requer, portanto, a análise do processo de trabalho em suas especificidades propriamente capitalistas. Ponto central, em torno do qual se constitui a crítica da Economia Política.

Entretanto, em seus trabalhos de maior maturidade, Marx teria percebido a inviabilidade de se teorizar o funcionamento de uma determinada formação social a partir de categorias transistóricas. A rigor, ao descrever o capitalismo (seu objeto de investigação) em conformidade com uma contradição historicamente específica, Marx rejeita – mesmo que implicitamente – a concepção de uma suposta lógica imanente da história humana, bem como a dialética transistórica, afastando-a do reino da filosofia da história para reposicioná-la na estrutura de uma teoria social historicamente específica. Nesse giro, “de passagem de um ponto de partida transistórico para outro historicamente específico, sugere que não apenas as categorias, mas também a própria forma da teoria, são historicamente específicas” (POSTONE, 2014, p. 165).

Acrescentaríamos que ademais de historicamente específicas, as teorias são também, geograficamente localizadas, ou melhor, perspectivas construídas a partir de determinadas realidades espaço-temporais. Afinal, de acordo com Milton Santos, “o mundo é aquilo que se vê de onde se está”. E é justamente nesse sentido que nos parece oportuno observar as teorias decoloniais, que ganham corpo como esforços interpretativos para se pensar – de onde se está, de fato – a América Latina no tempo da modernidade que lhe atravessa e lhe funda enquanto tal, “desde que as

botas espanholas pisaram por primeira vez as areias brancas das Bahamas”, como colocado por Galeano (1983), em *As veias abertas da América Latina*.

Porto-Gonçalves (2013, p. 23) mostra que tanto Wallerstein (2004) como Quijano (2002) designaram “sistema-mundo ao padrão de poder que passou a governar o mundo a partir de 1492, com a descoberta [sic] da América Latina”. Para aquele autor, o “descobrimto” é o ponto de surgimento de uma geografia e de uma história verdadeiramente mundiais e constitui-se, assim, a concepção de “mundo moderno”. Destaca ainda Porto-Gonçalves que, não por acaso, no binômio, o destaque fica para o termo “moderno”, afinal, carregar ênfase na modernidade implica em assumir um “papel protagônico exclusivo à Europa”, ao passo que busca obliterar o fato de que o “mundo” participa ativamente desse processo. Na perspectiva do autor, “não fosse a colonização da América, a Europa não teria reunido forças para se impor ao mundo como seu verdadeiro centro hegemônico”. (*ibid.*, p. 24). A combinação dessa ideia com o raciocínio de Chauí (2007) acima exposto permite o entendimento de que o capitalismo, como modo de produção próprio da modernidade, não apenas se articula como sistema mundial desde seus albores, mas também é alavancado pelas riquezas naturais da América Latina que ele acelera o devir.

Quando olhamos retrospectivamente, através dos diversos dados que comprovam a emergência do aquecimento global e a crescente desigualdade material que lhe acompanha, não restam dúvidas de que o metabolismo social do capitalismo consome predatoriamente as fontes vitais da qual depende. Portanto, o desenvolvimento sustentável nos moldes do capitalismo não é apenas um oxímoro; o desenvolvimento capitalista é autofágico.

Em *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*, Araújo (2020) vai adiante nessa questão ao afirmar a incidência do reino mineral no mais profundo da estruturação da subjetividade política moderna, em cujo sujeito moderno nasce num influxo de excitação provocado pelo ouro. E não deixa de concluir que

[a]inda hoje se considera a conquista e colonização um ato civilizatório da humanidade; a geopolítica mundial se explica em termos da superioridade científico-tecnológica da supremacia moral e cultural. Segue a concepção da modernidade como um fenômeno intraeuropeu, bem como o industrialismo e o capitalismo. São processos autogeridos, cultivados na racionalidade avançada de povos laboriosos. A descomunal fagocitose da economia do capital segue sendo vista como desenvolvimento e, apesar da violência cometida em seu nome, é o objetivo principal de todos os governos e de todas as políticas: incentivar investimentos; assegurar o crescimento econômico como condição para superar a pobreza; e procurar o desenvolvimento, em particular, o desenvolvimento mineiro – pois, como se sabe, sem mineração não há progresso. É a verdade do olhar colonial transformada em ciência, política de Estado, senso comum. Nesses horizontes epistêmicos, não é possível sair da lógica colonial, ou sequer percebê-la como tal; muito menos avistar alternativas (ARAÓZ, 2020, p. 87).

Reconheçamos com o autor da citação acima que, tragicamente, as chagas abertas na pele da terra para jamais se fecharem não são senão o que ficará como recordações, presentes do amanhã das promessas desenvolvimentistas de hoje. Para além de um fenômeno econômico ou político, o desenvolvimento é quase um ato religioso. A religião moderna em si: da modernidade-colonialidade. O progresso é o credo que professa. Uma vez consagrado esse lugar estratégico de enunciação, desde a tripla oficialidade da ciência, do Estado e do mercado, as visões dominantes se convertem na única realidade possível, o único caminho, universal, destino manifesto. Aqueles que clamam por “alternativas” não são mais do que profanadores da Ordem, tacanhamente ofuscados por parvas ideologias que afastam do caminho da Razão e da ciência (ARAÓZ, 2020).

Contudo, reconheçamos também, agora com as ideias de Marx e com o auxílio das reflexões de José Aricó (2012), que é a constituição do capitalismo no mundo que torna possível a emergência da história universal, sobretudo através da formação do mercado mundial. Mas que é justamente a partir desse momento histórico que se pode construir um campo

do conhecimento que recupere a unidade do universo humano. A história universal não é, portanto, um elemento neutro, tampouco mera ciência de registro das ciências intercorridas; é o ponto de partida através do qual uma determinada versão de humanidade reconstitui o sucedido no mundo.

Quando olhamos retrospectivamente, através dos diversos dados que comprovam a emergência do aquecimento global e a crescente desigualdade material que lhe acompanha, não restam dúvidas de que o metabolismo social do capitalismo consome predatoriamente as fontes vitais da qual depende. Portanto, o desenvolvimento sustentável nos moldes do capitalismo não é apenas um oxímoro; o desenvolvimento capitalista é autofágico. É essa a especificidade histórica que deve ser teorizada, urgentemente. No entanto, não esqueçamos que – como afirma Moore – a crítica do dualismo Natureza/Sociedade precisa ser metodológica. E, nos parece, mais do que isso: ela precisa ser uma teoria da práxis, uma teoria da concepção da prática. Justamente o que abre o terreno para a centralidade do pensamento crítico revolucionário, mas também para a arena política. Afinal, como lembra Eagleton (2003), são os interesses políticos que governam os culturais e, com isso, definem uma determinada versão de humanidade. Isso, na medida em que cultura é um conceito que deriva da relação humana com a natureza, pois, na origem, diz respeito à forma pela qual a cultivamos e a transformamos em função de nossas necessidades.

Nessa linha, é premente recuperar as contribuições de autoras e autores associados à Ecologia Política, em especial aquelas associadas ao pensamento crítico latino-americano. A motivação reside, segundo Escobar (2017), em uma investigação das conjunturas regional e planetária e da forma como estas se refletem nos debates teórico-políticos, o que mostra indícios de que o pensamento crítico latino-americano produz – pela sua atual efervescência – profundas e significativas contestações. Nestas, é o conhecimento dos povos envolvidos nesse processo, sobretudo das comunidades recalcitrantes e de tantos movimentos sociais de natureza crítica ao sistema capitalista, que toma a frente da reflexão que visa à elaboração de trajetórias de mudança em direção a sociabilidades em um contexto pós-extrativista e pós-capitalista.

Ao se referir às forças sociais que partem de uma condição subalterna e de opressão muitas vezes violenta, Escobar (*ibid.*) afirma que estas “adquirem uma relevância incomum para a reconstituição dos mundos em face às graves crises ecológicas e sociais que enfrentamos, mais do que o conhecimento de especialistas, instituições e academia” (*ibid.*, tradução nossa). Seguindo esse argumento, ao criticar os efeitos destrutivos do crescimento econômico sobre os ecossistemas da América Latina, Milanez (2017) reivindica a adoção de uma abordagem renovada em relação à natureza através de uma perspectiva capaz de efetuar uma crítica apta a romper com as concepções eurocêtricas. Para o autor, essa abordagem deve fundamentar-se em uma perspectiva que, essencialmente latino-americana, sustente vínculos com os conhecimentos e saberes radicados em territórios que insistem em operar em uma lógica distinta da meramente sujeita aos imperativos da reprodução do capital.

Os conflitos que perpassam esses territórios recalcitrantes não são apenas contendas abertas pelo desenvolvimento capitalista, que visa apagar temporalidades constituintes de distintas e pertinentes formas de vida. São também pontos luminosos, que indicam o caminho de saída do labirinto que se erige a partir da desorganização das coordenadas do Sistema Terra e se manifesta no recrudescimento da crise ecológica que daí emerge. Além de outros grupos oprimidos pela ação homogeneizadora, muitas vezes abrupta e violenta do capital, a experiência de comunidades em resistência, forjadas no crisol da luta pela vida e pelos seus modos de vida – a exemplo de quilombolas, ribeirinhos, camponeses e diversas et-

Os conflitos que perpassam esses territórios recalcitrantes não são apenas contendas abertas pelo desenvolvimento capitalista, que visa apagar temporalidades constituintes de distintas e pertinentes formas de vida. São também pontos luminosos, que indicam o caminho de saída do labirinto que se erige a partir da desorganização das coordenadas do Sistema Terra e se manifesta no recrudescimento da crise ecológica que daí emerge.

nias indígenas –, constrói significativas possibilidades de mudança estrutural, indispensáveis sentidos alternativos à construção de horizontes verdadeiramente emancipatórios.

São emblemáticas, nesse sentido, as ideias de quilombo, enquanto “instrumento ideológico contra formas de opressão” (NASCIMENTO, 1985), bem como de quilombismo<sup>1</sup>, enquanto ideia-força que dá sentido à ação recalcitrante de corpos negros historicamente oprimidos em mitos de democracia racial (NASCIMENTO, 1980). Ao mesmo tempo, tais ideias induzem ao aquilombamento, ou seja, à construção de um corpo político capaz de instituir mobilizações coletivas em ações contra-hegemônicas. O aquilombamento implica em insurgência cada vez mais ativa contra a opressão racial e se constitui como um conjunto de expressões no âmbito da luta pela superação das desigualdades raciais estruturantes do capitalismo, portanto, importante forma de enfrentamento à necropolítica (MBEMBE, 2017) que visa ao reforço de uma *necroeconomia* cada vez mais autofágica. Esse processo sinaliza possibilidades de crítica e, ao mesmo tempo, de contestação do ordenamento vigente.

Outra significativa dimensão de resistência e de enfrentamento das opressões do *status quo* advém das lutas no campo da educação indígena. Neste espaço, reverberam a recalcitrância de cosmovisões que, pela sua própria natureza e riqueza de imperativos, contestam a ontologia moderna de um só mundo possível. Dimensão cada vez mais indispensável reforçar-se, à medida em que se trata de uma concepção de educação direcionada à contestação da normatividade, recebida por séculos, de aprofundamento de um eurocentrismo que, racista em essência, busca promover o epistemicídio dos saberes ancestrais, logo, o apagamento de suas formas de pensar/sentir; enfim, existir. Esse processo abre espaço para a recuperação dos saberes dos povos originários e, simultaneamente, estabelece a possibilidade da constituição dos indígenas como sujeitos políticos aptos a contestarem a ordem vigente (KAYAPÓ, 2019; NASCIMENTO, 2006). Os recentes enfrentamentos protagonizados pelas comunidades indígenas ao redor das disputas sobre o marco temporal dão testemunho desse processo.



## Reflexões finais

A partir de substanciais indicativos de aceleração das tendências entrópicas do modelo de civilização e de reprodução material vigente, o presente artigo propôs um conjunto de questões. A concepção de O'Connor acerca da contradição do capitalismo em seu reordenamento da natureza se constitui como uma incoerência central para o encaminhamento de um novo modo de produção, ou trata-se de uma dentre outras a ser incorporada pelo arranjo civilizacional vigente orientando pela acumulação do capital, a operar como mais um componente em seu processo de desenvolvimento? Como se configuram as formações socioeconômicas latino-americanas enquanto atores na atual etapa de complexificação do capitalismo?

A articulação conceitual entre o que assumimos como territórios recalcitrantes com o par dialético devir/desenvolvimento, se não produz resposta definitiva para várias questões, torna mais explícita a existência de distintas vias de trânsito, seja para arranjos efetivamente mais progressistas ou para a acentuação da tendência à entropia, que representa possibilidade efetiva de regressão da existência humana neste planeta. A exploração de tais concepções articuladas à experiência latino-americana indica que existem efetivamente dois sentidos no horizonte. Por um lado, é possível que a atual senda de degradação dos ecossistemas se aprofunde ainda mais e abra espaço para que o capital busque a reconstrução do mundo nos seus próprios termos, como mostram as novas estratégias de acumulação primitiva



(financeirização do espaço agrário, transgenia, biotecnologia...). Por outro, que as disputas emergentes impliquem no adensamento de forças sociais contestatórias, aptas à construção de necessárias subjetividades ao aproveitamento efetivo das atuais condições objetivas à mudança verdadeiramente estrutural, que parece se impor como inarredável tarefa histórica, ante a crise ecológica que se aprofunda. Sentido no qual é indispensável o resgate e o aproveitamento de saberes e conhecimentos situados em mapeamentos cognitivos distintos dos fundamentados na lógica da modernidade. Formas de pensar/sentir/existir próprias dos diversos territórios recalcitrantes, que não são senão pontos luminosos a indicar o caminho de saída do labirinto no qual se encontra a humanidade em sua relação metabólica com a natureza.

Seja qual for o sentido, a relevância da trajetória a ser trilhada pela América Latina tende a ser decisiva. É possível que a região aprofunde seu padrão histórico de inserção no capitalismo como espaço que fornece boa parte de suas energias vitais enquanto meros “recursos” para acelerar ainda mais a dinâmica que nos coloca de frente à crise ecológica, ou seja, a acumulação de capital. Entretanto, abrem-se também no continente latino-americano horizontes emancipatórios, nos quais seus “territórios recalcitrantes” despontam como pontos luminosos a indicar o caminho do necessário reenlace da humanidade com seu substrato material e condição inalienável de existência. Fica a questão de qual caminho tomar: o indicado pelos pontos luminosos ou aquele no qual se acelere ainda mais um metabolismo social autofágico. **US**

## nota

1. Seguindo Abdias do Nascimento (1980), é da necessidade de assegurar a própria existência do negro como ser humano que resultam os quilombos. Portanto, quilombos são genuínos territórios recalcitrantes, constituídos a partir de uma necessidade: a exigência vital de africanos e africanas escravizados resgatarem sua dignidade, ao organizar no espaço brasileiro construções sociais livres e fraternas. A multiplicação dos quilombos no tempo-espaço os transformou em um genuíno espaço sociopolítico – ademais de econômico – de resistência à violência sistêmica, ou seja, do capitalismo, contra pessoas negras. Violência que se manifesta na exploração, na humilhação e na opressão. Historicamente, o quilombismo estruturase através de formas associativas que podem estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso, mas também a partir de “quilombos legalizados/tolerados”. Lócus de resistência física e cultural, essa trama de territórios recalcitrantes inclui também terreiros, escolas de samba, gafieiras e afoxés, dentre outras organizações toleradas pela elite dominante. Quilombismo, portanto, pode ser entendido como práxis afro-brasileira de resistência e autoafirmação política, que se manifesta em um complexo de situações e significações.

- ARAÓZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América Latina como origem da modernidade. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- ARICÓ, J. Nueve lecciones sobre economía y política en el marxismo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; **El Colegio de México**, 2012.
- CHAUI, M. A história no pensamento de Marx. *In*: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs). A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2007.
- CHESNAY, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Finance capital today**: corporations and banks in the lasting global slump. Boston, Brill Academic Pub., 2016.
- DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- DUSSEL, E. **Hipótesis para el estudio de Latinoamérica en la Historia Universal**. Buenos Aires: Editorial Lascauarenta, 2018.
- DUAYER, M. Marx, verdade e discurso. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 15-39, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8461/7768>. Acesso em: 30 maio 2023.
- EAGLETON, T. A ideia de cultura. **Temas e Debates** - Atividades Editoriais, Lisboa, 2003
- ESCOBAR, A. Desde abajo, por la izquierda, y com la tierra: la diferencia de Abya Yala/ Afro/ Latino/ América. *In*: Alimonda, H. *et al.* Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GODOI, M. H.; JEZIORNY, D. L. Tempo e Sistemas Complexos: adaptação, parasitismo e sustentabilidade. **Anais do XII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Universidade Federal de Uberlândia; Uberlândia, MG, 2017.
- HARVEY, D. El nuevo imperialismo: acumulación por desposesión. *In*: Panitch, L. & Leys, C. **Socialist Register**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- KAYAPÓ, E. **A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil**: o que a escola tem a ver com isso? *In*: Culturas indígenas, diversidade e educação/Sesc, Departamento Nacional. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- LEFF, E. A construção da racionalidade ambiental. *In*: LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 221-275.
- MARQUES, L. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. Campinas: UNICAMP, 2018.

# referências

- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.
- MILANEZ, F. A aceleração do crescimento e a resistência descolonial no Brasil. *In*: Alimonda, H. *et al.* Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- MOOLO, M. L.; FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 2 (131), pp. 222-239, abril-junho/2013.
- MOORE, J. **Capitalism in The Web of Life**. New York: Verso, 2015.
- NASCIMENTO, A. **Quilombismo**: documentos para uma militância pan-africanista. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, B. **O conceito de quilombo e resistência cultural negra**. Afrodiáspora: Revista do mundo negro. Ipeafro, ano 3, vol. 6-7. Disponível em <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/publicacoes-do-ipeafro/afrodiaspora-vol-6-e-7/>. Acesso em: 02/06/2023.
- NASCIMENTO, R.G. **Educação escolar dos índios**: consensos e dissensos no projeto de formação docente tapeba, pitaguary e jenipapo-kanindé. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Educação, Natal, 2006
- O'CONNOR, J. **Capitalism, Nature, Socialism**: A theoretical Introduction. CNS1, Fall, 1988.
- PARENTI, C. Criação de ambiente no Capitaloceno: a ecologia política do Estado. *In*: MOORE, J. (org.) Antropoceno ou Capitaloceno: natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.
- POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- QUIJANO, A. **El nuevo imaginario anticapitalista**. 2002. Disponível em: <https://red.pucp.edu.pe/ridei/files/2011/08/090706.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2023.
- REIS, J. **Ensaios de economia impura**. Coimbra: Edições Almedina, 2007.
- SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal, 16. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.
- WALLERSTEIN. **World-Systems Analysis**: an Introduction. Durham: Duke University Press, 2004.

# referências

# Inteligência artificial, descarbonização e sindicatos

Vamberto Ferreira Miranda Filho

Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: elgeboh@yahoo.com.br

**Resumo:** O crescente uso de inteligência artificial e as políticas de descarbonização são duas das principais transformações atuais no mundo do trabalho. Na Alemanha e no Brasil, essa “dupla transformação” tem desafiado o movimento sindical. O objetivo deste estudo foi comparar iniciativas sindicais relacionadas a essas transformações nos dois países. O método de investigação desenvolvido constituiu-se de um mapeamento não exaustivo de exemplos de iniciativas sindicais sobre o tema em ambos os países e os Recursos de Poder associados. Na Alemanha, os resultados da pesquisa apresentam indícios da mobilização de poder institucional, de organização e social. No Brasil, houve indícios da mobilização do poder de organização e social nas poucas iniciativas sindicais encontradas. Concluiu-se que os desafios da chamada “dupla transformação” podem ser, também, uma oportunidade para os sindicatos brasileiros mobilizarem seus Recursos de Poder.

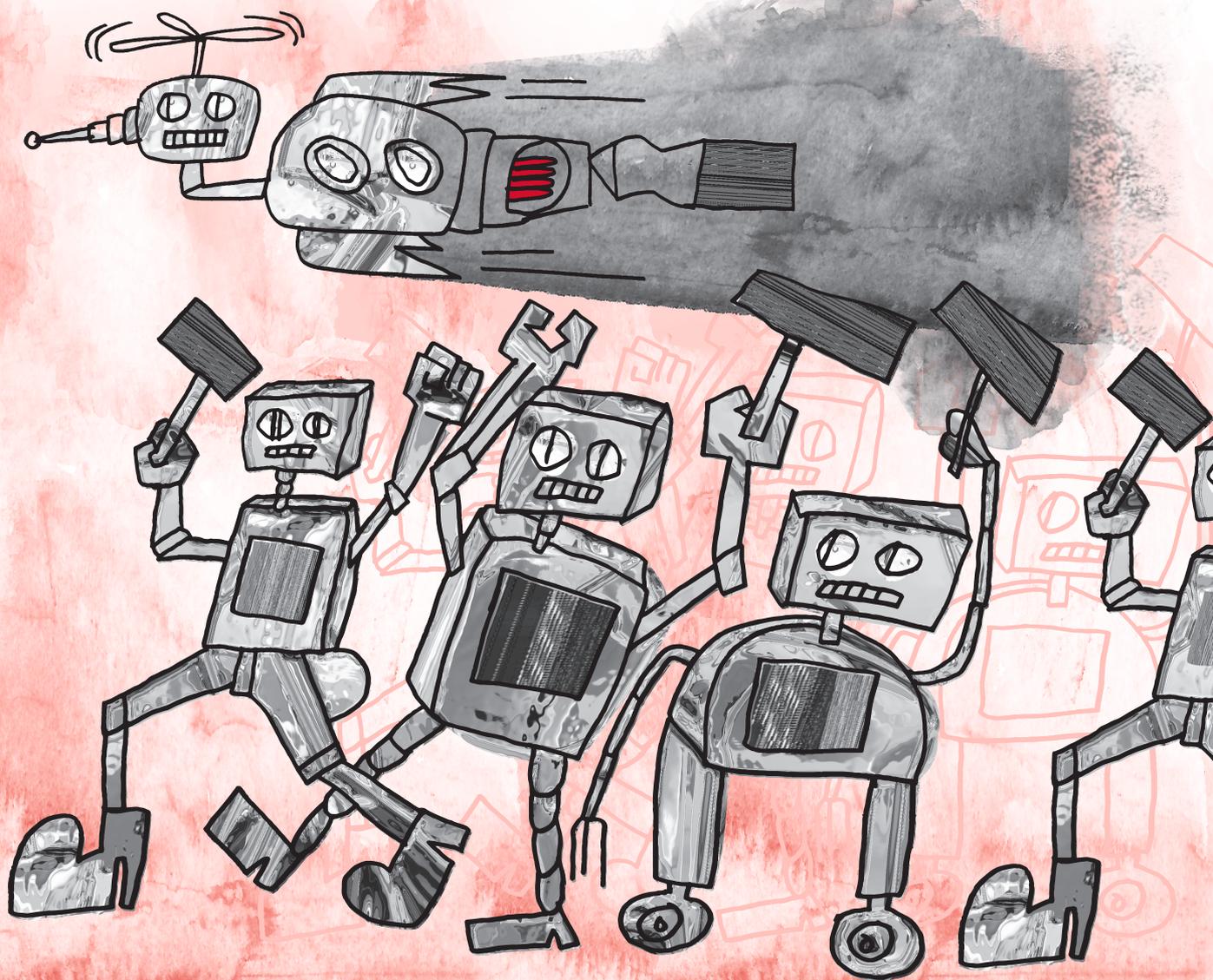
**Palavras-chave:** Inteligência Artificial. Indústria 4.0. Plataformas Digitais. Descarbonização. Política Sindical.

## Introdução

Dois fenômenos contemporâneos têm desafiado o movimento sindical: o uso de inteligência artificial (IA) e as políticas de descarbonização. IA refere-se a sistemas que usam “aprendizagem automática”, em grandes volumes de dados, para fazer previsões e determinar ações (HASSEL; ÖZKIZILTAN, 2023), particularmente na esfera do trabalho. Já a descarbonização refere-se à mudança das fontes de energia utilizadas em diversas atividades econômicas – de carbono intensivo para carbono zero (MANDELLI, 2022). Uma possibilidade de se tratar esses processos de forma articulada é através da noção de “dupla

transformação” (BENDEL; HAIPETER, 2023), ou seja, um processo global de desenvolvimentos desiguais e combinados (BOEWE; SCHULTEN, 2023). Portanto, o uso de IA e a descarbonização não ocorrem de forma linear em países do “Norte” e do “Sul Global” (VERDOLINI, 2023).

Nesse cenário, a IA é vista como um potencial para apoiar e acelerar uma transição energética (WEF, 2021). No entanto, existem várias preocupações com relação a esse processo. Estudos apontam que a IA/digitalização, ao mesmo tempo em que proporciona a criação de atividades profissionais de alta qualificação, também tem promovido a proliferação de atividades de baixa qualificação e precárias (ABÍ-



LIO, 2020; COSTA; SOEIRO; MIRANDA FILHO, 2022). Do mesmo modo, a descarbonização promove produtos e processos de produção com baixo teor de CO<sub>2</sub>, mas também há risco de desemprego, bem como deslocalizações de empregos para regiões com menos requisitos de proteção ambiental (BENDEL; HAIPETER, 2023).

Diante disso, a questão de partida para esta investigação foi a seguinte: como os sindicatos em países com posições distintas na divisão internacional do trabalho – consequentemente, com diferentes sistemas de relações laborais – têm desenvolvido iniciativas para lidar com os riscos e oportunidades dessas transformações? Essa pergunta desdobrou-se em um

objetivo de pesquisa: comparar iniciativas desenvolvidas pelo movimento sindical na Alemanha e no Brasil em relação ao uso de IA/digitalização no mundo do trabalho e a “economia de carbono zero”, visando pensar possíveis desafios para os sindicatos brasileiros. A comparação com a Alemanha deve-se ao movimento de vanguarda que vem representando no processo de digitalização de suas fábricas (ARAÚJO, 2020), particularmente no setor automobilístico. O estudo justifica-se, portanto, pela necessidade de conhecimento sobre as políticas sindicais relacionadas à questão em perspectiva comparada.

Do ponto de vista metodológico, realizou-se um “mapeamento não exaustivo” de exemplos de iniciati-

vas sindicais sobre o tema. Nesse sentido, trabalhou-se fundamentalmente com documentação (comunicados, projetos, relatórios, declaração, código de conduta etc.), bem como com resultados de pesquisas empíricas. Quando possível, seguiu-se uma sequência cronológica na exposição das iniciativas, as quais remetem ao período entre 2015 e 2023. Na Alemanha, os exemplos selecionados foram iniciativas desenvolvidas pelo IG Metall, maior sindicato deste país (HOFMANN; BENNER, 2019), enquanto que, no Brasil, optou-se por não focar em um único sindicato, devido à dificuldade de identificar uma organização sindical que desenvolvesse iniciativas voltadas para as diversas tendências da “dupla transformação”.

Com relação ao enquadramento teórico-analítico, utilizou-se a Abordagem dos Recursos de Poder - ARP (DÖRRE, 2008), em função das vantagens que esta oferece para as investigações sobre o movimento sindical (como será discutido na Seção 1). Argumenta-se neste estudo comparativo que, ao permitir aferir simultaneamente as forças e as fraquezas do movimento sindical, uma análise da mobilização de Recursos de Poder é fundamental para um mapeamento do modo como se enfrentam os desafios da “dupla transformação”. Contudo, deve-se ter em conta, também, os objetivos históricos do trabalho organizado.

O estudo busca contribuir de três maneiras com as investigações em curso sobre as transformações recentes no mundo do trabalho. Primeiro: no Brasil, as pesquisas de que se tem conhecimento têm sido centradas nos impactos das tecnologias digitais nas relações de trabalho (e.g., ABÍLIO, 2020; ANTUNES, 2020; BRAGA; SILVA, 2022; FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020). Nesse sentido, o estudo pode contribuir com essas investigações ao introduzir o debate sobre as interligações entre tecnologias digitais (ou IA) e o desenvolvimento de uma “indústria neutra para o clima”. Segundo: as investigações sobre aspectos dessa “dupla transformação” em perspectiva comparada têm sido centradas em países do chamado “Norte Global” (e.g., DOELLGAST; WAGNER; O’BRADY, 2023; MOLINA *et al*, 2023; PULIGNANO; HAUPTMEIER; FRANS, 2023). Dessa maneira, este estudo pode contribuir com o debate em curso ao trazer à

tona alguns elementos da realidade de um país da (semi)periferia do capitalismo e da ação sindical em relação à estas transformações. Terceiro: neste estudo traz-se para o debate a contribuição da Abordagem dos Recursos de Poder (DÖRRE, 2008; SCHMALZ; DÖRRE, 2014) como um instrumental teórico-analítico para a investigação das iniciativas sindicais em relação aos impactos da “dupla transformação”.

O texto está organizado da seguinte forma: a Seção 1 apresenta o enquadramento teórico utilizado na investigação, ou seja, a ARP e seus conceitos fundamentais, bem como uma síntese de suas características, objetivos e indicadores. A Seção 2 divide-se em três momentos: inicialmente faz-se uma discussão sobre o conceito de IA, suas áreas de utilização, bem como as iniciativas sindicais relacionadas ao tema; depois, discute-se alguns aspectos do modelo “Indústria 4.0”, seus efeitos no mundo do trabalho e exemplos de políticas sindicais para o tema; por fim, trata-se das plataformas digitais, suas características, categorias, bem como experiências sindicais voltadas para o tema. A Seção 3 discute a noção de descarbonização, seus impactos no mundo do trabalho e também iniciativas dos/as trabalhadores/as organizados/as voltadas para a questão. A Seção 4 conclui, refletindo sobre alguns desafios para os sindicatos brasileiros nesse cenário de “dupla transformação”.

## 1. Poderes sindicais

Esta seção visa apresentar brevemente os principais conceitos da ARP (e.g., DÖRRE, 2008). Esta abordagem é utilizada aqui como um recurso heurístico para examinar o impacto da “dupla transformação” nas relações capital-trabalho. A opção pela ARP justifica-se pela possibilidade de uso desta ferramenta na análise da política sindical nas sociedades capitalistas tanto no chamado “Norte” (VANDAELE, 2020) quanto no “Sul Global” (e.g., ARAUJO, 2020; KREIN; DIAS, 2018). Além disso, a ARP tem sido utilizada para estudar fenômenos contemporâneos, como o uso de IA/digitalização (e.g., BASUALDO *et al*, 2021; SCHÄFERS; SCHROTH, 2020) e a crise ecológica

(e.g., DÖRRE, 2020). Por fim – e não menos importante –, a ARP também tem sido utilizada pelos sindicatos para o seu trabalho diário (SCHMALZ; THIEL, 2017). Contudo, a ARP não está imune a críticas (e.g., GALLAS, 2018).

A ARP diferencia quatro fontes de poder de influência do trabalho: poder estrutural, poder de organização, poder institucional e poder social (Quadro 1). O “poder estrutural” é o poder que resulta simplesmente da localização dos/as trabalhadores/as dentro do sistema econômico (WRIGHT, 2000). É compreendido também como um recurso de poder primário, pois está à disposição dos/as trabalhadores/as mesmo na ausência de uma representação coletiva de interesses (SCHMALZ; DÖRRE, 2014). Esta fonte de poder pode ser usada como uma capacidade de perturbar a valorização do capital por sua natureza disruptiva (SCHMALZ; LUDWIG; WEBSTER, 2018) e pode manifestar-se de duas formas: tanto na produção quanto no mercado. A taxa de desemprego é utilizada como um indicador fundamental dessa fonte de poder (LEHNDORFF; DRIBBUSCH; SCHULTEN, 2017).

O “poder de organização” ou associativo resulta da formação de organizações coletivas de trabalhadores/as (WRIGHT, 2000). Desse modo, ao contrário do poder estrutural, requer um longo processo de organização e a emergência de atores coletivos (BRINKMANN *et al.*, 2008; SCHMALZ; DÖRRE, 2014). Duas questões merecem destaque na mobilização do poder de organização do trabalho: os níveis de atuação desses atores e os fatores que podem ser utilizados para avaliar o poder de organização. Contudo, o poder de organização baseia-se não apenas na força numérica dos sindicatos, mas também na capacidade de estes mobilizarem com sucesso os seus membros (LEHNDORFF; DRIBBUSCH; SCHULTEN, 2017). Além disso, uma “representatividade substantiva” demanda a integração com as estruturas de diálogo social e com o sistema jurídico (COSTA; REGO, 2021), o que remete à articulação com o poder institucional.

O “poder institucional” surge como resultado de negociações e conflitos baseados em poder estrutu-

ral e em poder de organização (BRINKMANN *et al.*, 2008). Por basear-se nas duas fontes de poder precedentes (estrutural e de organização), é considerado como uma forma secundária de poder (BRINKMANN; NACHTWEY, 2010). O poder institucional se faz presente nos sistemas nacionais de relações de trabalho (LEHNDORFF; DRIBBUSCH; SCHULTEN, 2017). Por isso, esta fonte de poder tanto concede amplos direitos aos sindicatos quanto coloca limites à sua capacidade de ação. Um indicador amplamente aceite do poder institucional é a cobertura da negociação coletiva (LEHNDORFF; DRIBBUSCH; SCHULTEN, 2017).

Finalmente, o “poder social” é a margem de ação resultante de vínculos de cooperação viáveis com movimentos sociais e populares, bem como o apoio da sociedade às demandas sindicais (SCHMALZ; DÖRRE, 2014). Nessa perspectiva, o exercício do poder social relaciona-se com a capacidade de impor “hegemonia” (GRAMSCI, 2016) na sociedade. Esta fonte de poder pode emergir basicamente de duas outras fontes: o poder de cooperação e o poder de discurso/comunicativo. A primeira significa formar redes com

O “poder social” é a margem de ação resultante de vínculos de cooperação viáveis com movimentos sociais e populares, bem como o apoio da sociedade às demandas sindicais.

outros atores sociais e ser capaz de ativá-las para mobilizações e campanhas (FREGE; HEERY; TURNER, 2004; SCHMALZ; DÖRRE, 2014). A segunda se expressa na capacidade de intervir com sucesso em debates públicos ou em conflitos (GERST; PICKSHAUS; WAGNER, 2011). Em que pese as dificuldades de se aferir quantitativamente o poder social dos sindicatos, a percepção cidadã pode ser utilizada como um indicador deste recurso de poder (LEHNDORFF; DRIBBUSCH; SCHULTEN, 2017). Contudo, essas quatro fontes de poder se influenciam reciprocamente e se desenvolvem em contextos socioeconômicos específicos. A seguir, discute-se o primeiro vetor da “dupla transformação”, ou seja, a IA.

Quadro 1 - Fontes de poder do trabalho

FONTES	CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS	NÍVEIS	EXEMPLOS	INDICADORES
<b>Poder estrutural</b>	Localização no sistema econômico	Perturbar a valorização do capital	Produção (circulação e reprodução)	Bloqueios e perturbações	Taxas de desemprego etc.
			Mercado	Mudar de emprego	
<b>Poder de organização</b>	Formação de organizações coletivas	Compensar a falta de poder estrutural	Produção, mercado, sist. político e transnacional	Comissões, sindicatos, partidos e FSGs	Taxas de sindicalização etc.
<b>Poder institucional</b>	Regulamentações no mercado de trabalho	Utilizar as instituições para os seus próprios fins	Produção, mercado, sist. político e transnacional	Estatutos, autonomia de negociação, jurisdição e normas da OIT	Cobertura de negociação coletiva etc.
<b>Poder social (cooperação e discurso)</b>	Relações de cooperação e apoio	Reforçar o poder de organização e criar pressão pública	Produção, sist. político e transnacional	Apoios, protestos e redes	Capacidade de mobilização, percepção da população etc.
			---	Escandalização de injustiças	

Fonte: Elaboração própria, com base na literatura citada.

## 2. Inteligência artificial

A IA é um dos temas centrais atualmente discutidos na Alemanha (e.g., HANNOVER MESSE, 2023) e no Brasil (e.g., MRE, 2023). A IA pode referir-se a sistemas que usam “aprendizagem automática” (*machine learning*), treinada em grandes volumes de dados para fazer previsões e determinar ações (HASSEL; ÖZKIZILTAN, 2023). O termo IA surgiu em uma série de conferências ocorridas no Dartmouth College (EUA), em 1956, “[...] nas quais vários cientistas reuniram-se para tentar ensinar as máquinas a resolverem problemas que, à época, apenas os humanos conseguiam resolver” (MOREIRA; DRAY, 2022, p. 70).

As áreas de utilização da IA no mundo do trabalho podem abranger: a) sistemas de assistência digital – orientam os/as trabalhadores/as nos processos de montagem (e.g., óculos de dados, *smartwatches* e luvas inteligentes); b) monitoramento e controle de sistemas em rede na fabricação – dados de sensores são

analisados para detectar desvios dos processos padrão (e.g., manutenção preditiva); c) análise de dados pessoais (people analytics) – sistemas de software supostamente capazes de automatizar os processos de recrutamento (e.g., analisar um vídeo em termos de fala, expressões faciais e gestos para selecionar candidatos/as a serem convidados/as para uma entrevista face a face); e d) veículos autônomos e robôs – máquinas a funcionar sem orientação humana, com dados de sensores analisados para evitar colisões ou mover o veículo ou o braço do robô com maior precisão (KRZYWDZINSKI; GERST; BUTOLLO, 2022). Contudo, deve-se ter em conta que a aplicação dessas tecnologias no mundo do trabalho ocorre de forma “desigual e combinada”.

O uso de IA no mundo do trabalho ainda se encontra em seus estágios iniciais. Nesse sentido, oportunidades e riscos podem se apresentar para os/as trabalhadores/as. A IA representa uma oportunidade para fortalecer a colaboração humano-robô e apoiar as tarefas atualmente centradas no ser humano no

“chão de fábrica” (PERES *et al*, 2020). Entretanto, o uso de AI também tem gerado uma série de riscos para os/as trabalhadores/as. A utilização de IA pode contribuir para a perda de postos de trabalho através da automação (DOELLGAST; WAGNER; O’BRADY, 2023). Além disso, os sistemas de aprendizagem automática podem, ainda, contribuir para a supervisão sistemática e permanente dos/as trabalhadores/as; as decisões ou recomendações feitas por esses sistemas atualmente são inexplicáveis; os sistemas de aprendizagem automática podem antecipar dados pessoais confidenciais dos/as trabalhadores/as; e as regras de acesso aos dados industriais podem levar a monopólios digitais etc. (INDUSTRIALL, 2019). Em síntese, esses riscos podem ser classificados em “diretos” (*e.g.*, aumento das assimetrias de informação a favor de empregadores/as) e “indiretos” (*e.g.*, aumento da automação e da “fissuração” do trabalho) (HASSEL; ÖZKIZILTAN, 2023). A seguir, destacam-se algumas iniciativas sindicais em relação ao tema da IA, bem como poderes mobilizados.

## IA e sindicatos

Com relação às iniciativas sindicais, o IG Metall tem desenvolvido algumas ações junto aos conselhos de empresa relacionadas ao tema da IA. Duas ações se destacam. Primeiro, tem-se o exemplo do “atlas da transformação”, no qual elaborou-se inventários sobre a transformação em empresas de diferentes ramos industriais, visando desenvolver recomendações de ação para uma configuração social e justa desta transformação (IG METALL, 2019a). Segundo, o sindicato tem desenvolvido iniciativas como a criação de ferramentas, tais como a “bússola de digitalização”, a qual permite que os conselhos de empresa analisem a estratégia de digitalização de uma empresa e avaliarem as suas consequências para os/as trabalhadores/as (IG METALL, 2019b). Outra ferramenta desse gênero é o “mapa digital da empresa”, um método para obter uma visão geral do *status* da digitalização da empresa e os efeitos nas condições de trabalho (IG METALL *et al*, 2021). Tais iniciativas podem ser evidências da capacidade de mobilização, sobretudo do “poder de organização” e do “poder institucional” do

sindicato em nível de produção/empresa. De maneira geral, os sindicatos alemães têm assumido que o uso de IA no mundo do trabalho pode ser regulado e seus riscos limitados. Contudo, os sindicatos têm defendido que os/as trabalhadores/as precisam envolver-se mais nas discussões relacionadas ao uso de IA (KRZYWDZINSKI; GERST; BUTOLLO, 2022).

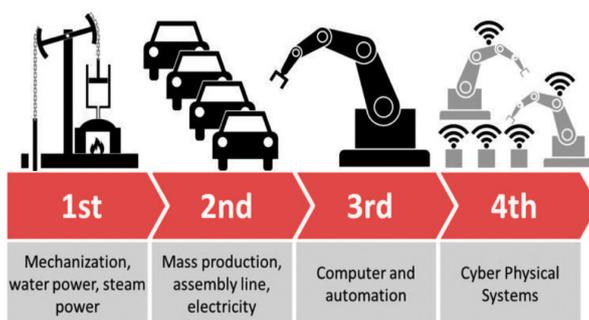
No Brasil, existem sindicatos preocupados em debater a questão do uso de IA no mundo do trabalho (*e.g.*, SINDASP, 2023), mobilizando, portanto, seu “poder social de discurso”. No entanto, não foram percebidos, ainda, estudos empíricos sobre a política sindical relacionada ao tema. A IA é um dos principais suportes do modelo Indústria 4.0, por isso, na sequência, dedica-se atenção à questão.

## 2.1 Indústria 4.0

A crescente digitalização e automação da produção industrial é conhecida como “Indústria 4.0”. Esse modelo teria desencadeado uma ruptura tecnológica tão radical que leva autores liberais a interpretá-la como “Quarta Revolução Industrial” (SCHWAB, 2016). A noção da “Indústria 4.0” se espalhou pelo mundo sobretudo a partir da reunião do Fórum Econômico Mundial realizada em Davos-Klosters, no ano de 2016, cujo tema foi “Dominar a Quarta Revolução Industrial” (WEF, 2016). Entretanto, o termo “Indústria 4.0” foi utilizado pela primeira vez na feira de comércio industrial Hannover Messe, no ano de 2011. Esse conceito foi criado por três engenheiros alemães, nomeadamente: Henning Kagermann (físico e um dos fundadores da SAP, uma empresa alemã de software), Wolfgang Wahlster (investigador da área de Inteligência Artificial) e Wolf-Dieter Lukas (físico e funcionário do *Bundesministerium für Bildung und Forschung*) (PFEIFFER, 2017). A noção de Indústria 4.0 tem como referência as três revoluções industriais que a precederam. A primeira revolução industrial ocorreu entre 1760 e 1820 e introduziu a energia a vapor e a mecanização. A segunda revolução industrial foi a produção em massa, a partir de 1870 (mais conhecida através das linhas de montagem de Henry Ford, em 1913). Finalmente, a terceira revolução industrial introduziu computadores e

automação na fabricação, a partir de 1950 (ROSER, 2015) - Figura 1. Nessa perspectiva, a tecnologia central aplicada na Indústria 4.0 é uma rede digital posta em uso no contexto industrial nos chamados Sistemas de Produção Ciber-Físicos (BUTOLLO, 2016).

**Figura 1 - Esquema para a Indústria 4.0**



Fonte: Roser (2015).

Os efeitos do modelo Indústria 4.0 no mundo do trabalho são bastante controversos. Por um lado, fala-se em uma revolução na organização das cadeias de valor, permitindo “fábricas inteligentes”, onde os sistemas físicos e virtuais de fabricação cooperam de forma global e flexível (SCHWAB, 2016). Por outro, várias críticas têm sido dirigidas a esse modelo. Uma avaliação inicial das políticas relacionadas à Indústria 4.0 na Alemanha, com foco nos aspectos trabalhistas e sociais, evidenciou que a digitalização levava a uma permeabilidade da estrutura individual da empresa e a uma reestruturação das cadeias de valor, cujas consequências para o mundo do trabalho ainda são difíceis de prever (BUTOLLO; ENGEL, 2015). O modelo Indústria 4.0 conduziria, ainda, a lutas trabalhistas defensivas, com os/as trabalhadores/as a lutarem contra uma redução das normas laborais, a perda de postos de trabalho e o declínio dos salários (BASUALDO *et al*, 2021). Além disso, com a Indústria 4.0, tem-se uma nova fase de hegemonia informacional-digital sob o comando do capital financeiro (ANTUNES, 2020). Na sequência, trata-se de algumas iniciativas sindicais em relação ao tema da Indústria 4.0, bem como recursos de poder mobilizados.

## Indústria 4.0 e sindicatos

Atualmente, tanto sindicatos alemães quanto brasileiros têm desenvolvido iniciativas em relação à Indústria 4.0. No caso alemão, destacam-se duas iniciativas com a participação do IG Metall. A primeira é o projeto “Trabalho 2020”, iniciado em 2016. O projeto foi uma ação conjunta de quatro sindicatos (IG Metall, IG BCE, NGG e IG BAU), destinada à indústria de exportação da Alemanha. O foco principal do trabalho foi fornecer orientação ao conselho de empresa através de uma equipe de representantes sindicais e consultores. Em resumo, a iniciativa foi compreendida como um meio de fortalecer mutuamente ambas as facetas da representação de trabalhadores/as (HAIPETER, 2020), embora não tenha havido transformações organizacionais. A segunda iniciativa sindical é o projeto “Trabalho e Inovação”. Ao considerar a Lei de Constituição das Empresas, o referido projeto surgiu das hipóteses de que a transformação digital entraria na indústria alemã em contextos e em velocidades muito diferentes e de que os órgãos do conselho de empresas e representantes sindicais precisariam de apoio especial (SCHÄFFERS; SCHROTH, 2020). Ambas as iniciativas parecem evidenciar a mobilização do “poder institucional” e de “organização” no nível da produção/empresa. Contudo, os/as trabalhadores/as e sindicatos também enfrentam dificuldades para exercer poder de influência, tendo em vista que projetos como esses ocorrem em um determinado contexto econômico.

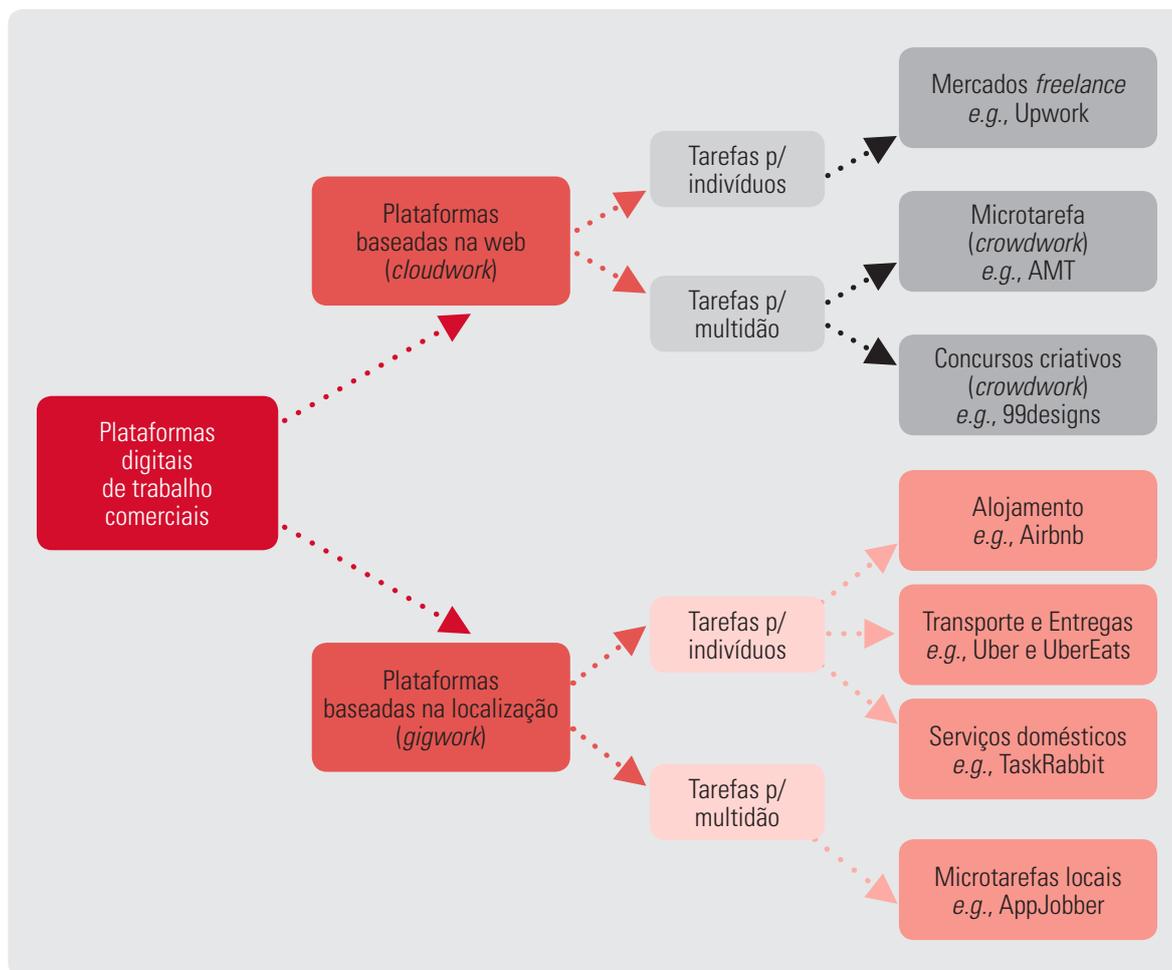
Com relação ao Brasil, destaca-se a iniciativa desenvolvida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC). O sindicato reagiu quando elementos da Indústria 4.0 foram introduzidos, desenvolvendo estratégias para assegurar uma “transição justa”. Nesse sentido, algumas ações foram realizadas, como uma série de cursos e ciclos de palestras promovidas, entre 2017 e 2019, com temas relacionados à Indústria 4.0 (ARAÚJO, 2020). Nesse processo, o recurso ao “poder de organização” parece ter sido fundamental diante da iminência da implementação do modelo Indústria 4.0. A próxima seção trata de outro modelo de negócios que emergiu no contexto de desenvolvimento das tecnologias digitais: as plataformas de trabalho.

## 2.2 Plataformização/uberização

O uso de IA como uma característica do trabalho via plataformas digitais (HASSEL; ÖZKIZILTAN, 2023), atividades de baixa qualificação e precárias (VERDOLINI, 2023). Esse fenômeno tem sido denominado por alguns autores como “plataformização” do trabalho (e.g., HUWS; SPENCER; COATES, 2019). No entanto, no debate científico em língua portuguesa, tem sido utilizado como sinônimo o termo “uberização” (BOAVIDA; MONIZ, 2022). A uberização é uma tendência com potencial de generalização nas relações de trabalho que abrange diferentes setores da economia, tipos de ocupação, níveis de qualificação e rendimento (ABÍLIO, 2020). Através de um processo de “empregarização” de tra-

balhadores/as, a uberização acentua a dinâmica de financeirização das empresas e radicaliza a lógica de externalização e de precarização das relações de emprego (COSTA; SOEIRO; MIRANDA FILHO, 2022). A definição de uberização envolve ainda quatro características: 1) a redução do trabalhador a um trabalhador *just-in-time*; 2) as empresas designam sua atividade principal como *mediadoras*; 3) de um contingente predefinido, passou-se a lidar com a figura da multidão de trabalhadores/as disponíveis (*crowdsourcing*); e 4) o deslizamento da identidade profissional do trabalho para a de *trabalho amador/informalização* (ABÍLIO, 2020). Grosso modo, as plataformas digitais de trabalho podem ser agrupadas em duas categorias, nomeadamente: *cloudwork* e *gigwork* (Figura 2).

Figura 2 - Categorias de plataformas digitais de trabalho



Fonte: Adaptado de Schmidt (2017).

## Plataformização/uberização e sindicatos

Desde 2012, o tema do trabalho via plataformas faz parte da agenda do IG Metall. Suas iniciativas dirigem-se basicamente para o *cloudwork*. Aqui são destacadas cinco dessas iniciativas. Primeiro, em 2015, o IG Metall, em cooperação com outros sindicatos, criou o website “Fair Crowd Work” (<http://faircrowd.work/de/>), uma iniciativa de mobilização do “poder social de cooperação e discurso”. O website coleta informações sobre o trabalho via plataformas e as avalia da perspectiva de seus/suas trabalhadores/as. Semelhante aos “fóruns on-line” (JOHNSTON; LAND-KAZLAUSKAS, 2018).

Tendências apontam que os carros de passageiros elétricos a bateria ainda representam um segmento comparativamente pequeno da frota global de carros de passeio (cerca de 4,2% em 2021), mas o ritmo na produção cresce exponencialmente desde 2012. A maioria dos cenários não duvida mais que os acionamentos elétricos a bateria substituirão os motores de combustão fóssil como o conceito de acionamento mais difundido em médio e longo prazo.

Segundo, em 2015, aprovou-se uma alteração no estatuto do sindicato para que os/as trabalhadores/as independentes pudessem tornar-se membros do Sindicato (IG METALL, 2015). Com isso, desde 2016, os/as trabalhadores/as de plataformas digitais que vivem na Alemanha também podem tornar-se membros do IG Metall. Isso lhes deu, por exemplo, acesso a serviços jurídicos e aconselhamento específico (IG METALL, 2017). O acompanhamento jurídico do sindicato foi fundamental para que um/a trabalhador/a fosse reconhecido/a como empregado/a de uma plataforma digital (BUNDE-SARBEITSGERICHT, 2020). Essa possibilidade de integração de trabalhadores/as de plataformas na estrutura sindical pode indicar a ampliação do seu “poder de organização”.

Terceiro, o IG Metall, juntamente com uma rede de entidades internacionais, publicou, em 2016, a “Declaração de Frankfurt sobre o trabalho baseado

em plataformas”. O documento contém uma série de propostas: conformidade com a legislação nacional e os princípios internacionais, esclarecimento do status de emprego, direito de organização, salários, proteção social, resolução de disputas, transparência etc. (IG METALL *et al*, 2016). Essa iniciativa pode ser tomada tanto como um exemplo de mobilização de “poder social de cooperação” (redes) quanto de “poder de discurso” (propostas para os problemas emergentes).

Quarto, a “Declaração de Frankfurt” foi uma iniciativa que gerou tentativas de construção de “poder institucional”. Por um lado, o Código de Conduta (CODE OF CONDUCT, 2017), uma iniciativa de introdução de plataformas digitais de trabalho no domínio das relações laborais, com representação e negociação coletivas (VANDAELE, 2018), onde as questões que surgem através dos processos de queixas evidenciam possíveis áreas para regulamentação futura (JOHNSTON *et al*, 2020). Por outro, o provedor de justiça/ouvidoria (IG METALL, 2018), um órgão de mediação de conflitos entre trabalhadores/as e plataformas. Portanto, uma experiência que pode servir de base para regular o *crowdworking* em outros países (GEGENHUBER *et al*, 2022).

Por fim, a criação da plataforma FairTube (<https://fairtube.info/>) e a fundação da associação FairTube (BARTH *et al*, 2020) evidenciam não só a mobilização do “poder social”, tanto de cooperação (colaboração com o YouTubers Union) quanto de discurso (publicações, uso de redes digitais...), mas também a mobilização do “poder de organização” (novas filiações) do sindicato. De modo geral, no entanto, percebe-se um limitado poder de perturbação desses criadores/as de conteúdo *vis-à-vis* a plataforma YouTube, mesmo em uma ação coletiva (NIEBLER; KERN, 2020).

No Brasil, a investigação sobre as iniciativas sindicais em relação ao trabalho via plataformas digitais é um tema ainda a ser explorado. Por exemplo, analisou-se a relação entre trabalhadores/as, as plataformas digitais e as possibilidades de regulação dessa atividade (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020); analisou-se também a relação entre o crescimento do trabalho via plataformas digitais, as formas tradicionais de ser trabalhador, bem como as mudanças nas rotinas de trabalho no setor de entrega durante a

pandemia da Covid-19 (BRAGA; SILVA, 2022). Porém, registros de estudos específicos sobre iniciativas sindicais em relação a essa modalidade de trabalho não foram percebidos. Sabe-se, no entanto, que a maioria das plataformas não possui uma política documentada que reconheça a voz do/a trabalhador/a e da organização dos/as trabalhadores/as: os direitos dos/as trabalhadores/as em relação à liberdade de associação são, muitas vezes, limitados. Além disso, vários/as trabalhadores/as relatam terem sido penalizados/as por participarem de greves (FAIRWORK BRASIL, 2021). Com isso, o “poder de organização” e o “poder social de discurso” parecem emergir nas experiências relatadas. Na sequência, discute-se a descarbonização, outro aspecto da dupla transformação, bem como as iniciativas sindicais.

### 3. Descarbonização

A descarbonização pode referir-se à mudança das fontes de energia utilizadas em diversas atividades econômicas de carbono intensivo para baixo ou zero carbono (MANDELLI, 2022). Além disso, esse é um processo eminentemente político, implementado por empresas com a utilização de instrumentos como certificados de emissão, preços, subsídios para tecnologias verdes etc. (BENDEL; HAIPETER, 2023). Nesse sentido, considera-se a política industrial da China (evitar a poluição nas megacidades), o acordo de proteção climática da ONU e diretivas da União Europeia como os principais impulsionadores de descarbonização (BOEWE; SCHULTEN, 2023).

Da mesma forma que a introdução de IA no mundo do trabalho, a descarbonização pode representar oportunidades em termos de criação de emprego, mas também riscos sociais e de emprego. Riscos sociais referem-se à previsão de que as famílias de baixa renda, embora menos responsáveis pelas emissões baseadas no consumo, sejam desproporcionalmente afetadas pelos aumentos dos preços da energia decorrentes das políticas climáticas (MANDELLI, 2022). A descarbonização representa, ainda, riscos significativos para o emprego, com reestruturações industriais em setores intensivos em emissões (BENDEL; HAIPETER, 2023).

O setor de transportes é responsável por cerca de 1/4 de todas as emissões de CO<sub>2</sub> provenientes da queima de combustíveis fósseis globalmente (IEA, 2023). Por isso, a “eletromobilidade”, continuação da automobildade (individual) com acionamento elétrico, é considerada uma estratégia central para mitigar a mudança climática e uma chave para a descarbonização no setor de transportes (BOEWE; SCHULTEN, 2023; PULIGNANO; HAUPTMEIER; FRANS, 2023).

A perspectiva de um gigantesco aumento da demanda por carros elétricos deu início a uma agitação na própria estrutura industrial. Novas empresas ganharam reconhecimento global em poucos anos (e.g., Tesla, Inc.). Partes das indústrias baseadas em motores de combustão interna, como a fabricação de transmissões, tiveram que reduzir radicalmente suas capacidades. Novas tecnologias-chave, como a produção de baterias de tração, ocupam lugares importantes na reorganização das cadeias de valor e das redes globais de produção. Os componentes eletrônicos, que até recentemente tinham um caráter bastante complementar, estão se tornando componentes centrais do veículo com o avanço da digitalização e da conectividade com a internet. As matérias-primas para a produção de baterias e semicondutores são necessárias em uma extensão sem precedentes (BOEWE; SCHULTEN, 2023).

Tendências apontam que os carros de passageiros elétricos a bateria ainda representam um segmento comparativamente pequeno da frota global de carros de passeio (cerca de 4,2% em 2021), mas o ritmo na produção cresce exponencialmente desde 2012. A maioria dos cenários não duvida mais que os acionamentos elétricos a bateria substituirão os motores de combustão fóssil como o conceito de acionamento mais difundido em médio e longo prazo. No entanto, os veículos movidos a motores de combustão interna ainda existirão por muito tempo em algumas regiões do mundo (BOEWE; SCHULTEN, 2023). Nesse cenário, os sindicatos metalúrgicos são um setor industrial chave para perceber como essas organizações têm reagido a essa transformação. Por isso, na sequência, trata-se de algumas iniciativas sindicais.

## Descarbonização e sindicatos

O IG Metall tem desenvolvido algumas iniciativas relacionadas ao tema de descarbonização. Aqui destacam-se três exemplos. Primeiro, o sindicato tem realizado ações de mobilização do “poder social de cooperação”, com o movimento Fridays for Future. Nessa coalizão, há um entendimento mútuo sobre a necessidade de evitar a iminente catástrofe climática (IG METALL, 2019c). Segundo, diante da perspectiva de que dezenas de milhares de empregos irão desaparecer na indústria metalúrgica nos próximos anos, o sindicato tem desenvolvido pesquisas sobre o tema (IG METALL, 2020), um indicador da mobilização de “recursos de infraestrutura” do “poder de organização” do sindicato. Por fim, o sindicato também tem mobilizado “poder institucional” e de “discurso” para defender a tese da necessária “transformação ecológica” (IG METALL, 2023). A preocupação do IG Metall deve ser compreendida, também, pelo aspecto de que a importância da indústria automotiva para o emprego não é tão grande em nenhum país capitalista quanto na Alemanha (BOEWE; SCHULTEN, 2023).

No Brasil, parece haver ainda uma escassez de estudos empíricos sobre iniciativas sindicais em relação à descarbonização. Entretanto, há uma intensa produção e veiculação de informações (“poder de discurso”) pelo SMABC (e.g., SMABC, 2023). Além disso, esse sindicato tem expressando a sua capacidade de mobilização de “poder de cooperação” através da participação na organização de fóruns voltados para a questão ambiental (e.g., SMABC, 2019), dentre outras atividades.

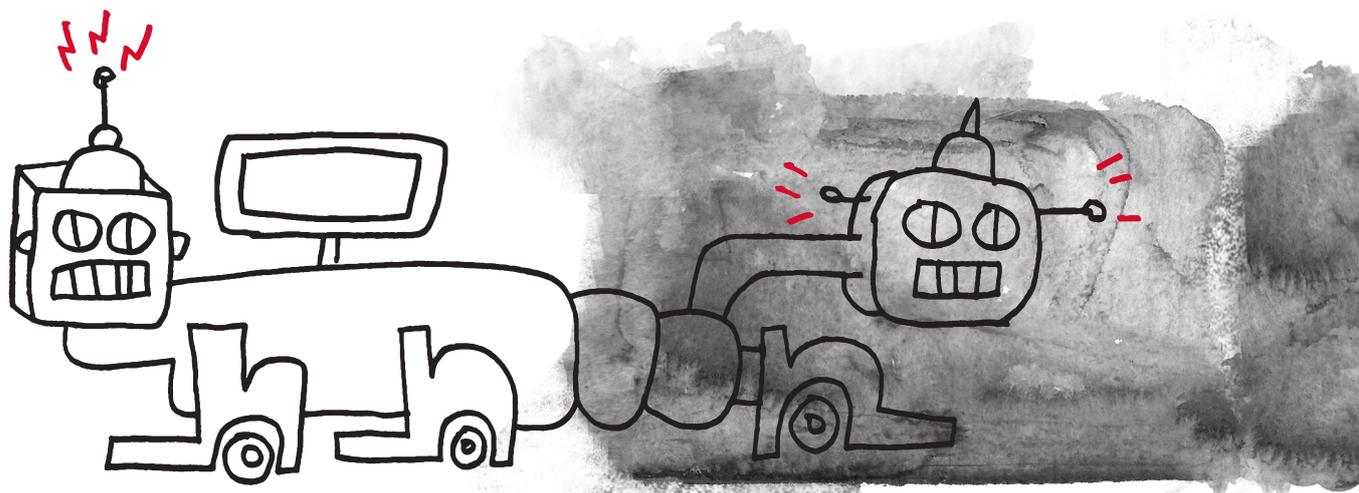
## Conclusão

Este estudo constituiu-se em uma primeira tentativa de realizar um mapeamento de algumas iniciativas sindicais relacionadas à chamada “dupla transformação” (IA e descarbonização). O estudo comparou duas realidades distintas do ponto de vista do desenvolvimento capitalista: Alemanha e Brasil. Para tanto, utilizou-se da ARP como instrumental teórico-analítico.

Os resultados da investigação evidenciaram a existência de iniciativas sindicais em relação à “dupla transformação”, tanto na Alemanha quanto no Brasil. Ainda que em um estágio embrionário, essas iniciativas podem ser tomadas como exemplos de tentativas de os sindicatos mobilizarem recursos de poder para enfrentar os desafios da “dupla transformação”. Particularmente, na Alemanha há indícios da mobilização de “poder institucional”, em função das características de seu sistema de relações laborais. Além disso, também há indícios de mobilização de “poder de organização e de “cooperação”. Já nos escassos exemplos brasileiros encontrados, pode-se falar de indícios destes poderes, enquanto aquele parece praticamente inexistente.

Com base nas quatro fontes de poder citadas, é possível, ainda, pensar alguns desafios que se colocam para o movimento sindical brasileiro nesse cenário de transformações:

1. O debate sobre a “dupla transformação” pode ser uma oportunidade para os sindicatos discutirem aspectos relacionados ao “poder estrutural” ou econômico dos/as trabalhadores/as. Nesse sentido, a dis-



tribuição dos dividendos do uso de IA/Indústria 4.0 é uma questão central nessa discussão (BUTOLLO, 2017). Ao mesmo tempo, também é necessário discutir a questão da redução da jornada de trabalho com manutenção da remuneração integral, tema com crescente apoio dos/as trabalhadores/as brasileiros/as (CUT, 2022).

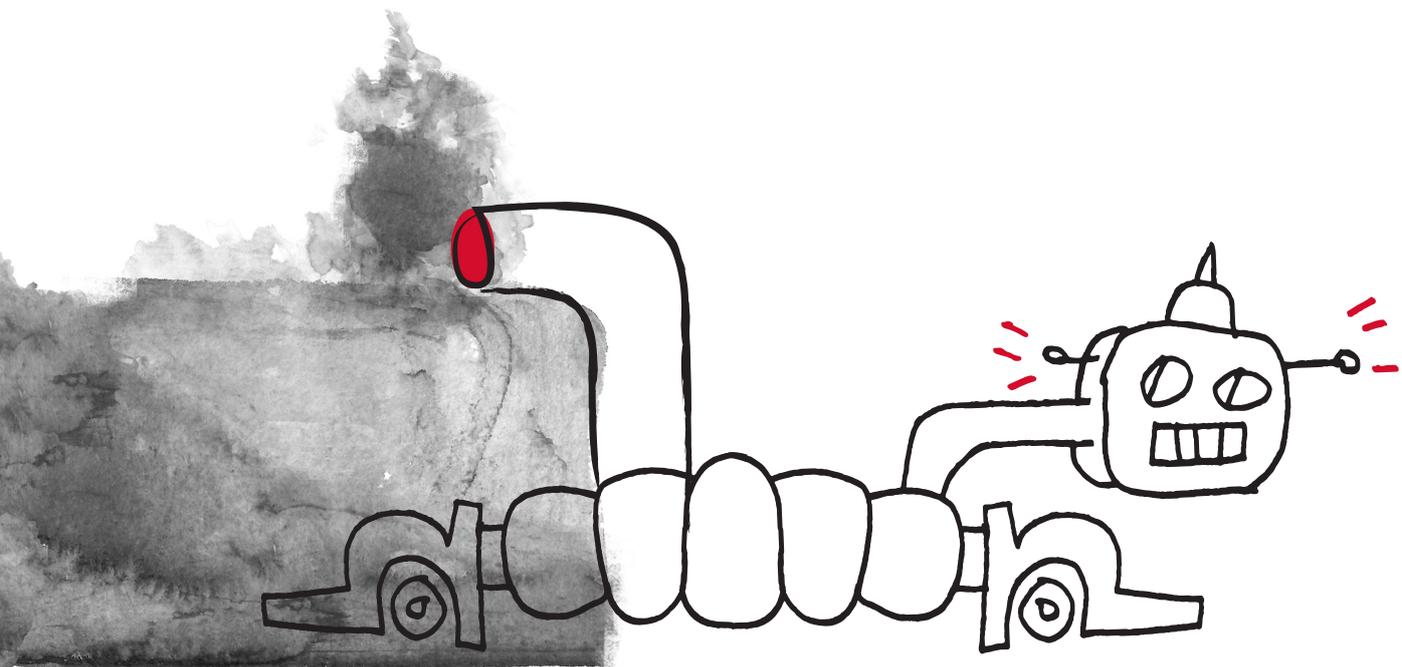
2. O cenário de digitalização e descarbonização da economia deve ser, ainda, um momento para a reconstrução do “poder de organização” dos sindicatos. Um exemplo emblemático vem da indústria automobilística, onde novos atores globais, como a Tesla e a Geely, emergem em universos paralelos sem sindicatos, impondo novas “tendências no local de trabalho” que repercutem nos setores dos fabricantes de automóveis tradicionais com algum nível de sindicalização (BOEWE; SCHULTEN, 2023). Além disso, a “plataformização/uberização” (e suas consequências sindicais) já é uma tendência identificada até em áreas como a educação pública (*e.g.*, SILVA, 2019). Portanto, essas tendências terão que ser enfrentadas pelos sindicatos brasileiros.

3. O debate sobre a “dupla transformação” no Brasil também pode ser uma oportunidade para o movimento sindical discutir direitos trabalhistas suprimidos. Por exemplo, aqueles decorrentes de contrarreformas neoliberais, como a promulgação da Lei 13.467/2017 (BRASIL, 2017), também conhecida

como “reforma trabalhista” (KREIN; DE OLIVEIRA; FILGUEIRAS, 2019). Essa legislação teve como consequência queda dos rendimentos, níveis altos de desemprego, aumento da informalidade etc. Além disso, significou um ataque ao direito de negociação coletiva (KONCHINSKI, 2022), um dos principais indicadores do “poder institucional” dos sindicatos. Portanto, “revogar já” essa lei é fundamental para fazer avançar os interesses coletivos dos/as trabalhadores/as.

4. Os desafios da “dupla transformação” também podem ser uma oportunidade para os sindicatos fortalecerem as redes (mobilização de “poder social de cooperação e discurso”) com movimentos ambientais – seja em nível local, nacional ou internacional. A participação do movimento sindical em manifestações de natureza socioecológica, como as “greves globais pelo clima”/“coalizão pelo clima”, é possibilidade não só de denunciar a responsabilidade do agronegócio pelo desmatamento da Floresta Amazônica, a invasão de terras indígenas, etc., mas também o “novo colonialismo ecológico” (BOEWE; SCHULTEN, 2023) – *e.g.*, o “golpe do lítio”, na Bolívia, em 2019 (WEBER, 2020).

Contudo, as consequências negativas da “transformação digital” e da “descarbonização” só poderão ser enfrentadas de forma mais contundente por um movimento sindical com independência de classe, progressista e revolucionário! **US**



- ABÍLIO, L. C. Uberização: A era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>. Acesso em: 15 maio 2023.
- ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARAUJO, A. S. **Deploying Historical Strength to Shape the Future: SMABC and Industry 4.0 in The Brazilian Automobile Sector**. Berlin: Friedrich Ebert Stiftung, 2020. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/iez/18325.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.
- BARTH, V. *et al.* **Satzung des Vereins FairTube e.V.** Deutschland, 2020. Disponível em: <https://fairtube.info/uploads/fairtube-vereinssatzung.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.
- BASUALDO, V. *et al.* **Building workers' power in digital capitalism: old and new labour struggles**. Bonn: Friedrich Ebert Stiftung, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/iez/18325.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.
- BENDEL, A.; HAIPETER, T. **Doppelte Transformation: Auswirkungen des ökologischen und digitalen Herausforderungen für die Interessenvertretungen**. Stiftung Arbeit und Umwelt der IG BCE, Berlin: 2023. Disponível em: [https://www.arbeit-umwelt.de/wp-content/uploads/Studie\\_Doppelte-Transformation-Auswirkungen-des-oekologischen-und-digitalen-Wandels\\_final.pdf](https://www.arbeit-umwelt.de/wp-content/uploads/Studie_Doppelte-Transformation-Auswirkungen-des-oekologischen-und-digitalen-Wandels_final.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.
- BOAVIDA, N.; MONIZ, A. B. Perfil e representação de trabalhadores de plataformas digitais em Portugal. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, n. Temático-Trabalho, plataformas digitais, cuidados: perspectivas pluridisciplinares, p. 32-61, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/08723419/soctem2022a3>. Acesso em: 15 maio 2023.
- BOEWE, J.; SCHULTEN, J. **Die Transformation der globalen Automobilindustrie: Trends, Deutungen, sozialökologische Handlungsstrategien** Ein Handbuch für die gewerkschaftliche und politische Praxis. Rosa-Luxemburg-Stiftung: Genf, 2023. Disponível em: [https://www.rosalux.de/fileadmin/rls\\_uploads/pdfs/Studien/Studie\\_Transformation\\_Automobilitaet.pdf](https://www.rosalux.de/fileadmin/rls_uploads/pdfs/Studien/Studie_Transformation_Automobilitaet.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.
- BRAGA, R.; SILVA, D. The meanings of uberism: Work platforms, informality and forms of resistance in the city of São Paulo. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, [S. l.], n. 56, p. 118-135, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/61446/35865>. Acesso em: 15 maio 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Brasília: Casa Civil, 2017.
- BRINKMANN, U. *et al.* **Strategic Unionism: Aus der Krise zur Erneuerung?** Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2008.
- BRINKMANN, U.; NACHTWEY, O. Krise und strategische Neuorientierung der Gewerkschaften. **Aus Politik und Zeitgeschichte**, v. 13-14, p. 21-29, 2010. Disponível em: <https://www.bpb.de/system/files/pdf/4QFZI7.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.
- BUNDESARBEITSGERICHT. **Jahresbericht des Bundesarbeitsgerichts 2020**. Erfurt: Bundesarbeitsgericht. Disponível em: [https://www.bundesarbeitsgericht.de/wp-content/uploads/2021/02/jahresbericht\\_2020.pdf](https://www.bundesarbeitsgericht.de/wp-content/uploads/2021/02/jahresbericht_2020.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.
- BUTOLLO, F. **Industrie 4.0 - A cornerstone of the German innovation strategy: A critical assessment**. Jena: [s.n.]. 2016.

# referências

BUTOLLO, F. *Automatisierung und der Kampf um die Digitalisierungsdividende* Thesen zur Kritik an den apolitischen Prognosen über den Arbeitsmarkt der Zukunft. Konferenz, digidemos der Friedrich-Ebert-Stiftung. **Anais...** Berlin, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/317597746\\_Automatisierung\\_und\\_der\\_Kampf\\_um\\_die\\_Digitalisierungsdividende\\_Thesen\\_zur\\_Kritik\\_an\\_den\\_apolitischen\\_Prognosen\\_uber\\_den\\_Arbeitsmarkt\\_der\\_Zukunft](https://www.researchgate.net/publication/317597746_Automatisierung_und_der_Kampf_um_die_Digitalisierungsdividende_Thesen_zur_Kritik_an_den_apolitischen_Prognosen_uber_den_Arbeitsmarkt_der_Zukunft). Acesso em: 15 maio 2023.

BUTOLLO, F.; ENGEL, T. *Industrie 4.0 - arbeits - und gesellschaftspolitische Perspektiven Zwischen Dystopie und Euphorie*. **Zeitschrift Marxistische Erneuerung**, v. 103, Set, p. 29-41, 2015. Disponível em: <http://www.zeitschrift-marxistische-erneuerung.de/serveDocument.php?id=542.4f6.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

CODE OF CONDUCT. **Code of Conduct** - Grundsätze für bezahltes Crowdsourcing / Crowdfunding. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.crowdsourcing-code.de/>. Acesso em: 15 maio 2023.

COSTA, H. A.; REGO, R. (Re)Pensar a representatividade no campo laboral. **Ensino Superior**, v. 72/73, p. 6-13, 2021. Disponível em: [https://snesup.pt/es/72/revista\\_72\\_73\\_Repensar\\_representatividade\\_no\\_campo\\_laboral.pdf](https://snesup.pt/es/72/revista_72_73_Repensar_representatividade_no_campo_laboral.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.

COSTA, H. A.; SOEIRO, J.; MIRANDA FILHO, V. F. Sentidos, regulações e práticas de plataformação do trabalho em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 129, p. 85-110, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.13957>. Acesso em: 15 maio 2023.

CUT. **Cresce apoio a semana de trabalho de quatro dias, aponta pesquisa**. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/cresce-apoio-a-semana-de-trabalho-de-quatro-dias-aponta-pesquisa-b0f6>. Acesso em: 15 maio 2023.

DOELLGAST, V.; WAGNER, I.; O'BRADY, S. Negotiating limits on algorithmic management in digitalised services: cases from Germany and Norway. **Transfer: European Review of Labour and Research**, v. 29, n. 01, p. 105-120, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/10242589221143044>. Acesso em: 15 maio 2023.

DÖRRE, K. Die strategische Wahl der Gewerkschaften - Erneuerung durch Organizing? **WSI-Mitteilugen**, v. 61, n. 1, p. 3-10, 2008. Disponível em: [https://www.wsi.de/data/wsimit\\_2008\\_01\\_dorre.pdf](https://www.wsi.de/data/wsimit_2008_01_dorre.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.

DÖRRE, K. *Machtressourcen und Transformationskonflikte: Eine Schlussbetrachtung*. In: DÖRRE, K. *et al* (Org.). **Abschied von Kohle und Auto? Sozial-ökologische Transformationskonflikte um Energie und Mobilität**. Frankfurt / New York: Campus Verlag, 2020.

FAIRWORK BRASIL. **Fairwork Brasil 2021: Por Trabalho Decente na Economia de Plataformas**. p. 1-40, 2021. Disponível em: <https://fair.work/wp-content/uploads/sites/17/2022/03/Fairwork-Report-Brazil-2021-PT-1.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas Digitais, Uberização do Trabalho e Regulação no Capitalismo Contemporâneo. **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, p. 27-43, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>. Acesso em: 15 maio 2023.

FREGE, C.; HEERY, E.; TURNER, L. The New Solidarity? Trade Union Coalition-Building in Five Countries. In: FREGE, C.; KELLY, J. (Org.). **Varieties of Unionism: Strategies for Union Revitalization in a Globalizing Economy**. Oxford / New York: Oxford University Press, 2004.

# referências

- GALLAS, A. Class Power and Union Capacities: A Research Note on the Power Resources Approach. **Global Labour Journal**, v. 9, n. 3, p. 348-352, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15173/glj.v9i3.3712>. Acesso em: 15 maio 2023.
- GEGENHUBER, T. *et al.* Building collective institutional infrastructures for decent platform work: the development of a crowdwork agreement in Germany. In: GÜMÜSAY, A. A. *et al.* (Eds.). **Organizing For Societal Grand Challenges**. Bingley: Emerald Publishing, 2022.
- GERST, D.; PICKSHAUS, K.; WAGNER, H. Revitalisierung der Gewerkschaften durch Arbeitspolitik? Die Initiativen der IG Metall - Szenario für Arbeitspolitik in und nach der Krise. In: HAIPETER, T.; DÖRRE, K. (Org.). **Gewerkschaftliche Modernisierung**. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2011.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. V. 03. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- HAIPETER, T. Digitalisation, unions and participation: the German case of 'industry 4.0'. **Industrial Relations Journal**, v. 51, n. 3, p. 242-260, 11 maio 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/irj.12291>. Acesso em: 15 maio 2023.
- HANNOVER MESSE. **AI & Machine Learning**. Disponível em: <https://www.hannovermesse.de/en/news/industry-trends/ai-machine-learning>. Acesso em: 15 maio 2023.
- HASSEL, A.; ÖZKIZILTAN, D. Governing the work-related risks of AI: implications for the German government and trade unions. **Transfer: European Review of Labour and Research**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/10242589221147228>. Acesso em: 15 maio 2023.
- HOFMANN, J.; BENNER, C. **Geschichte der IG Metall - Zur Entwicklung von Autonomie und Gestaltungskraft**. Frankfurt am Main: Bund-Verlag, 2019.
- HUWS, U.; SPENCER, N. H.; COATES, M. **The platformisation of work in Europe: results from research in 13 European countries**. Brussels: [s.n.]. 2019. Disponível em: <https://www.feps-europe.eu/resources/publications/686-%0Athe-platformisation-of-work-in-europe.html>. Acesso em: 15 maio 2023.
- IEA. **Global energy-related CO2 emissions by sector**. 2023. Disponível em: <https://www.iea.org/data-and-statistics/charts/global-energy-related-co2-emissions-by-sector>. Acesso em: 15 maio 2023.
- INDUSTRIALL, E. T. U. **Artificial Intelligence: Humans must stay in command**. Brussels: [s.n.]. 2019. Disponível em: [www.industriAll-europe.eu](http://www.industriAll-europe.eu). Acesso em: 15 maio 2023.
- IG METALL. **Beschlüsse des 23. Ordentlichen Gewerkschaftstages der IG Metall in Frankfurt - Gute Arbeit. Gutes Leben**. Frankfurt am Main: [s.n.], 2015. Disponível em: [https://www.igmetall.de/download/IGM\\_Beschlussbroschuere\\_23GT\\_download\\_f0bbb3f0f2d131f91ff4d3872b15c8e84e88812e.pdf](https://www.igmetall.de/download/IGM_Beschlussbroschuere_23GT_download_f0bbb3f0f2d131f91ff4d3872b15c8e84e88812e.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.
- IG METALL *et al.* **Frankfurter Erklärung zu plattformbasierter Arbeit: Vorschläge für Plattformbetreiber, Kunden, politische Entscheidungsträger, Beschäftigte und Arbeitnehmerorganisationen**. Frankfurt: [s.n.]. 2016. Disponível em: [https://www.igmetall.de/docs\\_20161214\\_Frankfurt\\_Paper\\_on\\_Platform\\_Based\\_Work\\_DE\\_1c33819e1e90d2d09e531a61a572a0a423a93455.pdf](https://www.igmetall.de/docs_20161214_Frankfurt_Paper_on_Platform_Based_Work_DE_1c33819e1e90d2d09e531a61a572a0a423a93455.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.
- IG METALL. **Crowdwork im internationalen Vergleich**. Pressekonferenz der IG Metall, Crowdwork im internationalen Vergleich. 2017. Disponível em: [https://www.igmetall.de/download/2017\\_06\\_09\\_CrowdworkingKonferenz\\_Statement\\_Waas\\_8ce9cba0f860d746cfcda3147953df791995c664.pdf](https://www.igmetall.de/download/2017_06_09_CrowdworkingKonferenz_Statement_Waas_8ce9cba0f860d746cfcda3147953df791995c664.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.

# referências

- IG METALL. **Crowdsourcing Code of Conduct** - Ombudsstelle - Regeln. 2018. Disponível em: <https://ombudsstelle.crowdwork-igmetall.de/seite/regeln/>. Acesso em: 15 maio 2023.
- IG METALL. **Transformationsatlas** - wesentliche Ergebnisse. Frankfurt am Main: [s.n.]. 2019a. Disponível em: [https://www.igmetall.de/download/20190605\\_20190605\\_Transformationsatlas\\_Pressekonferenz\\_f2c85bcec886a59301dbebab85f136f36061cced.pdf](https://www.igmetall.de/download/20190605_20190605_Transformationsatlas_Pressekonferenz_f2c85bcec886a59301dbebab85f136f36061cced.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.
- IG METALL. **Kompass Digitalisierung**: eine Gestaltungshilfe für gute digitale Arbeit. Frankfurt am Main: [s.n.]. 2019b. Disponível em: [http://www.steps-projekt.de/fileadmin/Templates/Steps\\_Projekt/Media/20190524\\_Kompass\\_Digitalisierung\\_final.pdf](http://www.steps-projekt.de/fileadmin/Templates/Steps_Projekt/Media/20190524_Kompass_Digitalisierung_final.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.
- IG METALL. **Gemeinsam Druck machen** – Für einen sozialen, ökologischen und demokratischen Wandel. [s.l.: s.n.]. 2019c. Disponível em: [https://www.igmetall.de/download/20190826\\_20190826\\_Erkl\\_rung\\_FFF\\_Demo\\_20\\_09\\_\\_GfVM\\_final\\_ea1179dd0c1173bf313a45b4b88e27c9ffa3cb5f.pdf](https://www.igmetall.de/download/20190826_20190826_Erkl_rung_FFF_Demo_20_09__GfVM_final_ea1179dd0c1173bf313a45b4b88e27c9ffa3cb5f.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.
- IG METALL. **Klimaschutz**: Das sind die Positionen der IG Metall. 2020. Disponível em: <https://www.igmetall.de/politik-und-gesellschaft/umwelt-und-energie/klimaschutz-das-sind-die-positionen-der-ig-metall>. Acesso em: 15 maio 2023.
- IG METALL *et al.* **Lasst uns über Zukunft reden!** Düsseldorf: [s.n.]. 2021. Disponível em: [https://www.arbeit2020.de/fileadmin/Arbeit2020/4.1\\_Broschueren/Arbeit2020\\_Abschlussbroschuere2021.pdf](https://www.arbeit2020.de/fileadmin/Arbeit2020/4.1_Broschueren/Arbeit2020_Abschlussbroschuere2021.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.
- IG METALL. **Klimaschutz und sichere Arbeitsplätze sind zwei Seiten derselben Medaille**. 2023. Disponível em: <https://www.igmetall-nieder-sachsen-anhalt.de/home-aktuelles/news-details/klimaschutz-und-sichere-arbeitsplaetze-sind-zwei-seiten-derselben-medaille>. Acesso em: 15 maio 2023.
- JOHNSTON, H.; LAND-KAZLAUSKAS, C. Organizing on-demand: Representation, voice, and collective bargaining in the gig economy. **International Labour Office**, n. 94, 2018.
- JOHNSTON, H. *et al.* **Working on digital labour platforms**: A trade union guide for trainers on crowd-, app- and platform-based work. Brussels: ETUI, 2020.
- KONCHINSKI, V. Reforma trabalhista completa 5 anos com piora de empregos e promessa de revisão. **Brasil de Fato**. Curitiba, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/11/reforma-trabalhista-completa-5-anos-com-piora-de-empregos-e-promessa-de-revisao>. Acesso em: 15 maio 2023.
- KREIN, J. D.; DIAS, H. The CUT's Experience during the Workers' Party Governments in Brazil (2003-2016). **Global Labour Journal**, v. 9, n. 2, p. 199-214, 31 maio 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15173/glj.v9i2.3342>. Acesso em: 15 maio 2023.
- KREIN, J. D.; DE OLIVEIRA, R. V.; FILGUEIRAS, V. A. As Reformas Trabalhistas: promessas e impactos na vida de quem trabalha. **Caderno CRH**, v. 32, n. 86, p. 225-229, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.33188>. Acesso em: 15 maio 2023.
- KRZYWDZINSKI, M.; GERST, D.; BUTOLLO, F. Promoting human-centred AI in the workplace. Trade unions and their strategies for regulating the use of AI in Germany. **Transfer: European Review of Labour and Research**, v. 29, n. 1, p. 53-70, 23 dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/10242589221142273>. Acesso em: 15 maio 2023.
- LEHNDORFF, S.; DRIBBUSCH, H.; SCHULTEN, T. **Rough waters European trade unions in a time of crises**. Brussels: ETUI Printshop, 2017.

# referências

- MOLINA, O. *et al.* It takes two to code: a comparative analysis of collective bargaining and artificial intelligence. **Transfer:** European Review of Labour and Research, v. 29, n. 1, p. 87-104, 14 mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/10242589231156515>. Acesso em: 15 maio 2023.
- MANDELLI, M. Understanding eco-social policies: a proposed definition and typology. **Transfer:** European Review of Labour and Research, v. 28, n. 3, p. 333-348, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/10242589221125083>. Acesso em: 15 maio 2023.
- MOREIRA, T. C.; DRAY, G. **Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho**. Lisboa: GEP / DSATD, 2022.
- NIEBLER, V.; KERN, A. **Organising YouTube** - A novel case of platform worker organising. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/iez/16535-20210225.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.
- PERES, R. S. *et al.* Industrial Artificial Intelligence in Industry 4.0 - Systematic Review, Challenges and Outlook. **IEEE Access**, v. 8, p. 220121-220139, 2020. Disponível em: 10.1109/ACCESS.2020.3042874. Acesso em: 15 maio 2023.
- PFEIFFER, S. The Vision of Industrie 4.0 in the Making - a Case of Future Told, Tamed, and Traded. **NanoEthics**, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11569-016-0280-3>. Acesso em: 15 maio 2023.
- PULIGNANO, V.; HAUPTMEIER, M.; FRANS, D. Determinants of union strategies towards the twin digital and green transitions in the German and Belgian automotive industry. **Transfer:** European Review of Labour and Research, p. 121-138, 14 mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/10242589231158066>. Acesso em: 15 maio 2023.
- ROSER, C. A Critical Look at Industry 4.0. **AllAboutLean.com**. 2015. Disponível em: <https://www.allaboutlean.com/industry-4-0/>. Acesso em: 15 maio 2023.
- SCHÄFFERS, K.; SCHROTH, J. **Shapping Industry 4.0 on Workers' Terms:** IG Metall's "Work+Innovation" Project. 2020. Berlin: [s.n.]. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/iez/16815.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.
- SCHMALZ, S.; DÖRRE, K. Der Machtressourcenansatz: Ein Instrument zur Analyse gewerkschaftlichen Handlungsvermögens. **Industrielle Beziehungen**, v. 21, n. 3, p. 217-237, 2014. Disponível em: <https://www.budrich-journals.de/index.php/indbez/article/view/27088>. Acesso em: 15 maio 2023.
- SCHMALZ, S.; LUDWIG, C.; WEBSTER, E. The Power Resources Approach: Developments and Challenges. **Global Labour Journal**, v. 9, n. 2, p. 113-134, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15173/glj.v9i2.3569>. Acesso em: 15 maio 2023.
- SCHMALZ, S.; THIEL, M. IG Metall's comeback: Trade union renewal in times of crisis. **Journal of Industrial Relations**, v. 59, n. 4, p. 465-486, 4 set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022185617714818>. Acesso em: 15 maio 2023.
- SCHMIDT, F. A. **Arbeitsmärkte in der Plattformökonomie** – Zur Funktionsweise und den Herausforderungen von Crowdwork und Gigwork. Bonn: [s.n.]. 2017. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/wiso/12826.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.
- SCHWAB, K. **The Fourth Industrial Revolution**. Geneva, Switzerland: World Economic Forum, 2016.

# referências

SILVA, A. M. DA. A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 34, p. 229, 27 set. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22409/tn.17i34.p38053>. Acesso em: 15 maio 2023.

SINDASP. **UH no 107/23** – Inteligência Artificial será debatida nesta quinta-feira (27) na Semana Desembaraça SP. 2023. Disponível em: <https://www.sindasp.org.br/index.php/2023/04/26/uh-no-107-23-inteligencia-artificial-sera-debatida-nesta-quinta-feira-27-na-semana-desembaraca-sp/>. Acesso em: 15 maio 2023.

SMABC. **Metalúrgicos do ABC participam de organização de fórum em defesa do meio ambiente**. 2019. Disponível em: <https://smabc.org.br/metalurgicos-do-abc-participam-de-organizacao-de-forum-em-defesa-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 15 maio 2023.

SMABC. **Carros elétricos compactos e a combustão terão preços equivalentes em breve**. 2023. Disponível em: <https://smabc.org.br/carros-eletricos-compactos-e-a-combustao-terao-precos-equivalentes-em-breve/>. Acesso em: 15 maio 2023.

STAAB, P. **Digitale Kapitalismus** - Markt und Herrschaft in der Ökonomie der Unknappheit. Berlin: Suhrkamp Verlag, 2019.

VANDAELE, K. **Will trade unions survive in the platform economy?** Emerging patterns of platform workers' collective voice and representation in Europe. Working Paper 2018.05. Brussels: [s.n.]. Disponível em: <https://www.etui.org/sites/default/files/Working Paper 2018.05 Vandaele Trade unions Platform economy Web.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

VANDAELE, K. **De la rue au «syndicalisme d'improvisation»**: Les coursier-e-s des plateformes de livraison de repas en Belgique et aux Pays-Bas. Berlin: [s.n.]. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/iez/16902.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

VERDOLINI, E. **Interlinkages between the just ecological transition and the digital transformation**. Brussels: [s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.etui.org/sites/default/files/2023-01/Interlinkages%20between%20the%20just%20ecological%20transition%20and%20the%20digital%20transformation-2023.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

Weber, L. “Vamos dar golpe em quem quisermos”, diz Elon Musk, dono da Tesla, sobre a Bolívia. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/25/vamos-dar-golpe-em-quem-quisermos-elon-musk-dono-da-tesla-sobre-a-bolivia>. Acesso em: 15 maio 2023.

WEF. **Mastering the Fourth Industrial Revolution**. 2016. Davos-Klosters, Switzerland: [s.n.]. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/world-economic-forum-annual-meeting-2016-mastering-the-fourth-industrial-revolution>. Acesso em: 15 maio 2023.

WEF. **Harnessing Artificial Intelligence to Accelerate the Energy Transition White Paper**. 2021. Geneva: [s.n.]. Disponível em: [https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_Harnessing\\_AI\\_to\\_accelerate\\_the\\_Energy\\_Transition\\_2021.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_Harnessing_AI_to_accelerate_the_Energy_Transition_2021.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.

WRIGHT, E. O. Working-Class Power, Capitalist-Class Interests, and Class Compromise. **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 4, p. 957-1002, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3003886>. Acesso em: 15 maio 2023.

# referências

# As condições de trabalho e a luta sindical

## do setor de mármore e granito do sul do Espírito Santo

*Luanna da Silva Figueira*

Doutoranda em Sociologia e Direito pela  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
E-mail: luanna\_figueira@hotmail.com

**Resumo:** As precárias condições de trabalho do setor de mármore e granito do sul do ES perpassam um meio ambiente que causa malefícios na ordem do acidente típico de trabalho. O acidente de labor, que afeta socialmente não apenas os trabalhadores do setor, mas que também estabelece relações diretas com toda a cultura da região – seja pelo contexto, pela estrutura socioeconômica ou como a própria família do trabalhador sofre o acidente típico de trabalho. Cabe relatar que o objeto do artigo é descrever as condições de trabalho no ambiente do setor de rochas, fomentando a importância e a necessidade das lutas sociais operadas pelo sindicato de categoria para a valorização do trabalhador e dos seus direitos trabalhistas.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente do Trabalho. Condições de Trabalho. Lutas Sindicais.

### Introdução

Este artigo terá enfoque em analisar a relação socioambiental do setor de mármore e granito do sul do ES, em conjunto com as suas precárias condições de trabalho, no que tangem à saúde e à segurança laboral, ofertadas à classe trabalhadora. Não obstante, analisará as consequências imputadas aos obreiros desse tripé, entre elas os acidentes fatais e mutiladores ou, até mesmo, as mazelas de origem sociocultural, como quando as famílias dos trabalhadores são afetadas direta ou indiretamente.

A discussão tem como cenário principal o movi-

mento social iniciado no ano de 1990, a Caminhada dos Mártires do Mármore, em combate aos acidentes típicos de trabalho ocorridos em detrimento das más condições de trabalho e da falta de resistência presente no ambiente até o momento. Essa mobilização deu origem à luta da classe trabalhadora por seus direitos laborais e foi, também, o estopim para a instituição do Sindicato dos Trabalhadores do Mármore e Granito do Espírito Santo (Sindimármore). Reconhecendo e descrevendo essa história, o presente excerto também tem por objetivo fomentar a estima e a fundamentalidade das lutas sociais operadas pelo sindicato da categoria visando à valorização do



obreiro e à garantia dos seus direitos justralhistas.

A pesquisa parte do parâmetro que o meio ambiente de trabalho está compreendido no rol de atribuições do artigo 200, VIII, da Constituição Federal, evidenciando sua autonomia conceitual e seu reconhecimento dogmático (BRASIL, 2016). A importância reconhecida na legislação sobre o ambiente laboral se justifica pela intrínseca relação entre a natureza, o trabalho e o ser humano (CAVALLIER, 2002). Relação essa que foi intensificada pela construção do liberalismo – que, posteriormente, deu origem ao neoliberalismo – ocorrida através da Revolução Industrial.

Portanto, cabe questionar o real motivo para a indústria extrativista mineral ser a causadora das maiores taxas de mortalidade dentre toda a indústria brasileira (PELLEGRINELLI, 2013), haja vista que esse é um setor que empregou cerca de cinquenta mil pessoas diretamente nos últimos doze anos (ABIROCHAS, 2022). Sendo assim, assumir e combater a inculpação, aos trabalhadores, do risco diário de acidentes e morte é preciso para que haja verticalização na discussão, colocando, por conseguinte, o obreiro como o ponto central do ambiente laboral, e não o trabalho prestado, como tem ocorrido no setor de rochas do sul do ES (MARANHÃO, 2018, p. 121).

## O meio ambiente laboral: extração de pedras, trabalho e vida

A vastidão jurídica evidencia que incide, no meio ambiente, uma incrível capacidade de retratar diversos contextos da realidade social natural e humana. Sendo assim, utiliza-se da ideia de Michel Prieur (2011), que reputa o meio ambiente como uma verdadeira “noção camaleão”.

Neste momento introdutório, o que importa é o fato de que a Constituição Federal alargou o campo de reflexão do meio ambiente, fortalecendo o reconhecimento de componentes estritamente humanos no que tange ao sociocultural, fornecendo ensejo para reações humanas sociais que vão além dos agentes físicos, químicos e biológicos. A lei estendeu o raio de alcance ambiental de forma a atingir condicionantes socioculturais – inclusive aqueles diretamente relacionados ao espaço social no qual estão inseridos os trabalhadores no caso de acidentes trabalhistas típicos. Em outras palavras, os familiares deles são os que sofrem os acidentes (MARANHÃO, 2018).

Com efeito, é mesmo revelador perceber o interessante paralelismo histórico entre as questões social e ambiental. Nota-se que a ânsia pelo lucro, ínsita ao capitalismo, intensificou-se sobremaneira com o deflagrar da Revolução Industrial, ocorrida a partir do século XVIII, trazendo consigo um sério agravamento das lesividades ambientais. A migração em massa para as cidades, formando uma imensa concentração de pessoas disponíveis como mão de obra, suscitou aglomerados de pessoas humanas em condições sanitárias precárias, com afetações diretas dos rios (MARANHÃO, 2018, p. 61).

Dessa feita, de forma ampla, no Brasil, de todos os setores industriais, a mineração é um dos mais perigosos. A indústria extrativista mineral é responsável pelas maiores taxas de mortalidade dentre toda a indústria brasileira: é responsável, hoje, por 30% dessas, seguida pelo setor da construção civil, que apresenta 17% (PELLEGRINELLI, 2013).

Dentro da mineração, estima-se que o setor de rochas ornamentais tenha gerado, pelo menos, 50.000 empregos diretos nos últimos 12 anos (ABIRO-

CHAS, 2022). Além disso, sabe-se que o referido setor apresenta altos índices de acidentes de trabalho – e os mais graves, quase sempre fatais, que acontecem na produção, ocorrem durante a movimentação, seja de chapas nas empresas ou de blocos nas estradas.

De fato, o setor mencionado é de enorme complexidade. Contudo, embora uma pedreira ou uma empresa tenha a mesma função de extração de blocos ou de beneficiamento de rochas, dificilmente é igual à outra; dependerá de fatores como a própria organização em termos de processo de trabalho, da inserção do trabalhador, dos maquinários utilizados, se são extraídas bancadas de forma horizontal ou vertical e do seu próprio planejamento sobre a aplicabilidade das normas de saúde e segurança laboral.

Nesse ínterim, é sabido que as atividades no setor de rochas do sul capixaba dividem-se basicamente em extração de blocos (trabalho em pedreiras), transformação desses em chapas de mármore (trabalho em serrarias) e beneficiamento – que produz bancadas de pias, ladrilhos e produtos industrializados. Há, ainda, o transporte de blocos, de chapas e de produtos e as moageiras, que utilizam as pedras refugadas da extração para a produção do pó de calcário (PACHECO; BARROS; SILVA, 2012).

Aos trabalhadores, imputa o risco de acidentes e de mortes que transita entre máquinas e pedras na indústria de rochas ornamentais analisado em todos esses setores de produção. Nesse sentido, considera-se um convívio de grandes inquietações, fazendo com que a luta pela saúde, pela vida e por um ambiente laboral seja diária (PACHECO; BARROS; SILVA, 2012).

Diante da construção essencial de um meio ambiente do trabalho salubre no setor, veja-se que é relativamente comum encontrar conceitos do local de labor construídos em torno do ambiente físico onde os serviços são prestados. Nota-se que, para o autor Silva (2013, p. 23), o meio ambiente do trabalho é “[...] o local em que se desenrola boa parte da vida do trabalhador, cuja qualidade de vida está por si só em íntima dependência da qualidade daquele ambiente [...]”.

Na mesma linha de raciocínio, para Luiz Alberto David Araujo e Vidal Nunes, o ambiente laboral é “[...] o espaço-meio de desenvolvimento da ativida-

de laboral, como o local hígido, sem periculosidade, com harmonia, para o desenvolvimento da produção e respeito à dignidade da pessoa humana [...]” (MARANHÃO, 2018).

Há de se reconhecer que o local físico de prestação de serviços é um alicerce primordial para o conceito da realidade labor-ambiental. Por sua vez, o ambiente laboral opera além de um espaço, mas também de um “[...] conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica e social que afetam o trabalhador no exercício na sua atividade laboral [...]” (MARANHÃO, 2018, p. 116).

Diante desse contexto, o gênero profissional da atividade mineradora de rochas torna-se cada vez mais fragilizado, pois os recursos do meio ambiente laboral são escassos e operam por meio de um conjunto de fatores que deixam de ser estáticos e passam a ser encarados como um sistema genuinamente social. Ou seja, a questão ambiental no local de trabalho não passa a ser visualizada com ênfase no aspecto humano (MARANHÃO, 2018).

Assim, o ambiente de trabalho pode ser julgado como um exemplo de emergência da questão social, visto que atinge diretamente a saúde do trabalhador. Nesse caso, requer estratégias de políticas públicas que possam responder e assegurar condições de recriação de uma melhor coesão social para todos.

A pedra angular do conceito de meio ambiente em questão deve ser o trabalhador, não apenas o trabalho prestado. “Isso só reforça nossa convicção de que o desafio atual está em erigir um conceito de labor-ambiente que, efetivamente, gire em torno do trabalhador e não do trabalho” (MARANHÃO, 2018, p. 121). Isso é, trata-se de um conjunto alicerçado nas interações ambientais do local do trabalho e da própria dignidade humana do trabalhador, essencialmente humanista, conforme aponta o Ministro José Delgado, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao afirmar que “[...] meio ambiente do trabalho é o conjunto de condições existentes no local de trabalho, relativo à qualidade de vida do trabalhador” (BRASIL, 2007, p. 252).

Por corolário, o meio ambiente do trabalho sadio faz um contexto coerente com a luta pelos direitos sociais trabalhistas, a qual também se insere na perspectiva de assegurar ao trabalhador um espaço sau-

dável, equilibrado e seguro, questões que afetam a proteção ecológica do labor.

Por suposto, uma mesma questão será respondida de diferentes maneiras em contextos políticos, culturais e institucionais distintos, gerando diversos padrões de proteção social (MATTEI, 2019). O meio ambiente no setor de mármore e granito no sul do estado do ES assiste ao processo de mercantilização dos serviços sociais, da educação, da saúde e da previdência. Esses são cada dia mais vistos como mercadorias e subordinados à lógica e à dinâmica de expansão do mercado.

Conforme Antunes (2020), ao longo dos anos, com a produção em massa, a ampliação do controle da jornada e a intensificação do trabalho – questões

No setor de mármore e granito, há predominância de um ambiente laboral de alto risco para os trabalhadores diante de alguns perigos, sendo eles: a inalação de partículas de silicose; grande contato direto com ruídos e vibrações; turnos noturnos e/ou rotativos da jornada; derrocada de solos; exposição à radiação ultravioleta; desconforto térmico – frio e calor intensos; cronodisrupção; manuseamento de cargas excessivas; queda de alturas – seja de objetos ou do próprio trabalhador; uso de máquinas sem a devida instrução; entalhamento e esmagamento por chapas de rochas; descargas elétricas; entre outras situações de acidentes típicos.

proporcionadas pela expansão do taylorismo e do fordismo –, os acidentes de trabalho e adoecimentos com nexos passaram a fazer parte do cotidiano laboral.

No setor de mármore e granito, há predominância de um ambiente laboral de alto risco para os trabalhadores diante de alguns perigos, sendo eles: a inalação de partículas de silicose; grande contato direto com ruídos e vibrações; turnos noturnos e/ou rotativos da jornada; derrocada de solos; exposição à radiação ultravioleta; desconforto térmico – frio e calor intensos; cronodisrupção; manuseamento de cargas excessivas; queda de alturas – seja de objetos ou do próprio trabalhador; uso de máquinas sem a devida instrução; entalhamento e esmagamento por chapas de rochas; descargas elétricas; entre outras situações de acidentes típicos.

Dessa forma, o ambiente de trabalho envolvendo a extração e o beneficiamento de rochas é considerado uma das atividades empresariais mais perigosas, visto que acidentes mortais ocorrem com frequência e são o dobro dos existentes no setor da construção civil. Isso se justifica pelo ambiente laboral com alta periculosidade, insalubridade e uso de máquinas de grande porte, bem como pela presença de grande quantidade de poeira de silicose – que acaba por diminuir a visão dos trabalhadores. Ademais, boa parte dos acidentes da área está associada às tarefas de manutenção, utilização de veículos e máquinas no próprio ambiente, quedas de alturas significativas e esmagamentos por pedras/rocha (MOULIN; MINAYO-GOMEZ, 2008).

O risco de acidente diz respeito a uma espécie de entidade onipresente nos ambientes de trabalho, uma vez que todos os operários precisam enfrentá-lo no dia a dia laboral, independentemente do grau de perigo de cada atividade exercida. Ocorre, pois, que, através da enorme multiplicidade deste no ofício do setor mineral, as possibilidades negativas do respectivo ambiente ultrapassam outras ocupações laborais.

A atividade, embora importante, traz um complexo de problemas sociais à região ao promover agravos à própria saúde dos trabalhadores e acidentes fatais em face dos riscos de trabalho proporcionados pelo meio ambiente laboral.

## As condições de trabalho e percepções de riscos no setor de rochas do sul do ES

Uma das técnicas mundiais empresariais empregadas corresponde à ideia de que, ao aumentar o tempo de trabalho do empregado e sua produção, consequentemente, os ganhos financeiros da empresa serão ampliados também. Porém, nessa esteira, observa-se que quanto maior é a jornada empregada, mais difíceis demonstram ser as condições de trabalho apresentadas ao trabalhador. Nesse sentido, indicam situações hostis à saúde dele e números al-

tos relacionados aos acidentes de labor – esses que equivalem ao fenômeno dos acidentes chamados de típicos (PRAUN, 2016).

O risco de acidente diz respeito a uma espécie de entidade onipresente nos ambientes de trabalho, uma vez que todos os operários precisam enfrentá-lo no dia a dia laboral, independentemente do grau de perigo de cada atividade exercida. Ocorre, pois, que, através da enorme multiplicidade deste no ofício do setor mineral, as possibilidades negativas do respectivo ambiente ultrapassam outras ocupações laborais. Isto é, “cada acidente só ocorre porque a montante existe um qualquer conjunto de riscos laborais que se transformou em acidente. As percepções de riscos laborais traduzem a visão dos trabalhadores sobre os riscos aos quais se encontram expostos no decurso da sua atividade laboral” (AREOSA, 2012, p. 2).

O entendimento desses riscos por cada trabalhador é um processo que ocorre de maneira distinta, visto que, historicamente, cada pessoa tem o seu próprio tempo, contexto e espaço. Na perspectiva de Palma-Oliveira *et al* (2005), a percepção de perigos é fortemente condicionada pela identidade social dos operários que sofrem com o ambiente laboral mineral degradante da região sul do ES.

Para além disso, existem outros fatores de risco “reais” que podem influenciar substancialmente as percepções de riscos nos locais de trabalho: fatores individuais (condição física e psíquica do trabalhador: fadiga, doença, stress, consumo de álcool ou drogas etc.); riscos percebidos pelos sentidos humanos (riscos visíveis); riscos não percebidos pelos sentidos humanos (riscos invisíveis); ambiente ocupacional (ruído, iluminação, qualidade do ar etc.); e fatores organizacionais (mobbing, trabalho monótono e cadenciado, trabalho noturno etc.). Quando a percepção de riscos de determinados trabalhadores se apresenta enviesada, decorrendo da sua falta de competências para efetuar uma avaliação “correta e objetiva” dos riscos, ou seja, aquilo que nós definimos como iliteracia para a avaliação de certos riscos, esta condição pode originar decisões inadequadas, a prática de comportamentos arriscados e ações inapropriadas durante as jornadas de trabalho. A reduzida percepção de riscos no trabalho constitui-se como uma antecâmara para os acidentes de trabalho (AREOSA, 2012, p. 58-59).

Desse modo, é nítido que uma percepção dos riscos laborais se revela de importante aspecto para o cuidado do ambiente de trabalho no setor mineral e para a contenção dos acidentes típicos. Outro fator relevante que influencia na saúde e na segurança do trabalhador da área é o contato de forma regular com as situações de risco. Em outras palavras, com a exposição continuada a esses riscos, ele tende a não notar mais o perigo como antes, diante dessa naturalização (LIMA, 2005).

Acidente de trabalho é radicalização da expressão que aponta para uma total deterioração das condições de labor sob o aspecto de uma gestão de flexibilidades. Todos os riscos sofridos pelos trabalhadores se desenvolvem diante das margens de organização do contexto do seu ofício, que oscila fora do discurso de valorização, do controle físico e mental extremados (PRAUN, 2016).

É nesse ambiente que é possível notar uma alta prevalência de agravos à saúde física dos trabalhadores do setor de rochas, os quais operam diante de relações de poder, em que “[...] comparecerem como seres assujeitados pela organização do trabalho, [...] sendo compelidos a ir além de seu limite subjetivo sistematicamente [...]” (MAENO; PAPARELLI, 2013, p. 146). Essa consideração faz com que, além de todos os riscos já mencionados, os trabalhadores e os familiares se fragilizem emocionalmente.

Conforme um estudo feito por Cordeiro (LIMA, 1999), quanto menor for a percepção do risco, maior será a probabilidade de o empregado sofrer um acidente de trabalho. Isto é, o autor desenvolveu a hipótese de que o operário com níveis de assimilação mais baixos ou que opere em ambientes laborais insalubres e penosos, como o setor mineral, apresenta certa naturalização dos perigos diários proporcionados pelo labor.

Contudo, os acidentes podem servir como força motriz para a alteração das percepções de riscos (LIMA, 1999, p. 68), visto ser sempre a materialização de determinado perigo o que dá origem ao acidente, tornando-o, assim, mais visível a todos (LIMA, 1999).

No mesmo sentido, verifica-se que as percepções de riscos dos trabalhadores menos experientes no posto de trabalho tendem a corresponder aos me-

lhores entendimentos de perigos e maiores índices de uso dos EPIs. Em contrapartida, os funcionários mais velhos e mais experientes podem sentir menos necessidade no que diz respeito à utilização dos equipamentos de proteção individual (AREOSA; DWYER, 2010). “Assim, integrar as diferentes percepções de riscos dos trabalhadores nas análises de riscos é um passo fundamental para o sucesso de um programa de gestão de riscos organizacionais e, por consequência, para a prevenção de acidentes” (AREOSA, 2012, p. 9).

Dessa forma, integrar as diferentes visões de riscos dos trabalhadores nas análises do cotidiano mineral é um passo fundamental para o sucesso de um programa de prevenção de acidentes, que, de acordo com Mattos e Másculo (2011, p. 37-38), divide-se em vários:

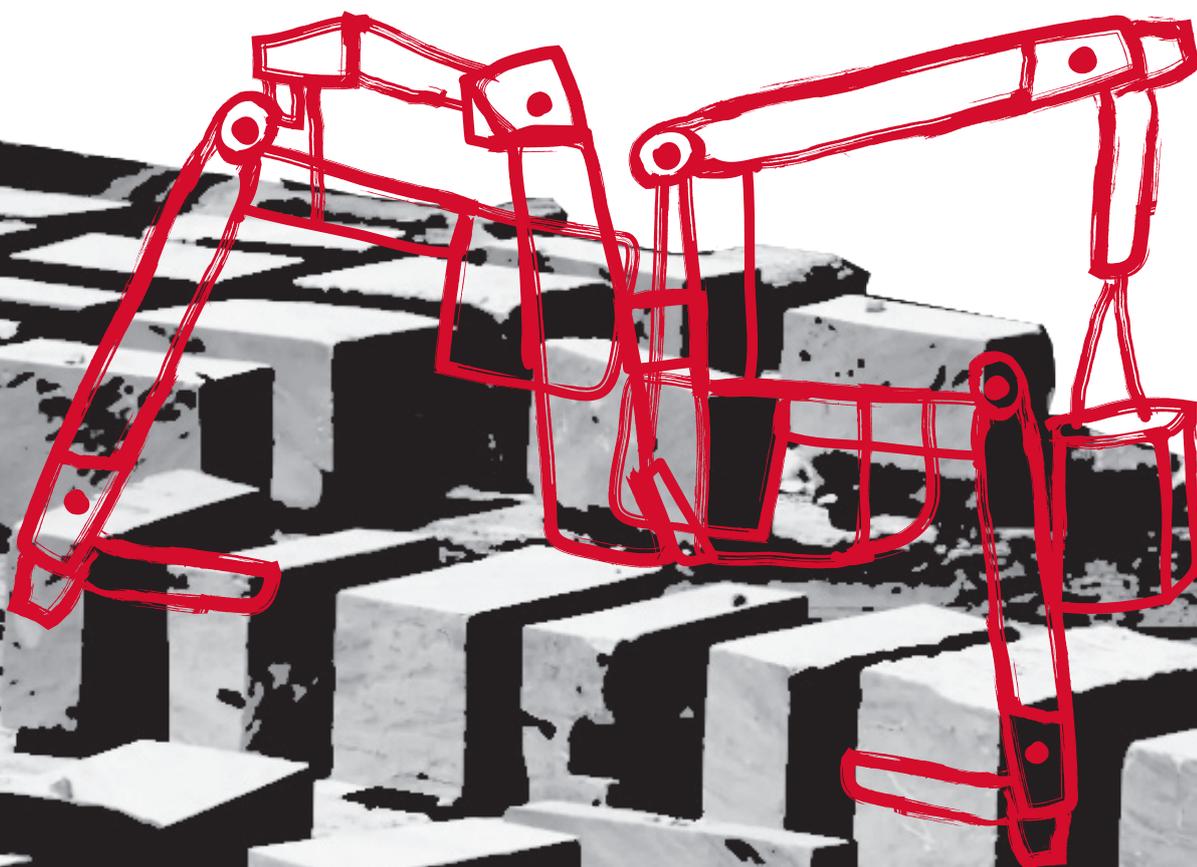
Conforme um estudo feito por Cordeiro (LIMA, 1999), quanto menor for a percepção do risco, maior será a probabilidade de o empregado sofrer um acidente de trabalho. Isto é, o autor desenvolveu a hipótese de que o operário com níveis de assimilação mais baixos ou que opere em ambientes laborais insalubres e penosos, como o setor mineral, apresenta certa naturalização dos perigos diários proporcionados pelo labor.

- Riscos mecânicos: são aqueles provocados pelos agentes que demandam o contato físico direto com a vítima para manifestar sua nocividade. Além dos materiais cortantes, são exemplos de agentes geradores de riscos mecânicos os materiais aquecidos, os perfurocortantes, os que estão em movimento, os energizados, dentre outros. [...] - Riscos físicos: são ocasionados por agentes que têm capacidade de modificar as características físicas do ambiente, que, no momento seguinte, causará agressões em quem estiver nele imerso. Por exemplo, a existência de um tear numa tecelagem insere no ambiente um risco do tipo estudado, já que tal máquina produz ruídos, isto é, ondas sonoras que alterarão a pressão acústica que incide sobre os ouvidos dos operários. Os exemplos são: ruídos (que podem gerar danos ao aparelho auditivo, como a surdez, além de outras complicações), iluminação, calor, vibrações e radiações. [...] - Riscos químicos: provocados por agentes que modificam a composição química do meio ambiente. Por

exemplo, a utilização de tintas a base de chumbo introduz no processo de trabalho um risco do tipo aqui enfocado, já que a simples inalação dessa substância pode ocasionar doenças como saturnismo. [...] - Riscos biológicos: são aqueles introduzidos nos processos de trabalho pela utilização de seres vivos (em geral, micro-organismos) como parte integrante do processo produtivo, tais como vírus, bacilos, bactérias etc., potencialmente nocivos ao ser humano. Esse tipo de risco pode ser decorrente, também, de deficiências na higienização do ambiente de trabalho. Tal problema pode viabilizar, por exemplo, a presença de animais transmissores de doenças (ratos, mosquitos etc.) ou de animais peçonhentos nos locais de trabalho [...] - Riscos ergonômicos: são aqueles introduzidos no processo de trabalho por agentes (máquinas, métodos etc.) inadequados às limitações de seus usuários. Por exemplo, a realização da atividade de levantamento manual de cargas com o método das “costas curvadas” pode vir a provocar problemas lombares [...]. - Riscos sociais: aqueles causados pela forma de organização do trabalho adotada na empresa, que podem provocar comportamentos sociais (dentro e/ou fora do ambiente de trabalho) incompatíveis com a preservação da saúde. Exemplos de riscos sociais são: divisão excessiva do trabalho, jornada e intensificação

do ritmo de trabalho. Entre os principais efeitos sobre as pessoas estão as doenças de fundo nervoso e mental.

Diante dos riscos do cotidiano no setor de rochas ornamentais, o terceiro fator em busca de um trabalho seguro é a utilização dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs). Buscando cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, as empresas devem ficar atentas a essa questão, conforme expõe a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-06) – que está de acordo com a classificação estabelecida pela Portaria da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) nº 787, de 29 de novembro de 2018 (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, 2020) –, instruindo seus empregados quanto às precauções de acidentes e doenças ocupacionais. Sob pena de responsabilidade, as organizações também precisam fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual. Esses são acessórios destinados a proteger a integridade física do trabalhador ou atenuar os riscos que corre. Evitam lesões ou minimizam a sua gravidade em casos de acidentes do trabalho, bem como os impactos ocasionados pelos processos gerados, conforme argumenta o autor Baptistini:



Os impactos do processo de trabalho na saúde dos trabalhadores se dão a partir das condições específicas de trabalho – que se constituem nos aspectos físicos, químicos e biológicos do ambiente de trabalho (temperatura, vibrações, radiações, poeira e ruídos, dentre outros) – e das formas de organização do trabalho – que dizem respeito à divisão técnica e social do trabalho, como, por exemplo, a hierarquia interna dos trabalhadores, o controle por parte da empresa do ritmo e das pausas de trabalho (BAPTISTINI, 2009, p. 29).

Dessa feita, as empresas do setor de rochas precisam observar o meio ambiente laboral e ficar atentas às instalações de depósito, armazenagem e manuseio de produtos inflamáveis, bem como à eliminação de poeira nas pedreiras, a proteção contra incêndio e a higiene nos locais de trabalho, entre outras medidas, observando sempre a valoração e a criação de um ambiente sem riscos para os trabalhadores. Afinal, nas palavras de Maranhão:

[...] a percepção de um meio ambiente equilibrado há de ser vivenciada não apenas no mergulhar em rios límpidos e no gozar de uma boa satisfação estética. Também há de englobar, seguramente, o simples ato de voltar para casa íntegro e sadio, mesmo depois de um dia exaustivo de trabalho (MARANHÃO, 2018, p. 257).

Assim, a existência de condições inadequadas no ambiente laboral diminui a produtividade, isto é, os acidentes de trabalho típicos são mais onerosos e podem apresentar consequências graves, tanto diretas quanto indiretas, para as vidas dos operários e das suas famílias (MORAES, 2008, p. 40). Ocorre, porém, que os EPIs são importantes e obrigatórios, mas a saúde e a segurança do trabalho no setor mineral não se resumem apenas em equipamentos individuais de proteção; perpassam pela valorização do trabalho humano.

Diante disso, adentra-se em um fator essencial para um ambiente mineral seguro: o processo de valorização do trabalhador mediante a reestruturação e a utilização da força de trabalho dos operários do setor de mármore e granito, que perpassa pela ocorrência de uma organização sindical forte e combatente.

## A romaria dos mártires: a organização sindical do setor

No ano de 1990, mais precisamente no dia 29 de abril, começaram a ser fomentadas, na região sul do estado do ES, por meio de uma parte da sociedade, a preocupação e a necessidade com as questões sociais e a vida dos trabalhadores do setor de rochas.

No ramo do mármore e granito na região analisada do Espírito Santo, as lutas por direitos sociais e dignidade têm uma figura forte e precisa: a Irmã Madalena, uma freira salesiana da diocese de Cachoeiro de Itapemirim, defensora das questões sociais e preocupada com os acidentes de trabalho no setor em questão. Ela foi a pioneira na organização da caminhada ocorrida no ano mencionado anteriormente, como uma forma de protesto contra os acidentes típicos na área, que começaram nos anos 90 (OLIVEIRA, 2005).

As empresas do setor de rochas precisam observar o meio ambiente laboral e ficar atentas às instalações de depósito, armazenagem e manuseio de produtos inflamáveis, bem como à eliminação de poeira nas pedreiras, a proteção contra incêndio e a higiene nos locais de trabalho, entre outras medidas, observando sempre a valoração e a criação de um ambiente sem riscos para os trabalhadores.

Em 1990, os acidentes típicos de trabalho do setor ainda eram tímidos e não conhecidos pela sociedade. A produção econômica da área apresentava mais força do que mazelas. Porém, com um olhar humano e atento, a Irmã Madalena iniciou uma movimentação social em torno das operações industriais e dos acidentes típicos da região, destacando as quedas devido à falta de uso de cintos de segurança e de proteção de telas, expondo a sua aflição com os trabalhadores, que se desintegraram em explosões de dinamite nas pedreiras por manusearem bombas sem antes terem recebido um treinamento adequado (OLIVEIRA, 2005).

Em suas falas, voltadas à sociedade capixaba, a Irmã Madalena ainda destacou vários casos de traumatismo craniano e esmagamentos por deslizamento de blocos sobre trabalhadores. Falou até a respeito de afogamentos provocados por quedas em poços. Indignada, ela afirmou que conhecia o setor de extração rochosa há anos e não via qualquer mudança. “O que temos visto são familiares enterrando pais e filhos, e o sistema de extração prossegue, do mesmo jeito, aumentando a produção e proporcionalmente o número de acidentes” (OLIVEIRA, 2005, p. 15).

A caminhada idealizada pela Irmã Madalena foi além das suas próprias expectativas, fomentando nos trabalhadores do setor a vontade de lutar em prol de seus direitos sociais laborais. Foi assim que surgiu a ideia de se formar uma organização para a defesa dos trabalhadores do mármore e granito. Esse fato deve ser creditado ao clamor da Caminhada dos Mártires, puxado pelas sofridas comunidades mineiras da região de Alto Gironde em conjunto com a Igreja Católica.

Com esse olhar atento da irmã Madalena e com o intuito de mobilizar toda a sociedade capixaba – que, em 1990, desconhecia os fatos expostos –, no dia 1º de maio de 1990, data em que se comemora o Dia do Trabalho, ocorreu o movimento batizado de Caminhada dos Mártires do Mármore, na localidade de Alto Gironde, interior do sul do Espírito Santo, pertencente à cidade de Cachoeiro de Itapemirim (OLIVEIRA, 2005).

O movimento contou com uma multidão que caminhava proferindo palavras em favor de um trabalho seguro e sem mortes. Muitas viúvas e diversos órfãos participaram da caminhada, sendo que muitos desses também já estavam trabalhando na mesma atividade, responsável por ter ceifado a vida de seus pais e irmãos – ou seja, operando em uma atividade laboral que demonstra ser perpétua entre gerações.

Os gritos por um trabalho com segurança e a ideia da Irmã Madalena de mobilizar a atenção para os acidentes que estavam ocorrendo no setor provocaram efeitos na sociedade capixaba, conforme os comentários locais após o movimento do dia 1º de maio de 1990.

No dia seguinte, em toda a região de extração de mármore e granito, inclusive nos distritos de Itaoca, Alto Moledo e Gironde, que pertencem ao município de Cachoeiro de Itapemirim, não se falava em outra coisa senão sobre a Caminhada dos Mártires, que foi o grito simbólico daqueles que derramaram seu sangue sobre as pedras (OLIVEIRA, 2005, p. 31).

Porém, a caminhada idealizada pela Irmã Madalena foi além das suas próprias expectativas, fomentando nos trabalhadores do setor a vontade de lutar em prol de seus direitos sociais laborais. Foi assim que surgiu a ideia de se formar uma organização para a defesa dos trabalhadores do mármore e granito. Esse fato deve ser creditado ao clamor da Caminhada dos Mártires, puxado pelas sofridas comunidades mineiras da região de Alto Gironde em conjunto com a Igreja Católica.

Como regra, em sua jornada laboral, os trabalhadores tendem a minimizar os riscos que correm comparando-os a outras realidades (RUNDMO, 2000, p. 52). Assim, em face da caminhada realizada, fomentou-se a percepção dos riscos inerentes ao labor dos trabalhadores da categoria de minério do sul do ES.

Dessa maneira, a ideia de pertencimento coletivo, advindo da história de gratidão estabelecida na relação entre empregado e patrão, deu abertura para um conhecimento ampliado dos trabalhadores sobre os efeitos dos riscos à própria saúde, aos quais se submetem diariamente no setor mineral, criando uma valoração social em busca de mecanismos de defesa, conforme aponta o autor João Areosa:

O conhecimento dos trabalhadores sobre os efeitos e consequências de determinado risco tanto pode ser refinado e aprofundado como difuso e impreciso. Todavia, a partir do momento em que os riscos são percebidos, identificados e reconhecidos como potencialmente nocivos, passam a ser objeto de valoração social, investidos de um sentido próprio, que tanto pode ser alvo de elevadas preocupações como de simples desinteresse (AREOSA, 2012, p. 68).

Todas as percepções de riscos inerentes aos trabalhadores estão profundamente interligadas com os processos de socialização. Assim, dependem de valores culturais e grupais para o seu desenvolvimento

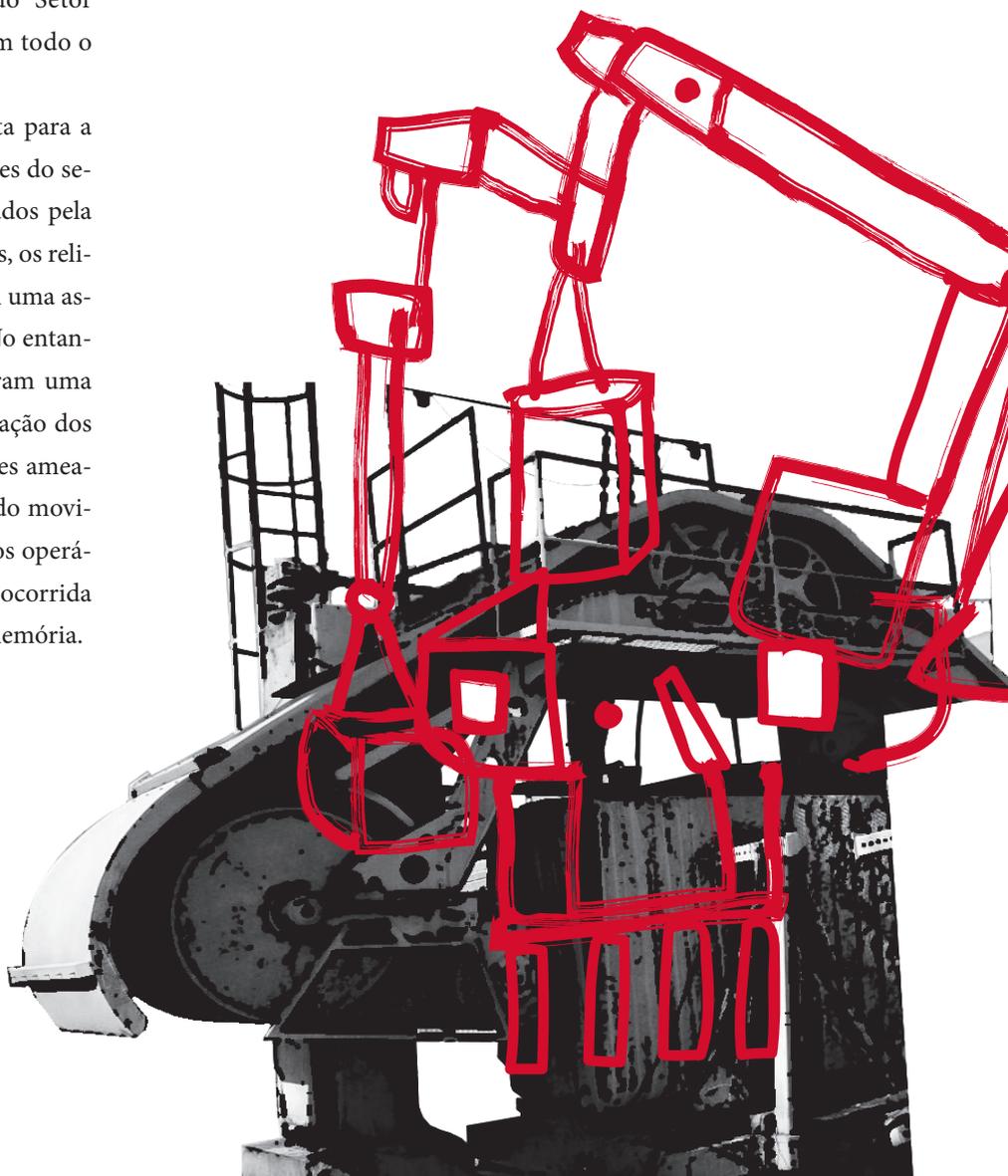
(LIMA, 2005). Mediante a concepção criada de forma coletiva por meio da Caminhada dos Mártires, os operários do mármore e granito começaram a observar o setor de forma desestruturada no que tange às ideias de reciprocidade e gratidão. Isso deu lugar ao desejo por um labor com maior segurança.

Dessa maneira, o Sindicato dos Trabalhadores do Mármore e Granito do Espírito Santo (Sindimármore) foi fundado em 25 de agosto de 1990 e teve tanto o seu registro quanto o seu reconhecimento institucional firmados em março de 1991. Apresentava dois ideais: lutar por direitos laborais e combater a estrutura acidental na categoria (SINDIMÁRMORE, 2022).

No ano seguinte, o sindicato filiou-se à Federação Nacional dos Trabalhadores da Construção e da Madeira (FNTICM). Hoje também é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral (CNTSM), ofertando cobertura em todo o território capixaba.

Ocorre, pois, que houve uma grande luta para a efetiva criação do sindicato dos trabalhadores do setor. De acordo com Oliveira (2005), animados pela manifestação de 1º de maio, os trabalhadores, os religiosos e o advogado José Irineu convocaram uma assembleia para a constituição do sindicato. No entanto, os trabalhadores da categoria encontraram uma dupla dificuldade para a sua fundação: a reação dos empregadores e o temor, visto que os patrões ameaçaram demitir todos os que participassem do movimento que se fortalecia. Vale registrar que os operários do setor ainda guardavam a experiência ocorrida no ano de 1986, em Itaoca Pedra, clara na memória.

Em 1986, no distrito de Itaoca, o trabalhador Ibrahim, indicado em assembleia para representar trabalhadores na negociação entre a Federação dos Trabalhadores de Indústria e a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), não suportando assistir à negação de todas as reivindicações dos trabalhadores, retirase da negociação, após fazer discurso veemente contra a má vontade patronal. Depois de duas rodadas de negociações e todas as cláusulas reivindicadas negadas, houve assembleia geral dos trabalhadores, que insistiram em ouvir a opinião de Ibrahim. Este, diante da intransigência patronal, em face a uma situação salarial difícil, um trabalho penoso, sem nenhuma perspectiva de melhorias, não via outra saída senão cruzarem os braços. Os trabalhadores aderiram à greve e esta se fortaleceu. A população sai às ruas em manifestação de apoio e solidariedade. As reações não tardaram: logo nas primeiras horas da greve, um encarregado joga seu carro



em cima de Ibrahim. No segundo dia, ele recebe uma ameaça de morte, caso o movimento continuasse. No terceiro dia, com a presença da polícia militar no pequeno distrito, os trabalhadores e a população se assustam. No quarto dia, o movimento perde a força. Nesse ínterim, a Federação das Indústrias já havia ajuizado dissídio coletivo, e nenhuma das reivindicações dos trabalhadores foi aceita. Os trabalhadores foram derrotados na luta, e Ibrahim sofre as consequências pessoalmente, com uma morte civil. Perde o emprego e é culpabilizado em pessoa pelo fracasso do movimento grevista – ele passa a ser o “exemplo” dado pelos patrões aos que se aventurassem novamente em reivindicações e afins. Foi socialmente isolado, perseguido e humilhado, passou a trabalhar com pedras marruadas, e sua vida material foi se deteriorando cada vez mais. Esse era para os trabalhadores do setor o exemplo que gerava pavor de sequer se aproximar ou conversar com alguém disposto a fundar um sindicato (OLIVEIRA, 2005, p. 25).

Criando forças para lutar por um ambiente seguro e por direitos, a categoria profissional dos trabalhadores do mármore e granito do sul do ES consolidou o seu próprio portfólio de riscos laborais, percebendo com mais clareza e compreendendo os riscos inerentes ao ambiente.

Assim, ao longo do tempo, os acidentes fatais e mutiladores, desses que “[...] esmagam um homem, arranca a cabeça e que fica como uma folha de papel [...]”, começaram a ter certa visibilidade social. Em primeiro lugar, nos lamentos de dor das viúvas, dos órfãos e dos pais que perderam seus filhos nessa atividade e, mais fortemente, a partir da constituição do sindicato dos trabalhadores, em 1991, como nas suas reivindicações por melhores condições de trabalho (OLIVEIRA, 2005, p. 14).

Qualquer forma de percepção de riscos laborais é um processo de interpretação de uma dada realidade ocupacional do ambiente de trabalho e é atravessado por questões socioculturais organizacionais. Dessa maneira, o entendimento dos riscos dentro do trabalho é construído a partir dos que existem nos locais de serviço e são vividos pelos próprios trabalhadores, os quais sofrem influências de discursos e práticas

produzidos socialmente, bem como de fatores político-ideológicos dos sujeitos (AREOSA, 2014).

Nessa dinâmica de interação social nas relações de trabalho, o sindicato da categoria produziu e reproduziu os limites das percepções dos riscos laborais no setor de rochas ornamentais do sul do ES, desenvolvendo o entendimento de um meio ambiente seguro e com seus direitos garantidos para a coletividade e o grupo laboral.

É nesse contexto que faz sentido afirmar: as percepções de riscos laborais são socialmente construídas e são indissociáveis de valorações objetivas ou subjetivas. Envolvem um “[...] mesmo objeto de uma deliberada transmissão e reprodução social [...]” (GRANJO, 2004, p. 131).

A despeito das dificuldades iniciais, de acordo com Oliveira (2005), a luta sindical na área ganhou força. Em 1995, ocorreu uma greve com a liderança em questão para reivindicar equiparação salarial aos trabalhadores do setor do norte do estado, visto que eles haviam conseguido um bom acordo. A greve tomou “corpo” e chamou a atenção da imprensa, que deu visibilidade às condições de trabalho da região e ao grande número de acidentes ali ocorridos (OLIVEIRA, 2005).

Em conjunto com a visibilidade midiática, o setor também passou a contar com a ajuda da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (Fundacentro), que promoveu, em 1995, uma pesquisa sobre as condições, os riscos e a penosidade do trabalho nas pedreiras do sul do estado, vinculando e produzindo um vídeo. Para o material, vários trabalhadores acidentados do setor foram entrevistados, com o objetivo de demonstrar e provar as condições perigosas no ambiente laboral e seu fator sub-humano (OLIVEIRA, 2005).

Criando forças para lutar por um ambiente seguro e por direitos, a categoria profissional dos trabalhadores do mármore e granito do sul do ES consolidou o seu próprio portfólio de riscos laborais, percebendo com mais clareza e compreendendo os riscos inerentes ao ambiente. Cooper (1997) afirma que cada grupo profissional trabalha em diferentes “mundos de risco”, mesmo em atividades similares, visto que o autor concebe essa ideia como algo culturalmente determinado.

## Conclusão

A par dos debates conceituais levantados por este estudo, fato é que, ao analisar o setor de rochas ornamentais do sul do ES, partindo do exame das difíceis condições laborais – com enfoque na saúde e segurança do trabalho – é possível notar que existe, em grande parte dos casos, a exclusão de trabalhadores do meio ambiente laboral seguro e com saúde, o que reflete diretamente em questões sociais que margeiam este obreiro. Destaca-se que se trata de um problema que ainda demanda resposta por parte do governo e da sociedade, ou seja, a emergência de uma questão social implica seu enquadramento por meio de políticas e instituições específicas – as chamadas políticas sociais.

Nessa perspectiva, procurando por respostas que incluem o cuidado de si e o risco que correm, os trabalhadores do setor consolidaram uma força sindical para que pudessem planejar a vida no futuro – proveniente do trabalho para a construção do sindicato dos trabalhadores, diante da emergência da saúde e do direito à vida como questões defendidas em forma de luta laboral.

Dessa maneira, ao longo do tempo, também modificaram toda uma cultura regional, em que a fala sobre acidentes e agravos à saúde relacionados ao trabalho no setor era tabu. Esse processo marcou a transição do colono rural para a condição de trabalhador cidadão mais ciente de seus direitos. É a resistência do sindicato em prol de um socioambiente

de trabalho saudável e combativo quanto às condições de trabalho contrárias à saúde e à segurança dos trabalhadores.

O trabalho, em sua função documental, abordou os efeitos arrojados aos trabalhadores do setor de mármore e granito do sul do Espírito Santo, pontuando os riscos diários de acidentes mutiladores ou fatais, como também os problemas socioculturais gerados, principalmente, às famílias desses obreiros. Inobstante, a pesquisa relatou a mobilização da referida classe trabalhadora, em parceria com personalidades e entidades, que culminou na Caminhada dos Mártires do Mármore e, sequentemente, na instituição do Sindimármore (Sindicato dos Trabalhadores do Mármore e Granito do Espírito Santo). Dessa maneira, ao criar um referencial teórico histórico, alcançou-se o objetivo de demonstrar o real valor do sindicato e da luta sindical para a conquista e garantia dos direitos dessa classe laboral.

Sob essa perspectiva, foi possível indagar a causa que levaram as empresas de extração de rochas a alcançarem as maiores taxas de mortalidade, se comparadas com as demais empresas da indústria brasileira. Concluindo que ainda falta ao setor de rochas ornamentais do sul do ES deixar de colocar o trabalho prestado como ponto nevrálgico e entender que o centro deve ser o trabalhador, portanto, cabe, a partir desta fomentação epistemológica, combater os riscos diários imputados aos trabalhadores fazendo valer seus direitos juslaborais e propiciando um ambiente de trabalho seguro e com saúde. **US**



- ABIROCHAS. **Informes ABIROCHAS**. 2022. Disponível em: <https://abirochas.com.br/biblioteca/informes-abirochas/>. Acesso em: 26 nov. 2022.
- ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2020.
- AREOSA, J. A importância das percepções de riscos dos trabalhadores. **International Journal on Working Conditions**, Portugal, n. 3, jun. 2012, p. 54-64.
- AREOSA, J. As percepções de riscos ocupacionais no setor ferroviário. **Sociologia: problemas e práticas**, [S.I.], n. 75, p. 83-107, 2014.
- AREOSA, J. As percepções de riscos dos trabalhadores: qual a sua importância para a prevenção de acidentes de trabalho? *In*: NETO, H. V.; AREOSA, J.; AREZES, P. (orgs.). **Impacto social dos acidentes de trabalho**. Vila do Conde: Civeri Publishing, 2012, p. 66-97.
- AREOSA, J.; DWYER, T. Acidentes de trabalho: uma abordagem sociológica. **Configurações**, [S.I.], v. 7, p. 107-128, 2010.
- BAPTISTINI, M. A. **Trabalhadores do setor de rochas ornamentais: vida, trabalho, saúde e acesso aos serviços de saúde**. Vitória. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2009.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 14 nov. 2022.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 1ª turma. RESP. 725.257/MG. Relator: Ministro José Delgado. Julgado em 10 de abril de 2007. Diário da Justiça, 14 maio 2007.
- CAVALLIER, F. O trabalho, as trocas, a técnica. *In*: CAVALLIER, F. *et al* (orgs.). **As grandes noções da filosofia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002, p. 1073-1127.
- COOPER, D. Evidence from safety culture that risk perception is culturally determined. **The International Journal of Project Business Risk Management**, [S.I.], v. 1, p. 185- 202, 1997.
- GRANJO, P. **Trabalhamos sobre um barril de pólvora: homens e perigo na refinaria de Sines**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- LIMA, M. L. Percepção de riscos ambientais. *In*: SOCZKA, L. (org.). **Contextos humanos e psicologia ambiental**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. p. 203-245.
- LIMA, M. L. Percepção de riscos e culturas de segurança nas organizações. **Psicologia**, 1999, n. 2, v. XII, p. 379-386.
- MAENO, M.; PAPARELLI, R. O trabalho como ele é e a saúde mental do trabalhador. *In*: SILVEIRA, M. A. *et al* (org). **Inovação para desenvolvimento de organização sustentáveis: trabalho, fatores psicossociais e ambiente saudável**. Campinas: CTI, 2013. p. 167-199.

# referências

- MARANHÃO, N. **Poluição labor-ambiental**: abordagem conceitual da degradação das condições de trabalho, da organização do trabalho e das relações interpessoais travadas no contexto laborativo. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2018.
- MATTEI, L. F. Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 57-65, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/XVMxSPvRYVVj86YGbSj56N/?lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2022.
- MATTOS, U.A.; MÁSCULO, E.S. **Higiene e segurança do trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier/ABEPRO, 2011.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6)**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-6-nr-6>. Acesso em: 26 nov. 2022.
- MORAES, G. **Legislação de segurança e saúde no trabalho**. Rio de Janeiro: Verde, 2008.
- MOULIN, M. das G. B.; MINAYO-GOMEZ, C. **Pedras sobre vidas**: vítimas e viúvas na indústria de mármore em Itaoca (ES). *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.I.], v. 13, n. 4, p. 1361-1369, ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9dbRF4XDm5xc8QFktD7nQKd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2022.
- OLIVEIRA, J. I. de. **O grito das pedras**: a Romaria dos Mártires do Mármore. [S.I.]: [s.n.], 2005.
- PACHECO, A. B.; BARROS, M. E. B. de; SILVA, C. O. da. Trabalhar o mármore e o granito: entre cores e ritmos. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, [S.I.], v. 15, n. 2, p. 255-270, 2012.
- PALMA-OLIVEIRA, J. *et al* Monitorização psicossocial de uma actividade industrial. *In*: GUEDES, S. *et al* (org.). **Análise e gestão de riscos, segurança e fiabilidade**. Lisboa: Edições Salamandra, 2005. p. 133-148.
- PELLEGRINELLI, C. M. B. F. **Programa Especial de Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração**. Palestra proferida no Centro de Tecnologia Mineral, Rio de Janeiro, 16 abr. 2013.
- PRAUN, L. **Reestruturação produtiva, saúde e degradação do trabalho**. Campinas: Papel Social, 2016.
- PRIEUR, M. **Droit de l'environnement**. 6. ed. Paris: Dalloz, 2011.
- RUNDMO, T. Safety climate, attitudes and risk perception in Norsk Hydro. *Safety Science*, [S.I.], v. 34, 2000, p. 47-59.
- SILVA, J. A. da. **Direito ambiental constitucional**. 10. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.
- SINDIMÁRMORE. **Sindimármore Espírito Santo**. 2022. Disponível em: <https://www.sindimarmore.com.br/>. Acesso em: 17 jul. 2022.

# referências

# As greves conjuntas dos docentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná no período Beto Richa (PSDB): considerações do ano de 2015

*Peterson Alexandre Marino*

Professor na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: petersonmarino@hotmail.com

*Silvana Souza Netto Mandalozzo*

Professora na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: smandalozzo@uol.com.br

**Resumo:** A presente discussão tem por objetivo apresentar os desafios conjunturais do sindicalismo docente das universidades estaduais paranaenses no contexto dos governos Beto Richa (PSDB). Para tanto, o debate foi direcionado para as duas greves de servidores estaduais ocorridas em 2015 – ano marcado pela grave tensão entre esses servidores e o governo estadual, a exemplo da fatídica violência policial ocorrida no dia 29 de abril. Como instrumentos metodológicos foram elegidas pesquisas documental e de campo. Para essa incursão empírica no campo, o principal instrumento de coleta de dados foi a pesquisa documental por meio do acesso às publicações realizadas pelas seções sindicais na internet – sobretudo nos sites oficiais e, de forma complementar, na rede social de maior engajamento desses sindicatos: o Facebook. Complementando essa incursão no campo, foi feito o uso da história oral por meio de entrevistas qualitativas a docentes que vivenciaram o sindicalismo docente nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná (IEES/PR) naquele ano. Como resultado foi possível realizar o desvelamento dos principais elementos que exigiram a mobilização desses sindicatos no ano, a saber: o descumprimento da reposição salarial anual prevista em lei e a reforma previdenciária dos servidores estaduais. A greve se mostrou como uma importante ferramenta de resposta desses servidores, mas não foi a única.

**Palavras-chave:** Sindicalismo Docente do Ensino Superior. IEES/PR. Beto Richa. Greve.



## Introdução

O período que contempla as duas gestões do ex-governador Beto Richa, PSDB, no Paraná (2011-2018), ficou marcado pela relação conturbada entre o Poder Executivo e sindicalismo dos servidores estaduais. O ano de 2015 representa o auge dessa tensão, à medida em que, no referido ano, foram registrados eventos emblemáticos que agravaram essa relação. Podem ser citados: a elaboração de um pacote de medidas de ajuste fiscal com ações de austeridade – medidas estas que tramitaram em regime de urgência e sem nenhum tipo de debate/diálogo com a sociedade paranaense; o envio de um Projeto de Lei que tratava de mudanças no sistema previdenciário dos servidores; a alteração no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro de Funcionários da Rede Estadual de Educação Básica; a publicação dos Decretos n°s 25 e 30, de janeiro de 2015, que limitaram ainda mais as contratações de pessoal e a manutenção das universidades estaduais; a insistência do Poder Executivo em controlar a folha de pagamento das

universidades mediante um sistema próprio centralizado em Curitiba; a instituição de uma Comissão de Política Salarial (CPS) que passaria a decidir sobre quaisquer atos que implicassem o aumento de despesas – algumas determinações da referida comissão não apenas afrontaram questões relativas ao trabalho/carreira docente, mas também diziam respeito ao funcionamento e à autonomia das universidades paranaenses num todo; e o desrespeito do governador à lei de reajuste anual dos salários dos servidores (“data-base”).

No geral daquele contexto, como analisa Reis (2018), ficou claro que o funcionalismo público foi eleito pelo governo Beto Richa como o culpado pela crise financeira do estado. Dessa visão em diante, o discurso pautado na necessidade de ajuste fiscal e na contenção de despesas com os servidores tornou-se hegemônico na gestão Richa, sendo base de muitas das ações do governo.

Disso posto, nossa análise aqui centra-se nos elementos que caracterizaram a reação dos servidores estaduais através de sua forma mais histórica de or-

ganização: os sindicatos. Em especial, o foco aqui se dará sobre as duas greves dos servidores estaduais no ano de 2015, dando particular atenção aos sindicatos docentes das universidades estaduais do Paraná que participaram ativamente do movimento grevista daquele ano.

Essas reflexões surgem como resultado de uma pesquisa que versou sobre o sindicalismo docente das IEES paranaenses nas gestões do governador Beto Richa (2011-2018). Basicamente, foram acessados documentos governamentais e sindicais que ajudaram a melhor descrever o período. Houve ainda a utilização da pesquisa qualitativa, que deu voz a docentes das IEES/PR que participaram das greves aqui analisadas.

Embora o foco seja o sindicalismo docente das universidades, não é possível desprezar as importantes relações desses sindicatos com as demais organizações de servidores públicos do estado; e o ano de 2015 foi paradigmático. Esse fato demonstrou-se um fenômeno importante, porém complexo e cheio de contradições, as quais não receberam o devido aprofundamento aqui por não ser o objeto de estudo.

A greve de fevereiro ocorreu quase que em paralelo ao aumento salarial e à ampliação da hora-atividade dos professores da rede estadual, fato explorado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), em uma tentativa de rebaixar as motivações grevistas desse sindicato (APP - Sindicato) naquela época.

## Considerações sobre a participação dos docentes das IEES/PR nas greves dos servidores estaduais em 2015

Reforçando a extensa agenda de lutas sindicais ocorrida no estado do Paraná em 2015, servidores públicos realizaram um importante movimento grevista naquele ano, dividido em dois períodos: o primeiro em fevereiro e uma segunda etapa da greve, iniciada em 24 de abril.

No âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), só para fins de contextualização, o ano de 2015 também foi marcado por um longo período de greve, com duração de 139 dias e com a participa-

ção de 39 universidades federais. O resultado dessa greve consistiu em um reajuste de 5,5% para agosto de 2016 e de 5% para janeiro de 2017 (ANDES-SN, 2022).

O primeiro período da greve dos servidores públicos estaduais do Paraná em 2015 iniciou-se em 9 de fevereiro e tinha como pauta principal a retirada do Projeto de Lei que tratava do ParanaPrevidência<sup>1</sup>. Naquele momento, o movimento articulado entre seções sindicais e demais sindicatos (sob a organização do Fórum das Entidades Sindicais - FES<sup>2</sup>) alcançou sucesso, à medida em que o PL foi retirado de pauta da ALEP e, ainda, uma carta-compromisso foi assinada por representantes do governo em março, indicando o fim daquela tentativa de alteração no sistema de aposentadoria dos servidores.

A greve de fevereiro ocorreu quase que em paralelo ao aumento salarial e à ampliação da hora-atividade dos professores da rede estadual, fato explorado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), em uma tentativa de rebaixar as motivações grevistas desse sindicato (APP-Sindicato) naquela época.

Sobre a educação básica, a greve continha um significativo rol de exigências da categoria que, além do ParanaPrevidência, incluía questões como: pagamento do terço de férias e de rescisões de professores temporários; promoções e progressões; concursos; licenças; e melhoria nas condições gerais de trabalho, a exemplo das recorrentes situações de salas de aulas superlotadas.

Especificamente sobre a realidade das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) e dos sindicatos docentes<sup>3</sup>, entre 10 e 12 de fevereiro, foram anunciadas as greves que incluíram tanto docentes quanto os demais servidores das universidades. UEPG e UNICENTRO entraram na greve em 10 de fevereiro. O SINDIPROL/ADUEL e professores da UENP entraram em greve no dia 12. A ADUNIOESTE realizou assembleia em 11 de fevereiro e estabeleceu o dia 14 como a data para o início da greve. A greve na UEM teve início em 11 de fevereiro.

Havia ainda pautas adicionais que, no caso das IEES/PR, tinham relação com a necessidade de pagamento pelo governo do terço de férias de dezembro do ano anterior e a nomeação de servidores já aprovados em concurso. Também eram tratadas pelas seções sindicais naquele contexto as questões relativas à tentativa de o governo instituir o sistema META4

na folha de processamento das universidades (em especial, havia a busca pelos sindicatos pela retirada da UENP e UNESPAR desse sistema)<sup>4</sup>. Contextualizando o cenário, seguem as deliberações da Assembleia Docente do SINDIPROL/ADUEL, ocorrida em 5 de março de 2015:

1. Continuidade da greve por tempo indeterminado.
2. Retirada definitiva de qualquer projeto que altere a PARANAPREVIDÊNCIA.
3. Abertura de negociações entre o governo e o movimento grevista (docentes, técnico-administrativos e estudantes); as propostas devem ser assinadas e publicizadas pelo governador e apresentadas aos representantes do movimento de greve.
4. Imediata retirada da UENP e UNESPAR do META4 e revogação dos decretos que ameaçam colocar as outras universidades sob gestão direta do governo.
5. Revogação do decreto que cria o GT sobre autonomia.
6. Pagamento imediato do terço constitucional de férias.
7. Repasse imediato dos valores devidos às universidades.
8. Implementação do incentivo por titulação já acordado como governo.
9. Nomeação imediata dos docentes aprovados em concursos públicos. (SINDIPROL/ADUEL, 2015a).

A seção sindical da ADUNICENTRO, já em 3 de dezembro de 2014, realizou uma assembleia docente na qual ficou aprovada a convocação de uma nova assembleia, em fevereiro de 2015, para pôr em pauta a ratificação de uma greve logo no início do ano letivo. Uma das principais demandas naquele momento (fim de 2014) tinha relação com o não pagamento do terço de férias aos docentes e demais funcionários da UNICENTRO. Sobre isso, a seção sindical chegou a entrar com uma ação na Justiça pelo cumprimento da lei visando ao pagamento do direito (ADUNICENTRO, 2015).

Docentes do SINDUEPG, em 18 de dezembro de 2014, também já se manifestavam acerca da questão por meio de redes sociais. A mesma postagem indicou que a assessoria jurídica da Secretaria Regional do ANDES-SN ingressou na Justiça do Paraná com uma ação coletiva para garantir o direito dos docentes.

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (SINDUEPG) foi informada hoje pela Pró-Reitoria de Graduação (PRORH) da Universidade Estadual de Ponta

Grossa (UEPG) que o governador não enviará os recursos para o pagamento do terço de férias na folha de pagamento de dezembro. Uma portaria do Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado do Paraná, emitida em novembro, deixava de fora desse corte as universidades estaduais. No entanto, o governo resolveu aplicar essa medida ilegal às IEES. Na reunião que os sindicatos docentes tiveram com João Carlos Gomes, secretário da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), em 27 de novembro, este havia garantido para os docentes das IEES tanto o pagamento do 13º quanto o 1/3 (SINDUEPG, 2014).

É importante salientar que o período que contemplou as gestões Richa teve, entre suas marcas, um contexto de significativos problemas financeiros ampliados pelo fraco desempenho da economia em âmbito nacional. Os pacotes de medidas propostos pelo Poder Executivo foram elaborados justamente sob o argumento de enfrentamento a esse cenário de crise fiscal. Para os servidores, no entanto, isso não justificaria o descumprimento da lei anual de reajuste salarial e demais medidas que penalizaram, especialmente, eles próprios.

O governo Richa argumentava uma insuficiência de caixa e a dificuldade recorrente do primeiro mandato no que se refere ao controle dos gastos com pessoal. Dessa questão derivaria a superação do limite prudencial (que estabelece um limite de despesas com pessoal), conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000). É importante salientar que o período que contemplou as gestões Richa teve, entre suas marcas, um contexto de significativos problemas financeiros ampliados pelo fraco desempenho da economia em âmbito nacional. Os pacotes de medidas propostos pelo Poder Executivo foram elaborados justamente sob o argumento de enfrentamento a esse cenário de crise fiscal. Para os servidores, no entanto, isso não justificaria o descumprimento da lei anual de reajuste salarial e demais medidas que penalizaram, especialmente, eles próprios.

Sobretudo com a saída da APP-Sindicato da greve, em 9 de março de 2015, iniciaram-se esforços em torno do cumprimento dos compromissos assumidos pela gestão Richa no que concerne aos professores da rede básica e demais servidores (como no caso do PL,

que buscava alterar o ParanaPrevidência). O próprio sindicato citado indicou um período de “estado de greve”<sup>5</sup>, em que, ao primeiro sinal de descumprimento da carta de compromisso assinada pelo governo, seriam convocadas novas assembleias para a reinstalação do movimento grevista.

No âmbito do sindicalismo docente da IEES, uma reunião com o líder do governo na ALEP e com o secretário da SETI<sup>6</sup>, em 10 de março, apontou o compromisso do governo estadual de, em um prazo máximo de 60 dias: realizar o pagamento do terço de férias atrasadas, relativas a 2014; ampliar a discussão em torno da retirada da UENP e UNESPAR do Sistema META4; revogar o Decreto nº 546/2015, que instituiu um grupo de trabalho para a criação de uma proposta de projeto para a Autonomia das Universidades<sup>7</sup>; rever a aplicação do Decreto nº 446/2015 aos docentes universitários; alterar o adi-

A segunda etapa da greve dos servidores estaduais iniciou-se no fim de abril de 2015, após o descumprimento do governo estadual dos compromissos firmados alguns meses antes. O principal se referia ao retorno da agenda de mudanças no fundo previdenciário dos servidores. A truculência policial do “29 de Abril” ampliou ainda mais as insatisfações do conjunto dos servidores.

cional de titulação docente<sup>8</sup>; e planejar nomeações e realizações de novos concursos para a contratação de docentes e demais servidores das IEES (SINDUEPG, 2015b e 2015c).

Devido aos compromissos firmados pelo governo estadual entre 12 e 18 de março, as seções sindicais e SINDIPROL/ADUEL realizaram assembleias que decidiram pela suspensão da greve. Na maioria dos casos, foi deliberado pela permanência em “estado de greve”. Os sindicatos mistos das IEES/PR já haviam acompanhado o FES e suspenso suas greves dias antes.

Numa avaliação feita pelo Comando de Greve Docente das IEES/PR, em 13 de março de 2015, um dos pontos a se destacar dessa primeira greve de 2015 foi a total adesão das sete universidades estaduais paranaenses:

Foi a primeira vez que todas as universidades paralisaram suas atividades. As universidades entraram em greve para preservar direitos sociais, como a reforma da previdência, o fim do quinquênio e anuênios, além da tentativa de implementação do Meta 4 em todas as universidades estaduais, e a limitação de financiamento público das universidades, entre outras medidas que faziam parte do pacote de maldades do governo do estado, enviado para ALEP no início de fevereiro. A nossa greve conseguiu reunir as sete universidades, fato inédito. A paralisação foi de praticamente 100% em todas as IEES (SINDUEPG, 2015c).

A segunda etapa da greve dos servidores estaduais iniciou-se no fim de abril de 2015, após o descumprimento do governo estadual dos compromissos firmados alguns meses antes<sup>9</sup>. O principal se referia ao retorno da agenda de mudanças no fundo previdenciário dos servidores. A truculência policial do “29 de Abril” ampliou ainda mais as insatisfações do conjunto dos servidores. Nas seções sindicais das IEES/PR, a greve foi retomada de forma conjunta, em 22 de abril<sup>10</sup>. A publicação feita pela ADUNIOESTE, em 18 de abril de 2015, demonstrou ainda a agenda de luta construída para aqueles dias:

RETOMADA DA GREVE: DIA 22 DE ABRIL  
As Seções Sindicais do ANDES-Paraná (UEM, UEPG, Unioeste, Unicentro e Unespar), reunidas em Curitiba no dia 18 de abril, informam que a data para a retomada da greve é 22 de abril (quarta-feira), pautada na rejeição do PL 252/2015, que trata de modificações na ParanaPrevidência. Desde já, comunicamos a agenda de luta para a próxima semana:

- 22/04 (quarta-feira) - Início da greve. Participação na Audiência Pública na Assembleia Legislativa sobre o PL 252/2015. Caravana das universidades para Curitiba, com o objetivo de acompanhar e participar da luta pela rejeição do PL 252/2015.

- 23/04 (quinta-feira) - Indicativo de data para reunião com a Frente Parlamentar de Defesa das Universidades Estaduais em Curitiba. Indicativo de data para reunião com a OAB-Seção do Paraná para discutir Ação Judicial que garanta o direito à realização de Auditoria do Sistema Previdenciário, desde o IPE, com foco no aporte do Estado. Indicativo de data para audiência com o líder do governo, deputado Romanelli, para tratar da reivindicação do movimento grevista.

- 24/04 (sexta-feira) - Ato político na Assembleia Legislativa, pela rejeição do PL 252/2015. Reunião das Seções Sindicais para planejamento das atividades da semana seguinte (ADUNIOESTE, 2015a).

A questão do ParanaPrevidência já vinha sendo ponto de pauta entre as seções sindicais desde que o governo estadual evidenciou o interesse em torno dessa reestruturação. Em 27 de março de 2015, em um seminário realizado em Cascavel, que contou com a participação das cinco seções sindicais do ANDES-SN no estado<sup>11</sup>, foi elaborado o documento “O retorno da Reforma da ParanaPrevidência: É preciso lutar!”. No documento foram feitas ponderações e propostas sobre o anteprojeto divulgado pelo governo estadual, a fim de que fossem discutidas nas assembleias docentes e de demais servidores públicos.

A retomada da greve, por conta do PL da Previdência, expôs, ainda, as dificuldades na articulação sindical existente entre os servidores do Paraná. Em publicação feita em 16 de abril, a seção sindical ADUNIOESTE<sup>12</sup> esclareceu os pontos de insegurança do referido PL e denunciou a postura do FES na negociação com o governo:

Ao final da reunião, o deputado Romanelli anotou nossas posições e se comprometeu a enviar o PL aos sindicatos, tão logo ele estivesse pronto. Disse ainda que pretendia votar o PL até o dia 31 de março. Novamente intervimos para requerer a dilação do prazo por pelo menos 10 dias. Os demais sindicatos apoiaram nossa manifestação e o deputado disse que iria verificar esta possibilidade. Por fim, acertamos em público que os sindicatos de docentes receberiam toda documentação pertinente ao tema e às convocações para discussão do PL a partir do Fórum de Entidades Sindicais dos Servidores (FES). Ato contínuo, fruto deste acordo, uma representante do FES nos convidou para participar do Seminário planejado para o dia 24 de março, onde o técnico atuarista apresentaria o resultado dos cálculos sobre a transferência de 33 mil servidores do Fundo Financeiro para o Fundo Previdenciário. Com este acerto, não precisaríamos contratar outro atuarista para fazer os mesmos cálculos. Para nossa surpresa, a representante do FES nos telefonou para nos desconvidar para o seminário, sob a alegação de que “outra

entidade lembrou que o seminário deveria acontecer somente para as entidades do Fórum”. Desconcertados com a deselegância política e social, não tivemos mais, depois daquilo, tempo para contratar o atuarista. Também não tivemos acesso aos dados para o cálculo, uma vez que o acordo estabeleceu o acesso a tais dados para o atuarista do Fórum. [...] Apesar de nossas manifestações, o governo Beto Richa seguiu refinando o PL a partir de discussões com o FES, desconsiderando a representação dos docentes universitários. Finalmente, no dia 9 de abril, conseguimos agendar audiência com o deputado Romanelli para tratar desses problemas. A reunião aconteceu no dia 13 de abril (segunda-feira) e durou 1 hora e 15 minutos. Expressamos todas as nossas posições, argumentamos sobre nossa exclusão do debate e requeremos do deputado que considerasse os quatro pontos relacionados acima e que nos convocasse para as reuniões relativas ao PL, uma vez que o FES não nos representa. O deputado concordou em acolher as proposições para discussão e de imediato nos repassou numerosa documentação sobre os debates do PL. Ocorre que, no dia 15 de abril, dois dias depois, fomos surpreendidos com o pronunciamento do deputado sobre o PL, afirmando haver apenas “duas pequenas divergências” entre o governo e o FES: (i) quem indicará o presidente do conselho paritário; e (ii) qual será a data retroativa a constar no PL. Significa que todos os pontos manifestados pelas seções sindicais docentes foram desconsiderados. Mais que isso, o FES está sendo usado como alibi para a aprovação do PL, como garantia de que não há divergências, de modo que os deputados contrários possam aprovar o PL (ADUNIOESTE, 2015a).

A definitiva derrota dos servidores estaduais no fim de abril, com a aprovação da Lei Estadual nº 18.469/2015, que reestrutura o plano de custeio e financiamento do ParanaPrevidência, fez com que, a partir de então, os esforços sindicais fossem redirecionados. A chegada de maio (re)acendia o debate sobre a data-base, outro histórico/recorrente ponto de pauta do movimento sindical dos servidores públicos do estado do Paraná. Dados dos sindicatos contabilizavam a necessidade de reposição inflacionária do período 2014/2015 em 8,17%.

As negociações a respeito dessa reposição estenderam-se por maio<sup>13</sup> e junho e, em 9 de junho de 2015, o sindicato dos professores da rede básica de

ensino (que compunham a maior frente de resistência sindical dos servidores no estado), decidiu aceitar a proposta do governo estadual de reposição de apenas 3,45% referente a 2014 (de maio a dezembro), a ser paga em outubro de 2015.

Havia, ainda, conforme a Lei Estadual nº 18.493/2015, a instituição de um novo calendário de pagamento dos reajustes: o valor referente de janeiro a dezembro de 2015 seria pago no dia 1º de janeiro de 2016, e o valor referente de janeiro a dezembro de 2016 seria pago em janeiro de 2017<sup>14</sup>.

Além da recomposição salarial, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) exigiu o compromisso do governo estadual de não descontar os dias de falta durante o período de greve. No total, foram 46 dias de greve, com a participação dos professores da rede pública estadual de ensino básico<sup>15</sup>.

Os professores e servidores do ensino superior, por sua vez, mantiveram a paralisação por serem contrários à proposta do governo estadual. Persistia na pauta desses sindicatos a exigência pelo pagamento integral e legítimo do índice (8,17%), tendo por base o IPCA<sup>16</sup>. Docentes das IEES/PR reclamavam da falta de diálogo do governo e o modo que Richa terceirizava sua administração ao então secretário da Fazenda Mauro Ricardo Costa – que, até o início de junho, mesmo após graves crises naquele ano, jamais havia sentado com representantes dos servidores.

Outros pontos secundários da pauta grevista nas IEES tiveram relação com as históricas questões da verba de custeio e da defasagem de servidores – questões que, naquele contexto, foram agravadas pelos Decretos nºs 25 e 30, de janeiro de 2015, que limitaram ainda mais as contratações de pessoal e a manutenção das universidades estaduais. As respectivas assembleias docentes, que ratificaram a continuidade da greve, ocorreram em 9 de junho.

Havia, ainda, no interior do sindicalismo docente das IEES, a forte crítica em torno da forma de condução das negociações entre o movimento grevista dos servidores e o governo estadual, sendo muitas vezes o ANDES-SN preterido das mesas de negociações. Do contexto da greve de 2015, por exemplo, instituiu-se um clima de recorrente animosidade entre as seções

sindicais do ANDES-SN e o FES do estado do Paraná<sup>17</sup>, conforme a fala de um professor ex-dirigente sindical que participou ativamente desse contexto de greve, em 2015:

Às vezes, quando o FES agendava com o governo algum tipo de negociação/conversa, eles não chamavam o sindicato dos docentes das universidades que não faziam parte do FES, e nós descobríamos que essas reuniões iam acontecer. Nós íamos, entrávamos e, por vezes, éramos hostilizados – eu mesmo já vivenciei situações assim. [...] Quando havia situações de negociação que a gente sabia que podia participar, a gente [ANDES-SN] ia e mostrava que nem sempre concordávamos com algumas negociações que estavam sendo feitas pela direção da APP-Sindicato: por exemplo, a reposição de 8,17%, que exigíamos que fosse em parcela única. Já a APP-Sindicato teria negociado [sozinha] que seria parcelado. Então, quando a gente manteve a greve (eles saíram), por conta da reposição. Aí nós vimos que havia tido todo um trabalho de bastidores para eles aprovarem aquilo que a APP já tinha negociado. Então, em alguns momentos, a gente se viu em polos opostos (EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG).

Ainda sobre a greve de 2015, surgiu o seguinte relato:

Uma outra situação foi a que vários servidores, no contexto de 2015 ainda, agendaram uma reunião para pensar estratégias e nós ficamos horas esperando os dirigentes da APP. Quando eles chegaram, já tinham decidido o que fazer, mas eles disseram que só podiam contar uma parte do que seria feito para não “vazar” essa informação da estratégia de luta. Aí nós falamos: “Mas aqui só tem dirigente sindical. Se vocês não podem compartilhar as estratégias, então cada um vai ter que pensar”. Então eu vivi isso. Teve diretor de seção sindical que levantou da mesa e foi embora. Ou seja, os representantes da APP estavam numa sala paralela, decidiram tudo e depois vieram apenas nos dizer uma parte da estratégia na manifestação contra o saque do ParanaPrevidência. Isso nos gerou um desconforto, e ali a gente viu que era quase que como cada um por si. Nesse caso, nós [movimento docente das IEES] resolvemos nos juntar a outros grupos, como o pessoal da saúde, e nos organizarmos de outra maneira, deixando a APP de lado (EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUEPG).

É paradigmático dessa questão de divisão no interior do movimento dos servidores estaduais que, nesse mesmo contexto de greve, em 2015, foram verificados casos em que, sobre o mesmo assunto, eram agendadas duas reuniões separadas dos servidores com a SETI e a ALEP: uma com o conjunto dos servidores e outra específica com o ANDES-SN<sup>18</sup>. Esse fato foi denunciado em tom crítico pelo SINDIPROL/ADUEL, único dos sindicatos docentes das IEES que, à época, mantinha relação formal com o FES.

Durante as conversações prevaleceu, porém, a falta de unidade do movimento, tão prejudicial num momento de enfrentamento com o governo, gerando duas reuniões com o secretário e os deputados, ao invés de uma reunião conjunta com todos os sindicatos, o que seria mais apropriado. O Sindiprol/Aduel participou das duas reuniões, pois continua defendendo a unidade do movimento (SINDIPROL/ADUEL, 2015b).

Essa questão também foi lembrada em uma das entrevistas realizadas:

E a gente não conseguia fazer essa unidade, isso foi muito ruim. E a gente não conseguia levar a nossa luta, era difícil de levar a nossa luta. Era difícil levar a nossa luta porque as reuniões, muitas vezes, eram separadas. Então vamos tratar da questão dos docentes? Vamos marcar uma reunião para tratar da questão dos docentes só com sindicatos mistos, depois vamos marcar uma reunião de docentes só com as ADs, mas o assunto era o mesmo. Foi realmente muito ruim essa disputa toda que houve naquele momento e, dos dois lados, não havia entendimento... Não queriam ceder (EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDIPROL/ADUEL).

Em reunião exclusiva, na manhã de 16 de junho de 2015, os sindicatos dos docentes do ANDES-SN foram convidados pela SETI e pelo líder do governo na ALEP para discutir os rumos da greve. Nesse encontro, o governo apresentou um termo de compromisso, o qual indicaria sete pontos para pôr fim à greve nas IEES.

Segue o documento na íntegra, o qual foi assinado pela SETI (prof. João Carlos Gomes), pela liderança do governo na ALEP (deputado Luiz Cláudio Romaneli) e pela Casa Civil (Alexandre Teixeira)<sup>19</sup>:

#### TERMO DE COMPROMISSO

Considerando a mediação apresentada pela SETI, pela liderança do governo e pela Casa Civil, com vistas à proposta de composição para pôr fim à greve nas Universidades Estaduais (IEES), o estado do Paraná se dispõe a:

- 1 – Como nos anos de 2012, 2013 e 2014, está garantido o pagamento da 4ª parcela do reajuste salarial - 7,14% (Lei nº 17.280/2012), no mês de outubro de 2015;
- 2 – Os docentes e agentes universitários de todas as IEES, com processos em trâmite (substituição), serão nomeados até o mês de julho;
- 3 – Início imediato dos trabalhos da comissão de análise da retirada da UENP e UNESPAR do META4 (Resolução SETI, 47/2015);
- 4 – O custeio – Fonte 100 das IEES – será liberado dentro de uma programação entre a SETI, SEFA e reitorias, garantindo o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas em cada instituição;

Além da recomposição salarial, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) exigiu o compromisso do governo estadual de não descontar os dias de falta durante o período de greve. No total, foram 46 dias de greve, com a participação dos professores da rede pública estadual de ensino básico.

- 5 – Em havendo a volta, até o dia 23 de junho, à normalidade das atividades acadêmicas e administrativas, retirar, em até 120 dias, as ações das greves ajuizadas contra os sindicatos mistos e dos docentes que representam os servidores públicos das IEES, assim como cobrança de qualquer multa pecuniária dela decorrente, com a qual anuirá a entidade sindical, sendo que cada parte arcará com os custos de seus advogados;
- 6 – Fica garantido que, mediante a apresentação de novo calendário acadêmico pelos Conselhos Superiores das IEES, até 3 dias após a volta das atividades acadêmicas e administrativas, consolidando a reposição de aulas e dos dias letivos, não haverá descontos por faltas; e
- 7 – Fica estabelecida uma Mesa de Negociação Permanente entre os sindicatos que representam as categorias nas IEES, a SETI e a Liderança do Governo na Assembleia Legislativa, para tratar de assuntos atinentes ao Sistema Estadual de Ensino Superior.

No dia 17, as seções sindicais assinaram uma nota<sup>20</sup>, amplamente publicada em diferentes canais na internet, intitulada “Sobre o Termo de Compromisso do Governo Estadual”, na qual são tecidas críticas ao documento e à forma de condução desse processo pelo governo Richa:

Esclarecemos que o citado documento não teve o apoio ou acordo de nenhum dos sindicatos do ANDES-SN. Esclarecemos também que os pontos listados no documento foram requeitados de discussões e reuniões realizadas desde 2012, direitos garantidos por lei e pelas Constituições Federal e Estadual, tais como o Custeio das Universidades e o pagamento da última parcela de 7,14% devida aos docentes. O fato de o governo reproduzir tais pontos em novo Termo de Compromisso nos deixa temerosos sobre sua intenção em cumprir a lei que os garante. Reiteramos que o motivo da atual greve docente é o reajuste de 8,17%, pago em parcela única, retroativa a maio de 2015. Acreditamos que o governo saiba disso, embora tenha divulgado um termo de compromisso prometendo coisas já acertadas e assinadas em passado recente. Por isso, consideramos descabido o fato de o governo propor o encerramento da greve sem atender aos 8,17%. Por fim, ao indicar o dia 23 de junho como derradeira data para pacificar os conflitos judiciais impetrados contra nós e abdicar do corte de nossos salários, o secretário João Carlos Gomes repete, em excesso, o ato de força e de ameaça contra os professores de todas as IEES em greve. Não aceitaremos isto. Fomos convidados à reunião e comparecemos de boa-fé. Esperamos que ela não seja transformada em peça judicial ou em ferramenta de chantagem para nos criminalizar, como noutras vezes tentou o secretário João Carlos Gomes. Continuamos dispostos ao diálogo e ao entendimento sobre o índice de 8,17%, pago em parcela única, retroativo a maio de 2015, para que o diálogo vença a intolerância e o desrespeito. Não nos obriguem à rendição moral. Somos professores, não somos seus subalternos (SESDUEM, 2015; SINDUNESPAR, 2015a e UEPG, 2015).

Por fim, mesmo com os esforços de servidores e seções sindicais docentes das IEES, a aprovação da Lei Estadual nº 18.493, em 25 de junho de 2015, foi um duro golpe nas pretensões grevistas desses servidores, pois tornou-se um indicativo de que as negociações haviam encerrado<sup>21</sup>. Contribuíam, ainda,

para o enfraquecimento do movimento, a extensão da greve (que, na maioria das IEES, completava já quase os 60 dias) e a saída do Fórum das Entidades Sindicais (FES).

Em 23 de junho, os professores da UEL decidiram, em assembleia, a suspensão da greve. Ao todo, foram 57 dias de paralisação, segundo a publicação feita em seu site oficial nesse mesmo dia:

Apesar da suspensão da greve, o movimento continua. Os professores estão mobilizados e podem retomar a paralisação a qualquer momento em função das suas pautas específicas, como a nomeação de docentes e servidores concursados e o repasse de recursos de custeio para a manutenção das universidades (SINDIPROL/ADUEL, 2015b).

O SINDUEPG, que havia entrado na greve em 22 de abril, definiu, em assembleia realizada em 25 de junho, a suspensão da greve e a manutenção do estado de greve. Docentes da UNIOESTE, UEM e UNICENTRO já haviam optado pela mesma decisão nas respectivas assembleias do dia anterior.

Em uma nota conjunta, assinada pelo Comando Estadual de Greve das seções sindicais do ANDES-SN, em 23 de junho de 2015, os sindicatos refletiram sobre os dias de paralisação. Abaixo segue um trecho da nota intitulada “O que perdemos e o que ganhamos”:

Por fim, queremos submeter todos estes pontos à reflexão dos docentes. De modo especial, avaliamos que não fomos derrotados. Em relação aos pontos em litígio com o governo, derrotamos o decreto da “autonomia financeira”, garantimos o pagamento do terço de férias e evitamos a fusão do Fundo Financeiro com o Fundo Previdenciário, fato que disponibilizaria imediatamente, e de uma só vez, os R\$ 8 bilhões para Beto Richa. De outro lado, perdemos a disputa sobre o Fundo Previdenciário (cuja solvência despencou de 57 anos para 29 anos) e sobre a reposição de 8,17%. Mesmo que a contabilidade fosse inteiramente adversa, saímos moralmente ilesos e mais conscientes dos enfrentamentos que travaremos. Nunca, em nossa história, tivemos tantos professores reunidos nas assembleias, envolvidos nas atividades de mobilização e dispostos a participar das passeatas nas universidades e em Curitiba. Nunca houve uma greve que abrangesse as sete universidades estaduais.

Temos hoje, uma capacidade política e intelectual bastante adequada para resistir ao projeto de “autonomia financeira” do governo e para conquistar reivindicações, como o aumento do ATT (Adicional por Titulação) e a classe de titular. Sublinhamos também que o governo foi obrigado, pela força de nosso movimento, a garantir publicamente que pagará em outubro a última parcela do reajuste de 7,14%, conquistado na greve de 2012. Este é nosso principal espólio. Além disso, derrubamos alguns mitos: “Não é possível fazer greve sem a APP-Sindicato”, “Quando a Justiça determinar a volta ao trabalho, a greve acabará” e “Se apresentarem emenda de 8,17%, o governo retirará o projeto”. Enfrentamos todos esses medos e não fomos derrotados porque lutamos quando foi preciso lutar. Porque nunca aceitamos os 3,45% impostos pelo governo. Lutamos contra a tirania de um governante com pretensões de nos saquear, nos intimidar e nos silenciar. Lutamos porque é preciso imperiosamente resistir. E, quando retornarem à carga com o projeto de “autonomia”, saberão de nossa determinação. Encerraremos esta greve e voltaremos ao trabalho, mas retornaremos diferentes. Entre nós há mais tolerância e unidade para tratar as divergências porque tivemos clareza dos nossos princípios e coerência nas estratégias de luta. Entre nós há mais coragem e solidariedade. Entre nós não há humilhados ou derrotados. Não esqueceremos!!! (SINDUNESPAR, 2015b).

Da complexa relação entre seções sindicais e o FES, o ano de 2015 contribuiu para que essa articulação fosse reduzida temporariamente. Por um período de tempo, apenas o SINDIPROL/ADUEL permaneceu formalmente inserido nesse fórum. Para um ex-dirigente desse sindicato, o FES é um importante espaço estratégico de luta conjunta dos servidores, o que torna importante a participação das seções sindicais do ANDES-SN nele.

As lutas específicas da carreira, de outras questões na universidade, nós temos que nos organizar para nos unir e levar essa luta. Mas, em questões gerais, como a data-base, por exemplo, só se garante por uma organização, uma luta muito ampla, têm que ser levadas dentro do FES. [...] Nós queríamos que todos os sindicatos de docentes estivessem no FES, para que a gente tivesse peso lá dentro. Porque, a rigor, quem faz a luta, a greve na necessidade, é a APP e as universidades, então nós precisávamos de todos os sindicatos de docentes, de todos os sindicatos de agentes universitários dentro do FES para poder ter influência lá. Essa é uma obviedade, porque, na hora de eu ouvir, na hora de negociar, o governo vai lá e negocia com o FES (EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDIPROL/ADUEL).

Embora também compreenda ser uma relação necessária, especialmente nas pautas que dizem respeito a todos os servidores, um dos entrevistados externou seu atual pessimismo na relação entre o fórum e as seções sindicais do ANDES-SN.



Com o FES, acho que a relação nunca foi boa. Teve essas aproximações, a chamada “unidade da luta”, por pautas específicas, mas eu acho que o FES é também bastante fechado ao ANDES. Porque eles têm a concepção de organizar os sindicatos mistos, eles têm uma outra dinâmica política, que era diferente da dinâmica que a gente usava no ANDES naquela época do Beto Richa, e eles sempre foram muito refratários, e ainda hoje são. A participação das ADs [seções sindicais] no FES é uma coisa, algumas ADs querem, mas parece que o próprio FES não aceita participação das ADs lá. Então, existe o diálogo, mas ainda é um diálogo rugoso, incipiente. Por exemplo: agora, estavam tentando organizar protesto no estado pela data-base e, de uma hora para outra, o FES cancelou os atos, e a universidade, com seus limites que tem para organizar atos, acabou que teve que suspender seus atos também (EX-DIRIGENTE SINDICAL SINDUNESPAR).

Nos momentos de greve, como em 2015, a dificuldade geográfica exigiu que cidades como Curitiba, Londrina e Maringá fossem os espaços estratégicos de encontros presenciais entre as lideranças dos sindicatos docentes – questão que não diminuía os esforços despendidos, especialmente pelas IEES localizadas nas regiões mais distantes desses centros.

## Considerações finais

Dos vários pontos a destacar, as greves aqui tratadas demonstraram a força de organização e articulação do sindicalismo docente das IEES/PR no período que englobou a gestão do governador Beto Richa. Dos diferentes elementos que surgiram nesses anos (alguns históricos e com prevalência de demanda até os dias atuais), seja com relação ao funcionalismo estadual num todo, seja específico às demandas da universidade e da carreira docentes, pôde-se verificar, em diferentes situações, a atuação da representação sindical dos docentes, evidenciando a importância do seu papel político na conjuntura paranaense.

É inegável que a atuação política e de mobilização é ampliada nos momentos de greve. No caso de 2015, foram verificadas significativas ações articuladas entre os sindicatos de servidores no estado,

obviamente não estando livres da complexa e ambígua relação que disso possa ocorrer. A articulação política, por vezes, se prova dificultosa, até mesmo entre as próprias seções sindicais do ANDES-SN<sup>22</sup>. No entanto, dando mostras de uma postura colaborativa e organizada, foi possível verificar, na greve de 2015, o estabelecimento e a organização de um comando estadual de greve das seções sindicais, o que exemplifica, apesar das dificuldades, o nível de articulação que se estabeleceu entre os sindicatos docentes das IEES/PR.

Pode-se ressaltar, ainda, que, em 25 de maio, foi realizado em Curitiba (no Teatro Escola da FAP/UNESPAR), o “1º Encontro para a Reestruturação do Comitê em Defesa do Ensino Público do Paraná”. O antigo comitê havia sido desativado em 2003. Participaram desse encontro representações do FES, ANDES, movimento estudantil e integrantes da comunidade acadêmica das IEES/PR. Um segundo encontro ficou agendado para o dia 29 de maio.

Nos momentos de greve, como em 2015, a dificuldade geográfica exigiu que cidades como Curitiba, Londrina e Maringá fossem os espaços estratégicos de encontros presenciais entre as lideranças dos sindicatos docentes – questão que não diminuía os esforços despendidos, especialmente pelas IEES localizadas nas regiões mais distantes desses centros.

Ainda sobre 2015, por meio do acesso e análise documental dos materiais disponibilizados nos principais meios de comunicação/divulgação sindical (internet: rede social Facebook e página oficial), foi possível inferir que o movimento grevista das IEES não se limitou à paralisação das atividades docentes. Dentro dessa mobilização, foram verificadas e merecem destaques aqui: a criação de agendas locais nas IEES que foram compostas por aulas públicas, manifestações culturais, passeatas e panfletagens, entre outros; entrevistas de dirigentes sindicais aos veículos de comunicação; viagens e passeatas de docentes em Curitiba; e assembleias.

Foram verificados ainda, no contexto das greves de 2015: encontros de dirigentes sindicais das IEES com representações do governo, em especial o secretário da SETI (professor João Gomes) e o líder do governo na ALEP (deputado estadual Luiz Claudio Romanelli); e encontros com deputados

estaduais integrantes da oposição parlamentar na ALEP. Essa agenda de encontros demonstra o interesse do movimento grevista no diálogo para o fim das paralisações.

Em 30 de outubro do referido ano, os professores das IEES tiveram 7,14% de reajuste nos salários. Essa foi a última parcela de equiparação salarial garantida pela Lei Estadual nº 17.280/2012. O mesmo mês também registou o pagamento dos 3,45% equivalentes ao IPCA, acumulados entre maio e dezembro de 2014.

De modo geral, especialmente na ocasião das greves de 2015, o contexto ampliou as diferenças entre os sindicatos do ANDES-SN e o fórum que congrega os sindicatos dos servidores estaduais. De fato, as relações entre sindicatos docentes das IEES e os demais sindicatos dos servidores do estado são complexas, pois envolvem diversos elementos históricos com raízes em acentuadas diferenças de concepção política e sindical. Assim, no entendimento aqui defendido, essa questão merece aprofundamento em um estudo específico que considere esse tema como central.

Pondera-se que, sob qualquer circunstância, não há como discutir o tema sindicalismo sem considerar a conjuntura macro na qual esses sindicatos de trabalhadores estão inseridos. Em termos de sindicalismo docente das universidades públicas, é sempre necessário pontuar o amplo debate econômico e político que busca reconfigurar as funções do Estado na provisão das políticas sociais; fato que é central no cotidiano de luta dos que defendem a ampliação ou a mera manutenção do ensino superior público. Diferentes conjunturas, sobretudo desde os anos 1990 e chegando aos dias atuais, particularizam-se em torno de como esses elementos liberalizantes da economia influenciam diretamente a dinâmica de estruturação ou desestruturação da educação pública; e não são poucas as obras dedicadas a problematizar a relação entre esses temas no contexto da educação superior brasileira. No contexto recente do ensino superior público do Paraná, as gestões Richa representaram uma conjuntura desafiadora, que exigiu uma série de posicionamentos dos coletivos que defendem a existência dessa universidade pública, gratuita e de qualidade.

Por fim, sem pretensão de esgotar o assunto, cabe refletir à guisa de conclusão acerca dos elementos que pautam as particularidades de uma greve no se-

tor público, como as ocorridas nas IEES/PR em 2015. Uma dessas particularidades diz respeito à longevidade. As greves no setor público, se comparadas às do setor privado, são mais extensas. Isso, para Granzotto (2010, p. 153), ocorre “tanto devido à estabilidade no emprego, como ao fato de que a resolução do conflito é mais lenta, pois o governo deixa que o movimento se desgaste com o tempo”. É, ainda, uma característica desse setor improdutivo da economia, uma vez que, na área produtiva, há uma preocupação maior: que a greve seja solucionada o mais rápido possível, em virtude dos prejuízos, sobretudo financeiros, que ela acarreta.

Disso deriva-se que os movimentos grevistas na esfera pública são caracterizados pela não negociação, morosidade no desfecho dos acordos e violência nos conflitos. Essas são marcas que permanecem, mesmo após a conquista da liberdade sindical e do direito relativo de greve na Constituição Federal de 1988 (NORONHA, 1990 *apud* NOGUEIRA, 2005).

Isso posto, salienta-se a importância de que as greves docentes das IEES/PR, para além da articulação entre as classes docentes e demais estratos da educação (básica, profissional e superior), sejam associadas com as demais organizações de trabalhadores. De fato, o ANDES-SN possui uma histórica tendência à esquerda, ligando-se aos interesses do conjunto dos demais trabalhadores e participando de importantes momentos históricos da classe trabalhadora – a exemplo do processo político que culminou com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A bandeira a favor da educação pública e gratuita pode ser considerada apenas uma das muitas frentes em que esse sindicato atuou, o que leva a compreender melhor a maneira como essas relações de proximidade entre movimento docente do ensino superior e os demais movimentos sociais e sindicais no país foram construídas e a necessidade de elas serem continuamente fortalecidas. **US**

# notas

1. Foi através do Projeto de Lei nº 252/2015 que o governador Beto Richa (PSDB) unilateralmente promoveu uma mudança no custeio na previdência dos servidores estaduais (ParanaPrevidência); na ocasião, esse fato gerou uma série de mobilizações dos sindicatos dos servidores estaduais, sendo que, em resposta a essas mobilizações, derivou uma ação desproporcional e violenta da polícia militar do estado do Paraná, em 29 de abril de 2015, contra servidores (dentre esses, professores das IEES/PR): o denominado “Massacre do Centro Cívico”.

2. O Fórum das Entidades Sindicais é uma entidade política que congrega o conjunto organizado dos servidores públicos do estado do Paraná. A relação histórica desse Fórum com os sindicatos do ANDES no estado é também marcada por tensões, como o próprio ano de 2015 demonstrará.

3. Sindicatos docentes que foram objeto deste estudo: Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região (SINDIPROL/ADUEL); Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (ADUNIOESTE); Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (SINDUEPG); Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Centro Oeste (ADUNICENTRO); Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá (SESDUEM); e, por fim, Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Paraná (SINDUNESPAR). Cabe esclarecer que, no contexto de 2015, nem todos esses sindicatos de professores das IEES/PR eram filiados ao ANDES-SN. Caso do SINDIPROL-ADUEL, que permaneceu entre os anos de 2009 a 2018 não sendo uma seção sindical. Para mais detalhes, ver Marino (2022).

4. O Sistema Meta4 configura-se como um software utilizado para a gestão de folhas de pagamento dos servidores estaduais. Argumenta-se que sua utilização configurou-se em uma afronta direta à autonomia financeira das IEES, à medida em que a adesão ao Sistema META4 implicou a transferência para o Executivo das decisões sobre promoções, progressões, licenças, liberações para pós-graduação, solicitação de TIDE (dedicação exclusiva), férias e horas extras, entre outros elementos da gestão de pessoal que impliquem movimentação financeira. Sem o META4, o papel dessa gestão compete às Pró-Reitorias de Recursos Humanos de cada IEES.

5. O “estado de greve” objetiva criar um ambiente político para manter/ampliar a mobilização da categoria. Não há amparo na Constituição Federal de 1988 nem na Lei Federal nº 7.783/1989 (que dispõe sobre o exercício da greve).

6. Sobre as referências políticas e técnicas do governador Beto Richa em suas duas gestões (período 2011-2018), ver Marino (2022).

7. Sobre o referido decreto, o SINDUEPG assim se posicionou em postagem feita no contexto da greve, em 27 de fevereiro de 2015: “a autonomia que queremos deve ser resultado de um amplo debate, construído democraticamente pela comunidade universitária, que garanta a participação paritária dos segmentos. Sendo assim, somos contra qualquer decreto governamental que visa determinar de forma autoritária, de cima para baixo, a construção (pseudo)democrática de um projeto que determinará nosso futuro como instituição pública, gratuita e socialmente referenciada” (SINDUEPG, 2015a, n/p).

8. Efetivamente, o adicional de titulação docente só foi alterado em julho de 2022 (Lei Estadual nº 21.118/2022).

9. Para fins de contextualização, a APP-Sindicato aprovou a retomada da greve em assembleia realizada em 25 de abril.

10. A UEL realizou, em 24 de abril, uma assembleia unificada com a participação de professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes. Nela ficou decidida uma paralisação para o dia 27, dia em que o PL do ParanaPrevidência seria discutido na ALEP. Professores da UNESPAR (Apucarana) e da UENP fizeram também suas assembleias, em 24 e 28 de abril, respectivamente. Nesse momento, SINDIPROL/ADUEL apontou fortemente a possibilidade de retorno da greve por tempo indeterminado.

11. Curiosamente, nesse momento, os documentos demonstraram a ausência de participação do SINDIPROL/ADUEL – por não ser filiado ao ANDES-SN.

# notas

# notas

12. Que se permita aqui a menção ao professor doutor Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE), que tem se dedicado há anos à pesquisa e publicação de dados/informações a respeito das contas do governo relacionadas, sobretudo ao ensino superior paranaense.

13. Em 14 de maio, o governo, unilateralmente, chegou a noticiar que as negociações estariam encerradas. Como encaminhamentos, um PL seria enviado com a definição do índice de reajuste de 5% (a ser pago em duas parcelas). As medidas autoritárias do governo também indicavam o desconto das faltas dos professores grevistas e a abertura de processo contra diretores de escolas que estimularam a greve – vê-se aqui, entre outros aspectos, a dura retaliação do governo aos sindicatos dos professores da rede pública (APP-Sindicato).

14. Esse compromisso de pagamento foi quebrado por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 2017, que suspendeu a reposição salarial por tempo indeterminado. Ver Marino (2022).

15. Exemplificando ainda mais os mecanismos de pressão, desta vez exercida pelo Judiciário, em 2 de junho, o Tribunal de Justiça do Paraná, em decisão proferida no Ag. Reg. 1348213-8/01, de relatoria do desembargador Luiz Mateus de Lima, havia condenado a APP-Sindicato à cessação da greve, sob a multa diária de R\$ 40 mil.

16. O mesmo percentual de reajuste das tabelas de vencimentos que, em julho do mesmo ano, foi aprovado pela ALEP (Lei Estadual nº 18.517/2015) aos servidores do Poder Judiciário. Cabe lembrar, ainda, que, no Paraná, em início de 2015, os vencimentos para os cargos de governador, vice-governador, secretários de estado e membros da Assembleia Legislativa foram reajustados, tendo por base a Lei Estadual nº 15.433/2007, que vinculava essas remunerações à esfera federal (no caso do governador, é feita a vinculação ao salário do ministro presidente do Supremo Tribunal Federal – vice e secretariado seguem um percentual em cima da remuneração do governador). O salário de Richa foi reajustado em torno de 15%: passou de R\$ 29,4 mil para R\$ 33,7 mil. O reajuste aos membros da ALEP, por sua vez, obedeceu a um percentual (75%) do que percebem os deputados federais. Em 2015, o reajuste aos deputados estaduais do Paraná foi de 26,3% (AUDI, 2015). No caso do Executivo, Richa,

com um discurso político, chegou a abrir mão de seus vencimentos no mês de janeiro de 2015 (tendo por base o Despacho nº 13.486.285-8/15, da Casa Civil, disponível na Edição nº 9.381 do Diário Oficial do Paraná), mas que foi pago retroativamente no mês seguinte (DIONÍSIO, 2015).

17. Por anos, as seções sindicais do ANDES-SN no Paraná não participaram formalmente do conjunto de sindicatos que integram o Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Estaduais (FES). Recentemente, esse movimento de articulação tem sido retomado.

18. Ao menos em duas ocasiões, situações como essa foram identificadas: em março e em junho de 2015.

19. O jornalista Alexandre Teixeira respondia, na ocasião, pelo cargo de diretor-geral da Casa Civil.

20. Nesse documento, novamente, não foi verificada a assinatura do SINDIPROL/ADUEL.

21. Em 22 de junho, na votação decisiva do PL nº 421/2015, foram 29 votos a favor, 19 contra e 5 abstenções. Destacam-se os movimentos de intensa articulação política provocados pelos docentes das seções sindicais (e SINDIPROL/ADUEL) junto aos deputados, a fim de que se chegasse a esse número de 19 votos contrários. De início, houve a dificuldade até para se conseguir o número mínimo de assinaturas para a apreciação do requerimento de recurso (protocolado sob o nº 3.290/2015), que (re)trazia a proposta dos 8,17% para discussão. A ata completa da sessão plenária de 22/6/2015 encontra-se disponível na Edição nº 891 do Diário Oficial da Assembleia.

22. Reforçando que, no contexto de 2015, ainda não havia sido instituído o Comando Sindical Docente. A organização das seções sindicais e de SINDIPROL/ADUEL ocorria por um chamado “Fórum dos Sindicatos Docentes do Paraná”.

# notas

- ADUNICENTRO. Docentes da UNICENTRO, em assembleia, discutirão greve em fevereiro e o não início do período letivo. Guarapuava, 29 jan. 2015. Disponível em: <http://www.adunicentro.org.br/noticias/ler/1449/docentes-da-unicentro-emassembleia-discutirao-greve-em-fevereiro-e-o-nao-inicio-do-periodo-letivo>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- ADUNIOESTE. Carta aberta da ADUNIOESTE sobre a Reforma da Previdência dos Servidores Públicos do Paraná. Cascavel, 16 abr. 2015a. Disponível em: <https://www.facebook.com/adunioeste/posts/pfbid02TGM49nK9fbi5PWsPCKacr7AZURykj23E9dBxrZUx8TkmuRf3cpEtyfsqoeCaZwNl>. Acesso em: 07 jul. 2022.
- ADUNIOESTE. Retomada da greve: dia 22 de abril. Cascavel, 18 abr. 2015b. Disponível em: <https://www.facebook.com/adunioeste/posts/pfbid035Vf8hKAKRkMdCcLYavMUoGENUc8LudN7X5VDmHs87f1moGMP4KtzYvNe5HEkQVwYl>. Acesso em: 07 jul. 2022.
- ANDES. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. A Luta Sindical a partir das Greves do ANDES-SN ao Longo da História. Brasília. 06 mai. 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2022/maio/AnexoCirc162-22.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- AUDI, Amanda. Deputados do PR aumentam salários em 26%. Gazeta do Povo. Curitiba, 28 jan. 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/deputados-do-pr-aumentam-salarios-em-26-ejb66wrzuer3mmgx3evj0iqmm/>. Acesso em: 17 set. 2022.
- DIONÍSIO, Bibiana. Beto Richa e secretários do Paraná receberão dois salários em fevereiro. G1 - Paraná RPC. Curitiba, 24 fev. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/02/beto-richa-e-secretarios-do-paranareceberao-dois-salarios-em-fevereiro.html>. Acesso em: 17 set. 2022.
- GRANZOTO, Tânia Maria. **O movimento sindical na academia: o caso das universidades estaduais paulistas**. 2010. Tese (Programas de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- MARINO, Peterson Alexandre. **O Sindicalismo Docente nas Universidades Estaduais do Paraná: Uma Análise do Período 2011-2018**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.
- NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. **A Liberdade Desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- REIS, Luiz Fernando. Autonomia e financiamento das universidades estaduais do Paraná: a agenda regressiva do governo Beto Richa. **Universidade e Sociedade**, 61, janeiro de 2018. (pp. 06-27).

# referências

- SESDUEM. Sobre o Termo de Compromisso do Governo Estadual. Maringá, 17 jun. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/sesduem/posts/pfbid0un4orEWPWDAPMTLekWgKps3PW1b78eYcG3L2R82xgj7JXToQsVnBnxFKHSWBSw9ul>. Acesso em: 29 abr. 2023.
- SINDIPROL/ADUEL. Deliberações da Assembleia Docente de 05 de março de 2015. Londrina, 05 mar. 2015a. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/deliberacoes-da-assembleia-docente-5-de-marco-de2015/>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- SINDIPROL/ADUEL. A greve das IEES e a tensa semana em Curitiba. Londrina, 18 jun. 2015b. Disponível em: <https://sindiproladuel.org.br/a-greve-das-iees-e-atensa-semana-em-curitiba/>. Acesso em: 08 jul. 2022.
- SINDUEPG. Beto Richa não pagará o 1/3 de férias de dezembro. Ponta Grossa, 18 dez. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/sinduepg/photos/a.1549152348690086/1549152382023416/>. Acesso em: 06 jul. 2022.
- SINDUEPG. Comando de greve docente convoca assembleia. Ponta Grossa, 27 fev. 2015a. Disponível em: <https://www.facebook.com/sinduepg/posts/1563848603887127>. Acesso em: 06 jul. 2022.
- SINDUEPG. Greve docente conquista avanço na pauta de reivindicações. Ponta Grossa, 11 mar. 2015b. Disponível em: <https://sinduepg.com.br/noticias/grevedocente-conquista-avanco-na-pauta-de-reivindicacoes>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- SINDUEPG. Avaliação do Comando de Greve Docente acerca do movimento das IEES do Paraná. Ponta Grossa, 13 mar. 2015c. Disponível em: <https://www.facebook.com/sinduepg/posts/1571339333138054>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- SINDUNEPAR. Sobre o Termo de Compromisso do Governo Estadual. Paranavaí, 18 jun. 2015a. Disponível em: <https://sindunespar.org.br/noticias/sobre-otermo-de-compromisso-do-governo-estadual/>. Acesso em: 16 set. 2022.
- SINDUNESPAR. Nota Comando Estadual de Greve: O que perdemos e o que ganhamos. Paranavaí, 23 jun. 2015b. Disponível em: <https://sindunespar.org.br/todos/o-que-perdemos-e-o-que-ganhamos/>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- UEPG. SINDUEPG: sobre o termo de compromisso do governo estadual. Assessoria de Imprensa, Ponta Grossa, 18 jun. 2015. Disponível em: <https://portal.uepg.br/noticias.php?id=7684>. Acesso em: 16 set. 2022.

# referências

# O desfinanciamento da ciência e a autonomia universitária

*Daniella Borges Ribeiro*

Professora na Universidade Federal de Viçosa (UFV)

E-mail: [dborgesribeiro@yahoo.com.br](mailto:dborgesribeiro@yahoo.com.br)

**Resumo:** O objetivo deste artigo é discutir as implicações do desfinanciamento da ciência no Brasil para o preceito constitucional da autonomia universitária. Trata-se de um estudo exploratório, bibliográfico e de abordagem qualitativa. A diminuição de recursos públicos para o desenvolvimento da ciência no Brasil demonstra muito mais que uma crise fiscal durante o colapso sanitário de 2020; ela revela uma problemática que já estava em curso. Neste cenário, aprofunda-se a disputa pelos recursos do fundo público retirando investimentos financeiros essenciais para a condução de políticas como a de ciência, tecnologia e inovação. Tal fato aprofunda a mercadorização do conhecimento científico e fomenta a ideia das universidades como campo profícuo para a valorização do capital, o que ameaça princípios como o da autonomia universitária, do ensino laico, público, de qualidade e gratuito.

**Palavras-chave:** Ciência. Universidade. Autonomia Universitária.



## Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir as implicações do desfinanciamento da ciência no Brasil para o preceito constitucional da autonomia universitária. Trata-se de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Configura-se como um estudo exploratório, bibliográfico e de abordagem qualitativa.

Neste trabalho, parte-se da concepção de que produção de conhecimentos científicos, por meio da pesquisa, é um elemento indispensável às universidades. Como aponta o Relatório de Gestão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de 2022,

foi notória a necessidade da ciência no contexto do cotidiano das pessoas no ano de 2022, quer seja para reduzir as mortes de brasileiros e brasileiras acometidos com a pandemia e as endemias, ou

para desmistificar informações sobre fatos que necessariamente exigem informações científicas ou técnicas e comprometem a compreensão dos cidadãos, as chamadas *fakenews*. Assim, os conhecimentos produzidos pelas *soft sciences* ou *hard science* precisaram ser difundidos para conter os dados de falsas informações. Pontos que exigiram do CNPq a ampliação de ações no que se refere à divulgação científica e ao apoio aos demais veículos de comunicação científica. Por fim, a transformação cotidiana da humanidade ocorrida por tecnologias derivadas do conhecimento científico, tais como telecomunicações com o 5G, transporte com os carros elétricos, engenharias de inteligência artificial e computadores quânticos e biotecnologia com as novas terapias gênicas, incumbem ao país grandes desafios ao seu desenvolvimento e estratégias para redução das desigualdades sociais, cabendo reconhecer a necessidade do investimento em conhecimento científico nacional para transpor os desafios futuros (BRASIL, 2022, p. 22).

Uma vez reconhecida a importância da ciência para o desenvolvimento do país, importa-nos demonstrar como os investimentos do governo federal diminuíram nos últimos anos, contrariando, inclusive, os relatórios institucionais que reconhecem a necessidade de um robusto investimento em ciência, tecnologia e inovação. Além disso, pretende-se discutir possíveis impactos do desfinanciamento da ciência no Brasil para a materialização do preceito constitucional da autonomia universitária.

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira, introduzimos o debate sobre a pesquisa científica como um dos elementos fundamentais das universidades. Em seguida, demonstramos alguns dados sobre a diminuição dos investimentos públicos em ciência e, por fim, articulamos a compreensão acerca do desfinanciamento e da autonomia universitária.

## A pesquisa científica como um dos elementos fundamentais da universidade

Podemos introduzir o assunto abordando uma crítica publicada em 1926 por Fernando de Azevedo, no jornal “O Estado de São Paulo”, sobre o ensino superior implantado no Brasil. Uma das análises realizadas pelo jornalista indicava a inexistência de instituições dedicadas à “alta cultura” e que realizassem a pesquisa “livre e desinteressada” (CUNHA, 2007, p. 199).

A primeira universidade no Brasil foi criada em 1920, sob o nome de Universidade do Rio de Janeiro (URJ)<sup>1</sup>. Segundo Fávero (s/d), a pesquisa era uma atividade quase inexistente nessa universidade. Tal histórico não apresenta grande mudança até os anos de 1950, uma vez que as condições para fazer pesquisas nas universidades ainda eram precárias. Essa situação sofreu significativa alteração quando a reivindicação por tempo integral e pela dedicação exclusiva

foi atendida pela universidade, além da ampliação dos recursos financeiros com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas<sup>2</sup> e da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior<sup>3</sup>, na década de 1950.

Esse assunto remonta à clássica função atribuída à universidade, que seria não somente a ministração do ensino, mas também a produção de conhecimentos por meio da pesquisa científica. É bem verdade que nem todas as universidades<sup>4</sup> surgiram sob esse prisma, como é o caso da instituição de Berlim, universidade mais clássica nesse sentido.

Consideramos que as concepções alemãs e francesas de universidade influenciaram todo o mundo, tendo significativo peso na estruturação do ensino superior no Brasil. Essa forma de ensino (no caso francês) apresentou uma particularidade, principalmente após a abolição das universidades por meio da Convenção do dia 15 de setembro de 1793, conduzida por Napoleão Bonaparte. Segundo Paula (2009), as universidades não eram desejadas pelos revolucionários franceses em decorrência do espírito “corporativo quase medieval nelas existente e da ênfase à cultura clássica, que impedia a entrada das ciências experimentais e do enciclopédismo”. Resumindo, elas eram vistas “como um aparelho ideológico do Antigo Regime” (PAULA, 2009, p. 72).

Somente por volta de 1896 foram reorganizadas algumas escolas isoladas na França, que, inicialmente, se constituíram em faculdades autárquicas. Posteriormente, com o nome de universidades, formaram uma federação de unidades independentes. Desse conjunto, ficaram separadas a Escola Politécnica, a Escola Normal Superior, o Colégio de França, o Instituto e o Museu de História Natural, o Museu do Homem e o *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS). Dessa diferenciação entre as instituições, emergiu uma hierarquia entre as unidades voltadas para a pesquisa científica: as que se dedicavam à for-



mação das elites intelectuais e as universidades “responsáveis por um ensino mais massificado” (PAULA, 2009, p. 73), sendo a pesquisa concentrada fora delas. Nesse cenário, observa-se nas instituições de ensino superior francesas da época um divórcio entre o ensino e a pesquisa.

Na Alemanha a situação foi inversa. O fechamento de algumas universidades (como Colônia, Mayence e Trier), como consequência das guerras e da ocupação francesa na margem esquerda do Reno, fez com que a Prússia perdesse toda a sua base intelectual, o que tornou a criação de uma nova instituição universitária uma necessidade (TRINDADE, 1999).

Desse interesse foi criada, em 1810, a Universidade de Berlim, tendo em seu fundador, Guilherme de Humboldt, os ideais necessários para se constituir como uma instituição que concebia a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa. Além disso, tinha destaque na universidade a importância de a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ser um órgão articulador, por excelência, dos diversos campos do saber. Humboldt afirmava que o trabalho científico deveria ser “livre de quaisquer tipos de injunções e pressões, tais como do Estado, da Igreja e de outras demandas externas ao campo acadêmico universitário” (PAULA, 2003, p. 55). Segundo a concepção alemã, a universidade “deveria ser autônoma, embora sua existência dependa economicamente do Estado” (PAULA, 2003, p. 55).

Nesse influxo, a Universidade de Berlim emergiu como um “centro da luta pela hegemonia intelectual e moral na Alemanha” (TRINDADE, 1999, p. 17). Para Trindade (1999), esse movimento iniciado em Berlim produziu “a recuperação progressiva das universidades alemãs entre 1810 e 1820, dentro de uma concepção [...] que se estrutura pela indivisibilidade do saber e do ensino e pesquisa, contra a ideia das escolas profissionais napoleônicas” (TRINDADE, 1999, p. 18).

Foi essa concepção ideal inaugurada pela Universidade de Berlim que levou alguns estudiosos a criticarem as emergentes universidades no Brasil, onde a pesquisa, até por volta de 1934, era rara (MINTO, 2008).

Se naqueles tempos a crítica referia-se à raridade das pesquisas, atualmente podemos afirmar que a produção de conhecimentos nas universidades bra-

sileiras não é rara, mas enfrenta novos obstáculos e limitações. No momento corrente, quando o capital busca acelerada reprodução, a universidade está sendo vista como um campo fundamental para a comercialização e a produção de conhecimentos de aplicabilidade imediata e funcional ao capital. Nesse contexto, por um lado, aprofunda-se a comercialização de pesquisas e, por outro, cada vez mais observa-se a diminuição de recursos públicos para o desenvolvimento da ciência.

## O desfinanciamento da ciência no Brasil

Nesses últimos anos muitas foram as notícias informando sobre a redução dos investimentos públicos em ciência. Para fins de informação, algumas dessas notícias serão reproduzidas a seguir.

Segundo dados levantados por Dellagostin (2021), em 2014, 41,9% dos discentes matriculados no doutorado tinham bolsa CAPES. Esse percentual se manteve em 2015 e, a partir de 2016, caiu drasticamente, registrando, em 2020, o percentual de 36,2% dos doutorandos com bolsa CAPES.

Uma vez reconhecida a importância da ciência para o desenvolvimento do país, importa-nos demonstrar como os investimentos do governo federal diminuíram nos últimos anos, contrariando, inclusive, os relatórios institucionais que reconhecem a necessidade de um robusto investimento em ciência, tecnologia e inovação.

Em relação à distribuição das bolsas CAPES para o mestrado, Odir Dellagostin (2021, p. 8) afirma que

de 2000 a 2007, o percentual oscilou entre 19,2% e 23,5%. De 2008 a 2014, o percentual de alunos com bolsa CAPES praticamente dobrou, alcançando 42,1% dos alunos matriculados. Em números absolutos, o ano de 2015 foi o ano em que a CAPES concedeu o maior número de bolsas de mestrado, alcançando 49.353. De lá para cá, o número de bolsas sofreu uma redução, enquanto o número de matrículas continuou aumentando, reduzindo o percentual de alunos de mestrado com bolsa CAPES para 34%.

Essa tendência de diminuição de recursos para bolsas de pesquisa (com ênfase no período posterior a 2016) também foi verificada no CNPq. A redução brusca de recursos resultou no não alcance das metas estipuladas pelo CNPq. Segundo os relatórios de gestão da agência, as metas definidas para distribuição das modalidades das bolsas não foram satisfatoriamente alcançadas, com maior prejuízo nos anos de maior corte orçamentário (2020 e 2021) (BRASIL, 2021).

Depreende-se do exposto, e das várias notícias e artigos científicos disponíveis sobre o tema, que o corte de investimentos em ciência e tecnologia foi anterior à eclosão da crise sanitária do contexto da pandemia da Covid-19. Ou seja, já estava em curso no Brasil um processo de desfinanciamento de políticas públicas essenciais para a melhoria de vida da população.

É possível verificar não apenas a diminuição da quantidade de bolsas, mas também a defasagem dos seus valores até o mês de fevereiro de 2023, quando o governo federal anunciou o reajuste. De acordo com Davidovich *et al* (2022, s/p),

nas últimas três décadas, o valor das bolsas nunca atingiu um nível tão baixo! Em 1995, por exemplo, uma bolsa de doutorado era de R\$ 1.073, o que correspondia a dez salários-mínimos à época e possibilitava a aquisição de 12 cestas básicas. Sem reajuste até 2003, o poder aquisitivo e a relação com o salário-mínimo caíram pela metade. De 2003 a 2013 houve quatro reajustes, elevando o valor nominal a R\$ 2.200, o que equivalia a quatro salários-mínimos e seis cestas básicas. Não há nenhum reajuste desde março de 2013! [...] As consequências da defasagem no valor das bolsas afetam não somente os bolsistas, mas a ciência brasileira, tornando insustentável seu desenvolvimento. A pós-graduação vem perdendo sua capacidade de atrair bons alunos. Os estudantes têm preferido

buscar empregos que, embora com salários modestos, geralmente são superiores aos valores das bolsas. [...] Estamos sob a ameaça de um grande apagão de *intelligentsia* pela impossibilidade de formação de novos talentos. Por exemplo: os estudantes que conseguem se sustentar com a bolsa de doutorado, ao se titularem, encontram outra situação dramática. A escassez de oportunidades na área acadêmica, o baixo valor da bolsa de pós-doutorado e a crise no financiamento da pesquisa forçam esses pesquisadores a buscar formas de subempregos ou, mais grave que isso, oportunidades em outros países.

De acordo com um estudo realizado pela economista Fernanda De Negri, a ciência e tecnologia recebeu o maior investimento financeiro em 2013 (R\$ 27,3 bilhões), mas, desde 2015, as verbas federais vêm reduzindo os investimentos significativamente (IPEA, 2021). Depreende-se do exposto, e das várias notícias e artigos científicos disponíveis sobre o tema, que o corte de investimentos em ciência e tecnologia foi anterior à eclosão da crise sanitária do contexto da pandemia da Covid-19. Ou seja, já estava em curso no Brasil um processo de desfinanciamento de políticas públicas essenciais para a melhoria de vida da população. Como o próprio Relatório de Gestão do CNPq de 2021 afirma, “o cenário de gastos do governo federal como um todo passou a sofrer fortes restrições a partir de 2015, principalmente em função da Emenda Constitucional nº 95/2016” (BRASIL, 2021, p. 39,40), o que demonstra que essa política de “ajuste fiscal” já estava em curso antes da pandemia da Covid-19.

Tal situação foi agravada na pandemia, momento em que o governo optou por fortalecer a política de austeridade fiscal. Prova disso foi que o Estado brasileiro continuou cortando recursos, sendo que “as perdas com cortes orçamentários em fomento à pesquisa científica e tecnológica nos últimos sete anos chegam a R\$ 83 bilhões, até 2021” (Agência Câmara de Notícias, 2022, p. 1).



## Algumas implicações do desfinanciamento da ciência para a autonomia universitária

Consideramos que este debate articula também com o debate sobre o princípio da autonomia universitária, em especial, da autonomia científica. Se a produção de conhecimentos é, muitas vezes, direcionada pelos anseios capitalistas, faz sentido a nossa preocupação sobre o grau de autonomia presente na universidade para o exercício de decisões autônomas sobre o que, por que, para que e para quem pesquisar.

A disputa pela autonomia e os diferentes significados dados a essa palavra aparecem como uma questão fundamental desde o surgimento das universidades. Charle e Verger (1996) apontam dois traços comuns ao conjunto das primeiras instituições universitárias. O primeiro é a dependência em relação ao movimento associativo, que era forte no início do século XIII. De acordo com os autores, “em toda parte, mestres e/ou estudantes reuniram-se para constituir uma ‘universidade’ juramentada”. Eles também se organizaram para “regulamentar o exercício autônomo da atividade, que era a própria razão de ser de sua associação, a saber, o estudo e o ensino” (CHARLE; VERGER, 1996, p. 19).

Como segundo traço, os estudiosos citam que as “universidades saíram deliberadamente do estreito quadro diocesano que era o das escolas anteriores” (CHARLE; VERGER, 1996, p. 19). Embora reconhecidas como instituições eclesiásticas, elas passaram cada vez mais para o controle das cidades e dos estados que necessitavam formar quadros de funcionários e construir uma ideologia conveniente ao nascimento e fortalecimento do Estado Moderno. Dessa união de interesses, a universidade passou a ser cada vez mais controlada pelo poder político, sendo exemplo desse controle a intervenção na nomeação de professores e seleção de estudantes (CHARLE; VERGER, 1996). Nesse sentido, os autores apontam que

uma das características mais importantes da evolução institucional das universidades (e estabelecimentos conexos) na época moderna é o controle cada vez mais estrito exercido sobre elas pelos poderes políticos. As universidades mais antigas e mais importantes, como Paris, conservaram um mínimo de autonomia, pelo menos no que se refere à gestão cotidiana. Porém, todos os soberanos, mesmo nos pequenos principados alemães, impuseram à atividade universitária quadros regulamentares estritos. [...] A interferência do Estado nas universidades foi facilitada pelo fato de este tomar cada vez mais para si os salários dos regentes e a construção dos prédios, algumas vezes suntuosos. Mas, fora os grandes colégios ingleses ou algumas universidades bem-dotadas de terras ou de rendas, como a de Salamanca, eram de fato raras as instituições que dispunham de recursos próprios suficientes (CHARLE; VERGER, 1996, p. 45).

Assim, na Idade Média, as universidades tentaram conquistar a sua autonomia perante a Igreja, uma vez que a instituição universitária estruturava-se sob o seu controle. Já a partir do século XV, com a emergência dos estados nacionais, a submissão da universidade ao Estado levou à reivindicação por autonomia frente ao poder estatal (PAULA, 2012).

No caso brasileiro, as discussões que envolvem o conceito de autonomia universitária antecedem até mesmo a criação das primeiras universidades (RANIERI, 2013), sendo esse preceito incorporado pela Constituição Federal de 1988. Ocorre que a concepção de autonomia tem sido fonte de disputas constantes, fomentando divergências em seu entendimento, o que impacta diretamente nas possibilidades de sua materialização.

Ao discutir o preceito de autonomia, Ranieri (2013) esclarece que esta palavra tem origem grega, composta pelos radicais *auto* (que significa próprio, peculiar) e *nomia* (que significa lei, regra), o que designa a ideia de direção própria. De acordo com a autora:



Retomando os conceitos expostos, temos que, autonomia, de maneira genérica, exprime a ideia de “direção própria”, dentro de limites preestabelecidos [...] Hoje, no direito público, a autonomia pode ser conceituada como poder funcional derivado, circunscrito ao peculiar interesse da entidade que o detém e limitado pelo ordenamento que lhe deu causa, sem o qual ou fora do qual não existiria. Não é, portanto, soberania, mas poder derivado; e, quando atribuído a uma instituição pública, não implica liberdade absoluta, uma vez que a autonomia é restrita ao peculiar interesse da entidade (RANIERI, 2013, p. 37).

Dessa explicação depreende-se que a universidade tem o direito de regular a si própria, mas sem ultrapassar os limites constitucionais. Ranieri (2013) adota uma distinção interessante entre autonomia e soberania, sendo este um conceito que designa o po-

Depreende-se que a diminuição de recursos para o desenvolvimento da ciência limita a autonomia das universidades, que passam a captar recursos no setor privado. Nesse aspecto, merece destaque também a mercadorização do ensino e dos resultados da pesquisa. Assim, os resultados científicos que poderiam beneficiar a todos passam a privilegiar uma pequena parcela da população.

der político de uma nação ou de um Estado, capaz de regular interna e externamente as suas ações, como uma personalidade internacional. Segundo Cury (1991), é por isso que o artigo 207 da Constituição de 1988 não engloba no conjunto dos elementos que compõe a autonomia universitária a autonomia política, pois a universidade não é uma nação, nem um Estado. Os elementos da autonomia universitária, conforme a Constituição de 1988, são autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (BRASIL, 1988).

De forma sucinta, podemos afirmar que “a autonomia universitária, tal como dispõe o art. 207, é um modo de ser institucional e exige liberdade para a universidade se autodeterminar” (FÁVERO, 1997, p. 11). Para a autora,

entendida nessa perspectiva, a **autonomia didático-científica** da universidade implica liberdade de: a) estabelecer seus objetivos, organizando o ensino, a pesquisa e a extensão sem quaisquer restrições doutrinárias ou políticas; b) definir linhas de pesquisa; c) criar, organizar e extinguir cursos; d) elaborar o calendário escolar; e) fixar critérios e normas de seleção, admissão e promoção; e f) outorgar graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos. Na mesma linha, do ponto de vista **administrativo**, as universidades têm plena liberdade de: a) organizar-se internamente, estabelecendo suas instâncias decisórias na forma que lhes aprouver; b) elaborar e reformular seus estatutos; e c) estabelecer seu quadro de pessoal em articulação com o Ministério ou Secretaria a que esteja vinculada. A terceira dimensão refere-se à **autonomia de gestão financeira e patrimonial**, que, no caso das instituições públicas, significa: a) outorgar competência à universidade para propor e executar o seu orçamento; b) receber os recursos que o poder público é obrigado a repassar-lhe para pagamento de pessoal e despesas de capital e outros custeios; c) gerir seu patrimônio, receber doações e subvenções; e d) realizar operações de crédito ou de financiamento com a aprovação do poder público competente (FÁVERO, 1997, p. 11, grifos nossos).

A partir do exposto, indicamos que a autonomia universitária, como pontuam Ranieri (2013) e Fávero (1997), enfrenta dificuldades para se materializar nas universidades brasileiras. Em sua reflexão, Fávero (1997) assinala que “se por um lado nunca houve no país a autonomia universitária em sentido pleno [...], por outro observa-se que existe, de forma cada vez mais consciente, uma luta pela construção efetiva dessa autonomia” (FÁVERO, 1997, p. 11).

Assim, os debates sobre o conceito de autonomia universitária estão longe de consensos. Contudo, observando as contradições e o movimento do real, e ao levarmos em consideração a luta de classes e a correlação de forças nas sociedades capitalistas, podemos considerar que a autonomia é sempre relativa (RANIERI, 2013), ou seja, a universidade pode ter maior ou menor grau de autonomia a depender das correlações de forças entre os diferentes interesses apresen-

tados pelas distintas classes sociais. Além disso, no cenário contemporâneo, reivindica-se a autonomia não só em relação ao Estado e à Igreja, mas também em relação ao mercado.

Minto (2008), ao estudar a política de educação para o ensino superior das universidades estaduais paulistas (USP, UNESP e UNICAMP), ressalta que as “reformas” ocorridas a partir dos anos de 1990 impediram uma maior concretização do princípio da autonomia universitária nessas instituições de ensino. Para reafirmar sua posição, o autor alega que, no âmbito da autonomia didático-científica, é possível apontar o modo de financiamento e a avaliação das pesquisas como formas de ferir o preceito da autonomia, uma vez que os recursos fornecidos pelas agências de fomento à pesquisa são alocados em menor medida nas ciências humanas. Além disso, destacou que a avaliação dos cursos é feita por critérios de produtividade com ênfase em dados quantitativos, o

que, em último grau, também define o financiamento. Sobre a autonomia administrativa, o autor argumenta que esta “já nasceu condenada”, pois a decisão última na escolha do reitor, por exemplo, cabe ao governador, que referenda a escolha mediante lista tríplice. Por último, menciona que a autonomia de gestão financeira e patrimonial não significa autonomia financeira. Ao contrário, cabe ao Estado o repasse de recursos financeiros e a sua gestão à universidade. O autor lembra que “possuir autonomia para gerir é diferente de ter acesso a todos os recursos necessários a uma efetiva autonomia” (MINTO, 2008, p. 86).

A partir dessa análise, observamos como o conceito de autonomia também foi apropriado pelas correntes conservadoras, que disseminam a ideia de que esse preceito constitucional significa a autonomia que a universidade possui para captar recursos financeiros no mercado. Ou seja, trata-se de uma concepção que respalda as contrarreformas desenvolvidas no sentido da desresponsabilização do Estado no provimento do direito à educação (CHAUÍ, 2001).

Depreende-se que a diminuição de recursos para o desenvolvimento da ciência limita a autonomia das universidades, que passam a captar recursos no setor privado. Nesse aspecto, merece destaque também a mercadorização do ensino e dos resultados da pesquisa. Assim, os resultados científicos que poderiam beneficiar a todos passam a privilegiar uma pequena parcela da população.

## Considerações finais

A diminuição de recursos públicos para o desenvolvimento da ciência no Brasil demonstra muito mais do que uma crise fiscal durante o colapso sanitário de 2020. Ela revela uma crise que já estava em curso. Nesse cenário, aprofunda-se a disputa pelos



recursos do fundo público, retirando investimentos financeiros essenciais para a condução de políticas como a de ciência, tecnologia e inovação. Tal fato aprofunda a mercadorização do conhecimento científico e fomenta a ideia das universidades como campo profícuo para a valorização do capital, algo que ameaça princípios como o da autonomia universitária, do ensino laico, público, de qualidade e gratuito.

Observa-se que a política do Estado brasileiro tem exercido uma pressão cada vez maior sobre as universidades para que estas funcionem como os setores empresariais. Os programas de pós-graduação, ao se inserirem nessa lógica, tornam-se competitivos no fito de recursos. Assim, podemos afirmar que o governo brasileiro, com o apoio dos organismos internacionais, direcionou a produção de conhecimentos para uma forma essencialmente utilitária, buscando não apenas o retorno econômico, mas também a sustentação da universidade mediante recursos privados.

De acordo com o Relatório de Gestão do CNPq (2022, p. 22),

o Brasil, 13ª economia do mundo, ocupa a 54ª posição no índice global de inovação e a 59ª posição no índice de competitividade global, possuindo somente 900 pesquisadores por milhão de habitantes, número insuficiente, comparado aos países da OCDE, que têm a média de 4 mil; Israel e Coreia do Sul possuem cerca de 8 mil. Portanto, seria necessário um maior crescimento do Brasil nesse sentido para alcançar os mesmos níveis de desenvolvimento desses citados. Essa necessidade incumbe ao CNPq a missão de aumentar seus investimentos no ambiente de pesquisa, dentro da estratégia nacional, e aumentar a recuperação nos valores defasados das bolsas de pesquisas, que são instrumentos necessários para a ampliação da geração de conhecimento e aplicação em território nacional.

Nesse sentido, cabe-nos, para os próximos anos, a defesa de recursos públicos para a ciência e a distribuição de seus resultados para toda a população brasileira. É preciso aumentar o número de pesquisadoras/as, a quantidade de bolsas, os recursos para apoio a pesquisas, entre outros, de forma a fazer frente aos grandes problemas que assolam o país. **US**

# notas

1. Ela foi designada Universidade do Brasil (UB) pela Lei nº 452/37 e, em 1965, recebeu o nome de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (FÁVERO, s/d).
2. Atualmente Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
3. Atualmente Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
4. Segundo Charle e Verger (1996, p. 7-8), “se aceitarmos atribuir à palavra universidade o sentido relativamente preciso de ‘comunidades (mais ou menos) autônomas de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior’, parece claro que tal instituição é uma criação específica da civilização ocidental, nascida na Itália, na França e na Inglaterra, no início do século XIII”. Como não há uma data precisa para informar o surgimento dessas instituições, Trindade (1999) afirma que elas nasceram no século XII. Controvérsias à parte, apontamos como instituições que mais se destacaram as universidades de Bolonha (1190), Paris (1215) e Oxford (1249) (PAULA, 2009).

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Orçamento da pesquisa científica perdeu mais de R\$ 80 bilhões nos últimos sete anos.** 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/883070-orcamento-da-pesquisa-cientifica-perdeu-mais-de-r-80-bilhoes-nos-ultimos-sete-anos/>.

Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Relatório de Gestão 2021. Brasília, 2021.** Disponível em: [https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/Relatorio\\_de\\_Gestao\\_CNPq\\_2021\\_v2\\_COCOM.pdf](https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/Relatorio_de_Gestao_CNPq_2021_v2_COCOM.pdf). Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Relatório de Gestão 2022. Brasília, 2022.** Disponível em: [https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/2022\\_semDiagramacao.pdf](https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/2022_semDiagramacao.pdf). Acesso em: 01 abr. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Comissão especial de acompanhamento do PNPG 2011-2020. **Evolução do SNPG no decênio do PNPG 2011-2020.** Brasília, agosto de 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/07032022\\_EvolucaoDoSNPGnodecenioDoPNPG20112020\\_ISBNWeb.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/07032022_EvolucaoDoSNPGnodecenioDoPNPG20112020_ISBNWeb.pdf).

Acesso em: 25 jan. 2023.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das Universidades.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre Universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CUNHA, Luís Antônio. **A universidade Temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas.** 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A questão da autonomia universitária. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, nº 2, p. 25-29, 1991.

DAVIDOVICH, Luiz *et al.* Bolsas de estudo alcançam o menor valor da história. **Folha de São Paulo.** 16 de março de 2022.

DELLAGOSTIN, O. A. Análise do fomento à pesquisa no país e a contribuição das agências federais e estaduais. **Revista Inovação e Desenvolvimento.** Volume II, nº 06, 2021. Disponível

# referências

em: <https://confap.org.br/news/wp-content/uploads/2021/09/An%C3%A1lise-do-fomento-%C3%A0-pesquisa-no-pa%C3%ADs-e-a-contribui%C3%A7%C3%A3o-das-ag%C3%A2ncias-federais-e-estaduais.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade Federal do Rio de Janeiro: origens e construção (1920 a 1965)**, [s.d.]. Disponível em: [http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/artigo\\_mariadelourdes.pdf](http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/artigo_mariadelourdes.pdf). Acesso em: 22 maio 2014.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Autonomia universitária: desafios históricos-políticos. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 12, p. 9-12, 1997.

IPEA. Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade. **Investimento federal em C&T retrocede mais de uma década, aponta estudo do CTS**. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/noticias/noticias/282-investimento-federal-em-c-t-retrocede-mais-de-uma-decada-aponta-estudo-do-cts>. Acesso em: 18 abr. 2023.

MINTO, Lalo Watanabe. Governo Serra, universidades paulistas e “autonomia” universitária. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n.º 41, p. 79-93, 2008.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 14, n. 1, p. 71-84, 2009.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. A perda da identidade e da autonomia da universidade brasileira no contexto do neoliberalismo. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 8, n. 4, p. 53-67, 2003.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de avaliação da educação superior e trabalho docente: a autonomia universitária em questão. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XXI, n.º 49, p. 51-61, 2012.

RANIERI, Nina. **Autonomia universitária: as universidades públicas e a Constituição Federal de 1988**. 2 ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013.

TRINDADE, Hélió. Universidade, ciência e Estado. In: \_\_\_\_\_. **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, Rio Grande do Sul: CIPEDS, 1999. p. 9-23.

# referências

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE está aberta à colaboração de docentes e profissionais interessados(as) na área e que desejam compartilhar seus estudos e pesquisas com os(as) demais. Os textos serão analisados na modalidade *double blind review*.

## Objetivos

- Constituir-se em fórum de debates de questões que dizem respeito à educação superior brasileira, tais como: estrutura da universidade, sistemas de ensino, relação entre universidade e sociedade, política universitária, política educacional, condições de trabalho etc.;
- Oferecer espaço para apresentação de propostas e sua implementação, visando à instituição plena da educação pública e gratuita como direito do cidadão e condição básica para a realização de uma sociedade humana e democrática;
- Divulgar trabalhos, pesquisas e comunicações de caráter acadêmico que abordem ou reflitam questões de educação pública e gratuita de ensino e aprendizagem, cultura, artes, ciência e tecnologia;
- Divulgar as lutas, os esforços de organização e as realizações do ANDES-SN;
- Permitir a troca de experiências, o espaço de reflexão e a discussão crítica, favorecendo a integração dos docentes;
- Oferecer espaço para a apresentação de experiências de organização sindical de outros países, especialmente da América Latina, visando à integração e à conjugação de esforços em prol de uma educação libertadora.

## Instruções gerais para o envio de textos

Os artigos e resenhas deverão ser escritos de acordo com as normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, conforme o Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Os artigos e resenhas enviados à *Universidade e Sociedade* serão submetidos à Editoria Executiva e aos conselheiros *ad hoc*. *Universidade e Sociedade* reserva-se o direito de proceder a modificações de forma e sugerir mudanças para adequar os artigos e resenhas às dimensões da revista e ao seu padrão editorial.

### 1 - Os textos devem ser inéditos, observadas as seguintes condições:

1.1 - Os artigos devem ter uma extensão máxima de 15 páginas (cerca de 40 mil caracteres), digitados

em Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, em espaço 1,5, sem campos de cabeçalhos ou rodapés, com margens fixadas em 1,5 cm em todos os lados; as resenhas devem conter no máximo 2 páginas, um breve título e a referência completa da obra resenhada - título, autor(es), edição, local, editora, ano da publicação e número de páginas;

1.2 - O título deve ser curto, seguido do nome, titulação principal do(a) autor(a), bem como da instituição a que está vinculado(a) e de seu e-mail para contato;

1.3 - Após o título e a identificação do(a) autor(a), deve ser apresentado um resumo de, aproximadamente, 10 linhas (máximo 1.000 caracteres), indicando os aspectos mais significativos contidos no texto, bem como o destaque de palavras-chave;

1.4 - As referências bibliográficas e digitais devem ser apresentadas, segundo as normas da ABNT (NBR 6023 de nov. de 2018), no fim do texto. Deverão constar apenas as obras, sítios e demais fontes mencionadas no texto. As citações, em língua portuguesa, também devem seguir as normas da ABNT (NBR 10520 de ago. de 2002);

1.5 - As notas, se houver, devem ser apresentadas, no final do texto, numeradas em algarismos arábicos. Evitar notas extensas e numerosas;

### 2 - Os conceitos e afirmações contidos no texto, bem como a respectiva revisão vernacular, são de responsabilidade do(a) autor(a);

3 - O(a) autor(a) deverá apresentar seu minicurrículo (cerca de 10 linhas), no final do texto, e informar **endereço completo com CEP**, telefones e endereço eletrônico (e-mail), para contatos dos editores;

4 - O prazo final de envio dos textos antecede, em aproximadamente três meses, as datas de lançamento do respectivo número da Revista, que sempre ocorre durante o Congresso ou o CONAD, em cada ano. A Secretaria Nacional do ANDES-SN envia, por circular, as datas do período em que serão aceitas as contribuições, bem como o tema escolhido para a edição daquele número;

### 5 - Todos os arquivos de textos deverão ser encaminhados como anexos de e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico: [andessp@andes.org.br](mailto:andessp@andes.org.br);

6 - Artigos e resenhas publicadas dão direito ao recebimento de um exemplar.

#### **EXECUTIVA NACIONAL**

**PRESIDENTA**  
Rivânia Lucia Moura de Assis (UERN)

**1º VICE-PRESIDENTE**  
Milton Pinheiro (UNEB)

**2ª VICE-PRESIDENTA**  
Zuleide Fernandes de Queiroz (URCA)

**SECRETÁRIA GERAL**  
Maria Regina de Avila Moreira (UFSC)

**2ª SECRETÁRIA**  
Francieli Rebelatto (UNILA)

**3º SECRETÁRIO**  
Luiz Henrique dos Santos Blume (UESC)

**1º TESOUREIRO**  
Amauri Fragoso de Medeiros (UFCG)

**3ª TESOUREIRA**  
Jennifer Susan Webb Santos (UFPA)

#### **REGIONAL NORTE I**

**2º VICE-PRESIDENTE**  
José Sávio da Costa Maia (UFAC)

**1ª SECRETÁRIA**  
Marilsa Miranda de Souza (UNIR)

**1ª TESOUREIRA**  
Ana Lucia Silva Gomes (UFAM)

#### **REGIONAL NORTE II**

**1ª VICE-PRESIDENTA**  
Joselene Ferreira Mota (UFPA)

**2º VICE-PRESIDENTE**  
Rigler da Costa Aragão (UNIFESSPA)

**1ª SECRETÁRIA**  
Zaira Vakeska Dantas da Fonseca (UEPA)

**2ª SECRETÁRIA**  
Sueli Pinheiro da Silva (UEPA)

**1ª TESOUREIRA**  
Andréa Cristina Cunha Matos (UFPA)

**2ª TESOUREIRA**  
Dulcideia da Conceição (UFRA)

#### **REGIONAL NORDESTE I**

**1ª VICE-PRESIDENTA**  
Sambara Paula Francelino Ribeiro (UECE)

**2º VICE-PRESIDENTE**  
Cláudio Anselmo de Souza Mendonça (UFMA)

**1º SECRETÁRIO**  
Gisvaldo Oliveira da Silva (UESPI)

**1º TESOUREIRO**  
Luiz Eduardo Neves dos Santos (UFMA)

**2º TESOUREIRO**  
Carlos Diego Rodrigues (UFC)

#### **REGIONAL NORDESTE II**

**1ª VICE-PRESIDENTA**  
Cristine Hirsch (UFPB)

**2º VICE-PRESIDENTE**  
Alexsandro Donato Carvalho (UERN)

**1º SECRETÁRIO**  
Nelson Aleixo da Silva Júnior (UEPB)

**2ª SECRETÁRIA**  
Jusciane da Costa e Silva (UFERSA)

**1º TESOUREIRO**  
Marco Antonio Fidalgo Amorim (UFPE)

**2º TESOUREIRO**  
Cauê Guion de Almeida (ADUFERPE)

#### **REGIONAL NORDESTE III**

**1º VICE-PRESIDENTE**  
Marcos Antonio Tavares Soares (UESB)

**1ª SECRETÁRIA**  
Zózina Maria Rocha de Almeida (UNEB)

**2ª SECRETÁRIA**  
Reinalda Souza Oliveira (UEFS)

**2º TESOUREIRO**  
Carlos Vítório de Oliveira (UESC)

## **REGIONAL PLANALTO**

1ª VICE-PRESIDENTA  
Neila Nunes de Souza (UFT)

2º VICE-PRESIDENTE  
Luis Augusto Vieira (UFG)

1º SECRETÁRIO  
Fernando César Paulino Pereira (UFG-Catalão)

2º SECRETÁRIO  
Paulo Henrique Costa Mattos (UNIRG)

2ª TESOUREIRA  
Helga Maria Martins de Paula (UFG-Jataí/UFJ)

## **REGIONAL PANTANAL**

1ª VICE-PRESIDENTA  
Raquel de Brito Sousa (UFMT)

2ª VICE-PRESIDENTA  
Adma Cristhina Salles de Oliveira (UEMS)

2º SECRETÁRIO  
Cláudio Freire de Souza (UFGD)

1º TESOUREIRO  
Breno Ricardo Guimarães Santos (UFMT)

2º TESOUREIRO  
Luís Antônio Shigueharu Ohira (UNEMAT)

## **REGIONAL LESTE**

1º VICE-PRESIDENTE  
Mario Mariano Ruiz Cardoso (UFVJM)

1º SECRETÁRIO  
Gustavo Seferian Scheffer Machado (UFMG)

1º TESOUREIRO  
Ricardo Roberto Behr (UFES)

2ª TESOUREIRA  
Clarissa Rodrigues (UFOP)

## **REGIONAL RIO DE JANEIRO**

1ª VICE-PRESIDENTA  
Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (UFF)

2ª VICE-PRESIDENTA  
Rosineide Cristina de Freitas (UERJ)

2º SECRETÁRIO  
Markos Klemz Guerrero (UFRJ)

1ª TESOUREIRA  
Sonia Lucio Rodrigues de Lima (UFF)

## **REGIONAL SÃO PAULO**

1º VICE-PRESIDENTE  
Osvaldo Luis Angel Coggiola (USP)

2ª VICE-PRESIDENTA  
Ana Paula Santiago do Nascimento (UNIFESP)

1ª SECRETÁRIA  
Michele Schultz Ramos (USP)

2º SECRETÁRIO  
Eduardo Pinto e Silva (UFSCAR)

1º TESOUREIRO  
César Augusto Minto (USP)

2ª TESOUREIRA  
Débora Burini (UFSCAR)

## **REGIONAL SUL**

1º VICE-PRESIDENTE  
Edmilson Aparecido da Silva (UEM)

1º SECRETÁRIO  
Fernando Correa Prado (UNILA)

1º TESOUREIRO  
Altemir José Borges (UTFPR)

2º TESOUREIRO  
Gilberto Grassi Calil (UNIOESTE)

## **REGIONAL RIO GRANDE DO SUL**

1º VICE-PRESIDENTE  
Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFMS)

2ª VICE-PRESIDENTA  
Manuela Finokiet (IFRS)

1º SECRETÁRIO  
Cesar André Luiz Beras (UNIPAMPA)

2ª SECRETÁRIA  
Sueli Maria Goulart Silva (UFRGS)

2ª TESOUREIRA  
Flávia Carvalho Chagas (UFPEL)

## SEDE NACIONAL

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C - Brasília - DF - CEP 70302-914

Tel.: (61) 3962-8400

E-mails: Secretaria - [secretaria@andes.org.br](mailto:secretaria@andes.org.br) / Tesouraria - [tesouraria@andes.org.br](mailto:tesouraria@andes.org.br) / Imprensa - [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

## ESCRITÓRIOS REGIONAIS

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE I

Av. Djalma Batista, 1719, Prédio Atlantic Tower, Torre Business, Sala 604 - Chapada - Manaus - AM - CEP 69050-010

Tel.: (92) 3237-5189

E-mail: [andesnorte1@andes.org.br](mailto:andesnorte1@andes.org.br)

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE II

Av. Augusto Correia, 1 - Guamá - Campus Universitário da UFPA - Setor de Recreações - Altos

Caixa Postal 8603 - Belém - PA - CEP 66075-110

Tel.: sem telefone no momento

E-mail: [andesnorte2@andes.org.br](mailto:andesnorte2@andes.org.br)

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE I

Rua Tereza Cristina, 2266, Salas 105 e 106 - Benfica - Fortaleza - CE - CEP 60015-038

Tel.: (85) 3283-8751

E-mail: [andesnordeste1@andes.org.br](mailto:andesnordeste1@andes.org.br)

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE II

Rua Dr. José Luiz da Silveira Barros, 125, Ap. 02 - Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-160

Tel.: (81) 3037-6637

E-mail: [andesnordeste2@andes.org.br](mailto:andesnordeste2@andes.org.br)

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE III

Avenida Oceânica, 551, Ed. Barra Center, Sala 101 - Salvador - BA - CEP 40140-130

Tel.: (71) 3264-2955 / (71) 3264-3063

Email: [andesnordeste3@andes.org.br](mailto:andesnordeste3@andes.org.br)

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL LESTE

Av. Afonso Pena, 867, Salas 1012 a 1014 - Belo Horizonte - MG - CEP 30130-002

Tel.: (31) 3224-8446

E-mail: [andesleste@andes.org.br](mailto:andesleste@andes.org.br)

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PLANALTO

Alameda Botafogo, 136, Quadra A, Lt. 10, Casa 02 - Centro - Goiânia - GO - CEP 74030-020

Tel.: (62) 3213-3880

E-mail: [andesplanalto@andes.org.br](mailto:andesplanalto@andes.org.br)

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PANTANAL

Rua 34 NR Casa 92 - Boa Esperança - Cuiabá - MT - CEP 78068-445

Tel.: (65) 3627-7304 / (65) 3627-6777

Email: [andespantanal@andes.org.br](mailto:andespantanal@andes.org.br)

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO

Rua Amália de Noronha, 308, Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05410-010

Tel.: (11) 3061-0940

E-mail: [andesssp@andes.org.br](mailto:andesssp@andes.org.br)

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, Sala 1408 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-904

Tel.: (21) 2510-4242

E-mail: [andesrj@andes.org.br](mailto:andesrj@andes.org.br)

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SUL

Rua Emiliano Perneta, 424, Conj. 31 - Edifício Top Center Executive - Centro - Curitiba - PR - CEP 80420-080

Tel.: (41) 3324-6164

E-mail: [andesul@andes.org.br](mailto:andesul@andes.org.br)

ANDES-SN - SINDIPROL/ADUEL

Praga La Salle, 83 - Jd. Canadá - Londrina - PR - CEP 86020-480

Tel.: (43) 3324-3995 / (43) 99994-3995

E-mail: [sindicato@sindiproladuel.org.br](mailto:sindicato@sindiproladuel.org.br)

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

Av. Protásio Alves, 2657, Sala 303 - Petrópolis - Porto Alegre - RS - CEP 90410-002

Tel.: (51) 3061-5111

E-mail: [andesrs@andes.org.br](mailto:andesrs@andes.org.br)

# ANDES

---

SINDICATO NACIONAL

---

**Para ler todos os números da Revista  
UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, acesse:**

**[https://www.andes.org.br/sites/universidade\\_e\\_sociedade](https://www.andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade)**

**[www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)**



Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

[https://www.andes.org.br/sites/universidade\\_e\\_sociedade](https://www.andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade)

[www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)